



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História - Cursos de Mestrado e
Doutorado
(Aprovado em reunião do Colegiado, em 10/10/2012)**

MAIRTON CELESTINO DA SILVA

Um caminho para o Estado do Brasil:

Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das
conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800.

**RECIFE
2016**

MAIRTON CELESTINO DA SILVA

Um caminho para o Estado do Brasil:

Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800.

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
do Brasil, oferecido pelo Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pernambuco.

Orientação: Professor Doutor Marcus
Joaquim Maciel de Carvalho

RECIFE
2016



Mairton Celestino da Silva

**“Um caminho para o Estado do Brasil:
Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do
Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800”**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **02/09/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Suely Creusa Cordeiro de Almeida
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
Membro Titular Externo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron
Membro Titular Externo (Universidade Federal do Pará)

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB-4 1262

S586c Silva, Mairton Celestino da.

Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800 / Mairton Celestino da Silva. – 2016.

310 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Maranhão – História. 3. Piauí - História. 4. Brasil - Colonização. I. Carvalho, Marcus Joaquim Maciel de (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-65)

O Maranhão é uma conquista muito grandiosa e dilatada, cuja governação, Sua Majestade, tem demarcado desde o Ceará (que está em três graus e um terço da parte do Sul) até o último marco do Brasil, que está em dois graus da banda do Norte; em que há de costa perto de quatrocentas léguas até o rio de Vicente Yanes Pinçon [Pizon], onde dizem estar um padrão de mármore com as armas de Portugal desta parte, e as de Castela da outra, mandado ali fixar pela Cesárea Majestade do Imperador Carlos V, corre dele a costa a Leste quarta a Sueste. Tomou este nome de *Maranhão* do capitão que descobriu seu nascimento no Peru, e para o Sul tem mais de quinhentas léguas pelo sertão.

(Simão Estácio da Silveira. *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, 1624.)

Por entendermos será de muita importância e de consequências úteis que estes Estados de V. Majestade, *o descobrimento do caminho e comunicação deste para os do Brasil*, nos parece dar conta a V. Majestade, como teve efeito no fim do ano passado [1694] por meio de uma escolta de soldados e índios que no nosso governador [Gomes Freire de Andrada] mandou a essa diligência repetida por sua ordem já outras vezes, e no princípio deste janeiro havendo-se já descoberto e achado os primeiros currais situados nas margens do rio Paraguassú [Parnaíba], remeto nova escolta e cabo de maior porte, em cuja companhia foram também um homem que daqueles campos tinham vindo com os seus próprios descobridores e todos haviam de chegar a Bahia de todos os santos, já com conhecida derrota, donde se espera a volta por horas, entendendo-se não ser muito grande a distância; no que no mais dos serviços de V. Majestade e bem deste Estado, se tem o nosso governador havido com todo bom zelo e indústria, por cuja recondução ao governo. Beijamos a V. Majestade a mão e lhe vendemos as devidas graças. Guarde Deus a real pessoa de V. Majestade. São Luís do Maranhão de 1695.

AGRADECIMENTOS

Sou daqueles que acreditam que o resultado final de um trabalho de pesquisa termina por se constituir num esforço coletivo de sujeitos próximos e distantes a nós, de experiências compartilhadas entre aqueles com afinidades teóricas e metodológicas, assim como, com aqueles de trajetórias de pesquisas com referencialidades teóricas distintas. Esse sentimento torna-se mais intenso quando em *Tempos [nada] interessantes* - para utilizar a expressão do consagrado historiador do século XX, Eric Hobsbawn, somos induzidos, conscientes e inconscientemente, a escrever sobre aspectos do passado sem perder de vista as experiências históricas do tempo presente.

Assim e mesmo sabendo ser impossível agradecer a todos, começo manifestando meus agradecimentos a Francisco de Assis do Nascimento e Tanya Maria Pires Brandão pela execução do projeto de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre a Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal de Pernambuco. À Tanya Brandão que acompanhou de perto a escrita do trabalho, desde sua elaboração enquanto projeto de pesquisa, passando pela qualificação, até sua defesa como tese de doutorado. Os acertos que a tese apresenta, em grande medida, têm sua parcela de contribuição. O acerto que a tese porventura venha apresentar, em grande medida, tem na referida docente sua parcela de contribuição. Infelizmente, dias antes da defesa, Tanya Brandão apresentou problemas de saúde, fato que a impossibilitou de comparecer, sendo, com isso, substituída pelo professor Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento que prontamente atendeu nosso pedido para compor a banca.

Na UFPE, tivemos também o apoio e incentivo dos professores Antônio Paulo Resende, George Felix Cabral e Carlos Miranda que se dispuseram a compartilhar suas experiências de pesquisas com os integrantes do Dinter. Durante esse período, nada seria resolvido a contento se não tivéssemos o competente apoio administrativo do Programa de Pós-Graduação em História, na pessoa das secretarias Sandra Regina e Patrícia. Na mesma instituição, contei com a orientação do professor Marcus Joaquim Maciel Carvalho, um formidável e singular historiador que, ao longo da sua trajetória acadêmica, conseguiu unir humor refinado, respeitabilidade e competência.

Flávio dos Santos Gomes e Suely Creusa Cordeiro de Almeida estiverem presentes na qualificação e defesa da tese de doutorado. Em ambos os momentos, tive a certeza que suas presenças foram decisivas para o melhoramento do texto.

Nesse mesmo período, mantive contato com o Programa de Pós-Graduação em História da UFPA e manifestei meu interesse em cursar a disciplina *Sociedade, Meio Ambiente e Pensamento Racial no Mundo Atlântico*, ofertada pelo professor Oscar de La Torre Cueva, da Universidade da Carolina do Norte, Charlotte. Na minha estadia na cidade de Belém do Pará, pude visitar o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e estabelecer contatos com professores e alunos que nutro verdadeira admiração e respeito. Aqui, devo agradecer, em especial, ao professor Rafael Chamboleyron, que leu, deu sugestões e indicou bibliografias e documentos durante o processo de pesquisa e escrita da tese. Ainda na cidade de Belém do Pará, contei com a ajuda e amizade dos alunos do mestrado/doutorado em história da UFPA, a quem destaco Reinaldo Barros Júnior, Marinelma Costa Meireles, Roberta Lobão Carvalho, Wania Alexandrino, José Maria Júnior, João Antônio Lima, Adriane Silva, Vinicius Zuniga Melo, Elias Abner, Laura Moraes e Roberta Sauaia.

Quando estive na cidade de São Luís do Maranhão, em visita ao Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), contei com a atenciosa contribuição de toda a equipe técnica do órgão. Devo agradecer à Maria Helena, diretora do Arquivo, pela ajuda na indicação de fontes, nas conversas e na doação de livros produzidos pelo próprio arquivo. Já no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), tive, assim como na época do mestrado, o apoio constante dos funcionários Sebastião Bertoldo e Maria de Jesus.

Meus colegas do curso de História da Universidade Federal do Piauí, do Campus de Picos, tiveram papel fundamental no meu processo de liberação das atividades acadêmicas durante o meu último ano da escrita desse texto. Mais do que isso, alguns, inclusive, ajudaram a pensar o objeto, definir recortes e aprofundar determinadas questões. Nesse aspecto, sou imensamente grato: a Fábio Leonardo, coordenador do curso e sujeito sempre disponível a ajudar nas tarefas burocráticas; a Francisco Gleison e Agostinho Junior Holanda Coe pelas conversas, sugestões de documentos e comentários ao texto; Daivid Magalhães, Débora Cardoso, José Machado Moita Neto, Gustavo Vilhena e Francisca Raquel Costa que me ajudaram no processo de refinamento do texto, apresentando seus olhares de filósofos e de historiadores e com recortes temporais distintos das suas respectivas pesquisas. Para dirimir as falhas no português, contei com a ajuda de Luciana Rodriguês, uma amiga de longa data e excelente profissional da comunicação e das letras.

Na UFPI, outras pessoas ajudaram de diferentes maneiras, seja emprestando material de pesquisa ou transcrevendo documentos encontrados nas fontes eclesiásticas da cidade de Oeiras, através do projeto de digitalização e catalogação de documentos históricos desenvolvido pelo NUPEDOCH – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História. Nesse núcleo, agradeço aos seguintes integrantes: Alveni Barros, Mona Ayala, Pedro Vilarinho Castelo Branco, Amanda Fernanda, Aleisa Carvalho, Alessandra Carvalho, Laila Pedrosa, Nádia Rodrigues, Robson Almeida, Romão Araújo, Tâmires Duarte e, de modo especial, meu agradecimento a Gutiele Gonçalves, que na reta final da tese, ajudou-me ao ceder documentos da sua própria pesquisa e para, além disso, leu, comentou e atenuou os inconvenientes do texto, antes da versão definitiva.

Para escrever boa parte do texto, tive que passar uma razoável quantidade do tempo trancafiado dentro do escritório. A cada abertura de portas, tinha para meu deleite, o conforto e a alegria contagiante da minha filha Isabelle Laís, uma encantadora criança de três anos de idade. Sua alegria não tem limites e, muitas vezes, quando se deparava com a porta do escritório fechada, ela não entendia a razão pela qual seu pai se enclausurava por tanto tempo naquele ambiente minúsculo e de aparente solidão. Sempre terei mágoa desse tempo, filha. A vida é assim, portas/oportunidades se abrem e fecham, cabe a nós fazermos as escolhas. A minha já foi feita: caminhar contigo e possibilitar o maior número de portas abertas que a vida possa te propiciar. A porta está aberta, pode entrar, filha!!!

RESUMO

A constituição do Estado do Maranhão (1620-1718), enquanto unidade administrativa portuguesa e separada do Estado do Brasil, remonta ao século XVII. A carta régia de fevereiro de 1620, que instituía essa nova unidade administrativa, tinha entre outros motivos a proteção, o povoamento e a ocupação daquelas conquistas. A necessidade da interligação desses domínios do ultramar português ao longo do século XVIII propiciará uma série de medidas, entre elas: a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1718-1751); logo em seguida, a do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772) e, posteriormente, a separação dessas duas unidades da administração portuguesa em Estados do Grão-Pará e Rio Negro (1772-1808) e Estado do Maranhão e Piauí (1772-1821). Tais mudanças alterariam sobremaneira a vida dos poucos indivíduos desse imenso território e redefiniriam, assim, suas hierarquias e costumes, expandindo os conflitos/negociações à medida que africanos e os mais diversos mestiços, livres e escravizados, e luso-brasileiros - bandeirantes, viajantes, missionários, administradores e comissariados enviados pela Coroa - adentravam aqueles sertões e mantinham contatos, amistosos ou não, com os índios locais. Nesta tese, procuro demonstrar esse contexto da expansão portuguesa nos domínios do Novo Mundo, com enfoque analítico para o Estado do Maranhão e Piauí, no intuito de perceber como esse expansionismo político e econômico baseado na conquista e ocupação da terra, na exploração da mão de obra indígena, no tráfico de escravos da África e, já no final do século XVIII, na sistematização da natureza moldou esse território até torná-lo uma paisagem colonial. Assim, buscar-se-á compreender esse processo de conquista e ocupação a partir das dinâmicas da administração portuguesa, desde a formatação do Estado do Maranhão, para, logo em seguida, analisar os projetos e ações de catequização empreendidas por missionários da Companhia de Jesus e seus conflitos com colonos interessados em explorar as matas, rios e especiarias daqueles sertões. Posteriormente, abordaremos o universo escravista e suas relações de conflitos/negociações/alianças com índios locais nos espaços de produção de gado vacum e cavalos sob o domínio dos bandeirantes e, posteriormente, sob a tutela jesuítica e, a partir da expulsão destes, em domínio da administração portuguesa.

Palavras-chaves: História. Estado do Maranhão e do Piauí. Administração Portuguesa

ABSTRACT

The constitution of the State of Maranhão (1620-1718) as a Portuguese and a separate administrative unit of the State of Brazil dates back to the seventeenth century. The charter February 1620 imposing this new administrative unit had among other things the protection, settlement and occupation of those achievements. The need for interconnection of these areas in the Portuguese overseas during the eighteenth century will provide a series of measures, including the creation of the State of Maranhão and Grao Para (1718-1751), soon after, the Grand Para State Maranhão (1751-1772) and subsequently the separation of the two units of the Portuguese administration in the United Grand Para and Rio Negro (1772-1808) and State of Maranhão and Piauí (1772-1821). These changes greatly alter the lives of a few individuals of this immense territory, thus redefining their hierarchies, customs and expanding conflicts / negotiations as Africans and most diverse mestizos, free and enslaved, and Luso-Brazilian - Girl Scouts, travelers, missionaries, administrators and commissions sent by the Crown - far into those hinterlands and kept contact, friendly or not, with the local Indians. In this thesis, I try to demonstrate this context of Portuguese expansion in the New World domains, analytical approach to the State of Maranhão and Piauí in order to understand how this political and economic expansionism based on conquest and occupation of land, of labor exploitation Indian, the slave trade in Africa and, at the end of the eighteenth century, the systematization of nature has shaped this territory to make it a colonial landscape. So get yourself will understand this process of conquest and occupation from the dynamics of the Portuguese administration focused from the formatting of the State of Maranhão, for, soon after, analyze the projects and catechizing of actions undertaken by the Company's Missionaries of Jesus and their conflicts with settlers interested in exploring the forests, rivers and spices of those hinterlands. Later, we will cover the slave universe and its relationship conflicts / negotiations / alliances with local Indians in livestock production areas vacuum and horsemeat under the rule of the pioneers and later under Jesuit tutelage and, from the expulsion of these in domain the Portuguese administration.

Key-words: History. State of Maranhão and Piauí. Portuguese Administration

ABREVIATURAS

APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

AN – Arquivo Nacional

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

BNF – Biblioteca Nacional da França

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MMRE – Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores

LISTA DE MAPAS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

MAPAS

<i>Mapa 1:</i> Mapa da região setentrional do Brasil, compreendendo as capitanias de São José do Rio Negro (Amazonas), Grão-Pará, Maranhão e Piauí e a parte meridional das três Guianas.	33
<i>Mapa 2:</i> <i>Carte de l'Atlantique</i> . Pierre de Vaulx.	47
<i>Mapa 3:</i> <i>Da barra do Maranhão, até a barra do Cumã são três léguas</i>	49
<i>Mapa 4:</i> <i>Do Rio dasPreguiças até a Barra do Perreya são catorze até quinze legoas</i>	50
<i>Mapa 5:</i> Livro em que se mostra a Descrição de toda a Costa do Estado do Brasil	52
<i>Mapa 6:</i> Livro em que se mostra a descrição de toda a costa do Brasil e seus portos	89
<i>Mapa 7:</i> Mostrance na presente carta a descrição de todo o Estado do Brasil que polla parte de Norte coesa no grande Rio Para... ..	91
<i>Mapa 8:</i> Guillaume Del'Isle. <i>Carte de la Terre Ferme, Du Perou, Du Brasil et du Pays des Amazones</i>	92
<i>Mapa 9:</i> Mapa coreto da costa do Maranhão desde o Coruathe a ilha de São João.....	109
<i>Mapa 10:</i> Mappa Geographico da capitania do Maranhham	113
<i>Mapa 11:</i> ALBERNAZ I, João Teixeira. [Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará].	129
<i>Mapa 12:</i> SILVA, Simplício Dias da. <i>Carta Hidrográfica do rio Parnaíba</i>	132
<i>Mapa 13:</i> PLANTA que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da província do Piauihy até a barra da Tutoia, da província do Maranhão suas communicações por garapés e as habitações colocadas nos lugares que o autor vio.. ..	136
<i>Mapa 14:</i> Oeyras do Piauih.....	178
<i>Mapa 15:</i> MAPPA das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitanias do Maranhão e Piauihy: com o número em geral dos habitantes	233

TABELAS

<i>Tabela 1:</i> Recapitulação das léguas e dias do Roteiro do Maranhão a Goiás.	105
<i>Tabela 2:</i> Regimento das matas reais e cortes de madeira na capitania do Maranhão.	119
<i>Tabela 3:</i> Relação das ordens a respeito das Fazendas e seus novos Administradores	190
<i>Tabela 4:</i> Relação das Fazendas, casas, currais, fábrica de cavalos e de escravos.	197
<i>Tabela 6:</i> Relação das Pessoas, Fazendas, sítios da Capitania do Piauí, 1774.....	202
<i>Tabela 5:</i> Relação dos Escravos das fazendas da Inspeção Nazaré, 1778.	210

ILUSTRAÇÕES

<i>Ilustração 1:</i> O Fazendeiro do Brasil	153
<i>Ilustração 2:</i> Frontispício do O fazendeiro do Brasil.....	185
<i>Ilustração 3:</i> El Tunalconel Aguila que hallaron en la laguna.....	157
<i>Ilustração 4:</i> Am Corcovado, bei	255
<i>Ilustração 5:</i> Piauchy.	259
<i>Ilustração 6:</i> Piauhy.	260
<i>Ilustração 7:</i> Bilderaus de mmenschenleben.....	262

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE I	34
CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO MARANHÃO.....	34
CONQUISTA	35
Franceses no Maranhão: Narrativas coloniais, 1532 -1616	35
O Maranhão e o teatro do mundo: a geopolítica do Atlântico e as disputas entre franceses e luso-brasileiros	46
Experiências de fora: missionários e o governo dos índios	55
OCUPAÇÃO	58
“Embaixadores de Deus, e não governadores do Brasil”: António Vieira e o governo espiritual dos índios no Maranhão, 1653-1697.	58
Colonos, jesuítas e o comércio de negros de Angola, Guiné e Cacheu	66
Os rumos da catequização: Jesuítas nos sertões do Piauí e Maranhão.....	71
PARTE II	75
GERMES DO IMPÉRIO: PAISAGEM, CONQUISTAS E RIQUEZA NAS	
FRONTEIRAS DO PIAUÍ E MARANHÃO	75
“DEVASSADORES DOS SERTÕES”	76
Caminhos, matas e veredas dos sertões.....	76
Jornadas aos sertões: Do Estado do Maranhão ao encontro com as Minas dos Goyazes, século XVII	79
“DESCOBRIMENTO DO CAMINHO E COMUNICAÇÃO DESTE PARA OS DO BRASIL”	95
Entradas coloniais: sertanistas, religiosos e a expansão pecuarista, século XVIII	95
“O descobrimento do caminho e comunicação deste para os do Brasil”	104
RIOS, MATAS E AS CONQUISTAS DO MARANHÃO E PIAUÍ.....	115

Os rios da colonização I: Mearim, Grajau, Pindaré e a Exploração das matas reais	115
Os rios da colonização II: Parnaíba, Itapecuru e o avanço da colonização.....	127
VIAGENS, VIAJANTES E NATUREZA NOS SERTÕES	144
Expedições científicas e relatos de viagens.....	144
Vicente J. Dias Cabral e a “Colleção das Observações dos produtos naturais do Piauí”	145
Clima e paisagem a serviço das conquistas.....	151
“Um leal vassalo de Deus e do reino”: A viagem científica de Joaquim José Pereira....	164
PARTE III	168
JESUÍTAS E ESCRAVIDÃO: AFRICANOS, ÍNDIOS E AGREGADOS NAS FAZENDAS DO PIAUÍ	168
JESUÍTAS, ESCRAVIDÃO E ECONOMIA PECUARISTA	169
As fazendas jesuíticas e o governo dos escravos	169
“Não convém negro sem amo”: a vida escrava no ambiente das fazendas jesuíticas....	174
Economia do gado: redes de comércio e direito dos subalternos.....	182
Família, casamentos, batismos e escravidão no ambiente das fazendas	193
OS “TAPUIAS BRAVOS” DOS SERTÕES DO IMPÉRIO	212
De “tapuias bravos” a súditos do Rei: contatos, guerras e negociações com os índios do Maranhão e Piauí.....	212
“Os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil”	217
Os tapuias da parte norte: deslocamentos e guerras aos Tremembé	223
“Desinfestação do gentio bárbaro das terras de fronteiras”: Conflitos e alianças na parte sul da capitania de São José do Piauí	237
CONCLUSÃO	250
ANEXO	264
FONTES E BIBLIOGRAFIA	277

INTRODUÇÃO

O Império do Brasil se compõe de duas grandes regiões, bem discriminadas em qualquer carta geográfica, que constituíram duas grandes colônias da Monarquia Portuguesa. Uma, a do Norte ou Amazônica, antigamente denominada- *Estado do Maranhão* -, do primeiro nome do famoso gigante dos rios; outra, do Sul, denominada *Estado do Brasil*, ambas sujeitas à Coroa portuguesa, mas sob diferentes administrações. O segundo, precedendo ao primeiro na descoberta e colonização e conseguindo no futuro impor-lhe seu nome, estendia-se do Rio da Prata ao cabo de S. Roque, limite que posteriormente alargou-se, reinando D. João V, até a Serra das Ibiapaba. Tinha por chefe do governo um vice-rei; e sendo sua primeira sede a cidade da Bahia, teve esta por último de ceder o lugar à do Rio de Janeiro.

O primeiro, menos rico em população, mas superior ao segundo em território e riquezas naturais, partia da Serra das Ibiapaba e terminava na direção de sul à norte no rio Oyapock [Oiapoque]. À frente do seu governo, tinha um capitão-general, imediatamente sob a dependência da Metrópole, que em princípio residia na cidade de S. Luiz do Maranhão, fixando- se por fim a sede do Estado na capital da capitania, hoje província do Grão-Pará. Durou esta situação até 1774, em que as duas Capitânicas do Maranhão e do Grão-Pará ficaram entre si independentes, e imediatamente sujeitas à Metrópole.

O Estado do Brasil tinha sob sua dependência diferentes capitânicas, atualmente províncias do Império. O do Maranhão tinha outras, que, por cessão, compra ou abandono dos donatários à Metrópole, foram incorporados ao seu governo; passando de onze capitânicas a quatro, que são presentemente as províncias do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Amazonas.

Felizmente, a vinda do Rei D. João VI para o Brasil acabou com essas distinções, que somente autorizava a dificuldade de comunicações das duas Colônias entre si; sendo todo o território americano sujeito ao domínio português, elevado em 1816 à categoria de Reino, sob a única denominação de Brasil, e com uma só administração.

(Pe. José Xavier de Moraes da Fonseca Pinto. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, 1860)

Durante a segunda metade do século XVIII, acreditava-se que as terras que formavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão tinham uma extensão de 1.500 léguas, indo do mar oceano até as serras das Ibiapaba, situadas na parte norte até fazer limites com as terras da capitania de Pernambuco. Ao sul, seus limites estavam demarcados pelas nascentes do rio Parnaíba e a serra dos Dois Irmãos até atingir as minas de São Felix e terras da Natividade. Sua larga extensão continuava até as terras do Mato Grosso e limitava-se ao norte com os “rios Sararé, Madeira, Negro, Solimões, Amazonas, e as campinas e matas que ficam até o rio Vicente Pizon, no Cabo do Norte.”¹

Antes disso, Simão Estácio da Silveira, em sua *Reação sumária das cousas do Maranhão, dirigidas aos pobres deste Reino de Portugal*, escrita durante a sua estadia na cidade de São Luís, a partir de abril de 1619, já apresentava um Estado do Maranhão de

¹*Cartas que foram na frota que saiu deste porto em 2 de fevereiro de 1752*. MENDONÇA, Marcos Carneiro. (ed.). *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Tomo I, 2005, p. 110.

proporção “grandiosa e dilatada”, indo desde o Ceará e divisando com o Estado do Brasil até o rio de Vicente Yáñez Pinzon, limite demarcatório entre as posses de Portugal e Espanha².

Estácio da Silveira não esconde seu fascínio pelas terras do Estado do Maranhão e, ao mesmo tempo, assim como o seu desejo de vê-las conquistadas por portugueses. Nesse quesito, o sentimento do letrado era bastante próximo ao do missionário Claude D’Abbeville quando afirmara em sua *História da missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, no ano de 1614, que as tormentas tão presentes na passagem da linha do equador e os constantes fluxos e refluxos do mar Atlântico só poderiam esconder naquelas terras “alguma virtude recôndita do céu no lugar em que imaginamos a linha equinocial tão cheia de maravilhas”³.

Ambos os autores estavam se antecipando aos fatos e, com isso, informando às autoridades portuguesas dos perigos que eventuais nações estrangeiras pudessem ocasionar nas conquistas e povoamento daquelas terras⁴. Como não havia entendimento sobre os limites de fronteira que pudessem demarcar as conquistas, franceses, holandeses e, sobretudo, espanhóis marcavam suas posições mediante contato com grupos indígenas, por meio da exploração das matas e da extração de frutos e especiarias do interesse dos europeus.

Nesse período, com a retração do mercado de tecidos e de especiarias do Oriente, as conquistas das colônias das Américas ganhavam importância dentro da dinâmica comercial do Antigo Regime⁵. As expedições de reconhecimento dos limites territoriais entre Espanha e Portugal, instituídos por Pedro Teixeira no decorrer do século XVII, seriam, tempos depois, palcos de constantes contendas entre as duas nações. Em 1695, autoridades portuguesas tomam conhecimento das investidas dos Castelhanos na aldeia dos Cambeba, um reduto indígena situado nas ribeiras do rio Amazonas e que, segundo informava os índios mais

²SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão, dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Siciliano, 2001. p.29.

³ Cf. CLAUDE, D’Abbeville. *História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p.67.

⁴ Tanto D’Abbeville quanto Estácio da Silveira compartilham em seus manuscritos a vontade de advertir aos leitores da Europa das riquezas do Maranhão, valorizando, assim, a fauna e a flora, um estilo de escrita que Estácio da Silveira chega a demonstrar, por meio de citações, influências de outros viajantes como Gândavo cuja informação foi por ele retirada das cartas jesuíticas e, entre elas, as cartas do padre João de Azpilcueta. SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária...*p. 33. O autor da Relação sumária das cousas do Maranhão faz uma transcrição direta do texto de Gândavo presente no capítulo “Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertão”.

⁵Ver, RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa:Difel, 1998; RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a ‘Atlantic History’”. *História*, São Paulo, 28 (1): 2009.p.27.BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português, 1415 - 1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002; ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes. A formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

antigos, antes dos Castelhanos chegarem com suas casas fortes, o português Pedro Teixeira já havia conquistado.

Enquanto na parte norte as ações de conquistas, vez ou outra, esbarravam em fatores naturais, na parte sul, os campos abertos e sua rede fluvial de longa extensão, a exemplo do rio Tocantins, favorecia a conquista dos sertões até chegar ao Pará, potencializando assim um tipo de exploração bastante vantajosa àqueles primeiros sertanistas. O rio Tocantins obedecia ao mesmo destino pelo qual era reservado à Serra das Ibiapaba: fator natural que unia o Maranhão, Pará e Piauí e do Estado do Brasil. Por sua vez, nas terras próximas ao rio Parnaíba e contíguas às capitanias de Pernambuco e Bahia, o cenário de conquistas e ocupação tomava forma com as investidas, sobretudo, dos bandeirantes paulistas e, posteriormente, missionários da Companhia de Jesus e agentes coloniais interessados na criação de gado *vacum* e cavalar.

Para aqueles que na época escreviam sobre o Estado do Maranhão a partir do Estado do Brasil, como Sebastião da Rocha Pita, a situação não era de toda estranha. Para o cronista

Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras que havíamos penetrado nos sertões da nossa América, porque no ano de mil e seiscentos e setenta e um se descobriram os sítios do Piauí, grandíssima porção de terra que está em altura de dez graus do norte, além do rio de S. Francisco para a parte de Pernambuco no continente daquela província e não mui distante à do Maranhão⁶.

Para explorar efetivamente as terras do Estado Maranhão, autoridades coloniais teriam que possuir a exata certeza de que isso só seria possível mediante a utilização da mão de obra indígena. Nesse ambiente, as estratégias a serem utilizadas por essas autoridades seriam a de adquirir a dos missionários da Companhia de Jesus mediante a construção de acordos a respeito do cativo e da catequização indígena e, ao mesmo tempo, costurar alianças com colonos interessados em explorar as novas terras que, via de regra, não imaginava esse processo de conquista e ocupação alheio à mão de obra escrava indígena e/ou negra.

A abertura comercial para o Atlântico a partir do tráfico de escravos com a África, o incremento do comércio Atlântico com a exploração das drogas do sertão e a criação de uma legislação indígena - com um incessante jogo de disputas envolvendo decretos, cartas e alvarás instituindo ou revogando leis em torno da legitimidade da liberdade dos índios -

⁶ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.p. 280.

causariam bastante transtorno, sobretudo, nesse momento inicial da ocupação portuguesa⁷. Os confrontos entre colonos e missionários, as críticas dos colonos do Maranhão e do Grão-Pará em relação às regras impostas pela Companhia de Comércio e a consequente Revolta de Beckman situam-se, portanto, no horizonte mais amplo dos descontentamentos coloniais e da instabilidade administrativa do Império português frente aos problemas do Novo Mundo.

Para alcançar as zonas produtoras de gado *vacum* e cavalar existiam cinco entradas/caminhos que saindo de São Luís chegavam ao rio Canindé e de lá seguiam em direção ao São Francisco, onde dois caminhos levariam os colonos às freguesias de Cabrobó e missões do Juazeiro, lugar igualmente denominado de Passage⁸. A partir daí, duas mais entradas se descortinavam aos olhos dos aventureiros e agentes coloniais: uma a partir da travessia das cabeceiras do rio Piauí até saírem no Rio Francisco, na altura da fazenda sobradinho⁹ e, a outra, pouco explorada, principiava nas imediações das nascentes do rio Preto, situada numa grande cordilheira que dividia as capitanias do Piauí, Maranhão e Goiás. Por este caminho era possível alcançar a fazenda Lustoza e atingir o rio São Francisco ou então adentrar via Maranhão até o povoamento da Natividade e das minas de São Felix, uma extensa faixa de terras que dividia a partir do sul os limites territoriais do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e Minas dos Goias¹⁰.

Com efeito, essas capitanias do império português eram interligadas por uma rede hidrográfica de amplo alcance. Uma vinculada ao rio Parnaíba [Paraguassú, Paraguaçu], que surgia nos chapadões e serras da Bahia e do Pernambuco e descia o planalto unindo as terras do Piauí e do Maranhão¹¹. A outra rede fluvial era o rio Tocantins, que nascia nos planaltos das Minas Gerais, penetrava as terras das Minas dos Goias, circundava as do Maranhão e percorria todo o interior do Grão-Pará até desaguar no litoral do Atlântico equatorial.

Em relação ao rio Parnaíba, além de quase todo navegável, se prestava com facilidade à “cultura do arroz, do tabaco e de todos os mais gêneros”, bem como à atividade

⁷ Cf. *Decreto sobre a liberdade dos índios da capitania do Maranhão e os direitos que lhes foram oferecidos*. AHU-ACL-CU-09. Caixa: 04 Doc. 00379.

⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2ª Ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1983. GNERRE, Maria Lucia Abaurre. *A forma e a nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 2001.

⁹ “Os dízimos da capitania que se costumam arrematar em Pernambuco, agora se arrematam no Maranhão, para da sua importância se pagar à infantaria do presídio daquela praça, sendo tanta a extensão da capitania do Piauí, que não cabendo em o domínio de uma só província, está sujeita à jurisdição de três; no espiritual ao bispado de Pernambuco, no temporal ao governo do Maranhão, e o no civil à Relação da Bahia”. Ver, PITA, Sebastião da Rocha. *Op. Cit.* p. 282.

¹⁰ Sobre o processo de conquista do sul do Maranhão e norte de Goiás, ver CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2 Ed. São Paulo: EDUFMA, 2008; CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811*. 2ª ed. Ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.

¹¹ GANDARA, Gecinair Silvério. *Rio Parnaíba - cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

pecuarista. Mesmo tendo que conviver com uma rede de transporte e comunicações precárias, essas diversas atividades agrícolas margeantes ao rio Parnaíba dariam sentido a um mercado interno no alto sertão do Piauí e Maranhão. Esses marchantes tinham três destinos para o escoamento das suas boiadas: abastecer o mercado interno da cidade de São Luís, comercializar a carne seca, o couro, os gados e os cavalos nas feiras de Jacobina e de Capuame (atual cidade de Dias D'Ávila) e, por último, exportar carne seca e couros para Lisboa, por meio do porto da amarração, na vila da Parnaíba.

Na segunda metade do XVIII, os marchantes se concentram nas duas últimas e esquecem São Luís¹². Provavelmente, na Bahia, o comércio da carne seca e dos couros tornar-se-ia atrativo devido à possibilidade dos mesmos retornarem às fazendas do Piauí e do Maranhão com escravos. Ao analisar o mercado alimentar da cidade de Salvador entre o final do século XVIII até a segunda metade do século XIX, o historiador norte-americano Richard Graham evidencia uma espécie de comércio da carne extremamente pujante entre o Recôncavo e os sertões da Bahia¹³. Comerciantes do tráfico de escravos entregavam nas mãos de negociantes em terra uma quantidade razoável de escravos africanos de procedência angola para serem vendidos nos sertões da Bahia.

Ao que tudo indica, o comércio de escravos recém-desembarcados nos portos da cidade de Salvador funcionava com bastante regularidade em concomitância ao comércio de alimentos e demais gêneros. Trocas, acordos e redes de comércios eram firmados nos sertões da Bahia e de lá seguiam até as mais distantes fazendas de gado do Piauí, Maranhão e Goiás. O conhecimento a respeito desse comércio de escravos convivendo de maneira paralela ao de gado ainda é pouco conhecido. Desconhecido também nos é o perfil desses escravos, suas procedências étnicas, suas redes de sociabilidades construídas no espaço das fazendas, entre sim e com nativos, no caso específico, com populações indígenas locais.

A outra rede hidrográfica de alcance ao Estado do Maranhão se constituía a partir do rio Tocantins que ao nascer no Estado do Brasil margeava as extensas terras do Norte fronteiriças com os domínios dos Espanhóis. Nessas terras de farta rede hidrográfica, antes apenas uma cobiça de castelhanos e portugueses, veria, ao longo dos anos, aentradaem cena dos paulistas que, na expansão rumo ao extremo oeste, alcançariam àquelas terras cujo

¹² As crises de abastecimentos de carnes em São Luís durante o século XVIII são características dessa diversificação da economia colonial do sertão. Quando a procura por escravos tornava-se alta nas zonas produtoras de gado vacum e cavalar, proprietários do Piauí e Maranhão re/direcionavam suas mercadorias para a Bahia e mercado externo.

¹³ Cf. GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma Liberal* (Salvador, 1780-1860). 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

potencial mineralógico se julgava existir a partir de uma suposta idealização das terras do centro/interior como o lugar onde haveria as riquezas de um continente¹⁴.

Curiosamente, essa imaginação se concretizava a cada investida rumo às minas de ouro das Minas Gerais e, mais ao centro, nas Minas dos Goíases¹⁵. Não só isso; a corrida ao extremo oeste trazia consigo diversos efeitos, tanto no que diz respeito ao potencial mineralógico a ser explorado, re/definindo a dinâmica econômica da colônia, quanto em relação à geopolítica colonial de ocupação e delimitação das fronteiras entre as nações europeias no *Novo Mundo*, já que a expansão das bandeiras capitaneadas por luso-brasileiros culminaria no acirramento dos conflitos entre portugueses e espanhóis na partilha das terras nas Américas¹⁶.

Nesse ambiente, ambas as coroas viam na conquista e exploração do rio Tocantins um passo à frente nessa disputa, uma vez que era por meio dessa rede fluvial o percurso mais curto para se alcançar, via Atlântico equatorial, o velho mundo¹⁷. Exemplar dessa situação ocorrera no momento da descoberta das minas de ouro, de diamantes e de especiarias por luso-brasileiros que logo cogitaram em utilizar o rio Tocantins para escoamento das mercadorias para Portugal, via cidade de Belém do Grão-Pará¹⁸.

Pelos rios Parnaíba e Tocantins toda essa região do Maranhão e Piauí estava completamente inserida no mundo Atlântico, estabelecendo comunicações com colonizadores franceses, holandeses, portugueses e espanhóis por todo período colonial¹⁹. O esforço em ampliar as redes de comércio para além-mar levaria muitos europeus a se entranharem em terras recém-descobertas nas Américas em busca de especiarias, ouro e diamantes. Por certo, dos navios vinham muitos colonos, mercadorias, escravos, mas também ideias, projetos de

¹⁴Percorrendo caminhos diversos, cada uma dessas bandeirantes partilhavam as mesmas promessas: o *El-Dorado* e a *Casa do Sol* e cuja inspiração remonta aos relatos fantasiosos de Marco Pólo, passando pelas narrativas de Cristóbal de Acuña sobre os *Novos Descobrimentos*. Ver, HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos nos descobrimentos e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org) Laura de Melo e Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p. 109.

¹⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Aville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

¹⁷ Ver CARDOSO, Alírio. *O Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbio guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Universidad D Salamanca. Tese de Doutorado, 2012.

¹⁸ No final de século XVII e por todo o século XVIII, a procura pelo ouro, o embrenhamento nas matas em busca de madeiras e especiarias, as investidas marítimas em toda a faixa litorânea do Maranhão e do Grão-Pará e as entradas via Pernambuco e Bahia tornar-se-iam cada vez mais comuns. As dimensões do império português nas Américas começavam a ganhar os contornos do presente. Ver, HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org) Laura de Melo e Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p. 221; HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 513;

¹⁹ Entre os rios Parnaíba e Tocantins muitas outras redes fluviais se interligavam, a exemplo dos rios Itapecuru, Carará, Pindaré, Mearim e tantos outros próximos às capitanias de Cumá e Caité. Ver Ver Anônimo. "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí". *IN_ . IHGB*, tomo 62, parte I, 1900.p. 71.

colonização, opiniões acerca do destino dos índios, das suas liberdades e das formas de cativos as quais deviam se subordinar, tanto aos índios quanto aos sujeitos de África que, com o passar dos anos, tenderiam a se avolumar nos portos, fazendas e cidades de todo o Brasil e Estado do Maranhão, re/definindo as ordens hierárquicas dessa sociedade, marcadamente plural e composta por negros e brancos, escravos e livres e homens e mulheres e profundamente hierarquizada entre colonos e posseiros, pobres e de fortunas, escravos e livres, índios súditos e bárbaros e mulatos e mestiços.

Como exemplo dessa diversidade, em 1694, o Padre Miguel de Carvalho ao visitar as fazendas de gado vacum e cavalar do Piauí, registra em sua *Descrição do sertão do Piauí*, um montante de 36 grupos indígenas distintos que faziam guerra com os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória²⁰. Quase um século depois, em 1772, na mesma capitania do Piauí, o ouvidor Antônio José de Moraes Durão assinalava os efeitos deletérios de uma colonização marcada eminentemente por “curibocas, mestiços, cabras, cafus e mais catres de que a terra só é abundante que acoitados pelas justiças das outras capitanias em que delinquem [...] buscam esta como um infalível asilo das suas maldades”²¹. Nesse mesmo relatório, o ouvidor Durão volta-se aos pretos, classificando-os como sujeitos cativos ou fugidos, que ao proceder das mais diferentes comarcas se misturavam e se confundiam, “formando um só povo de nações tão diversas em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma delas realçada”.

Embora reconhecendo as diversidades, ambos tiram conclusões divergentes a respeito dos resultados desse encontro de culturas e de sujeitos. Para Padre Miguel de Carvalho, a diversidade indígena funcionaria como um catalisador das vontades dos grupos indígenas a sempre se rebelarem, daí o missionário os eleger como “os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil”²². Para o ouvidor Durão, eram esses sujeitos verdadeiros “demônios encarnados”, que com uma casa de palha, “um cavalo, uma espada, uma faca e alguns carros [...] se sustentam enquanto lhes é preciso andar no mato. Mesmo diante de

²⁰ “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHmº e Rmº Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”.IN_ ENNES, Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 368-389.

²¹ Ofício do ouvidor do Piauí, Antônio José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,Cx.12, D. 864. O mesmo documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. p. 43

²² Ofício do ouvidor do Piauí, Antônio José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,Cx.12, D. 864.p. 44.

tamanhos vícios, o ouvidor acreditava na possibilidade de utilizá-los na construção de colônias em “terras de gentios e estabelecendo-os nelas, servissem de barreira, cobrindo esta capitania, pois ao passo que se saneava fora esta pestífera raça, se evitavam os descontos, vexações e despesas que o povo faz na conquista daqueles e os graves prejuízos que causam, ainda depois de serem aqui metidos e aldeados”²³.

Na mesma década em que escreve o ouvidor Durão, o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiaz passando pela Capitania do Piauí* apontava existência de “diversas nações de índios silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira” e que ocupam as margens dos rios Itapecuru e Parnaíba. Além dos Timbira, o letrado agente colonial situa os Acruá [Acoroá] nas margens do rio Tocantins até se encontrarem ao sul com outras nações. Já na parte norte do rio Tocantins, índios Cupajú, Amanajó, Gamela e outros povos dividiam o mesmo território com os Timbira²⁴.

Os diversos povos indígenas que habitavam essas terras, a multiplicidade de sujeitos que para lá se deslocaram e os diferentes interesses que autoridades portuguesas, missionários e colonos manifestaram ao longo do período colonial leva-nos a contestar modelos interpretativos que contemplem apenas relações históricas baseadas em compreensões dicotômicas: exploradores e explorados, escravos e senhores, índios e colonos/missionários. A recusa, portanto, em modelos explicativos que classifiquem os sujeitos diante de situações de contatos/mediações culturais - no caso, o contato entre europeus e povos do *Novo Mundo* - não significa necessariamente negar ou minimizar os efeitos da opressão e do caráter violento nos quais se forjou essas sociedades²⁵.

Assim, mesmo reconhecendo o caráter explícito do passado de violências da instituição escrava, das relações de poder e de subalternidade, das guerras contra os gentis, do cativeiro e conversão de populações indígenas e do impetuoso projeto colonial implantado nas Américas, ainda assim, a ação humana, o desejo manifesto de impor suas vontades prevalece diante das vexações da história²⁶.

Dessa maneira, qualquer investigação sobre os processos de conquista e ocupação das Américas exige, inevitavelmente, a compreensão das medições culturais

²³ Id. Ibidem.

²⁴ Ver Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. IN_ . *IHGB*, tomo 62, parte I, 1900; GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: uma viagem as engrenagens da máquina mercante*. Campinas, SP: [s.n] Tese de Doutorado em História Social, Unicamp, 2006.

²⁵ Ver, entre outros, GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2014; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das letras, 2001; TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

²⁶ TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

operadas/negociadas pelos diferentes sujeitos da época. Para contornar essa problemática, duas questões mostram-se essenciais: a primeira é de ordem teórico-metodológica e se caracteriza pela importância da narrativa histórica e do diálogo da história com outras áreas do conhecimento, sobretudo, com a Antropologia; a segunda diz respeito à necessidade da ampliação da temporalidade com o propósito de compreender os múltiplos contextos que viria a marcar a formação do Estado do Maranhão.

Sobre a primeira questão, o diálogo com a antropologia interpretativa²⁷ possibilita, segundo Clifford Geertz, perceber nas atitudes e motivações dos sujeitos “as dimensões simbólicas da ação social”.²⁸ Ao partir de pequenos eventos culturais da vida cotidiana, o historiador tenta reconstruir uma descrição dos fatos que leve em conta as experiências e visões de mundo de determinados indivíduos, buscando assim compreender o todo a partir do particular²⁹. A tentativa em codificar esses significados culturais leva os historiadores a cada vez mais compararem seus trabalhos, segundo Geertz, a jogos, teatros ou textos. Os perigos desse tipo de interpretação são os mais variados possíveis, assim como para qualquer tipo de investigação séria sobre o passado³⁰.

O desafio, portanto, em pesquisar aspectos formadores da América portuguesa reside exatamente no repensar das fontes, bem como as categorias históricas presentes naquele momento de formação do Estado do Maranhão. Dito de outra maneira, a escravidão, o controle social, as relações de subordinação e o jogo de poder operados nos séculos XVII e XVIII divergem totalmente daqueles do século XIX³¹. Sabendo disso, o que faz então um historiador a se aventurar a um ambiente desconhecido?

Como nos alerta Robert Darnton, partir de um mundo estranho e opaco é a melhor maneira de compreender uma sociedade; quanto mais estranho a nós, melhores serão as possibilidades de compreensão daquela época pelo historiador³². Compreender mentalidades e concepções de mundos de sujeitos históricos que viveram tempos bastante recuados em

²⁷ GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

²⁸ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 1978.

²⁹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁰ Sobre as dificuldades em transformar eventos históricos e compreendê-los como textos possíveis de serem lidos e interpretados à luz do presente, ver os seguintes trabalhos DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*, e outros episódios da história cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

³¹ Ver, SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001; RUSSEL-WOOD, A. J. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³² Muito embora dialogue com a antropologia, esse trabalho é de história, da disciplina histórica. Isso talvez não diga muito em relação aos resultados, uma vez que os horizontes interpretativos enunciados pelos recentes trabalhos em antropologia são vistos incorporados e, em muitos casos servem de exemplos para pensar o objeto.

relação ao nosso não é uma tarefa fácil³³. Para Geertz, mais uma vez, entender a imaginação alheia de maneira adequada requer olharmos “*por trás* das interpretações intermediárias que nos relacionam com aquela imaginação. É preciso olhar *através delas*”³⁴.

Sendo a história a disciplina do contexto, pretende-se justamente compreender as experiências dos sujeitos da época, como viviam, que tipos de estratégias utilizavam para reconstruir seus mundos, como tornaram suas experiências significativas em um ambiente onde, mesmo em meio à escravidão e aos mandos e interesses coloniais, souberam tirar proveito da situação e, com isso, partir dos seus repertórios culturais para re/construir suas vidas. Por certo, não se pretende aqui revisitar antigos temas caros à história da escravidão, tais como o abrandamento/frouxidão das relações escravistas numa economia subsidiária e a existência ou não de regimes de trabalho livre e/ou escravo convivendo paralelamente.

Da mesma maneira, não se verá aqui uma pesquisa com pretensões de reescrever uma história dos séculos XVII e XVIII, potencializadora de um tipo de escrita que ainda privilegie, de um lado, a “visão plantacionista”³⁵ da nossa história e, do outro, compreenda essa extensa faixa de terra como algo isolado, fora do poder real e refém aos des/mandos locais de uma elite agrária³⁶. Sobre esse último aspecto, a renovação da historiografia sobre a América portuguesa apoiada numa concepção de sociedade de Antigo Regime nas Américas reforçou estudos que enfatizam o caráter negocial do poder do real nas mais diferentes partes de ramificação dos domínios ultramarinos.

Assim, longe da centralidade do poder, as relações no mundo colonial tendiam a se constituir por ambientes negociados, prevalecendo, em muitos casos, prerrogativas políticas, de cargos e de benefícios eminentemente para atender interesses particulares em detrimento dos interesses comuns. Em meio a essas querelas do poder político típico de uma sociedade de

³³ Bastante empenhado em compreender a cultura popular da Inglaterra do século XVII, onde as “consciência[s] e os usos costumeiros eram particularmente fortes”³³, o historiador inglês E.P. Thompson sugere que um dos pontos centrais é o desapego por parte do historiador a conceitos fechados, tais como os de cultura, tradição, costumes e paternalismo que, quando não contextualizados, não dizem nada sobre a sociedade. Para Thompson, a contextualização dos conceitos permite, portanto, ao historiador perceber a racionalidade e os significados sociais dos praticantes de uma determinada cultura. Nesse caso, longe de uma inacessibilidade dos acontecimentos do passado, Thompson propõe uma contextualização dos eventos culturais: enxergar no “atípico” a racionalidade de uma piada, a costumeira venda de esposa entre os ingleses ou no impetuoso descompasso entre as ideias do tempo entre patrões e empregados pode nos revelar um mundo de possibilidades sobre a compreensão do outro. Ver THOMPSON, E. P. Organizadores: NEGRO, A. L e SILVA, S. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001; THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

³⁴ GEERTZ, Clifford. *O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.p. 69.

³⁵ Sobre este assunto ver, BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo baiano, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁶ Sobre a ideia de elites coloniais no Piauí, ver BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.

Antigo Regime, circulava entre os mais diferentes súditos a máxima representação da monarquia portuguesa, simbolizada na existência de um Rei, e corporificada numa contínua engenharia jurídico-dogmática legitimada por indivíduos formados em Portugal e representantes das leis e do direito comum³⁷.

Em síntese, pretende-se, na presente pesquisa, seguir outro caminho e, a partir dele, compreender como interesses metropolitanos, pretensões de colonos locais e formas de negociação/resistência escrava e indígena se desenvolveram numa parte do Brasil ainda pouco estudada e que no período em estudo denominava-se Estado do Maranhão e se encontrava diretamente subordinada à Monarquia portuguesa.

Por fim, em relação ao segundo questionamento procurou-se com a expansão dos domínios ultramarinos representar no mundo do papel os feitos dessas conquistas. Definir, a partir da representação cartográfica e de iconografias, as terras conquistadas transmitia ao rei de Portugal a ideia do quanto sua autoridade administrativa havia avançado, todavia mostrar no mesmo plano cartográfico o seu revés – espaços vazios, terras de índios, aldeamentos jesuíticos – passava, igualmente, a mensagem do quanto ainda faltava para a definitiva consolidação das conquistas.

O mapa que consta no final da introdução, de autoria desconhecida e produzido no ano de 1778, provavelmente seja a melhor representação do domínio português no Brasil setentrional. Nele é possível perceber seus limites territoriais, as redes hidrográficas, as vilas e povoações, as terras por serem descobertas, grupos indígenas e, principalmente, o sentimento de possíveis invasões estrangeiras, uma vez que Espanha, França e Holanda eram inimigos que conviviam ao lado.

As partes e os capítulos que seguem buscam narrar um tipo de história afeita aos contornos presentes na referida representação cartográfica, elegendo como centros das

³⁷ Quando o monarca português eleva, em 1718, o Piauí à condição de capitania, com a presença de um governador e de todo o aparato jurídico-administrativo a ser gradativamente instalado, os oficiais da câmara da vila da Mouchasolicitam, no ano de 1721, recursos suficientes para a construção da cadeia, da Casa da Câmara e, sobretudo, de um estandarte real, a ser fixado na porta da câmara como símbolo de deferência ao monarca português. No mesmo requerimento, os oficiais pedem ainda a criação dos cargos de ouvidor e de corregedor da vila da Moucha. A íntegra do documento encontra-se em AHU-Piauí. Cx.1, Doc. 11. Para o cargo de ouvidor da vila da Moucha foi escolhido o nome do bacharel Antônio Marques Cardoso. Para uma compreensão acerca do Império português, ver RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800”. *Revista brasileira de História*. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998; SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 -1757*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; HESPANHA, Antônio M. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. pp.472-522; BICALHO, Maria Fernando e LUCIA, Vera. *Modos de Governar. Ideias práticas do Império Português*. São Paulo: Alameda, 2005; FRAGOSO, João e BICALHO, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

explicações conjunturas e transformações históricas operadas do Piauí ao Grão-Pará/do Grão-Pará ao Piauí no intuito de se compreender essa outra parte da América portuguesa que outrora chamavam Estado do Maranhão. Por causa disso, surgiu a opção em ampliar a temporalidade da pesquisa, não por acreditar que as estruturas do tempo e o que a ela estavam atreladas, como os contextos históricos que demarcaram as guerras pela conquista do Maranhão, as atividades de evangelização empreendida pelos religiosos da Companhia de Jesus, o cativeiro e a liberdade dos índios e as dinâmicas, locais e globais, em torno do tráfico de escravos, seguiram um ritmo mais lento do que aos acontecimentos ocorridos no Estado do Brasil.

Nesse momento se torna nítida a influência do historiador Fernand Braudel na leitura da representação cartográfica presente nessa introdução enquanto demarcador de uma temporalidade histórica construída na *longue durée* e o quanto, quem produziu entendeu ou quis que entendêssemos que algo conectava os sujeitos que viveram dos sertões do Piauí às densas matas, rios e igarapés do Alto Amazonas durante os anos de 1600 até os anos de 1821, momento furor dos habitantes do Piauí que, com veemência, expulsaram os agentes coloniais da Coroa portuguesa na conhecida Batalha do Jenipapo e exigem a imediata separação de Portugal, do mando administrativo do Maranhão e efetiva incorporação ao independente Estado do Brasil³⁸.

A Primeira Parte encontra-se dividida em dois capítulos. No capítulo I discuto a conquista do Maranhão, relacionando-o, no aspecto mais amplo, com as rivalidades entre franceses e luso-brasileiros pelo domínio das terras do que viria a ser o Estado do Maranhão. No II capítulo, o enfoque encontra-se nas atividades de ocupação e nele centramos atenção nas primeiras atividades missionárias, como aquela conduzida pelo jesuíta António Vieira na região da Serra das Ibiapaba. A análise consistirá em compreender as tentativas jesuíticas de ocupar e catequizar os indígenas da Serra das Ibiapaba, uma região que na primeira metade do século XVII fazia parte dos domínios do Maranhão e que, ao adentrar o século XVIII, se constituiria como uma região de fronteira entre as Capitanias do Piauí e do Ceará. Nesse primeiro momento, a Companhia de Jesus tinha como meta empreender atividades de evangelização na parte leste do Estado do Maranhão, contrariando, portanto, os interesses de

³⁸BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005; TOMICH, Dale. “Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História”. IN_ *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.52-65, 2º semestre de 2011; DOSSE, François. *A história à prova do tempo*: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

muitos colonos. Já na parte sul e nos limites das capitanias de Pernambuco, Bahia e adentrando o Piauí seu objetivo congregou catequização e expansão da atividade pecuarista³⁹.

A Segunda Parte discute as experiências de exploração e de conquistas das matas e rios no Estado do Maranhão. As entradas coloniais, o expansionismo da atividade pecuarista e os projetos de exploração dos rios Mearim, Grajaú, Pindaré, Parnaíba e Itapecuru obedecem a uma dinâmica de exploração que atravessou múltiplas etapas, indo do interesse em conhecer, do desejo de explorar e da vontade de interligá-los aos negócios das praças comerciais europeias e são, portanto, aspectos presentes nos capítulos III, IV e V.

Essas primeiras jornadas aos sertões do Estado do Maranhão, tanto via rio Tocantins quanto rio Parnaíba, servirão como potencializadores de futuras investidas de agentes e autoridades coloniais empenhadas em explorar as matas, rios e índios da região. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa incentiva seus agentes coloniais - esses já com formação em ciências naturais - a se aventurarem nessas terras por meio de Expedições Científicas, produzindo, assim, informações sobre os reinos animais, vegetal e mineral e as remetendo ao Conselho Ultramarino, tão interessado à época em desbancar espanhóis, franceses e holandeses no comércio Atlântico de especiarias e de tintas.

No VI capítulo, o enfoque estará nas viagens e no material produzido por Vicente Jorge Dias Cabral e seu ajudante, o padre Joaquim José Pereira, quando da sua viagem ao interior da capitania do Piauí, durante as décadas finais do século XVIII. Quando postos em conexão, os capítulos que compõem a segunda parte da tese buscam evidenciar não só a presença de luso-brasileiros, mas, da mesma forma, procuram demonstrar que, em muitos casos, havia manifesto interesse da monarquia portuguesa em tornar aquela paisagem cada vez mais colonial.

Na Terceira Parte, o foco da pesquisa encontra-se nas experiências de africanos, mestiços e de índios aldeados nas capitanias do Piauí e da parte sul do Maranhão. Assim sendo, o capítulo sete discute as relações construídas entre colonos/senhores, escravos e índios no momento inicial de implantação das fazendas de gado vacum e cavalar na capitania do Piauí. Para construir esse cenário, a pesquisa parte da documentação testamentária de Domingos Afonso Sertão, de 1711, e do inventariamento das suas fazendas feito em 1717

³⁹ Ver sobre o assunto CHAMBOULEYRON, Rafael e MELO, Vanice Siqueira de Melo. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*. São Paulo, nº 168, p. 167-200. Janeiro/Junho, 2013.

pelo jesuíta Domingos Gomes a pedido do Reverendo padre reitor da Companhia de Jesus, a quem Domingos Afonso deixa como sendo seu primeiro testamenteiro⁴⁰.

No capítulo VII, discuto também o momento de montagem da engrenagem colonial portuguesa nas terras do Piauí e Maranhão dando real interesse ao estabelecimento das fazendas de gado vacum e cavalar e sua disposição para a utilização da mão de obra escrava, indígena e, posteriormente, africana e mestiça. Enquanto que nas zonas de produção do açúcar o tráfico transatlântico potencializava a rotatividade da mão de obra escrava, tornando-a heterogênea a cada nova remessa de cativos, nas zonas de produção de gado vacum e cavalar, por sua vez, o tráfego de escravos funcionava em ritmo menor, variando de acordo com as vicissitudes da procura de escravos em áreas economicamente mais rentáveis. Diferentemente das zonas de produção de açúcar, voltadas para o mercado externo, monocultura e latifundiária, o que se viu em áreas de produção distantes do litoral foi, desde cedo, um tipo de atividade comercial voltada para atender demandas internas, sobretudo, de carnes seca, couros, farinha de mandioca, feijão, fumo e demais gêneros⁴¹.

As redes de negócios e os circuitos comerciais envolvendo compra, venda e troca de charques, couros e escravos para regiões afastadas do litoral ainda são, por nós historiadores, desconhecidas. Para a Bahia e áreas mineradoras das Gerais, a historiadora Isnara Pereira Ivo aponta para a variedade de mercadorias e de negócios empreendidos por sujeitos, homens e mulheres, conhecidos como “homens de caminho”⁴². Mais recentemente, Richard Graham analisou as redes de negócios e de mercadorias que abasteciam a cidade de Salvador desde o final do século XVIII até o século XIX. Nessa pesquisa, o historiador analisa os contatos com as zonas de produção de gado e os circuitos de abastecimentos que conduziam carne seca e couros das feiras de Capuame e de Jacobina até a cidade de Salvador, mostrando a diversidade de sujeitos e a pujança de uma atividade comercial ainda pouco pesquisada na história⁴³.

⁴⁰ “Testamento de Domingos Afonso Sertão, descobridor do Piauí”. IN_ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.p.160.

⁴¹ Ver, entre outros, BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995; NEVES, Fagundes. *Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese de Doutorado. Recife: [s.n],2003; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; LARA, Silvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴² IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.*

⁴³ GRAHAM, Ricard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

As áreas limítrofes entre o Maranhão, Piauí, Bahia e Pernambuco ainda carecem de pesquisas que se interessem pelas redes internas de comercialização, sobretudo, as que envolviam escravos que outrora interligavam os portos receptores de africanos, localizados no litoral, ao circuito interno interessado no uso dessa mão de obra na atividade pecuarista dos sertões. Pelos registros de batismos e de casamentos encontrados na Igreja de Senhora da Vitória da cidade de Oeiras do Piauí, durante a segunda metade do século XVIII, havia um expressivo número de escravos angolas e congos⁴⁴.

Para o século XVIII, poucas são as informações a respeito dessas redes do tráfico interno de escravos para áreas de produção de gado vacum e cavalar⁴⁵. Afinal, como chegavam a essas regiões distantes do litoral, quais os pontos de paradas/negócios e seus agenciadores? Mesmo assim, como se verá no capítulo VI, havia uma preferência por escravos angolas frente aos demais grupos étnicos. Na mesma escala de preferência, os escravos do sexo masculino sobrepujavam os do sexo feminino, uma vez que o ambiente e as atividades a serem executadas nas fazendas demandavam esforço físico do escravo⁴⁶. Assim e para manter um plantel de escravos suficientes para atender a demanda, uma das estratégias utilizadas por fazendeiros e missionários da Companhia de Jesus possuidores de fazendas foi o incentivo aos matrimônios - legítimos ou ilegítimos - de escravos nos ambientes dessas unidades de produção⁴⁷. Um artifício que ajudava a manter o plantel de escravos a partir da

⁴⁴ Arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de Oeiras. Livros de Batismos e de casamentos de escravos e índios – Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1770-1890).

⁴⁵ Sobre as redes de comércio de escravos no Atlântico, seus portos e agenciadores ver, entre outros, VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX)*. In: MELLO SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos. Relações de poder no mundo ibérico na época moderna*. São Paulo: Alameda, 2009; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; Souza, Cândido Eugênio Domingues de. *“Perseguidores da espécie humana”: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII*. Salvador/BA. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2011; CARVALHO, Marcos J. M. “O desembarque nas prais. O funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831”. *Revista de História São Paulo*, nº 167, p. 223-260, julho/dezembro, 2012.

⁴⁶ Um traço comum e severo da escravidão, como bem observou Manolo Florentino e José Roberto Góes, para outras regiões escravagistas. Ver FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 171.

⁴⁷ Sobre o debate envolvendo os conceitos de “nação”, “grupos étnicos”, grupos de “procedência” e de “identidade” na caracterização dos africanos no Brasil, ver SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas- São Paulo: Ed. Unicamp, 2006; SLENES, ROBERT W. ““Malungu, Ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil”. *REVISTA USP*, número 12 (dez./jan./fev., 1991-1992).

reprodução endógena e um potencial instrumento de luta para escravos interessados em barganhar vantagens junto a seus senhores⁴⁸.

Por fim, o capítulo VIII terá como foco analítico os índios aldeados, notadamente os *Guegue*, *Jaicó* e *Acaroa*, localizados no centro-sul da capitania do Piauí. Será no interior dos três principais aldeamentos da Companhia de Jesus no Piauí - o de São Gonçalo do Amarante, o aldeamento do Cajueiro e o de São João de Sendé - que índios aldeados re/constituíram suas vidas, estreitaram contatos e desentendimentos com o colonizador e redefiniram no ambiente colonial suas identidades. Posteriormente, a análise se concentrará nas alianças entre índios aldeados, negros escravizados e mestiços livres. O objetivo será de perceber o jogo de alianças construídas entre o índio principal do aldeamento de São Gonçalo do Amarante, Marcelino do Rego e autoridades locais, no caso em específico, com o Capitão Felix do Rego Castelo Branco⁴⁹. As alianças, as barganhas e, no extremo, os conflitos acabariam por re/configurar novas hierarquias, ampliando as diferenças, tanto na vertical quanto na horizontal, a partir de mecanismos próprios do mundo ibero-americano, como a política das graças e das mercês⁵⁰.

Em situações de fronteiras, as experiências dos aldeamentos serviriam também para colocar a região dentro da dinâmica comercial portuguesa, uma vez que os aldeamentos teriam a função de inibir as ações dos índios não aldeados e de potencializar, por outro lado, uma mão de obra necessária às atividades de exploração das riquezas naturais. Extraída e/ou produzida a riqueza, cabia agora o seu escoamento via praça comercial de São Luís ou freguesia de São José da Parnaíba. Aqui, mais uma vez, os índios aldeados teriam um papel de destaque nos projetos coloniais, entrando em conflito com grupos quilombolas que viviam às margens do Parnaíba. Eliminados os problemas, o comércio pelo Parnaíba se efetivaria até a foz ou então utilizando o estuário comercial das Aldeias Altas, situado às margens do rio Itapecuru e principal escoadouro de mercadorias dessa parte do Maranhão ao porto de São Luís.

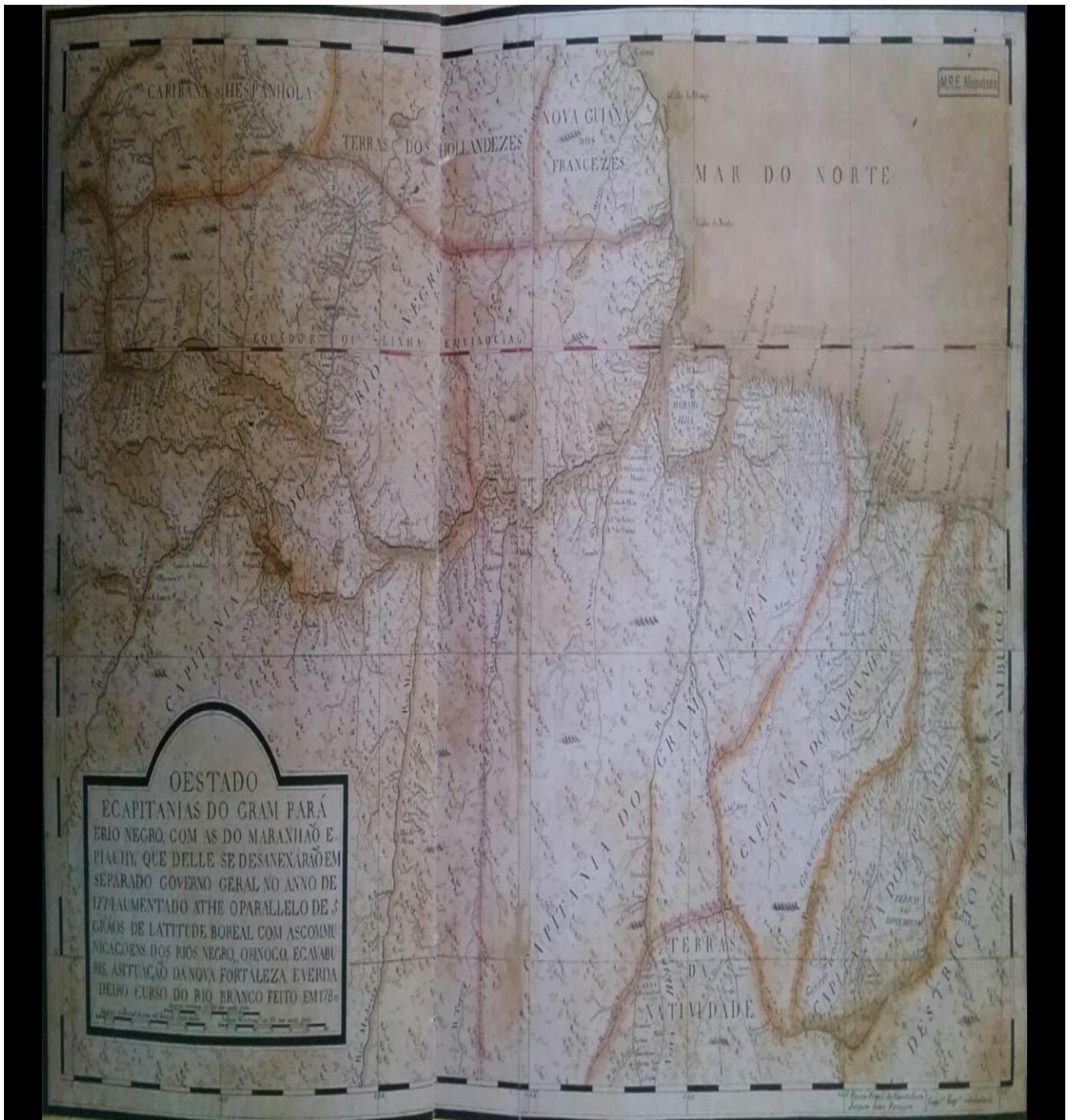
⁴⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 317, SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001.

⁴⁸ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José R.A *Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: c. 1790 -c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁴⁹ O cenário da formação de uma elite local é analisado em, BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2012.

⁵⁰ HESPANHA. António M. *Às vésperas do leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

As crônicas descritivas e memorialísticas dos padres da Companhia de Jesus, a produção cartográfica do Estado do Maranhão e Piauí e os relatos dos emissários reinóis serão revisitadas no intuito de situar a questão indígena. Essas leituras sobre os índios produzidas amiúde por agentes das conquistas a partir de fins do século XVII e que avança até a segunda metade do século XIX nos estimula a pensar e compreender como, ao longo do tempo, o sujeito índio iria gradativamente saindo da condição de abundantes e heterogêneos para escassos e homogêneos até chegar à condição de inexistentes nas terras da província do Piauí.



Mapa 1: Mapa da região setentrional do Brasil, compreendendo as capitanias de São José do Rio Negro (Amazonas), Grão-Pará, Maranhão e Piauí e a parte meridional das três Guianas (1778). Autor desconhecido. Mapoteca do Itamaraty.

PARTE I

CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO MARANHÃO

CONQUISTA

Franceses no Maranhão: Narrativas coloniais, 1532 -1616

O manifesto desinteresse pela efetiva ocupação das terras do Brasil, logo após a chegada de Pedro Álvares Cabral, é algo de notável conhecimento por parte da historiografia nacional. Segundo A. J. R. Russel-Wood, a falta de apreço da Coroa portuguesa por aquelas terras do *Novo Mundo* era tanta que, concomitante à chegada da esquadra Cabralina, a decisão seguinte seria a do arrendamento do comércio de pau-brasil a cristão-novos, um grupo que há muito vivia segregado e à margem dos cargos da administração colonial⁵¹.

Esse desprendimento português, durante as três primeiras décadas após as descobertas, contrastava, por sua vez, com o rigor dos franceses em explorar o *Novo Mundo*. Muito embora holandeses e ingleses estabelecessem um razoável comércio com os mais diferentes grupos ameríndios, mediado, quase sempre, por contrabando e/ou pirataria de pau-brasil, tanto nas terras ao sul como ao norte do Brasil, seriam as investidas dos franceses as que mais fustigavam o temor daqueles portugueses sobressaltados com a possibilidade de perderem o direito de posse daqueles domínios do ultramar⁵².

Por certo, somente a partir de 1532 que a Coroa portuguesa resolveria tal situação mediante a distribuição de donatárias, um dispositivo administrativo que visava transferir aos colonos o ônus e o usufruto daquelas terras do *Novo Mundo*. Tempos depois, o rei Dom João III expediria outra resolução outorgando a posse e povoamento das terras limites com as Índias de Castela a João de Barros, reconhecido historiador português, autor da *Gramática da*

⁵¹ RUSSELL-WOOD. A. J.R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800". *Revista brasileira de História*. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998. Sobre a segregação aos cristãos-novos na Península Ibérica e domínios coloniais, ver, entre outros, BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo, Cia das Letras, 2007; Sobre os estatutos de sangue na península ibérica ver, OLIVAL, Fernanda. "Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal". *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 4, 2004, pp.151-182. Sobre os critérios de distinções e hierarquização da sociedade portuguesa, dentro e fora da península, ver, RÊGO, João de Figueirôa e OLIVAL, Fernanda. "Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVII a XVIII)". *Tempo*. Dossiê, n.30. v. 15. Junho/2011, pp. 115- 145.

⁵² A disputa pelo controle das zonas de des/povoamento e de colonização de Espanha e Portugal terá se auge a partir do século XVII, quando corsários e piratas ingleses, flamengos e franceses intensificarão suas ações de exploração no ultramar. Sobre a conjuntura política e econômica que se desenhará nesse momento ver, NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p.33.

Língua portuguesa e feitor da casa da Índia⁵³. Segundo Frei Vicente do Salvador, não tardou muito para João de Barros fazer-se ao mar e partir de Lisboa, no ano de 1535, em direção ao Maranhão numa frota de 10 navios com novecentos homens, um tesoureiro-mor, o português Fernando Álvares, Ayres da Cunha e mais dois de seus filhos. Não obstante à rapidez em tomar posse das terras do Maranhão, o experiente português fora traído pela força dos ventos e das correntes marítimas fazendo com que naufragassem nos “baixios” do Maranhão. Socorridos pelos “gentio Tapuia”, a comitiva veio a se estabelecer numa ilha a que denominariam de Vacas, futura ilha de São Luís, e lá constituíram amizades e famílias com os negros da terra

como se descobriu depois que [os filhos] cresceram, não só porque barbaram e barbaram ainda hoje todos os seus descendentes, como seus pais e avós, senão pelo amor que têm aos portugueses, em tanta maneira que nunca jamais quiseram paz com os outros gentios nem com os franceses, dizendo que aqueles não eram verdadeiros pêros (que assim chamam aos portugueses, parece em respeito de algum que se chamava Pedro) e todavia, quando na era de 1614 entraram os nossos no Maranhão, logo os vieram ver e fazer pazes com eles, dizendo que estes eram os seus pêros desejados, de que eles descendiam⁵⁴.

Francisco Teixeira de Moraes, em *Relação Histórica e Política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luís do Maranhão*, um manuscrito produzido no ano de 1692 e dedicado Roque Monteiro Paim, conselheiro de El-Rei e presidente da Junta das Missões do Maranhão, alega a total indiferença dos ameríndios do Maranhão a uma suposta predisposição dos gentílicos. Para Francisco Teixeira, os sobreviventes do naufrágio, muitos soldados e alguns voluntários, se incorporaram “com os gentios distantes das marítimas ribeiras, entre os quais, aflitos por falta de recurso ou subornados da presente ocasião, admitindo das índias o consórcio, multiplicaram seu número nos sucessivos indivíduos, mas contaminando o sangue

⁵³ BARROS, João de. *Grammatica da Língua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. <http://purl.pt/12148>

⁵⁴ *Da terra e capitania que El-rei D. João Terceiro doou a João de Barros*. SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Weiszflog Irmãos, 1918. pp.129-130. Páginas depois, Frei Vicente do Salvador aponta para uma possível ambiguidade por parte da Coroa portuguesa e de João de Barros a respeito do verdadeiro local da sua capitania. Para Frei Vicente, o incidente em torno do naufrágio evidencia a incerteza dos colonos sobre a posse daquelas terras, já que os mesmos não a colonizaram por achar que ali não seriam as terras de João de Barros, justamente as terras do Maranhão. Anos depois, João de Barros formaria outra expedição com o propósito de resgatar seus dois filhos, fato este que comprava ser aquelas terras do Maranhão pertencentes a outro donatário, a quem Frei Vicente julga ser de Luís de Mello da Silva.

e pervertido o espírito”. Dessa união entre índios da terra e náufragos portugueses teria surgido a nação Tapuia Barbado, os mais ferozes e valentes do Maranhão⁵⁵.

Mesmo a possuir o direito de posse, faltavam-lhe cabedais suficientes para empreender a efetiva ocupação daquelas conquistas, terminando por, assim como as demais capitanias do Estado do Brasil, não obter o resultado que se esperava. As malogradas tentativas de exploração e de conquistas das terras do rio Amazonas, como assim denominavam os espanhóis, não seriam suficientes para desestimular outras empresas de colonização. As notícias que circulavam pelo Atlântico e, sobretudo, aquelas que chegavam às cortes europeias, vindas por meio de uma literatura de viajantes, produzida por clérigos e agentes da administração hispano-portuguesa, davam conta de uma região repleta de riquezas baseadas, grosso modo, na exploração do pau-brasil, ouros e outros metais de igual preciosidade⁵⁶.

No mesmo período, provavelmente entre 1568-1569, Pero de Magalhães Gândavo produziria o manuscrito *Tratado da Terra do Brasil* e, anos mais tarde, em 1573, *História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Em ambos os trabalhos, têm-se o apelo à colonização de uma terra de fertilidade, “abastada de todos os mantimentos necessários para a vida do homem” português, que com poucos escravos transformar-se-ia em um vassalo de excepcional habilidade. No último capítulo de *História da Província de Santa Cruz*, intitulado *Das grandezas que se esperam da terra do sertão*, Gândavo utiliza-se das informações prestadas pelos índios da terra para denunciar a opulência de ouro e outras pedras preciosas que estavam sendo extraídas por nativos à custa de ferramentas cedidas por gentes que habitavam a parte oriental da costa e que possuíam barba tal qual o português. Com poucos dias de viagem daquela região, era possível alcançar as minas de ouro dos Castelhanos do Peru, na província de Quito⁵⁷.

Como uma deixa aos futuros colonos de Portugal, Gândavo traça, por assim dizer, o panorama das futuras disputas entre as monarquias europeias nas Américas, redefinindo a partir do imperioso desejo pelo ouro dos Andes os próximos pontos de conflito das principais

⁵⁵ Francisco Teixeira de Moraes, “Relação Histórica e Política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luís do Maranhão, com os sucessos mais notáveis que nele aconteceram: sua descrição geográfica; seu descobrimento, conquista, guerras com os franceses intrusos e índios naturais, invasão dos holandeses, sua expulsão, e a exata narração do tumulto que na dita cidade se levantou, e a quietação dele com a vinda de Gomes Freire de Andrade, e o exemplar governo dele, e de outros governadores até o de Francisco de Sá e Menezes, 1692”. *RIHGB*, Tomo XL, 1877. pp.67-155.

⁵⁶ Ver também, CURTO, Diogo Ramado. *Cultura Imperial e projetos coloniais* (séculos XV-XVIII). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.p.229.

⁵⁷ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p.154.

nações da Era Moderna. A experiência de ocupação do Maranhão começava a ganhar contornos mais definidos e com ela a possibilidade de integrar as duas partes do Brasil em torno de um só reino. O que Gândavo não contava era que sete anos depois da produção do seu manuscrito, Dom Henrique, rei de Portugal, viria a falecer e, com isso, deixava livre, por direito de sucessão, o trono português ao rei espanhol, Felipe II (1555-98)⁵⁸.

Possivelmente, a União Dinástica explique os motivos das constantes investidas dos Habsburgo em melhor conhecer as terras do norte e de todo o seu litoral do atlântico equinocial, sobretudo a faixa litorânea que se estende da ilha de Margarita até o Ceará, seus ventos, as correntezas, as ilhas e os rios que deságuam no grande mar doce, o rio Amazonas, no intuito de medir as distâncias entre litoral e interior do continente, objetivando, com isso, descobrir as melhores passagens que pudessem levá-los às minas de ouro e de prata.

E não faltaram tentativas, algumas bem sucedidas, com conquistas de terras e reconhecimento de toda a extensão do rio Amazonas, enquanto outras malograram, com desaparecimento de embarcação, naufrágios e mortes. As primeiras viagens de Francisco de Orellaña, partindo da península Ibérica em direção às Américas, chegaram, inclusive, a servir de exemplo aos projetos marítimos de exploração dos portugueses. Lúcio de Azevedo, em *Os jesuítas no Grão-Pará*, ao narrar as experiências de conquistas do Maranhão, conta nas notícias acerca da viagem de conquista ao Peru, empreendida por Francisco de Orellaña em companhia do governador da colônia espanhola em Cuzco, que Francisco Pizarro estimulou o português João de Sande e o espanhol Diogo Nunes de Quesada a solicitarem, junto ao El-Rei Dom João III, autorização para executar uma jornada de descobrimento das terras localizadas entre o rio da Prata e o Estado do Brasil, a que por direito estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas eram domínios de Portugal⁵⁹.

Diogo Nunes de Quesada já havia dedicado boa parte da sua vida a circular por aquelas partes do Novo Mundo, inclusive visitando o Peru. Sua experiência foi de extrema importância durante o processo de negociação e de convencimento da Coroa portuguesa naquela empreitada. Afinal, além de onerosas, precisava-se de uma experiente equipe de tripulantes uma vez que as rotas marítimas que ligavam à linha equinocial eram de difícil navegação. Foi, portanto, na tentativa de organizar uma boa equipe de marinheiros e de possuir um mestre piloto de embarcação que João Sande segue para Sevilha a fim de recrutá-los; contudo o Conselho das Índias deduz que seu interesse estava mesmo em espionar a

⁵⁸ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵⁹ AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.p.20.

esquadra castelhana que há poucos dias partiria para as Américas⁶⁰. João de Sande será conduzido à cadeia e ao ser reconduzido, dias depois, a Portugal toma conhecimento do fracasso da sua empreitada⁶¹.

Em *Tratado Descritivo do Brasil*, Gabriel de Sousa Soares também ressalta essas primeiras tentativas de colonização do rio Amazonas até o Maranhão. Na mesma época da malograda experiência de João de Sandes e de Diogo Nunes de Quesada, o português o Luiz de Melo, filho do alcaide-mor de Elvas, levanta âncora com destino à capitania de Pernambuco. Contudo, sua imperícia no conhecimento das rotas marítimas termina por traí-lo e, com isso, o agente português penetra, sem intenção, no “rio do Maranhão, e n’este das Amazonas, de cuja grandeza se contentou muito; e tomou língua do gentio de cuja fertilidade ficou satisfeito, e muito mais das grandes informações que na ilha da Margarita lhe deram alguns soldados que ali achou, que ficaram da companhia do capitão Francisco de Arelhana”⁶².

Vencendo mares ou abrindo caminhos e veredas por terra, conquistar o Maranhão exigia certa habilidade do aventureiro disposto a tal empreitada. O “tão desejado, mas nunca possuído Maranhão”, como bem afirmou o autor da *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*, ficaria inexplorado até o final do século XVI e apenas nas primeiras décadas do século XVII seria efetivamente conquistado⁶³. Assim, antes mesmo que o Governador-geral do Brasil, Gaspar de Sousa (1612-1617) enviasse uma esquadra sob o comando do mestiço Jerônimo de Albuquerque, em 1614, para reconquistar o Maranhão dos franceses, outras experiências em alcançar as terras do norte pelos sertões já haviam sido realizadas, especialmente por religiosos⁶⁴.

Nomeado pelo padre Manoel da Nóbrega, João de Azpilcueta, missionário há pouco tempo na capitania da Bahia, recebe, no ano de 1554, a missão de entrar com mais 12 cristãos pela “terra dentro a descobrir se havia alguma nação de mais qualidade ou se havia na terra cousa por que viessem cristãos a povoá-la, o que sumamente importa para a conversão destes

⁶⁰ Nessa expedição, o rei de Castela, Carlos V, filho de Felipe II, escolherá novamente Francisco de Orellana para comandar a missão. Cf. AZEVEDO, Lúcio de. *Op. Cit.* p. 24.

⁶¹ Id, *Ibidem*.p.21.

⁶² SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1879, pp. 7.

⁶³ MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860, p.344.

⁶⁴ ASSUNÇÃO, Paulo. *A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000; RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

gentios”⁶⁵. Durante o percurso de 350 léguas terra adentro, o padre Azpilcueta visitaria “caminhos pouco descobertos”, transporia grandes serras e, por pouco, não morreu afogado na travessia de um dos vários rios daqueles sertões até chegar, enfim, ao rio de nome Pará, que segundo os índios locais era o rio São Francisco. Sobre os índios daqueles sertões, Azpilcueta os descreveria como pouco amistosos. Alguns, inclusive, determinados a matá-los, por meio de feitiçarias e, quando não, a boicotar a expedição interior adentro.

Não tardou muito para a comitiva liderada pelo missionário abandonasse aquela grande aldeia em busca de novas terras. Antes disso, o missionário reservaria uma pequena parte da sua carta para descrever aquele ritual de feitiçaria, que, segundo ele, mais parecia a uma grande festa dos feiticeiros, com índios pintados nos rostos e emplumados,

Bailando e fazendo muitos gestos, torcendo as bocas e dando uivos como perros [cães]: cada um trazia na mão uma cabaça pintada, dizendo que aqueles eram seus santos, *os quais mandavam aos índios que não trabalhassem porque os mantimentos nasceriam por si* [grifo meu] e que as flechas iriam ao campo matar caça: estas e outras muitas cousas, que eram para chorar muitas lagrimas, vi.

Diante daquele momento de contemplação, o jesuíta teve tempo ainda de observar furtivamente que durante a cerimônia era costume dos índios irem a um espaço da grande aldeia onde havia uma casa grande e dentro dela uma casa menor na qual os índios invocavam a entidade “Amabozaray”, uma espécie de santo feito com cabaça e com forma de cabeça humana, que significa pessoa que dança e baila. No dia seguinte a expedição, partiria em direção ao rio Francisco, passando por “muitos despovoados, especialmente um de vinte e três jornadas por entre uns índios que chama Tapuzas [tapuias]”.

A expedição estabeleceria contato com os índios Aymorés, visto pelo próprio Azpilcueta como serem bestiais e ferozes, que andavam pelos sertões “como manadas de veados, nus, com os cabelos compridos como mulheres: a sua fala é mui Barbara (sic) eles mui carniceiros e trazem flechas ervadas e dão cabo de um homem num momento”. A essa altura do rio Francisco, havia dois tipos de grupos indígenas: os Aymorés, que representavam o grosso da população gentílica que vivia nas proximidades do São Francisco e, inimigos destes, os índios Tamoios. Decidem com isso que a melhor opção seria estabelecer uma aldeia, com o que fazem ao fincar uma cruz grande e uma pequena capela na sua entrada.

⁶⁵Carta do Padre João de Azpilcueta escrita de porto seguro a 24 de junho de 1555. Cartas Jesuíticas III-IV: cartas Avulsas: 1550-1568. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.p.147. Ver também, LONDONÔ, Fernando Torres. “Escrevendo cartas. Jesuítas, escritas e missão no século XVI”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43,2000. pp. 11-32.

Percebe-se, aqui, a capacidade do autor em compreender a diversidade dos grupos indígenas da região, enumerando assim os mais propensos à evangelização, os arredios e inconstantes, os que não abandonam o hábito de comerem carne humana e, como os Carijó, os que têm a “fama de serem os melhores gentios de toda aquela costa do Brasil”⁶⁶. Embora as diferenças apresentadas sejam comportamentais, a literatura de viagem de finais do século XVI e inícios do XVIII irá, cada vez mais, exaltar aspectos latentes de uma cultura indígena marcada pela diversidade⁶⁷. Diferenças essas que não fossem os colonizadores se transformariam em barbárie, como assim esclarece o padre Yves D’Évreux a respeito dos selvagens do Maranhão que, mergulhados em seus vícios e convivendo no mesmo território com grupos inimigos, facilmente “se comeriam umas às outras, e, no entanto, coisa estranha, atualmente eles vivem em boa paz sob os franceses, dando uns aos outros suas filhas em casamento”⁶⁸.

Mais adiante, o missionário francês descreve os Tupinambá como lascivos, levianos, inconstantes e preguiçosos, pois, caso quisessem, poderiam obter carnes e peixes, mas preferem viver miseravelmente, exatamente o contraste dos “Tabajara, os Cabelos Compridos, os Tramembaiz [Tremembé], os Canibais, Pacajás [Pacajara], Camarapim, Pinarien, e semelhantes, [que] trabalham para viver melhor, juntar mercadorias e se acomodar confortavelmente tanto em suas malocas, como em suas famílias”⁶⁹.

O plano era construir pequenas embarcações, converter os poucos de gentílicos presentes e concluir a missão descendo o rio São Francisco. Enquanto isso, Azpilcueta circula pela região em busca de almas nativas, contudo o que presencia são festas e cerimônias, como aquela em que vê uma pequena “menina atada com umas cordas para a matar, ao que se havia juntado muita gente das outras aldeias: cheguei-me a ela, falei-lhe na língua dos nossos índios, mas não me entendeu, porque era filha de Tapuzas”⁷⁰. Restaria ao jesuíta apenas

⁶⁶ Cf. *Extrato de uma carta do Padre João de Azpilcueta Navarro da Índia do Brasil, a 28 de março de 1550*. Cartas Jesuíticas III-IV: cartas Avulsas: 1550-1568. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. pp.52-53.

⁶⁷ CURTO, Diogo Ramado. *Cultura Imperial e projetos coloniais* (séculos XV-XVIII). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 234. Ver, especialmente, o capítulo *Terra do Brasil, ou província de Sana Cruz*.

⁶⁸ YVES, D’Évreux. *História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009, p.166.

⁶⁹ YVES, D’Évreux. *História...Op. Cit.*, p.167. Sobre os índios do Maranhão, ver HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 304.

⁷⁰ O método de evangelização do Padre João de Azpilcueta consistia em falar aos gentílicos durante o entardecer e atravessando toda a noite. Nos encontros com os gentílicos, sua estratégia baseava-se em falar por meios de visagens, com gritos e batidas dos pés a fim de atrair a atenção dos recém-conversos. Era visto por muitos jesuítas como “a luz, o lustre e o exemplo da Missão do Brasil”. Cf. *Extrato de uma carta do Padre João de Azpilcueta Navarro da Índia do Brasil, a 28 de março de 1550*. Cartas Jesuíticas III-IV: cartas Avulsas: 1550-1568. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.p.54.

batizar outros meninos que teriam o mesmo fim naquelas cerimônias que “nunca tinha vistas neste ato de matar”.

Com exceção das baixas envolvendo índios ajudantes, a comitiva com os doze cristãos e o padre João de Azpilcueta consegue retornar da missa. Por consequente, em meio ao conteúdo informativo da carta do missionário, três aspectos se sobrepõem, a saber: o caráter desviante/inconstante dos índios em receber o evangelho, a exuberância da natureza, abundante em animais, vegetais e de terra fértil e, por fim, a certeza de que o futuro dessa gente e a riqueza da terra só virão mediante o seu povoamento por cristãos.

Sobre a resistência dos índios, o missionário afirmava haver uma disposição dos gentílicos em receber o evangelho, entretanto agiam apenas por “cobiça que têm das suas cousas, e é tanta que, quando lhes não veem, lhes tiram os vestidos e depois lhes dão de comer com a condição de que arranquem as pestanas e barbas como eles e vão caçar e pescar juntos”. Eduardo Viveiros de Castro, em trabalho sugestivo, alertou para esse tipo de escrita dos jesuítas sempre disposto a situar as atitudes e costumes dos Tupinambá a uma determinada resistência ao cristianismo. Assim, interessados em conhecer e arredios em seguir o universo religioso cristão, os tupinambá continuariam a realizar suas crenças, cerimônias e vida religiosa à revelia dos preceitos dos membros da Companhia de Jesus⁷¹.

Ao tratar dos assuntos ligados ao mundo natural, o missionário enfatiza aspectos de uma exuberância animal e vegetal que têm como fim a satisfação do colonizador cristão. Assim, sua atenção volta-se aos animais e aves de caças, como antas, onças, veados, macacos, porcos, raposas, lebres, coelhos e um exótico animal “que tem uma capa por cima à maneira de cavalo armado”. Em meio à diversidade animal encontrada, provavelmente, nenhum outro animal tenha chamado tamanha atenção quanto o tatu. E nesse quesito, mais uma vez, são sintomáticas as escolhas narrativas evidenciadas pelo padre Azpilcueta com aquilo que, tempos depois, seria reproduzido por Pero de Magalhães Gândavo em seu manuscrito sobre a fertilidade e abundância da terra do Brasil.

A “curiosidade” em torno dos tatus faria com que Gândavo os caracterizasse como exóticos quadrúpedes parecidos com os coelhos e com cascos “à maneira da lagosta como de cágado, mas é repartido em muitas juntas como lâminas; parecem totalmente um cavalo armado”⁷². A expressa associação do tatu a um tipo de cavalo com armadura, presente tanto

⁷¹Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ª Ed. São Paulo: Cosac Naify. 2013. pp. 83-264. Ver também POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*. Bauru, Sp: EDUSC, 2003.

⁷²GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 61.

em Azpilcueta quanto em Gândavo é revelador da sintonia que ambos apresentavam a respeito daquilo que se escrevia sobre as maravilhas do Novo Mundo.

No início do século XVI, agentes coloniais espanhóis e artistas flamengos escreviam tratados e produziam um rico acervo iconográfico sobre a fauna e a flora, manifestando certa admiração por estranhos animais de carapaça. Por conseguinte, aventureiros e comerciantes interessados em agradar a nobreza e a Coroa das suas respectivas nações enviavam para a Europa animais do tipo onças, gambás, veados e tatus para serem expostos e, quando não, comercializados como mercadorias para fins de tratamento das mais diversas enfermidades⁷³. Essa primeira escrita produzida sobre as Américas visava, portanto, construir o que Sérgio Buarque de Holanda denominou de cenário ideal, onde colonizadores, missionários e aventureiros re/construiriam suas “experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais”⁷⁴.

Provavelmente, essas primeiras narrativas de viagens aos sertões, de algum modo, serviram para frear as paixões e/ou estímulos às ambições de muitos aventureiros nas décadas finais do século XVI e inícios do século XVII. Os manuscritos de Pero de Magalhães Gândavo, assim como o de Gabriel de Sousa Soares, relativos ao Estado do Brasil e, a partir da primeira metade do século XVII, os manuscritos de Simão Estácio da Silveira e de Claude D’Abbeville, respeitante ao Maranhão, juntar-se-ão a esse modelo de representação das conquistas dos sertões, ao tempo em que absorveriam esse conteúdo de riquezas e as associariam às dificuldades em se vencer as distâncias e hostilidades e, em alguns casos, o pactuamento de interesses entre nativos da terra e exploradores.

Com efeito, o chamamento para a colonização surtiria efeito, mesmo aparentando estranheza daqueles colonos já fixados em São Luís, que não entendiam as razões do sujeito, como Estácio da Silveira, resolver sair de seu regalo de Lisboa e “sem obrigações a que ir buscar remédio [...] ia ao Maranhão, não seria sem algum fundamento”. A estranheza dos que lá estavam com aqueles que chegavam mostra o sentimento de precariedade desses primeiros anos da colonização no Maranhão e a necessidade dos primeiros em obter o apoio dos gentílicos para a consolidação dos seus interesses.

Não é por acaso que o autor de *Relação sumária das cousas do Maranhão* elege os mesmos sujeitos pelos quais Gândavo tanto manifestara interesse em vê-los a explorar aquelas

⁷³ TEIXEIRA, Dante Martins. “A curiosa história dos tatus: Um improvável símbolo renascentista do Novo Mundo”. IN. THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris e FURTADO, Júnia (orgs). *Um mundo sobre papel: livros e impressos flamengos nos impérios portugueses e espanhóis (séculos XVI-XVIII)* São Paulo/Belo Horizonte, Editora Universidade de São Paulo/Editora UFMG, 20014. PP. 447-473.

⁷⁴HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos nos descobrimentos e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.p.383.

terras, isto é, aos “pobres deste Reino de Portugal”⁷⁵. O diferencial agora é que as terras aclamadas à colonização são as das conquistas do norte, próximas às Índias de Castela, que, segundo o próprio Estácio da Silveira, coube a Gabriel de Sousa Soares o seu descobrimento, quando este avançou pelas cabeceiras do rio Francisco e Serra Verde até as conquistas do Maranhão e de lá aos limites do império colonial espanhol, na província de Charcas, no Peru⁷⁶.

Nesse projeto de exploração das terras do Maranhão, quatro fatores que estão diretamente vinculados ao contexto global de alargamentos dos impérios coloniais europeus, a partir da expansão das atividades comerciais atlânticas, ganham relevância em fins do século XVI e por todo o século XVII: 1) a união dinástica das Coroas de Espanha e Portugal; 2) a presença francesa no Maranhão; 3) as ações missionárias de entradas aos sertões, tanto ao norte, com os empreendimentos de conquista e catequização na Serra das Ibiapaba e avanço via rios Itapecuru, Monim, Parnaíba, Mearim e Pindaré e, na parte sul, a entrada, a partir da última década do século XVII, dos religiosos da Companhia de Jesus, como o Padre Miguel de Carvalho⁷⁷ e, posteriormente, do padre Domingos Gomes, que vindos de Pernambuco fundariam a freguesia e igreja de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, os primeiros aldeamentos e as inspetorias jesuíticas; 4) as bandeiras capitaneadas por colonos do Estado do Brasil que ao embrenhar-se no interior das matas alcançariam o Piauí e Maranhão. Quatro pontos que convergem entre si na busca do controle e consolidação desse extenso domínio do ultramar nas Américas, utilizando, como imperativo para tal sucesso, a mão de obra indígena e a escravidão negra, africana e mestiça.

Sobre o primeiro ponto, o historiador Alírio Cardoso Carvalho afirma que os reflexos dessa nova conjuntura política presente na península Ibérica, em especial, a união dinástica hispano-lusa, trarão consigo consequências diretas na ocupação daquela imensa região de

⁷⁵ Cf. SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão, dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Siciliano, 2001; GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

⁷⁶ Gabriel Soares de Sousa chegou a receber da Coroa portuguesa, durante o ano de 1591, o título de governador e capitão-geral das minas do São Francisco e direitos plenos para recrutar colonos e atrair índios aldeados para empreender as primeiras entradas ao interior do sertão em busca de minérios. Ver, SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária...*p. 30; SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 -1757*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 113-114.

⁷⁷ “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHmº e Rmº Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”.IN_ ENNES. Ernesto. *As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.Doc. 64. pp. 368-389.

fronteira entre o Estado do Brasil e as Índias de Castela⁷⁸. Dessa maneira, o que viria a ser denominado, a partir de 1621, de Estado do Maranhão será o resultado direto das ações situadas em um espaço maior de disputas envolvendo não só ingleses, franceses, holandeses, mas também interesses espanhóis em preservar uma extensa faixa de terra que compreenderia todo o rio Amazonas, conhecido como rio de mar doce, Vice-Reinado do Peru e Estado do Brasil, agora sob a tutela dos Habsburgo da Espanha⁷⁹.

Nesse período, tem-se também a situação controversa referente à administração da mão de obra indígena. A maneira como colonos portugueses tratavam do assunto e deles faziam uso diferia da proposta empregada pelos Habsburgo nos domínios espanhol nas Américas. Como bem notou Stuart Schwartz, em *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*, que a união luso-espanhola legitimaria o poder do rei espanhol nos domínios do ultramar português sem necessariamente haver um rompimento com as leis, costumes e modos de administrar praticados por portugueses⁸⁰.

Contudo, a aplicação da justiça na administração dos índios das Américas seria um ponto chave para os desdobramentos futuros da União Dinástica, uma vez que, no caso do Brasil, a busca por metais preciosos no interior do continente envolvia, irremediavelmente, a mão de obra ameríndia que, nas muitas atividades envolvidas, revelava aos bandeirantes “os rudimentares caminhos de índios”⁸¹, expunha as rotas fluviais, indicava alimentos das matas e preceituavam substâncias da natureza para tratamento das enfermidades contraídas ao longo das viagens.

Sabedores do imprescindível contato com os indígenas para a boa administração nas Américas, os franceses logo sentiram a necessidade de primeiro estabelecer o contato com os nativos do Maranhão. Ao abordar eventuais aliados, os franceses privilegiavam a interação como estratégia. Isso, de certa maneira, os ajudaria a obterem melhores resultados, inclusive sobressaindo frente aos portugueses. Dispostos ao diálogo com o gentio da terra e entranhados com os mesmos nas matas, sem inibição e oferecendo armas, espadas, roupas e outras

⁷⁸ Sobre os reflexos da união entre as coroas de Espanha e Portugal e a conjuntura de invasões de outras potências europeias nos domínios das terras do Maranhão, ver CARDOSO, Alírio. *O Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbio guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Universidad D Salamanca. Tese de Doutorado, 2012. CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. *Revista Brasileira de História*, v. 31, nº 61, 2011, PP. 317-338.

⁷⁹ Ver também, CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “*Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*”: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2011. p.41.

⁸⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 -1757*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 57.

⁸¹ A expressão é de Sérgio Buarque de Holanda em, HOLANDA, Sérgio B. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.19; SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil...* p. 113.

quinquilharias em troca de pau-brasil, ouro e outras “pedrarias”⁸², os franceses tiveram o vigor necessário para se deslocar de uma ponta a outra do Brasil - do Atlântico Sul ao Atlântico Equatorial - construindo redes de comunicações com grupos que viviam na costa do Brasil, assim aconteceu no Rio de Janeiro e no Maranhão⁸³.

O Maranhão e o teatro do mundo: a geopolítica do Atlântico e as disputas entre franceses e luso-brasileiros

Em 1555, a hostilidade dos franceses chegaria ao ápice quando a expedição comandada por Nicolas Duran de Villegaignon se apoderaria da baía de Guanabara, renunciando assim a mais contundente política de ataque aos domínios das conquistas de El-Rei de Portugal nas Américas⁸⁴. Após a conquista, Villegaignon traça os planos para o erguimento da *França Antártida*⁸⁵, com a construção de fortes no pico das rochas que circundavam o Rio de Janeiro⁸⁶.

Esse expansionismo das colônias huguenotes francesas pelo Novo Mundo, durante o final do século XVI e inícios do século XVII, tem sua melhor representação na produção cartográfica de Pierre de Vaulx de 1613. Na carta, o autor valoriza as conquistas expondo a

⁸² O que movia, portanto, as expedições colonizadoras dos franceses pelo *Novo Mundo* era, ao mesmo tempo, um misto de cobiça pelas riquezas naturais, sobretudo, por pau-brasil e metais preciosos, alargamento do trato comercial com os ameríndios da região e expansionismo colonial, mediado quase sempre pela fantasia, experiência e curiosidade. Ver, entre outros, Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.p. 183. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

⁸³ De igual importância à literatura de viagem produzida por religiosos e aventureiros portugueses têm-se também aquela produzida, à época, por franceses, como André Trevet e, posteriormente, Jean de Léry, que estando entre os 300 franceses integrantes da comitiva de guerra do almirantado Monsieur de Bois-le-Comte desembarcaria na cidade do Rio de Janeiro e de lá partiria aos sertões do Brasil em busca informações sobre os costumes e o modo de vida dos selvagens das Américas. Uma interessante análise a respeito dessa literatura de viagem francesa e seu papel de re/descobrimto do outro – o selvagem - e de si – o europeu –, bem como as dinâmicas de recepção desses manuscritos no continente Europeu, ver: CERTEAU, Michel de. “A oralidade ou o espaço do outro: Léry”. IN *A escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. pp. 221-260; PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Alegres trópicos: Gonville, Trevet e Léry”. *Revista USP*, São Paulo (30): 1996. pp. 84-93; DAHER, Andrea. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

⁸⁴ DAHER, Andrea. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.36.

⁸⁵ HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. pp. 187-213; DAHER, Andrea. *Op. cit*, p.36.

⁸⁶ Sobre a formação da cidade do Rio de Janeiro, ver BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.25.

altivez francesa a partir da imponência do seu brasão nas duas zonas dos trópicos, ao norte com Nova França e ao sul, a França Antártida.



Mapa 2: *Carte de l'Atlantique*. Pierre de Vaulx, [Le Havre], 1613. Manuscrit enluminé sur parchemin 68,5 x 96 cm. BnF, Département des Cartes ET Plans, Ge SH ARCH 6 (RES).

Cercado por portugueses na parte do Brasil e por espanhóis nas extremidades do rio das Amazonas e do Maranhão, a saída francesa seria o apoio dos índios canibais, assim nomeados pelo cartógrafo. Assim, mesmo contando com o apoio de uma parcela dos índios *Tamoios*, aliciados pelos franceses a ajudarem no erguimento das fortificações e a lutar contra as forças portuguesas, o sonho francês logo se esvaeceria por motivos relacionados à fome, doenças e, durante a guerra de re/ocupação dos portugueses, à falta de pólvora e água.

Ainda que a passagem francesa pela baía de Guanabara tenha sido efêmera, outras experiências de conquista e ocupação se sucederiam ao longo do século XVII. Uma delas,

talvez a mais emblemática, seria a fundação da cidade de São Luís do Maranhão, no ano de 1612, e o estabelecimento da França Equinocial.

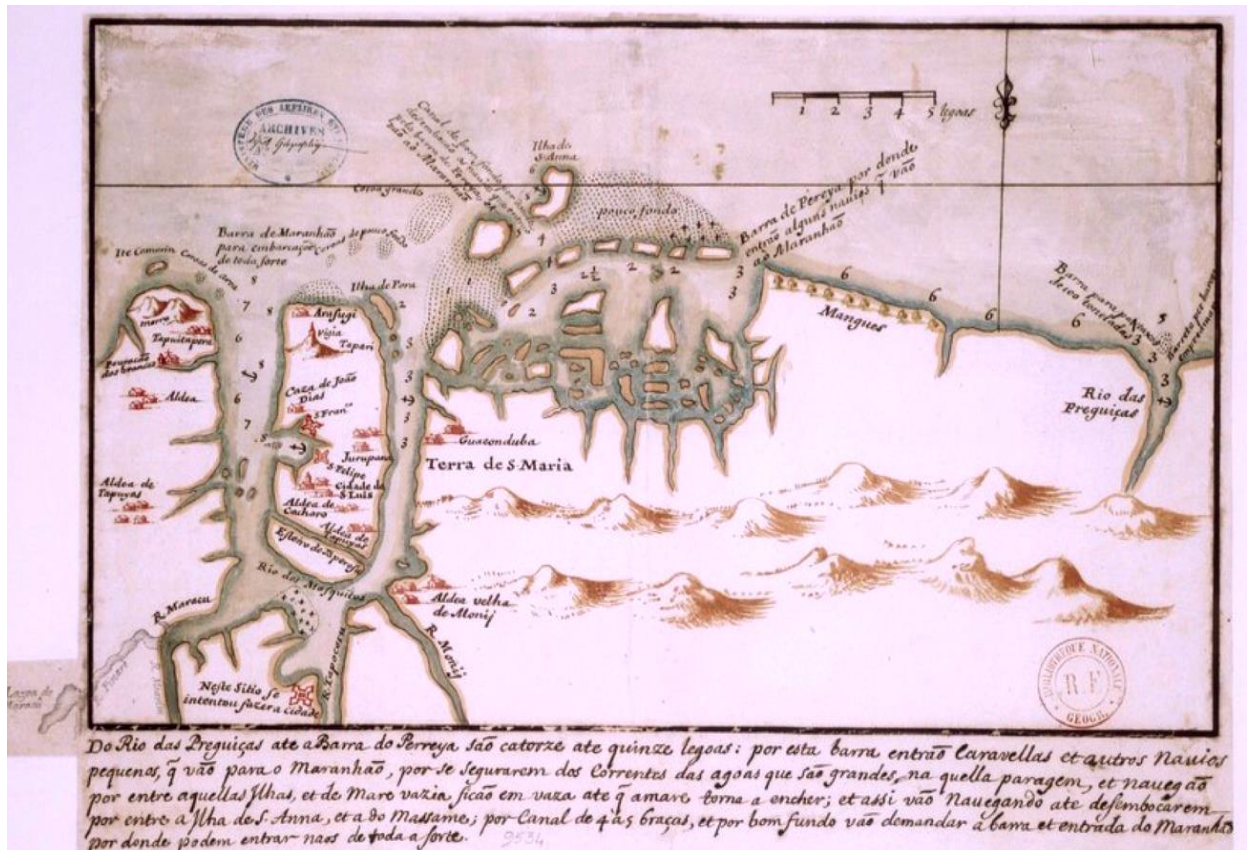
Era de conhecimento dos portugueses que franceses mantinham comércio de madeiras, ouro e ervas com os índios do rio Oiapoc e que as terras da parte ocidental do rio Amazonas até os rios Vicente Pizon e Fresco eram por eles exploradas desde o final do século XVI, quando duas das frotas comandadas por Jacques Riffault naufragaram na Costa do Maranhão. O insucesso em estabelecer uma capitania hereditária em poder de João de Barros no Maranhão só seria remediado pelos portugueses em 1603, quando os portugueses Pedro Coelho de Souza e Martim Soares Moreno avançam com mais 65 mamelucos em direção ao Ceará, na região de Jaguaribe, Camuci e, posteriormente, Serra das Ibiapaba. A ideia seria alcançar a região pelos sertões do Jaguaribe, contudo os desacordos com Pedro Coelho fariam com que Martim Soares Moreno retornasse a Pernambuco.

No retorno, Martim Soares Moreno informou ao governador e Capitão-geral do Estado do D. Diogo de Menezes, a “miúda conta da costa do Ceará, da bondade das terras e do grande número de índios que estavam por elas dispersos em muita e populosas aldeias, que podiam algum dia ser úteis aos interesses da monarquia portuguesa”. O término da conversa, o vassalo pedia ao governador a patente de capitão-mor de toda aquela costa, “obrigando-lhe a reduzir aquele gentio ao domínio e obediência de seu Soberano”⁸⁷.

Durante o processo de ocupação francesa na ilha de São Luís, foram comuns os acordos com os diversos grupos espalhados nas proximidades da ilha de São Luís, assim como aqueles situados na província de Tapuitapera - território que mais tarde congregaria as comarcas de Alcântara e Guimarães, situadas no entorno da barra de Cumã – com o objetivo, claro, de erguimento de fortalezas, aterramento dos vales e pântanos e de construção de canais e vias urbanas⁸⁸. Muito embora D’Evreux apenas os retrate como os selvagens que traziam consigo mulheres e crianças para trabalhar em São Luís, será o cartógrafo João Teixeira Albernaz o responsável por melhor dispor geograficamente a localização desses grupos indígenas em toda a faixa litorânea do Maranhão.

⁸⁷ Cf. MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita o ano de 1614*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011; AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901; MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860

⁸⁸ YVES, D’Evreux. *História das coisas...* p.106.



Mapa 4: Albernaz, João Teixeira. *Do Rio das Preguiças até a Barra do Perreya são catorze até quinze legoas..* (16..16..) cartographe. [HTTP://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8596743t/f1.item](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8596743t/f1.item)

Durante o período de planejamento da ofensiva portuguesa aos franceses estabelecidos na ilha de São Luís, a estratégia adotada por Gaspar de Sousa seria a de primeiro ocupar a barra do Perreya, conferindo, assim, um isolamento marítimo ao tempo que forças aliadas investiriam por terra, com índios flecheiros e soldados de tropa das regiões de Pernambuco, Rio Grande, das Ibiapaba e do Ceará⁹⁰. Nas contas de Jerônimo de Albuquerque, 12 líderes indígenas comandariam outros 234 índios de guerra durante a *jornada ao Maranhão*⁹¹.

Em 1614, os portugueses já estavam estabelecidos em Guaxiboda [Guaxambuda], nas proximidades das terras de Santa Maria. É provável que esse pequeno avanço da frota marítima portuguesa em direção à ilha de São Luís tenha sido o diferencial na vitória dos portugueses frente ao poderio bélico das tropas comandadas por La Ravardiére. As dificuldades advindas dos obstáculos naturais durante o percurso do Ceará até a barra

⁹⁰ “Jornada do Maranhão por Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brasil por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614”. IN_ MENDES, Cândido. *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro. Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874.p. 173.

⁹¹ Ibid. p. 177.

Guaxambuda eram tão preocupantes quanto às relacionadas ao recrutamento de soldados, lusitanos e mamelucos e de grupos indígenas para a guerra. Diogo de Campos Moreno conta que ao levantar âncoras de Jeruguaguará [Jericoacoara] Camuci, na direção leste, as tropas portuguesas tinham como primeira prova o enfrentamento da fúria do mar, que, em alguns pontos, só era vencida por meio de jangadas ou então por caravelões. Durante à noite, os ventos abrandavam e com o apoio da lua e

Boa vigia se foi fazendo o caminho pelos perigosos parcéis [bancos de areia] do Pará [Parnaíba], e Ototoy [Tutóia], e ao amanhecer se achou a Armada toda junta, coisa que parecia impossível por ser tão diferentes gêneros de embarcações tão carregadas, e tão cativas: enfim aclarou o dia, chegou a Armada bem a terra, a qual não foi conhecida de nenhum Piloto; Sebastião Martins afirmava está a três léguas de Pereja[Periá]⁹².

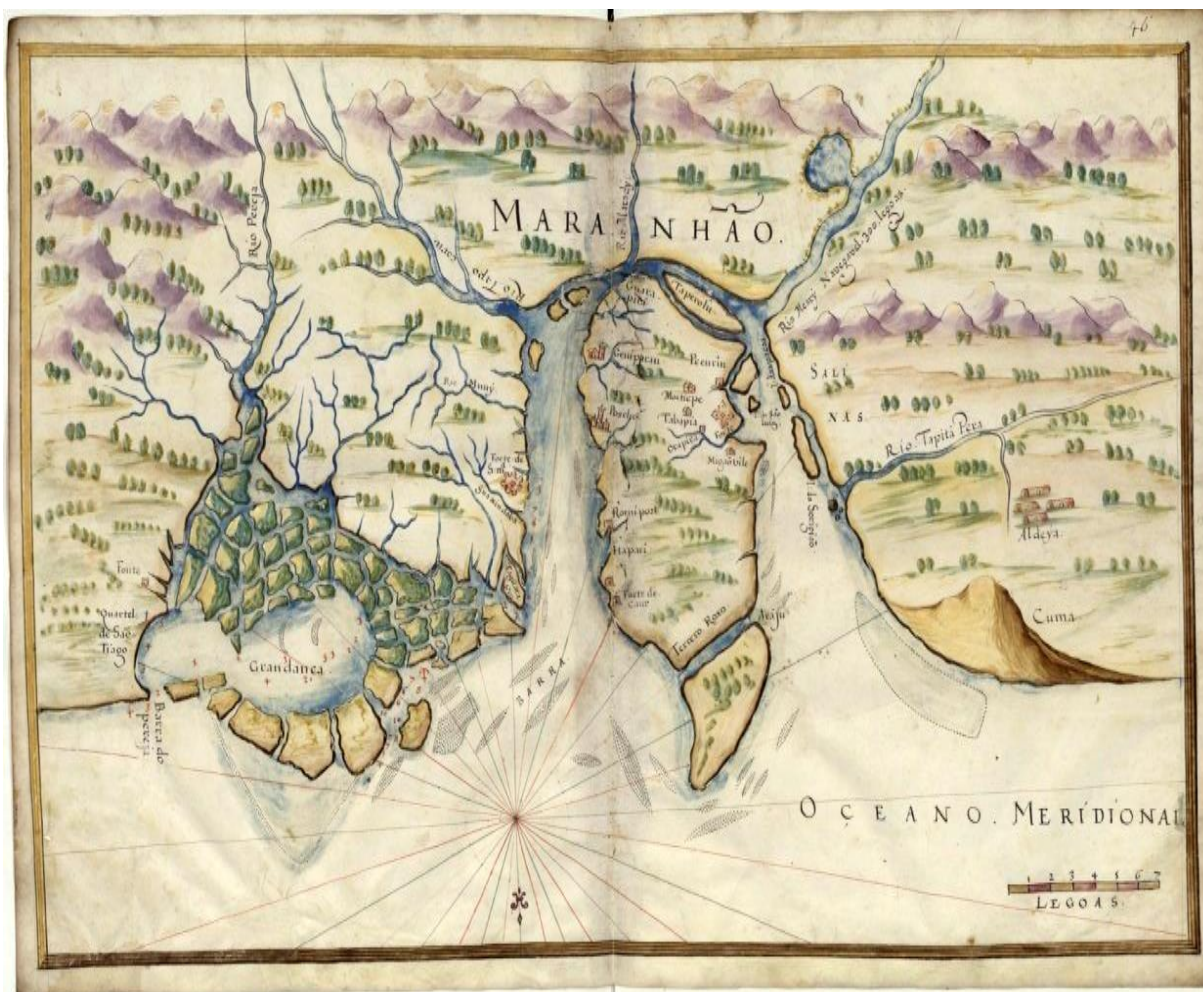
O mapa abaixo mostra bem a quantidade de ilhotas e o grande número de bancos de areias por toda a barra que cerca a cidade de São Luís. Ao avançarem os bancos de areia de Tutóia, o desafio consistia em contornar as pequenas ilhas com dois caravelões ao sabor das marés. Nesse trecho da costa, formado por um circuito de barras e pequenas ilhas, os franceses denominaram de *Grandança* [grande enseada], em razão da baixa da maré que a “19 palmos de água se acharão os navios grandes em seco, de modo que calçados e vestidos os homens se saíram a passear na areia, que quase ficou enxuta”⁹³.

Das dificuldades os portugueses tiraram como conclusão o fato de qualquer tentativa de ocupação por via marítima deveria ser planejada estrategicamente por meio das conquistas por terras circundantes à ilha. Nesse caso, o apoio dos índios do continente era de fundamental importância para o sucesso do empreendimento militar. E nesse aspecto os índios Tremembé, presentes em toda costa Leste, foram importantes no cerco português à ilha de São Luís, uma vez que os mesmos se mostravam arredios aos franceses⁹⁴.

⁹² Ibid.p. 188. Diogo de Campos Moreno conta em sua *Jornada* que antes da presença francesa, a ilha de São Luís era chamada de Upaon-assú [*Ouaroyio, Iapouay*], assim denominada pelos nativos da ilha, já para alguns cosmógrafos da época seria *Ilha do ferro*, em razão da abundância desse minério.

⁹³ Ibid.p. 193.

⁹⁴ Ibid. 191.



Mapa 5: Albernaz, João Teixeira. Livro em que se mostra a Descrição de toda a Costa do Estado do Brasil e seus portos, barras e sondas d'elas feito por João Teixeira Albernaz moço da câmara de Sua Majestade e seu cosmógrafo. Em Lisboa, ano de 1627. Cartographe. [HTTP://gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr)

De acordo do Jonh Hermming, quando as tropas comandadas pelo francês François de Rasilly foram derrotadas na batalha de Guaxambuda pelos recém-chegados portugueses, muitos dos Tupinambá leais aos franceses e que estiveram no campo de batalha demandaram em apoio às tropas luso-brasílicas⁹⁵. Os motivos das fugas estavam na maneira como os portugueses venceram os franceses, chegando, inclusive, a impressionar os Tupinambá e, por outro lado, a insatisfação dos mesmos em relação aos franceses, já que haviam dado garantia que o poderio da armada francesa era bastante superior aos dos lusitanos.

A sorte estava lançada aos portugueses. Em novembro de 1615, os franceses se rendem, deixando para trás o interesse veemente em constituir na parte do Brasil uma *França*

⁹⁵ Cf HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 314.

*equinocial*⁹⁶. Mais do que um interesse frustrado, os gentílicos do Maranhão seriam os mais afetados com o novo ciclo de conquista e dominação colonial que se instalara. Tupinambás do litoral e Guajajaras do continente contrários aos ditames dos colonos luso-brasileiros seriam duramente perseguidos e, quando não, mortos.

Em 1616, Alexandre de Moura, capitão-mor das conquistas do Maranhão informa ao governador do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa, a qualidade daquelas terras e os rios para exploração. O objetivo do agente colonial baseava-se na ocupação das terras próximas aos rios Pindaré, Turiaçu e Gurupi, o que mais tarde se chamaria de povoado de Belém do Pará⁹⁷. Para isso, haveria a necessidade da conquista reverter-se numa política de repovoamento do Maranhão. E as razões para tanto estava na necessidade em conservar domínios do ultramar português situados em zonas de fronteiras, portanto, movidos por fatores militares⁹⁸. Como resultado do domínio, a exploração econômica através do comércio de produtos tropicais, mediado *a priori* com os indígenas - abrindo caminhos, erguendo fortes e vilas e sendo escravizados - e, posteriormente, com colonos investidos de títulos sesmarias e com plenos poderes em cultivar a terra e de explorar os nativos.

Atrelado ao expansionismo militar e à averse econômica, havia o choque de interesses dos agentes coloniais com prerrogativas catequéticas dos religiosos da Companhia de Jesus que, em algumas situações, se posicionavam contrários aos pedidos de licença dos colonos para resgatarem nativos e com eles adentrarem os sertões em busca de salsa, cacau e cravo⁹⁹.

Com isso, fatores eminentemente militares, econômicos e religiosos ajudariam a fundamentar muitas das explicações historiográficas a respeito do assunto¹⁰⁰. Rafael Chamboleyron examinou com minúcia o assunto e com isso traçou um panorama interpretativo divergente nas conclusões ao evidenciar as múltiplas formas de ocupação

⁹⁶ Mesmo após a expulsão dos franceses de São Luís, conflitos de outrora entre as duas nações, como a ocupação da baía de Guanabara e as investidas dos franceses em ocupar as terras fronteiriças com as Índias de Castela irão resurgir e suas tentativas de soluções darão agora no campo da diplomacia. A documentação referente ao assunto encontra-se em RAU, Virgínia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (Orgs). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Coimbra, v. 1. 1948.

⁹⁷ *Ofício do cap-mor do Maranhão, Alexandre de Moura, ao rei D. Felipe II, sobre a tomada da fortaleza francesa de São Luís do Maranhão*. AHU-ACL-CU-009-CAIXA 01 DOC. 00008. Ver também. HEMMING, John. *Op cit.* p. 317.

⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: A época Colonial*. 7ªEd. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, Tomo I, volume 2, 1993. p.27.

⁹⁹ Requerimento do sargento-mor João pereira da Costa Veloso ao rei D. João V, pedindo que lhe seja concedida licença para ir fazer resgate de cacau, cravo e salsa do sertão, e para que se ordene que os padres missionários não lhe neguem os índios de que necessita. Maranhão. AHU – ACL- CU- 009. Caixa: 21 Doc. 02160.

¹⁰⁰ Sobre a historiografia que reitera esses fatores ver, CARDOSO. Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

empreendidas pelos agentes coloniais no Maranhão¹⁰¹. Para o autor, a exploração da terra para a prática agrícola no Maranhão, além de peculiar na sua ocupação – primeiro explorava para só depois possuí-la - e abrangente nos perfis de concessão - doadas pelo rei, pelo governador e as capitanias de caráter privado, ainda serviriam como demarcadores espaciais de poder e de conflitos entre rei, governador, câmara, sesmeiros e moradores¹⁰².

Dessa maneira, a conquista e ocupação das terras do Maranhão seriam, por um lado, o resultado direto de um cenário que se constituiria múltiplo em suas experiências de colonização e bastante peculiar em relação ao modelo desenvolvido no Estado do Brasil. A ideia, segundo o autor, não seria a de negar as distintas experiências construídas nos variados ambientes de *Plantation* que se constituiria na Bahia, Salvador e Rio de Janeiro, mas contrapor-se a uma perspectiva historiográfica que engessou a interpretação do Brasil a partir de uma história única, eminentemente latifundiária, escravista e agroexportadora¹⁰³. O resultado disso é uma supervalorização das áreas produtoras de cana-de-açúcar em detrimento de outras formas de exploração, vistas, quase sempre, como zonas de produção periféricas, subsidiárias e, quando não, de subsistência¹⁰⁴.

Em síntese, ao longo do século XVII, Maranhão e Pará seriam paulatinamente inseridos na dinâmica comercial do Atlântico, por conseguinte, a ampliação da oferta de sesmarias, a busca pela evangelização dos naturais da terra e a oferta de terras às margens dos rios Parnaíba e Itapecuru abririam, na passagem do século XVII para o início do século XVIII, a nova zona de exploração centrada ao sul do Maranhão e por toda a extensão da capitania do Piauí¹⁰⁵.

Sem dúvida que a quantidade de portugueses interessados em explorar o Maranhão, Pará e, no final do século XVII, o Piauí estava bastante aquém daquele percentual cujo destino era o Estado do Brasil¹⁰⁶. Por conseguinte, reduzido também seria o número de

¹⁰¹ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia colonial*. Belém: Ed. Açai/UFPA, 2010. p.77

¹⁰² Ibid. p. 98.

¹⁰³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004; GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980.

¹⁰⁴ Para uma crítica aos modelos econômicos no Brasil colônia ao império, ver SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰⁵ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995; BRANDÃO, Tanya M. P. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999; COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v.2. Teresina: Artenova, 1974; MOTT, Luís R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

¹⁰⁶ Muitos fatores emperravam a vinda de colonos portugueses ao Maranhão, variando desde questões de adaptação ao ambiente das matas, a inconstâncias dos indígenas da região e à própria falta de mantimentos

escravos africanos. Essa particularidade, em hipótese alguma, deve ser encarada como desprezo da Coroa portuguesa.

Como pontua Diogo Ramada Curto, a década de 1630, havia, por parte de Portugal, um interesse na colonização do Maranhão, com a criação de bispado, um tipo de administração indígena condizente com a região e, por sua vez, tinha estreito paralelo com as posses espanholas; portanto, um modelo de controle ao estilo da *encomienda* e a remessa de religiosos da Companhia de Jesus¹⁰⁷.

Experiências de fora: missionários e o governo dos índios

Os portugueses eram sabedores da importância dos religiosos da Companhia de Jesus para o sucesso da conquista do Maranhão. As razões para tanto não surgiram por obra do acaso: as experiências com o governo espiritual e político dos índios no grande reino do Japão serviria de parâmetro para a aplicação das leis administrativas no Maranhão. A experiência religiosa nipônica havia demonstrado que a introdução de ordens diversas em um único lugar causava embaraço ao poder espiritual.

Não obstante a isso, a Coroa portuguesa pontuava ainda preceitos bíblicos para reforçar suas preferências aos jesuítas da Companhia de Jesus, ao afirmar que a providência Divina havia instituído a Igreja católica exatamente por “não permitir que nos primeiros 300 anos da Igreja houvesse diferentes religiosos, para que não provocassem a confusão dos crentes”¹⁰⁸. E nesse critério, julgavam o Maranhão semelhante ao Japão, uma vez que em ambos os domínios do ultramar português os nativos eram variados e inconstantes, “e se as suas aldeias estivessem entregues a diferentes religiosos, passariam facilmente de umas para outras, o que por todos os motivos causaria grande perturbação”. Nessa profusão de ensinamentos a respeito do cristianismo, corria-se o risco dos convertidos voltarem a sua “gentilidade”, por fazerem “diferentes conceitos dos religiosos [e] julgariam uns que se faziam menos casos deles que de outros, e isto causaria desuniões”. Ao estabelecer similitudes

básicos, como aquele relatado na carta de D. Felipe II ao Conde D. Estevão de Faro, em 1616, onde faltava “alguns vestidos e a quantidade considerável que possa servir para os soldados e novos povoadores [do Maranhão]”. Ver: *Carta Régia do rei D. Felipe II, para o Conde de Faro, D. Estevão de Faro*. AHU-ACL-009 CAIXA 1 DOC: 00027.

¹⁰⁷ CURTO, Diogo Ramado. *Op.Cit.*p.281.

¹⁰⁸Cf. RAU, Virgínia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (Orgs). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Coimbra, v. 1. 1948.

entre o governo espiritual dos índios com o poder das monarquias ibéricas, o rei português concluía sua carta afirmando que a ninguém caberia negar que era “preferível o governo de uma só cabeça que de muitas”.

No caso nipônico, os naturais da terra se mostravam adversos aos comerciantes ibéricos e, em muitos casos, até hostis aos portugueses, holandeses e ingleses. Apesar disso, entre 1549-1614, missionários jesuítas, como Juan Fernandes (1526-1567), Cosme de Torres (1510-1570), Luís Fróis (1532-1597) e, notadamente, São Francisco Xavier (1506-1552), mantiveram relações regulares com os nativos graças ao fato de conhecerem a língua local. Segundo Charles Boxer, por conseguirem dominar a língua nativa, os religiosos portugueses tiveram grande vantagem frente aos holandeses protestantes que precisavam de um interlocutor nativo para promover o comércio¹⁰⁹. Nesse ambiente de aproximações, as elites católicas conseguiram, em alguns momentos, difundir o evangelho entre os nativos, converter almas e divulgar elementos da cultura cristã por meio de peças teatrais¹¹⁰.

Embora Charles Boxer evidencie a constante presença de missionários portugueses de diferentes ordens circulando pelo pacífico, exercendo contato com povos da Índia, Filipinas, China e Japão, o historiador inglês apontaria como causas do fracasso missionário a aversão persistente dos japoneses em não desejarem o latim através da gramática de frei Manuel Alvarez, vista por muitos dos religiosos como um livro de difícil assimilação, tanto para jesuítas como para nativos¹¹¹.

Ao emitir juízo a qual ordem religiosa deveria submeter o governo dos índios do Maranhão, a Coroa portuguesa levantaria seis pontos favoráveis aos clérigos da Companhia de Jesus que, pelo cabedal de experiências adquiridas nos domínios do ultramar, seria a única empresa capaz da boa administração dos indígenas nas Américas.

1) S. Majestade pretendia a conversão da “gentilidade” do Maranhão, e era notório que a Companhia de Jesus tinha feito maiores conversões que a de Santo António. 2) “Porque o instituto da religião da Companhia é converter almas, e o da religião de Santo António ainda que muito santo, não é este. 3) Por que os religiosos da Companhia podiam observar a sua “religião” numa canoa e numa choupana, a quem fazia falta o coro. 4) Porque a experiência tinha mostrado no Estado do Brasil, que Deus ajudava mais os padres da

¹⁰⁹ BOXER, Charles R. *A igreja católica e a expansão ibérica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 74.

¹¹⁰ Para Serge Gruzinski, diversos clérigos ao circularem por regiões como África, Ásia e Américas difundindo o evangelho e convertendo almas nativas construiriam grandes carreiras no seio das monarquias católicas. Suas obras serviriam de base para futuras conquistas e seus ensinamentos funcionariam como conselhos a reis e agentes coloniais. Tais religiosos formariam uma espécie de “elite católica”, os “*experts*” da mundialização das monarquias ibéricas. Sobre o assunto, ver: GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2014.p. 284.

¹¹¹ BOXER, Charles R. *Op. Cit.*.p.78.

Companhia na “domesticação” e na doutrina do índios. Por este motivo, tendo antigamente os religiosos de Santo António algumas aldeias a seu cuidado, tinham por fim sido entregues à Companhia de Jesus. 5) Porque os padres de Santo António abandonaram as aldeias que tinham a seu cargo no Maranhão, retirando-se para o seu convento, por ordem do Padre Frei Cristovão de Lisboa, tendo estado estas aldeias sem doutrina, pelo espaço de 27 ou 28 anos. 6) Porque os padres da Companhia tinham muitos religiosos que conheciam a língua da terra, e possuíam uma regra especial do seu estatuto que os obrigava a aprendê-la, enquanto que nenhum religioso de Santo António sabia a língua, e os interpretes do Brasil não eram suficientemente preparados para transmitir a doutrina¹¹².

Nos *Manuscritos do Arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, o tema do governo dos índios nos domínios do ultramar português é discutido como instrumento de solução para o problema da utilização da mão de obra indígena no Maranhão. Os saberes e as experiências coloniais adquiridas em toda costa do Pacífico serviriam como parâmetros às situações vivenciadas nas Américas. Conectar experiências comuns vivenciadas em mundos distantes e aproximá-las a realidades administrativas comuns seria então a prescrição a ser adotada pela Coroa Portuguesa a fim de resolver o problema.

Não que as realidades vivenciadas no governo espiritual dos índios no Estado do Brasil fossem deliberadamente negligenciadas pelo Conselho Ultramarino. Como vimos, muitas das ações envolvendo as conquistas do Maranhão partiram da capitania de Pernambuco. No entanto, como afirma Serge Gruzinski, a circulação de missionários nas quatro partes do mundo referendava um tipo de aprendizagem cultural que priorizava o compartilhamento das experiências, oportunizando com isso a difusão do cristianismo e expansão das monarquias católicas¹¹³. No processo de mundialização das monarquias ibéricas, a perícia que se exigiria de uma autoridade administrativa era exatamente a de resolver um problema local tomando como decisão situações vivenciadas em outras partes do império. A imagem do rei se fazia presente por meio desses agentes da administração, ocupantes de cargos importantes no ultramar e mantenedores dos direitos particulares a partir de uma engenhosa política de pactos, preservando, de um lado, as hierarquias e as relações de poder entre os súditos locais e, do outro, sustentando o poder da Coroa nas mais distantes e diferentes partes do império ultramarino português¹¹⁴.

¹¹² Cf. RAU, Virgínia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (Orgs). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Coimbra, v. 1. 1948. Papéis vários, t. 23 – código 976 (K-VIII), folha 83-84.

¹¹³ A discussão aqui nos conduz a um diálogo em torno do conceito de *Histórias Conectadas* e sua aplicação no campo da história. Ver, SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, jul. 1997, p. 760. GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2014.p. 163..

¹¹⁴ HESPANHA. António M. *Às vésperas do leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994. p. 474.; HESPANHA. A. “Depois do Leviathan”. *Almanacke Braziliense*, nº 5, 2007.

OCUPAÇÃO

“Embaixadores de Deus, e não governadores do Brasil”: Antônio Vieira e o governo espiritual dos índios no Maranhão, 1653-1697.

Era o padre Francisco Pinto muito aceito aos índios pela suavidade do seu trato, e pelo modo e indústria com que os sabia contentar; e, sobretudo, o fazia famoso entre eles um novo milagre, com que poucos dias antes, indo o padre a uma missão, acompanhado de muitos, e morrendo todos à sede em uns desertos, sendo as maiores calmas do estio, com uma breve oração que o padre fez ao céu, pondo-se de joelhos, no mesmo ponto choveu com tanta abundância, que alagados os lugares mais baixos daquelas campinas, que eram muito dilatadas, houve em todas elas, por muitos dias de caminho, água para todos: com estas assistências tão manifestas do céu foram recebidos os padres como embaixadores de Deus, e não do governo do Brasil¹¹⁵.

O relato acima faz parte de um trecho escrito pelo Pe. Antônio Vieira em *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba* quando da tentativa missionária da Companhia de Jesus em catequizar os índios da Serras das Ibiapaba. Nascido em Lisboa, no ano de 1608, e filho de Cristovão Vieira Ravasco e de d. Maria de Azevedo, Vieira cedo migrou com toda a sua família para a Bahia¹¹⁶. A experiência conventual, logo o levaria às fileiras da Companhia de Jesus. E antes mesmo de seguir viagem ao Maranhão, o jesuíta teria a função de articulador da política diplomática de proximidade entre Portugal e Holanda que, entre outros objetivos, visava, sobretudo, a devolução de Olinda aos domínios do Império português¹¹⁷.

Homem devoto a Deus, de espírito conventual e de ilustrado pensamento, Vieira reunia as habilidades necessárias para conduzir o projeto português de ocupação das terras de fronteiras localizadas nos limites do Pará, Maranhão e Ceará. Caberia, portanto, ao jesuíta continuar a aventura evangelizadora outrora empreendida pelo capitão-mor do Estado do Brasil, Jerônimo de Albuquerque, e pelo igualmente capitão-mor, Diogo de Campos Moreno,

A visão de um poder monárquico pactuado com as elites locais das Américas é discutido nas seguintes coletâneas, BICALHO, Maria Fernando e LUCIA, Vera. *Modos de Governar*. Idéias práticas do Império Português. São Paulo: Alameda, 2005. FRAGOSO, João e BICALHO, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹¹⁵ Padre Antônio Vieira. *Relação da Missão da Serra das Ibiapaba*. IN_ *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860.

¹¹⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹¹⁷ MELO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3 Ed. São Paulo: Ed. 34, 2007. p.257.

quando estes, em 1612, saíram da capitania de Pernambuco em busca das conquistas do Maranhão.

A escolha de Jerônimo de Albuquerque se daria pelo seu experimentado trato com as “cousas do sertão e dos índios” e por ser um agente da colonização conhecedor da língua dos índios e de grande fama e dádivas que “havam de abalar todos os índios de Jaguaribe, de Buapava [Ibiapaba] e os tapuias do Parameri, chamados Teremembés [Tremembé]”¹¹⁸. Já a experiência da conquista do Maranhão pelo capitão-mor e sargento-mor, Diogo de Campos Moreno, se daria bem antes e suas raízes motivadoras encontravam-se nos escritos de Pero Coelho de Sousa, quando este produziu um relato acerca das grandezas dos sítios, terras e gentes do Maranhão no ano de 1603, atraindo assim, sua atenção para o Maranhão¹¹⁹ e da presença do seu sobrinho e protegido Martim Soares Moreno, agente português responsável pela guarda territorial do Ceará. A invasão Holandesa na Bahia de Todos os Santos reconfigurariam as estratégias da ocupação portuguesa no Maranhão, entretanto para Pero Coelho de Sousa as conquistas no Ceará cada vez mais se intensificariam a partir do jogo de alianças com os tapuias do Jaguaribe, região esta que mais tarde passaria a se chamar *Nova Lusitânia* e a povoação de *Nova Lisboa*¹²⁰.

O aparente sucesso da conquista do Ceará, empreendido por Pero Coelho de Sousa e Martim Soares Moreno, faria com que os padres da Companhia de Jesus, Francisco Pinto e Luís Figueira, com o apoio de mais quarenta índios, pedissem licenças para “irem até a grande serra da Buapava [Ibiapaba] e dela ao Maranhão”; entendendo eles que os índios se sujeitariam ao poder secular e “levá-los a tomar posse de todos aqueles mundos”.¹²¹ Chegando os missionários à Serra das Ibiapaba, foram imediatamente recebidos com hostilidades pelos índios locais que utilizaram de emboscadas contra a comitiva catequética. Logo após o contato, partiram os índios das serras em busca do Pe. Francisco Pinto que havia se retirado da sua choupana para rezar o santo ofício e pedir clemência aos índios embravecidos; no entanto os mesmos não estavam para acordos e

respondendo que não esperavam bens nenhuns, mataram primeiro um índio cristão, que mais animoso que seus companheiros se lhes tinha oposto para defender ao padre como seu bom mestre, e logo depois investindo com furor e crueldade diabólica contra o servo de Deus lhe deram repetidos golpes com

¹¹⁸ MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.p.34.

¹¹⁹ MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita o ano de 1614*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.p.30.

¹²⁰ Id. Ibidem.

¹²¹ Id. Ibidem.

suas ibiriçangas, que são uns paus duros, largos e compridos, na cabeça, até que a amassaram toda e lhe deram uma morte muito cruel, aos onze de janeiro de 1608, justamente no termo último ano daquela sua gloriosa missão para banda do Ceará e serras de Ibiapaba.¹²²

O missionário Luís Figueira conseguiria preservar sua vida durante a emboscada dos índios das Ibiapaba. Entretanto, seu fim estaria reservado meses depois em um naufrágio na costa do Pará. Como um esforço em continuar a ação missionária dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, Vieira começa sua eloquente retórica em torno da sua *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba* citando a vida dos religiosos. Todas as tentativas de estabelecer a comunicação por terra entre Pernambuco e Maranhão haviam fracassado. A presença do Pe. António Vieira no Maranhão seria, portanto, de preencher as lacunas das malsucedidas tentativas de colonização do Norte¹²³.

Ao desembarcar na Cidade de São Luís do Maranhão, em 16 de janeiro de 1653, o Padre António Vieira demarcaria suas posições, quanto à liberdade dos índios, explicitando, em parecer dirigido ao Conselho Ultramarino de agosto do mesmo ano, sua atitude contrária ao cativeiro¹²⁴. Naquela época, o governo do Maranhão estava dividido em duas jurisdições independentes, uma localizada na cidade de São Luís e administrada por André de Vidal Negreiros e, a partir de 1655, pelo capitão-mor Balthazar de Souza Pereira e, do lado do Pará, a administração centrava-se na figura do capitão-mor Ignácio do Rego Barreto. Segundo ordens do próprio Vieira, o governo espiritual da casa do Pará ficaria aos cuidados dos padres Manoel de Souza e Matheus Delgado.

Sabiam os colonizadores portugueses e demais autoridades do Maranhão e Pará que encontrariam no *Superior das Missões do Maranhão* uma voz discordante em relação à utilização da mão de obra indígena nas atividades econômicas¹²⁵. O próprio Vieira apontava o cativeiro injusto dos índios como o pior dos males praticado pelos colonizadores do Estado do Maranhão. Nas palavras do missionário, após a conquista dessas terras pelos portugueses a partir de 1615,

¹²² Ver, BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 1ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.p. 45.

¹²³ Na sua crônica a respeito dos jesuítas no Maranhão, Battendorff informava que junto com o Pe. António Vieira desembarcou também os padres Manoel de Sousa, Mateus Delgado, Tomé Ribeiro, António Soares, Salvador do Vale e Simão Luís. BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 1ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.p. 88.

¹²⁴ Ver, LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943. Ver também, CURTO, Diogo Ramado. *Cultura Imperial e projetos coloniais* (séculos XV-XVIII). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.p.284.

¹²⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p. 202.

Os moradores deste Estado, excetuando os que nunca de deixaram preocupar deste erro comum, tem para si e afirmam que com a terra receberam os primeiros povoadores o domínio das liberdades dos seus naturais, que Deus lhes dera para seu serviço, por serem gente bruta, a quem é mais conveniente o cativo no grêmio da Igreja, e em poder de quem os doutrine nos mistérios da Fé, que estarem-se matando uns aos outros, e vivendo nos matos à maneira de feras (como se tudo isto se não pudesse fazer no estado livre); proposição para eles a mais escandalosa, e que tanto tem custado as Missionários da Companhia.¹²⁶

O tratamento dispensando aos índios pelos colonos portugueses já era algo de conhecimento dos jesuítas e Vieira apenas reproduz aquilo que os primeiros missionários já julgavam como sendo o erro capital desses primeiros colonizadores. O próprio Pe. Luís Figueira, ao enviar uma petição ao Conselho Ultramarino, descreveria em forma de memorial os procedimentos adotados pelos portugueses no trato com as gentes do Maranhão, Grão-Pará e Rio Amazonas. De acordo com o missionário,

Os pobres índios padecem grandes injustiças dos portugueses que aqui se não podem referir por extenso, como são muitos cativos injustos contra a forma das leis de V. Maj., mandando-os vender fora das terras e das conquistas, outros oprimem os pobres com grande violência obrigando-os a serviços mui pesados como é fazer tabaco, com que se trabalha sete ou oito meses contínuos de dia e de noite, dando-lhe por isso três ou quatro varas de pano somente, e se faltam nestes serviços os portugueses os metem no tronco e os açoitam algumas vezes, e por isso fogem para os matos, despovoando suas aldeias, outros morrem de desgosto no mesmo serviço sem remédio algum, e que aqui senão propõem por evitar prolixidade.¹²⁷

Os portugueses, por sua vez, justificavam tais atitudes apontando a prerrogativa do controle da terra e de tudo que nela existia; assim o cativo indígena seria legitimado perante os religiosos exatamente por apontar os esforços dos colonos em expulsar Franceses e, posteriormente, os holandeses daqueles domínios. Nada mais justo, na visão dos colonos portugueses, se apropriarem da terra e de tudo que a ela pertence. A incapacidade da Coroa portuguesa em gerenciar a situação do cativo ilegal dos índios e, com isso, frear o poder desses colonos acabaria por pressionar o Conselho Ultramarino a decidir pela separação administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará em duas capitanias, a do Maranhão e do

¹²⁶ MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860, p.344.

¹²⁷ STUDART FILHO, Carlos. “Sobre um memorial que fez Luís Figueira, Religioso da Companhia de Jesus sobre as coisas tocantes a conquista do Maranhão”. RIC, tomo XX. Ano XX, 1906, pp. 326-7. Sobre a produção de tabaco no Maranhão colonial ver, CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia colonial*. Belém: Ed. Açaí/UFPA, 2010. pp.145-52.

Pará, tendo, por Resolução Régia de 25 de fevereiro de 1652¹²⁸. A partir dessa data, portanto, a região seria denominada de Estado do Maranhão e Grão-Pará, extinguindo-se, assim, o Estado Colonial do Maranhão. Os motins de 1661 e 1684, tão bem descritos nas crônicas do Pe. João Felipe de Bettendorff e que ocasionariam a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus do Maranhão, estão, portanto, simetricamente relacionadas à periodicidade desses acontecimentos¹²⁹.

Mesmo com tantos desafios, a vinda dos membros da Companhia de Jesus ao Estado do Maranhão não se resumiria ao mero artifício retórico de acautelamento do direito natural dos índios à liberdade, prerrogativa essa assentada em um forte projeto evangelizador dos jesuítas, e que, em grande medida, contrariava, como vimos, os interesses dos colonos do Estado Maranhão, ávidos como de costume por mão de obra indígena. A chegada dos missionários ao Brasil encontrava-se em sintonia com as aspirações do Império português em impor maior controle nos seus domínios da Ibero - América, sobretudo, em territórios limites com a Espanha,¹³⁰ e que padeciam de constantes investidas tanto de holandeses quanto de franceses ao longo do século XVII. É nesse momento, portanto, que questões religiosas caminhariam *pari passu* com aspirações políticas; daí o empenho da Coroa em manter a todo custo, seja concedendo mantimentos, rendas, transportes ou auxiliando na construção de igrejas e escolas, os empreendimentos da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.

Senhor de si, nestas e em semelhantes ocasiões, Vieira tinha consciência das consequências da presença da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e do potencial efeito que, porventura, isso poderia causar frente aos interesses dos colonos locais. No entanto, cuidava o missionário em alertar aos próprios colonizadores que a execução da lei de Sua Majestade, caso fosse de imediato aplicada, traria à cidade de São Luís e aos diretamente envolvidos na escravidão indígena variada inconveniência a uma população que não poderia se “conservar sem índios”¹³¹. Mais interessado nos acordos e nas conciliações, do que propriamente nos conflitos e desavenças, Vieira termina por suspender parcialmente as instruções reais, utiliza-se do argumento segundo o qual os interesses da Companhia de Jesus necessariamente não são opostos aos dos colonos e, com isso, abrandando os ânimos dos colonos mais exaltados. No sermão “das tentações”, o religioso argumenta a favor de uma eventual

¹²⁸Cf. AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.

¹²⁹ BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, Conselho Federal, 2010.

¹³⁰ CURTO, Diogo Ramado. *Cultura Imperial e projetos coloniais* (séculos XV-XVIII). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

¹³¹ MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860, p.347.

legalidade do cativo indígena nos casos em que colonos encontrem índios “presos de corda” ou diante prisioneiros de guerras justas¹³².

Por certo, desde a chegada dos primeiros jesuítas ao Maranhão, a política de pactos com os colonos seria uma marca da administração missionária, com Vieira a questão não foi diferente¹³³. No entanto, sua postura em relação ao destino dos índios o colocaria em conflito direto com os colonizadores durante toda a sua presença no Maranhão; mesmo assim isso não o impediria de estabelecer acordos e alianças com os mesmos em busca de vantagens para seus feitos evangelizadores.

Desse modo, suas posições em relação ao cativo dos índios foram detalhadas ao próprio capitão-mor e Governador Balthasar de Sousa Pereira e demais oficiais da Câmara da cidade de São Luís em uma representação datada de 31 de janeiro de 1653 e assinada por todos os religiosos¹³⁴. Segundo a representação dos religiosos, nenhum interesse temporal deveria sobrepor-se às questões ligadas à catequese dos índios, ainda que o Estado e o próprio Reino tivessem como resultado final perdas consideráveis.

A relutância dos colonizadores do Estado do Maranhão em se convencer e, ao mesmo tempo, assumirem o discurso da supressão da mão de obra indígena como algo legítimo era reforçada pelas cartas, recomendações e à própria mercê concedida por El Rey aos missionários da Companhia de Jesus em relação ao exercício do pleno “direito no resgate dos índios e descimentos dos outros”¹³⁵.

Em muitos casos, notadamente, aqueles específicos às regiões cuja atividade econômica residia na produção de gado vacum e cavalar, a estratégia utilizada pelos religiosos da Companhia de Jesus seria exatamente em apropriar-se das fazendas dos seus já falecidos proprietários¹³⁶. Assim aconteceu com a instalação da Companhia de Jesus na capitania do Piauí a partir de 1711, quando do falecimento do sertanista Domingos Afonso Mafrense.

¹³² VIEGAS, João (Posfácio). “O padre Vieira e o Direito dos índios”. IN_VIEIRA, Antônio. *A missão de Ibiapaba*. Coimbra: Almedina, 2006, pp.170-171.

¹³³ Ver AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.

¹³⁴ Sobre a relação dos oficiais da câmara de São Luís com religiosos do Maranhão em assuntos ligados à manutenção do cativo indígena ver os seguintes trabalhos: CARVALHO, Roberta Lobão. *Crônica e História: a Companhia de Jesus e a construção da história do Maranhão (1698-1759)*. Dissertação de mestrado UFF, 2012;

¹³⁵ Idbem, p. 348.

¹³⁶ Sobre os negócios jesuítas ver, ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuítas*. O cotidiano da Administração dos Bens Divinos. 1ªed. 1ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2009; LEITE, Edgard. “*Notórios rebeldes*”: A Expulsão da Companhia de Jesus da América Portuguesa. Tese de Doutorado: UERJ, 2000.

Aos índios de comprovada qualidade de livres, caberia aos portugueses “restituir em consciência sua liberdade, mas também o preço de seu serviço, e ainda o de seus pais e avós, se da mesma sorte estiveram debaixo do cativeiro dos portugueses”.¹³⁷

Primeiro, que se alcance de Sua Majestade licença para se fazerem legítimos resgates no sertão, os quais não há dúvida que são lícitos, sendo feitos os escravos conforme as mais seguras regras do direito, e muito convenientes ao bem espiritual das mesmas almas dos índios, sendo feitos com todas as circunstâncias que pede a justiça e Cristandade, e não por pessoas que debaixo de liberdade façam as injustiças e sem razão que até aqui se tem experimentado. Segundo, que para o serviço e manejo das fazendas se peça a Sua Majestade mande vir para este Estado alguns navios de escravos de Angola, para o que não faltarão mercadores, principalmente convidados com alguma mercê que os apliquem a este emprego. Terceiro, que os sobreditos índios restituídos à sua liberdade se ponham nas suas aldeias, ou se agreguem às antigas, e delas se repartam pelo serviço dos Portugueses com a equidade que convém, na qual repartição se pode ter respeito ao maior ou menor número que cada um teve dos ditos índios, mas nunca seríamos de parecer que os mesmos se dessem aos que antigamente foram seus senhores, para assim se remover as mudas a seu tempo. Quarto e último, que feita toda a paz, que for possível com os sertões, se façam entradas a eles e se desçam Índios, que podem ser em grande número, e para o que oferecemos já nossas pessoas, ao quais vivendo como livres se poderão também aplicar ao serviço dos Portugueses, na forma que parecer mais útil ao bem da República, como que ela terá com que se remediar tão justa como lícitamente.¹³⁸

Com isso, em 17 de outubro de 1653, o Padre António Vieira estabeleceria as novas leis de cativeiro dos índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Por certo, muitas outras leis sucederiam a esta ao longo do século XVII, tais como a do *Regimento das Missões*, de 21 de Dezembro de 1686, que instituíu a todos os religiosos o poder “não só o governo espiritual, mas também o temporal e político das aldeias¹³⁹”. Nesse mesmo documento, especificava ainda a necessidade da existência de procuradores dos índios; sendo dois para resolverem eventuais problemas na cidade de São Luís e mais dois para solucionarem casos na cidade de Belém do Pará.

Não obstante, cabia aos padres missionários o efetivo governo dos índios, a não permissão da entrada nas aldeias de estrangeiros que porventura objetivasse a retirada daqueles índios aldeados e, por fim, o direito dos missionários de realizarem futuras capturas nos sertões a fim de acomodá-los na fé cristã e torná-los, com isso, “comunicáveis no

¹³⁷ MORAES, José de. Op, cit. p. 348.

¹³⁸ Ibidem, pp. 348-49.

¹³⁹ Portugal. Leis, decretos, etc. *Regimento e Leys sobre as Missoens do Estado do Maranhão, &Parà, & sobre a liberdade dos Índios*. - Impresso por ordem de El-Rey nosso Senhor. - Lisboa Occidental : na Officina de Antonio Manescal, impressor do Santo Officio, & livreiro de Sua Majestade, 1724. - [4], 82 p.; 2º (28 cm).

comércio e persuadindo-os à razão da vida honesta de seu trabalho, para que não vivão ociosos, e para que uns e outros se possam igualmente ajudar com recíproco comércio de seus interesses”¹⁴⁰. Já a lei de 28 de Abril de 1688 dava poderes ao governador, com a concordata dos religiosos, de empreenderem guerra ofensiva aos “tapuia” bárbaros. Nas décadas iniciais do século XVIII, assistir-se-á uma entrada massiva de missionários e agentes da Coroa em busca de terras e de índios¹⁴¹. Costurava-se aí os caminhos para as entradas aos sertões, cuja experiência primeira seria a tentativa de conquistarem as Serras das Ibiapaba.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 6.

¹⁴¹ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Colonos, jesuítas e o comércio de negros de Angola, Guiné e Cacheu

Em 17 de junho de 1673, os moradores e oficiais da Câmara do Maranhão encaminham uma petição ao Conselho Ultramarino solicitando a abertura de uma rota comercial atlântica de escravos da África, vindos, sobretudo, de Angola, Guiné e Cacheu¹⁴². Segundo os colonos, as constantes pressões dos jesuítas e da própria Coroa, tendo por fim coibir a prática do “resgate do gentio natural” entre os colonos, não os deixavam com outra saída que não fosse a intensificação do comércio de escravos africanos. Na solicitação, os moradores suplicavam ao Rei que desobrigasse os oficiais da câmara, por um período de cinco anos, da cobrança dos dízimos reais e a permissão para fazerem suas viagens no Maranhão, “como em Angola, Guiné e Cacheu, e nas mais partes donde levarem seus escravos, e os governadores não os impeçam suas viagens, com o que se animarão os vassallos de V. A. a arriscarem suas fazendas para aquele Estado, e ele irá em aumentos, e inserção as fazendas de que hão de pagar muitos direitos nas Alfândegas”.¹⁴³

Tanto a Coroa, como seus vassallos, acreditavam que a “conservação e o aumento do Estado Maranhão” passava pelo negócio da escravidão dos negros. Como já havia afirmado Rafael Chamboleyron em artigo sobre o tema, a própria Coroa portuguesa assume a responsabilidade em desenvolver o comércio de escravos no Maranhão. Não obstante, a maneira como o comércio seria incrementado - dando privilégios aos moradores de São Luís, uma vez que os navios aportariam naquela cidade e de lá os escravos seriam comercializados por terras - não agradaria os colonos da capitania Mor do Grão-Pará. Em abril de 1680, os moradores da cidade de Belém do Grão-Pará encaminham uma representação ao Conselho Ultramarino dando conta desses inconvenientes do comércio de escravos.

Entendedores de que o motivo por trás do comércio de escravos consistia no incremento da exportação das drogas dos sertões, os moradores de Belém logo apontariam a “repartição dos negros” com colonos de São Luís como um dos principais entraves para o

¹⁴² Sobre o perfil dos negros africanos transportado e as atividades executadas pelos mesmos no Maranhão do século XVIII, ver BARROSO JUNIOR, Reinaldo. *Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2009. p. 98.

¹⁴³ AHU-ACL-009, CAIXA. 05, D 576.

aumento da exploração. Pelo caráter pouco explorado das riquezas naturais da capitania do Grão-Pará, os colonos enfatizavam que a atenção da Coroa deveria recair sobre os colonos de Belém, mais afortunados com as drogas do sertão e com uma extensão territorial a ser explorada; bem superior à dos colonos de São Luís. De acordo com os colonos da cidade de Belém,

A principal parte do Estado do Maranhão é a capitania mor do Grão-Pará por ter mais drogas e maiores sertões por onde se navega por rios e nesta se deve procurar o principal aumento por ter capacidade para isso, e assim se deve ordenar que os navios que levarem negros para aquele estado deixem somente na cidade de São Luís do Maranhão a terça parte e com as duas terças partes para a do Grão-Pará aonde convém e é necessário se repartam os negros em muito maior quantidade para este fim se deve pôr por obrigação a pessoa ou pessoas com que se contratar se obrigue a meter na dita cidade do Pará as duas terças partes de negros a que forem obrigados, porque se os deixarem no Maranhão será de grande prejuízo à fazenda de V. A.¹⁴⁴

A experiência havia mostrado que a decisão do Conselho Ultramarino em concentrar nas mãos dos governadores, provedores e demais ministros a “repartição dos negros” havia apenas aumentado os “interesses dos seus particulares e amigos”. Exigiam, assim, que a conveniência fosse aplicada pela Coroa, distribuindo e cobrando igualmente o percentual de negros entre os moradores daquele Estado.

Quando o assunto chegou ao Conselho Ultramarino, seria Salvador Correia de Sá e Benevides o responsável por conduzir e remediar os desentendimentos entre colonizadores do Maranhão com os da capitania do Grão-Pará. Ao que parece, as sucessivas petições enviadas pelos colonos do Grão-Pará a Lisboa deixam transparecer que a aplicação da mão de obra africana seria bem-vinda, desde que as autoridades portuguesas e os homens do negócio dos negros assumissem todos os ônus do empreendimento.

Na concepção dos colonos, dois travavam o desenvolvimento do comércio negreiro na capitania do Grão-Pará: o primeiro diz respeito às próprias condições que os negros chegavam naquela capitania. Em regra, desembargavam dos navios negreiros debilitados para os afazeres da lavoura e, em muitos casos, enfermos. O outro ponto, talvez o mais controverso, sugeria aos responsáveis pelo comércio de negros que ajudassem os colonos mediante seus próprios cabedais, “que não só dependem dos negros suposto seja o mais essencial para as suas lavouras, mas do dinheiro da terra que é pano de algodão e de

¹⁴⁴ AHU-ACL-009, CAIXA. 06, D 649.

ferramentas e outras coisas precisas para as suas fábricas, e que tenha capacidade para incitar aos moradores a buscar novos gêneros”.¹⁴⁵

Os colonos do Grão-Pará sabiam distinguir muito bem as atividades que necessitavam da mão de obra africana em relação àquelas usualmente empregadas com indígenas¹⁴⁶. Não que houvesse uma apatia ou desinteresse pelo comércio de escravos africanos por parte dos colonos, o que estava em jogo era até que ponto a Coroa portuguesa e seus agentes intermediários, diretamente envolvidos, estavam dispostos a pagar. Há muito tempo, os colonos viam nos índios excelentes braços para o trabalho da extração das drogas dos sertões; afinal eram eles os que melhor conheciam os caminhos que levariam não só às riquezas do reino vegetal, mas também às minas de ouro, que tanto, nas palavras de Lúcio de Azevedo, preenchiam o imaginário dos colonos, sempre prenhes de curiosidades e de crenças sobre as fábulas em trono de *El-Dorado* no Novo Mundo¹⁴⁷. Como a busca de novos gêneros passava pela exploração e conhecimento do território, os indígenas seriam, por muito tempo, a primeira opção dos colonos do Grão-Pará.

À revelia dos preceitos dos missionários, os colonos continuavam a utilizar a mão de obra indígena e, em muitos casos, chegavam, inclusive, a contrariar as prerrogativas da administração portuguesa que disciplinava, a partir de leis proibitivas, a ilegalidade do trabalho indígena. Assim, o sentimento de desgaste com os religiosos da Companhia de Jesus em relação à questão indígena e a manifesta posição contrária da Coroa portuguesa na utilização da mão de obra indígena e os surtos epidêmicos que vitimavam um número cada vez mais elevado de índios agravariam ainda mais a situação daqueles colonos que se apoiavam no braço indígena. Como bem explica Rafael Chambouleyron, o comércio de escravos de Angola, Guiné e Cacheu com o Maranhão não visava apenas dar suporte às economias de exportação do açúcar e do tabaco¹⁴⁸.

Era de conhecimento da Coroa portuguesa que os moradores da cidade de Belém defendiam a ampliação do comércio do Estado do Grão-Pará, e, para isso, bastava uma política mercantil que aproximasse os interesses dos homens de negócios da Praça de Lisboa

¹⁴⁵ AHU-ACL-009, CAIXA. 06, D 649.

¹⁴⁶ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: Ed. EDUFPA, 2012.p.150.

¹⁴⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.p. 124. Sobre o sentimento edênico em torno dos descobrimentos, ver, HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. A curiosidade como imperativo aos descobrimentos ver, PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Alegres trópicos: Gonneville, Trevet e Léry”. *Revista USP*. São Paulo (30), Junho/Agosto, 1996 pp. 84-93.

¹⁴⁸ Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. IN_ *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.52, p.79-114. 2006.p. 95.

com o entusiasmo dos colonos em conquistar novos territórios¹⁴⁹. A experiência bem sucedida das Companhias de comércio era algo bastante conhecido desde a segunda metade do século XVII, quando os holandeses começaram a ampliar seus negócios nas regiões do Atlântico sul, notadamente na capitania de Pernambuco¹⁵⁰ e, posteriormente, nas Antilhas, onde a produção açucareira naquela parte da América alcançaria resultados positivos, chegando, inclusive, a desbancar a produção do Brasil¹⁵¹.

O anseio em alargar os domínios comerciais no Grão-Pará e Maranhão e a necessidade de se conter o poderio mercante das demais potências estrangeiras nas América, África e Ásia farão com que Portugal avance na organização de companhias comerciais ultramarinas¹⁵². Mais não só isso, segundo Alírio Carvalho Cardoso, a ocupação e povoamento do Estado do Maranhão e Grão-Pará guardava ainda um sentimento de proteção comungado entre portugueses e espanhóis frente às ameaças estrangeiras¹⁵³.

A Companhia Geral de Comércio do Brasil nasceria com o propósito de alavancar, em terras brasileiras, as finanças portuguesas no mercado global do açúcar e, com isso, medir forças com o capital inglês¹⁵⁴ e, no caso do açúcar, com o capital holandês, que desde a segunda metade do século XVII tentava diversificar sua produção exportando as técnicas de cultivo empregadas na capitania de Pernambuco às Antilhas inglesas e francesas¹⁵⁵. Por outro lado, a criação da Companhia de Comércio do Maranhão guardava estreita sintonia com a exploração de antigos e novos produtos tropicais que apenas aquela parte dos domínios ibéricos poderia propiciar junto ao mercado europeu¹⁵⁶.

Com a intensificação do trato comercial com as praças mercantes da Europa e o paulatino incremento de uma demanda interna por escravos africanos - mesmo que de maneira

¹⁴⁹BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português*, 1415 - 1825. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

¹⁵⁰ MELO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3 Ed. São Paulo: Ed. 34, 2007. p.71.

¹⁵¹

¹⁵² Assim, nos domínios das Américas, os portugueses fundariam no ano de 1649 a Companhia Geral de Comércio do Brasil e, três décadas depois, em 1682, cria-se a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Ver, entre outros, HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003, Tomo I, V. II, 2003. CAETANO, Antônio Filipe Pereira. *Entre drogas e cachaça: a política colonial e as tensões na América Portuguesa*. Maceió: Ed. UFAL, 2009. p. 220.

¹⁵³ CARDOSO, Alírio Carvalho. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Salamanca: Universidade de Salamanca. Tese de Doutorado, 2012.p.364.

¹⁵⁴ Ver, BLACKBURN, Robin. *The overthrow colonial slavery, 1776-1848*. London-New York: Verso, 1988. p. 169.

¹⁵⁵SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁵⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Muita terra sem comércio. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII”. IN_ *Revista Outros Tempos*. São Luís, v.8, nº 12, p. 91-107. 2011.

tímida frente ao que se praticava no Atlântico Sul – tem-se o início do processo de inserção do Estado do Maranhão e Grão-Pará na dinâmica do Antigo Regime. A consequência disso será o estímulo a uma migração, forçada ou não, de escravos, colonos e agentes reinóis¹⁵⁷. Com isso, o Estado do Maranhão e Grão-Pará seria para esses diversos sujeitos históricos um espaço aberto para re/construções de expectativas, fundadas em promessas, esperanças e em sonhos de enriquecimento fácil a partir da exploração da terra e das riquezas naturais.

Sobre esse período de encurtamento do mundo e de dilatação das relações comerciais às quatro partes do globo, David Watts afirma que o mundo Atlântico será percebido não só como um espaço de trocas de mercadorias e de pujança comercial, mas, sobretudo, como um local de circulação de ideias, de expectativas de ganhos, tanto para europeus pobres como para ricos comerciantes londrinos e holandeses. Nesse novo cenário, como pontua o autor, os europeus não aparecem como os únicos protagonistas da história: índios Arawak e suas técnicas caribenhas de cultivo foram de extrema importância nos primeiros anos das conquistas do Atlântico¹⁵⁸.

¹⁵⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Op. Cit. p. 101.

¹⁵⁸ WATTS, David. “Northwest European sugar Estates: The formative Period, 1645 to 1665.”. IN_ *The West Indies: Patterns of Development, Culture, and Environmental Change since 1492*. Cambridge, Cambridge U.P, 1987. Pp. 128-175.

Os rumos da catequização: Jesuítas nos sertões do Piauí e Maranhão

Em fins do século XVII, o projeto evangelizador dos índios da Serra das Ibiapaba seguiria seu ritmo promissor. No entanto, na parte mais ao sul do Estado do Maranhão e Piauí a luta contra os índios só estaria começando e os resultados se costuravam aos olhos dos jesuítas como algo incerto. Já na segunda metade do século XVIII, o monopólio sobre o controle dos índios dos sertões, doravante uma prerrogativa dos missionários da Companhia de Jesus, passaria agora a ser dividido com o insaciável apetite dos colonos proprietários de terras e de gado.

Antigas áreas de exploração agrícolas, como as de cacau, canela, gengibre, baunilha, salsas e cravos, receberão incentivos por parte da Coroa para seu aumento, bem como para a sua diversificação. É o que acontecerá com as terras localizadas próximas às ribeiras dos principais rios do Maranhão e Piauí e cuja atividade econômica residirá na produção do arroz, algodão e, sobretudo, a partir do centro-sul do Maranhão, com a criação de gado vacum e cavalar¹⁵⁹.

Diferentemente do ocorrido na capitania mor do Grão-Pará, nas proximidades dos rios Itapecuru e Parnaíba, o comércio de escravos africanos será a base de manutenção daquela nova produção agrícola e pastoril que se iniciava desde o final do século XVII, com a entrada de bandeirantes vindos da Bahia, como o Coronel Fernando Dias d'Ávilla e Domingos Afonso Mafrense, e, do lado dos bandeirantes de São Paulo, Domingos Jorge Velho e Cristovão de Mendonça Arrais¹⁶⁰. Não muito diferente dos colonos, a estratégia dos religiosos da Companhia de Jesus será a de utilizar índios forros e escravos nas suas residências, engenhos e fazendas de gado vacum e cavalar localizadas nos sertões. Em 1751, o ouvidor do Estado Maranhão, João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, relatava ao governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão a existência de um engenho as margens

¹⁵⁹CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

¹⁶⁰PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001; BANDEIRA, Moniz. *O feudo: a casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p.159.

do rio Itapecuru de propriedade dos religiosos do Carmo, “com mais de duzentos escravos e mais moradores livres”¹⁶¹.

O objetivo da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão seria a de estabelecer uma Missão evangelizadora e, para isso, outros encontros deveriam ser comprados antes da ação catequética; como aqueles relacionados em eliminar a “ignorância da terra perpetuada até ali na inculta e mal empregada índole de seus filhos”. Mediante a organização dos colégios, incentivariam: o ensino de latim aos filhos da terra, as celebrações de missas e a realização de procissões; o uso de imagens sacras, além da difusão de livros a respeito da doutrina católica¹⁶².

Essas medidas contavam ainda com o apoio do governador do Maranhão que há muito manifestara interesse em expandir a cristandade aos domínios territoriais do Estado do Maranhão. André Vidal de Negreiros, governador do Maranhão, pretendia criar uma fortaleza na “boca do rio Camuci, que é defronte das serras, para segurança do comércio do pau violete, que se corta nas fraldas delas, e do resgate do âmbar, que a tempo são em grande quantidade naquelas praias.”¹⁶³ O empreendimento não seria fácil, o caminho que conduzia à Serra das Ibiapaba era também “infestado de diversas nações de tapuias feros e indômitos, que a ninguém perdoam”¹⁶⁴. Diogo de Campos Moreno descrevia os “tapuia da serra” com um vocábulo bastante similar ao do padre Vieira, definindo-os como “salvajes, que a todos fazem o mesmo, andando como feras sempre no campo”¹⁶⁵.

Assim e no intuito de expandir a ação evangelizadora nas mais diferentes partes do Estado do Maranhão, outras paisagens começariam a ganhar a atenção dos missionários e dos colonizadores. As terras férteis e alagadiças, situadas nos limites dos rios Grajaú, Mearim, Itapecuru, Monim e Parnaíba, receberão especial atenção dos colonos criadores de gado vacum e cavalar; assim como de lavradores interessados em cultivar arroz e algodão. Já na parte sul da capitania do Piauí, nos limites com Pernambuco e Bahia, os religiosos da

¹⁶¹ “Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão em comum, e em particular sucintamente dentro no seu distrito”. IN_ AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999, p. 346. A transcrição do documento consta na nota E do apêndice do referido livro.

¹⁶² MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860, p.379.

¹⁶³ VIEIRA, Padre Antônio. *Relação da Missão da Serra das Ibiapaba*. IN_ Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860.

¹⁶⁴ VIEIRA, Padre Antônio. *Relação da Missão da Serra das Ibiapaba...* Op. cit.

¹⁶⁵ MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita o ano de 1614*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011, p.31.

Companhia de Jesus avançam espaço adentro, instituindo o catolicismo, batizando índios e mestiços locais ao tempo que fundam aldeias, vilas e freguesias.

A busca por novas áreas para aumento da lavoura aguçar, por sua vez, as pretensões coloniais em conhecer o território, suas riquezas naturais e o seu potencial para exploração comercial. As viagens científicas, empreendidas, via de regra, por sujeitos nascidos na própria América e com o incentivo da Coroa portuguesa, irão produzir outro tipo de informação acerca da colonização, cuja sustentação se dará a partir dos relatos descricionistas dos rios e das matas, do reino natural, dos costumes e da diversidade dos seus habitantes. A trajetória do Bacharel em filosofia e Direito Civil, Vicente Jorge Dias Cabral, que, no final do século XVIII, recebe por parte da Coroa portuguesa a incumbência de percorrer as terras da capitania do Piauí, a fim de produzir um inventário do potencial mineralógico, vegetal e animal daquela província, é exemplar nesse sentido.

Nos limites da capitania do Maranhão com a de Goiás a situação ganharia contornos mais dramáticos. Mesmo após a descoberta das terras de Goiás pelos paulistas, os colonizadores do sul da capitania do Maranhão sempre se mostravam como os verdadeiros donos das terras cuja exploração aurífera se mostrava promissora, principalmente nas regiões da Natividade e São Felix, ambas localizadas próximas ao rio Tocantins¹⁶⁶. Nessa região, para além das pendengas entre colonos do Maranhão e de São Paulo, havia também as disputas em torno na administração espiritual na região, uma vez que não se sabia ao certo se caberia aos religiosos do Maranhão ou de São Paulo o controle espiritual e arrecadação dos dízimos daquelas gentes¹⁶⁷.

Com o avançar das conquistas juntos aos rios Mearim, Itapecuru e adentrando a capitania do Piauí através do rio Parnaíba, tem-se o início da efetiva ocupação das terras centro-sul por bandeirantes, lavradores e curraleiros e, em consequências, os contatos, amistosos ou não, com os diversos grupos indígenas da região. A prática econômica baseada na extração de madeiras e de drogas dos sertões dará vazão agora as mais diversas atividades ligadas, sobremaneira, à criação de gado, cultivo do arroz e do algodão, sem necessariamente excluir a extração de produtos típicos da região, como o anil, baunilha, cacau e cravo, as chamadas drogas do sertão.

¹⁶⁶ Sobre o avanço paulista nos sertões, ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁶⁷ ALMEIDA, Cândido Mendes. *A Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as províncias do Maranhão e Goiás*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia, 1852. Sobre as entradas na parte sul do Maranhão ver, CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís/Ma: EDUFMA, 2008, p. 89.

Será, portanto, nesse momento da história das conquistas portuguesas no Maranhão que os religiosos da Companhia de Jesus saem da condição de embaixadores de Deus e tornam-se legítimos agentes da governança. Com isso, a palavra “conquista”, tão utilizada na documentação jesuítica da época, alcança sua efetiva aplicabilidade à medida que missionários, colonos e emissários coloniais adentram aos sertões, adquirindo, a partir das suas próprias experiências, conhecimento sobre os habitantes daquelas áreas, dos seus hábitos e costumes e o potencial que aquelas novas terras tinham para a exploração.

Como foi dito páginas acima, em seus primeiros anos na cidade de São Luís do Maranhão, o padre António Vieira não perdia a oportunidade de criticar os colonos daquelas terras pela situação de atraso econômico, incivilidade dos seus administradores, e desacato das leis divinas. Achava o missionário, que o vício pela riqueza produzia naquela cidade sujeitos moralmente incrédulos frente às leis de Deus. Sua função, assim como dos demais religiosos da Companhia de Jesus, seria exatamente a de frear as paixões da avareza e guiá-los ao mundo da boa administração¹⁶⁸. Quando colonos e missionários adentram o interior do Maranhão, uns em busca de índios, de terras e de especiarias, outros em busca de tudo que a terra tinha a lhe oferecer, logo o religioso daria conta que seus sermões serviam para seus pares. Denúncias de excessos por parte de alguns missionários, utilização indevida do trabalho indígena nas aldeias e acordos entre colonos e missionários deixam transparecer que os interesses econômicos sobrepujaram às paixões da fé¹⁶⁹.

Assim, enquanto missionários e colonos avançavam nos seus objetivos, sejam eles relacionados ao projeto de evangelização da alma da gentildade ou de ocupação da terra e da sua riqueza mineral, a Coroa portuguesa, por sua vez, se empenhará, a partir do século XVII, em cartografar tais territórios fronteiriços que conectam o Estado do Maranhão e Grão-Pará ao Brasil da parte sul. Relatos descritivos, mapas hidrográficos, cartas náuticas e representações cartográficas da ilha da cidade de São Luís a mostrar os prováveis caminhos que, porventura, conduziriam às riquezas situadas na costa do Atlântico Equatorial e seriam amplamente difundidos durante a colonização. Mas essa é uma história para o próximo capítulo.

¹⁶⁸ Sobre o surgimento de uma ideologia comercial e capitalista na época moderna, ver HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.23.

¹⁶⁹ Sobre as denúncias MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860, p.379.

PARTE II

**GERMES DO IMPÉRIO: PAISAGEM,
CONQUISTAS E RIQUEZA NAS FRONTEIRAS
DO PIAUÍ E MARANHÃO**

“DEVASSADORES DOS SERTÕES”

Caminhos, matas e veredas dos sertões

Se encontravam algum rio e prestava para navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixos ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília, Conselho Editorial do Senado Federal. 1998. p.109.

À caça do ouro ou em busca da fama, todos eles tinham descido aquele rio, empunhando uma espada ou às vezes uma tocha – mensageiros dos poderosos da terra-firme, portadores de uma centelha do fogo sagrado. Quanta grandeza não havia descido aquele rio e mergulhado no mistério de uma terra desconhecida!... Os sonhos de homens, a semente de nações, o germe de impérios.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, 1984. p11.

Deve-se admitir que nessas épocas iniciais a compreensão justa das realidades, as maiores probabilidades de determinar e criar o futuro, o verdadeiro manancial de energias ativas, não estavam nos costumes naturalmente mais policiados e sem dúvida mais suaves, que se iam implantando no litoral, e nem mesmo na indignação piedosa do jesuíta contra os escravizadores de índios. Estaria antes nos instintos obscuros, nas inclinações muitas vezes grosseiras, nos interesses frequentemente imorais que animavam o bandeirante devassador dos sertões.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.22.

A importante observação suscitada por Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial*, a respeito da carência de documentos para se escrever a história das bandeiras rumos aos sertões, serviu para trazer à luz da reflexão historiográfica a necessidade de se ultrapassar alguns percalços que, na visão do mesmo historiador, apenas reforçava um tipo de história monótona, dicotômica e que não conseguia exceder modelos esquemáticos que punham de um lado bandeirantes sanguinários e, do outro, nativos selvagens fadados ao desaparecimento¹⁷⁰.

A ausência de pesquisas mais detalhadas sobre o bandeirantismo não demoraria a desaparecer e, tempos depois, historiadores paulistas começariam a produzir uma expressiva quantidade de livros a respeito do tema¹⁷¹. A produção de Sérgio Buarque de Holanda sobre

¹⁷⁰ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília, Conselho Editorial do Senado Federal. 1998.

¹⁷¹ Ver, entre outros, MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte de um bandeirante*. São Paulo: Itatiaia, 1943; FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: EDUSP, 2002; BLAJ, Ilana. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”. *Revista de História*. 142-143, 2000. p. 239-259.

os bandeirantes aparece aqui como a mais representativa de uma época, lançando luz a um passado onde bandeirantes e missionários, a um só tempo, demarcavam posições, impondo por meio da violência e dos “instintos mais obscuros” seus desejos mediante o uso da guerra contra os nativos¹⁷².

Essa produção do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda é muito conhecida e não cabe aqui o seu esmiuçamento. Não obstante, cabe aqui frisar que no universo mais amplo da produção historiográfica, os estudos sobre o bandeirantismo acabariam por dialogar com temáticas que envolviam os mecanismos e/ou as formas de utilização e exploração da natureza; assim como evidenciar nesse processo a participação do índio enquanto agente histórico. Sobre o assunto, John Manuel Monteiro, em um dos seus últimos trabalhos, afirma que mesmo avançando no enfoque analítico, muitas dessas pesquisas acabariam por não superar antigos desafios em torno de uma história obstinada em ausentar o agente indígena do processo de formação do Brasil¹⁷³. Essa omissão deliberada do índio na formatação da sociedade brasileira remonta aos primeiros trabalhos de história do Brasil, dando sentido a uma espécie de crônica da extinção do elemento indígena da cena brasileira¹⁷⁴.

As pesquisas que discutem a fundação de arraiais, vilas, paróquias, freguesias e toda uma rede urbana no interior do Brasil merecem bastante atenção. No entanto, nas regiões do país onde essa temática carece de mais estudo, sem dúvida, há um maior direcionamento de interesses sobre os agentes envolvidos, as dinâmicas intrínsecas da exploração, as redes de sociabilidades constituídas entre os sujeitos escravos, índios, portugueses e luso-brasileiros, assim como os conflitos/acordos instituídos entre os múltiplos sujeitos são motivo para grande interesse dos pesquisadores. Mesmo tendo a figura do colonizador em maior destaque, os outros agentes desse processo não se furtavam de introduzir no cotidiano das relações suas agendas de lutas.

Para entender esse contexto da expansão colonial em direção ao Piauí e parte sul do Maranhão, primeiramente, tem-se que compreender os caminhos que conduziram esses aventureiros e agentes administrativos do império português. Sérgio Buarque de Holanda definia esse avançar ao interior do Brasil como a mobilidade dos paulistas rumo a um

¹⁷²Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3ªed. São Paulo: companhia das Letras, 1994. HOLANDA, S. B. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org.) Laura de Mello e Souza, André Sekkel Cerqueira; notas André Sekkel Cerqueira. 4ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁷³MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas, Tese apresentada para o concurso de Livre Docência na UNICAMP, 2001.p.06.

¹⁷⁴MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

território desconhecido, preme de promessas e de inevitáveis adaptações por parte dos forasteiros¹⁷⁵.

Nessas entradas em direção ao interior do Brasil, dois fatores condicionariam o avanço português junto às terras superiores ao rio São Francisco e que marcam os limites com o Maranhão e Piauí: os caminhos/trilhas/estradas que conduziam aos sertões e o conhecimento em torno dos rios e da sua navegabilidade, as chamadas redes fluviais. O outro fator decisivo era o bom relacionamento com os habitantes desses lugares. Bandeirantes e missionários, futuros sesmeiros e proprietários de terras e de gentes, todos, a um só turno, e situados na condição de aventureiros/colonos-andantes dos sertões, não marcariam suas presenças naquelas terras sem o contato necessário com os nativos. Assim, para o sucesso de uma expedição, era imprescindível o contato com aquelas gentes, que na sua grande maioria eram indígenas e, em menor, mas nem por isso menos importante, escravos, quilombolas e pessoas livres.

Neste capítulo, pretende-se analisar o contexto dessas entradas no centro-sul do Maranhão e de todo o Piauí para, logo em seguida, contrapor-se à ideia usual presente numa historiografia, sobretudo a local, que pontua seu eventual isolamento e, quando não, o próprio desinteresse da Coroa portuguesa, deixando assim ao sabor das vontades dos colonos a exploração e colonização daquele território de fronteira¹⁷⁶. Assim, ao focar o caráter da preponderância das forças locais no jogo político e no teatro da vida cotidiana daquelas fazendas, aldeias, vilas e freguesias do Maranhão e do Piauí, esses estudos abafariam as possibilidades de intervenção e de controle que a Coroa portuguesa, porventura, pudesse possuir em regiões distantes do centro¹⁷⁷. Para esses primeiros trabalhos, parte do Maranhão e todo o Piauí do século XVIII estavam, portanto, muito mais reféns das forças locais do que propriamente do controle da metrópole e de todo o Império ultramarino português¹⁷⁸.

Diferente dessa perspectiva, sem, contudo, querer desmerecê-la, esse capítulo tem por interesse seguir outro caminho, mesmo tendo que lidar, em alguns momentos, com os

¹⁷⁵ HOLANDA, S. B. *Monções e Capítulos de expansão paulista...* p.43.

¹⁷⁶ É de se notar que tal esquema interpretativo terminaria por construir uma versão importante de uma história até então pouco conhecida. Ver, entre outros, NUNES, Odilon. Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Teresina: FUNDABI; Fund. Mons. Chaves, 2007; MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010; CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

¹⁷⁷ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2012.p. 62.

¹⁷⁸ Ver, RUSSELL-WOOD, A.J.R..“Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”.In:*Revista Brasileira de História*. São Paulo, v18, nº 36,1998; HESPANHA. Antonio M. *As vésperas do leviatã: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994; HESPANHA. Antonio M “Depois do Leviathan”. *Almanacke Braziliense*, nº 5, 2007.

mesmos agentes históricos, como os primeiros sertanistas. Tais personagens históricos, deixaram uma considerável documentação referente às primeiras expedições ao interior, seus contatos, acordos e conflitos com os grupos indígenas, quilombolas e pessoas livres da região. Por fim, o capítulo pontua os mecanismos construídos pela Coroa portuguesa para conduzir esse agitado momento de ocupação e colonização do território, que, via de regra, apoiou-se, entre o final do século XVII até a segunda metade do século XVIII, numa política de concessão de terras através de cartas de sesmarias, guerra aos índios bárbaros, incentivo à criação de núcleos de aldeamento indígena - com a supervisão dos religiosos da Companhia de Jesus - comércio de escravos e na distribuição de horárias. Durante as décadas finais do século XVIII até a primeira década do século XIX, o foco volta-se para uma política de reconhecimento científico da natureza e de sua exploração econômica das matas, drogas, tintas, especiarias e das pedras preciosas.

Jornadas aos sertões: Do Estado do Maranhão ao encontro com as Minas dos Goyazes, século XVII

Durante as duas últimas décadas do século XVII, a marcha em direção ao interior do Brasil atingiria sua maior intensidade. Missionários e sertanistas, procedentes de diversas regiões do Estado do Brasil, dos domínios de Castela e de outras partes da Europa, notadamente França e Holanda, redefiniriam ao longo do século XVIII os contornos territoriais daquilo que havia sido aprovado, em comum acordo, por Portugal e Espanha mediante a outorga do Tratado de Tordesilhas. Em linhas gerais, o acordo preceituava os domínios administrativos em terras aparentemente desconhecidas, fato este que, desde a assinatura do tratado, geraria divergência entre as duas Coroas quanto aos destinos e ocupação daquelas conquistas.

Foi o que ocorreu durante o século XVII, quando autoridades portuguesas tiveram conhecimento da presença de agentes coloniais castelhanos desembarcando e mantendo contato com índios da nação Cambeba, um reduto indígena situado nas ribeiras do rio das Amazonas. Segundo os próprios nativos da aldeia, havia por ali passado um agente colonial

português de nome Pedro Teixeira e sinalizado como sendo aqueles domínios posses exclusivas de El’Rei de Portugal¹⁷⁹.

Os “tapuias do Norte”, como eram definidos pelas autoridades coloniais, serão vistos a partir das suas diversidades étnicas; daí a utilização do termo nações para referir-se àquelas comunidades indígenas. Contudo, diante dos inevitáveis contatos com portugueses e castelhanos, os variados grupos étnicos indígenas seriam reduzidos a graus de simplificações que os colocariam na condição ou de aliados, civilizados e amigos ou em oposição, como não aliados, inimigos e bárbaros¹⁸⁰.

Em *Relação Histórica e Política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luís do Maranhão...*, um manuscrito produzido durante a última década do século XVII pelo português Francisco Teixeira de Moraes, natural da vila de Alenquer, e supostamente a mando do próprio rei de Portugal com o objetivo de coletar informações sobre o Estado do Maranhão, deixa transparecer que a violência do contato entre colonizadores e nativos estivera presente desde os primeiros anos das conquistas da cidade de São Luís e que tal prática havia apenas se estendida rumo aos sertões. De acordo com essa autoridade colonial, muitas nações indígenas que viviam no entorno de São Luís, como “os Guajajaras, Tapinambas (sic) Tocantins, Nuanas, Aroans, Mapuazes, Pacajares, Curupás, Mariguins, Guanins, Tapuyusus, Gaupesm, Andyras e Pirapés”, tiveram que optar entre a sujeição/obediência ou o constante tormento da perseguição¹⁸¹.

A condição de índio aliado, súditos cristãos e, portanto, agente colonial, variava de acordo com as circunstâncias e, quase sempre, o contexto histórico do contato era o que definia o tipo de relação a ser assumida por ambos os lados. Por exemplo, quando da chegada dos holandeses ao Maranhão, os Amanajó assumiram a condição de índios aliados, inclusive sendo visto como índios dóceis, de bom temperamento e, por possuírem uma tez clara,

¹⁷⁹ *Consulta do Conselho Ultramarino ao re D. Pedro II, sobre a opinião de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho acerca das casas fortes que os castelhanos andam a construir no Maranhão.* AHU-ACL-CU-009, Caixa, 8, D. 901.

¹⁸⁰ Sobre a questão indígena, ver MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994; PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002; ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *Opovoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2007.

¹⁸¹ MORAES, Francisco Teixeira de. “Relação Histórica e Política dos tumultos que sucederam na cidade de São Luís do Maranhão, com os sucessos mais notáveis que nele aconteceram: sua descrição geográfica; seu descobrimento, conquista, guerras com os franceses intrusos e índios naturais; invasão dos holandeses, sua expulsão; e exata narração do tumulto que na dita cidade se levantou, e a quietação dele com a vinda de Gomes Freire de Andrada, e o exemplar governo dele, e de outros governadores, até o de Francisco de Sá e Meneses”. *RIHGB*, Tomo XL, Parte I, Rio de Janeiro, 1877, p.92.

figuravam como descendentes dos holandeses¹⁸². Contudo, após a expulsão destes do Estado do Maranhão, os Amanojó tiveram que lançar-se às matas em busca do isolamento frente à marcha colonizadora vinda de São Luís e de Belém, saindo da condição de aliados dos holandeses para índios rebeldes¹⁸³.

O procedimento de incorporação do Estado do Maranhão à realidade colonial se daria a partir dos descimentos e dos resgates de grupos indígenas que se mostravam afeitos ao colonizador e, em alguns casos, dispostos à conversão ao cristianismo. Aos índios rebeldes e avessos aos agentes coloniais, as guerras justas se constituiriam como a outra faceta desse processo¹⁸⁴. O ambiente de expansão dos horizontes evangelizadores dos jesuítas portugueses no Estado do Maranhão e do Brasil e a distribuição e exploração das terras do ultramar entre colonos luso-brasileiros exporiam as antipatias de portugueses e missionários quanto aos modelos de incorporação dos grupos indígenas à causa colonial. A repulsa por parte dos religiosos aos descimentos e às guerras justas fará com que haja um estreitamento dos interesses entre autoridades coloniais e jesuítas na busca de uma solução que agradasse aos diretamente envolvidos na questão. A solução seria incorporar o Estado do Maranhão na dinâmica do comercial do tráfico de escravos vindos da África, buscando, portanto, um rearranjo dos interesses a partir de uma nítida sobreposição das questões da Coroa portuguesa às vontades dos jesuítas¹⁸⁵.

Foi o que ocorreu quando do encontro entre o capitão Pedro Teixeira e os Cambeba. Nessa expedição, Pedro Teixeira subiria o rio Amazonas numa armada composta por mais de mil índios, sessenta soldados portugueses e mais algumas tantas mulheres e crianças nativas¹⁸⁶. Após o contato e a celebração da aliança com a nação Cambeba, a comitiva encaminha, no ano de 1650, uma carta ao ouvidor do Maranhão, António Figueira Durão, para que este informe às autoridades do Conselho Ultramarino, que era do seu conhecimento um “auto de posse que pela Coroa de Portugal tomou o capitão-mor Pedro Teixeira do rio do ouro e confins do Reino de Portugal com as índias de Castela, e por me parecer papel de importância o recolhe e mandei autenticar o envio”.

¹⁸² Sobre o cerco aos holandeses no Maranhão ver, HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.p. 336.

¹⁸³ PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. “Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão em que se dá notícias dos sucessos mais celebres que nela têm acontecido desde o seu descobrimento até o ano de 1820, como também das suas principais produções naturais etc”. *IHGB*. Rio de Janeiro: Tomo LIV, Parte I. Typ. Laemmert & Cia, 1891.pp.10-184.

¹⁸⁴ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸⁵ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*...p.181.

¹⁸⁶ AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.p.35.

Pedro Teixeira denominava sua expedição de *Jornada de Entrada e Descobrimento de Quito e rio das Amazonas* e sua função seria a de municiar autoridades metropolitanas com notícias a respeito das minas e dos novos caminhos que pudessem levar ao interior do continente¹⁸⁷. Para reforçar seu interesse na povoação daquelas terras, o agente colonial registraria, ainda, informações sobre a qualidade dos campos e das condições do clima da região, que na sua visão, eram propícias para a agricultura e criação de gado.

Pouco tempo depois da Jornada de Pedro Teixeira, entre 1655-58, os jesuítas Thomé Ribeiro, Ricardo Careu e Manoel Nunes partem da cidade de Belém do Grão-Pará em direção ao rio Tocantins com planos de ultrapassarem os limites fluviais com o rio Araguaia e estabelecerem ali as bases iniciais da catequese dos índios nas aldeias de formiga e São José do Duro, ambas localizadas nas proximidades dos rios de Santa Thereza e Barra do Palma¹⁸⁸.

A descoberta do novo caminho pelos jesuítas sinalizaria, portanto, uma nova etapa nas disputas pelo domínio das terras situadas no interior do Continente. Durante todo o século XVII, autoridades coloniais manteriam certo receio em propagandear tais caminhos, uma vez que o reconhecimento e navegação pelo rio Tocantins não só dinamizaria a exploração por aventureiros sertanistas como também encheria de cobiça os mais diversos sujeitos e os incitaria a embrenhar-se aos sertões em busca do ouro presente nos domínios territoriais de Portugal e de Castela. Muitos acreditavam que o rio Tocantins era a última fronteira para se chegar as minhas de Potosi, no Peru espanhol.

Bem antes da expedição de Pedro Teixeira, os portugueses já buscavam se precaver dos avanços de outras nações europeias nas conquistas do Norte. A promulgação da carta Régia de 18 de outubro de 1612, na qual o até então governador e capitão general do Estado do Brasil, Gaspar de Souza, foi autorizado a patrocinar campanhas de reconhecimento e conquista daquelas terras do Novo Mundo, sintetiza bem essas primeiras medidas do império ultramarino português em se antecipar aos ataques dos inimigos. Mesmo assim, o estabelecimento de cartas, decretos e alvarás de controle das conquistas serão reforçados com outras medidas preventivas e de caráter vigilante sobre os colonos, sobretudo, dos missionários que circulavam com maior intensidade naquelas primeiras décadas de exploração do século XVII.

Provavelmente, os portugueses sabiam que precaver-se era a melhor das respostas aos males do imediato. Assim, logo que tomavam conhecimento de possíveis rumores

¹⁸⁷ AHU-ACL-CU-009. CAIXA. 03. DOC. 00286.

¹⁸⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes. *A Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as províncias do Maranhão e Goiás*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia, 1852.

envolvendo religiosos, procuravam se informar acerca das suas ocupações naquelas terras. Em 1618, o capitão-mor e governador do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, solicitou ao capitão Antonio de Miranda, soldado experimentado nos assuntos dos sertões e “mui amado dos gentios”, a se informar das atitudes dos espanhóis, bem como investigar as eventuais atividades do Padre da Companhia de Jesus, Samuel Fritz, que concomitante ao exercício da catequese mostrava-se também um verdadeiro informante dos Castelhanos¹⁸⁹.

Receosos do avanço dos missionários castelhanos na bacia do rio Amazonas, a Coroa começaria a patrocinar as investidas dos missionários portugueses da Companhia de Jesus em direção ao sertão. No primeiro momento, o objetivo era a conversão e conservação da cristandade entre os índios situados às margens do rio Itapecuru, na chamada missão de conversão dos índios Barbados. Assim, para conter o avanço das nações estrangeiras, a Coroa portuguesa estimularia a custos da Real fazenda o povoamento daquelas praças, sobretudo, com colonos portugueses e/ou luso-brasílicos.

As dificuldades em mobilizar tropas, o baixo estímulo aos primeiros exploradores e os custosos recursos para se adentrar ao interior do continente exerceram forte influência sobre o destino da ocupação. Em janeiro de 1648, o governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho escreve ao Conselho Ultramarino relatando as dificuldades encontradas pelos missionários e colonos do Maranhão em superar as adversidades encontradas naquelas campanhas de ocupação. Temerárias quanto aos resultados, autoridades coloniais revelavam que para se obter qualquer resultado satisfatório a única saída seria municiar os soldados com armas e pólvoras para eventuais conflitos e, quando não, distribuir algumas mercês e insígnias aos principais das aldeias e suas mulheres¹⁹⁰.

Mesmo assim, em 1653, os padres Francisco Veloso, Antônio Ribeiro e o ajudante Simão Luís chegam a Belém do Grão-Pará com a função de instituírem as primeiras ações catequéticas e barrar o avanço jesuítico dos castelhanos entre os índios¹⁹¹. Mesmo com a

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o pedido de socorro do gov. do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, através de apoio humano, armas e munições e sobre o envio de hábitos para repartir pelos índios principais. AHU-ACL-CU-009, Caixa: 03, DOC: 00236.

¹⁹¹ Para a estratégia missionária funcionar, Antônio Vieira recomendava aos religiosos utilizar-se apenas dos seus próprios esforços em percorrer aquelas grandes distâncias aos sertões sem, portanto, necessitar da ajuda dos nativos e dos escravos que os acompanhavam. Sobre tal pretexto, o missionário achava que o esforço individual funcionaria como uma espécie de primeiro ato sacrificial do jesuíta, cabendo-lhe, portanto, servir de exemplo aos índios conversos a partir do exercício da caridade/humildade. Tempos depois, Vieira se mostraria cético quanto aos resultados da ação missionária, uma vez que muitos dos religiosos estavam direcionando suas ações para interesses próprios, possuindo terras e adquirindo engenhos nas margens do Itapecuru e Serras das Ibiapaba. Ver LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943.

chegada desses missionários, o projeto de catequese dos indígenas no Grão-Pará demoraria a ser implementado, justamente, por não haver sintonia com membros da câmara e com colonos da cidade de Belém; estes já habituados em utilizar-se da mão de obra indígena na extração das madeiras, drogas do sertão e no fabrico do açúcar e tabaco¹⁹².

Somente com a vinda ao Grão-Pará do Padre João de Souto Maior, depois de 1653, é que os missionários da Companhia de Jesus puderam erguer os primeiros aldeamentos, capelas, residências para os eclesiásticos e manutenção de espaços para a constituição de roças e criação de pequenos animais¹⁹³. O estabelecimento desses núcleos religiosos e sua expansão em direção ao interior do continente consistiriam, portanto, nos alicerces iniciais de perpetuação do controle português sobre os territórios de fronteira com as terras de Castela. Nesse processo de consolidação da presença do Império ultramarino português no Novo Mundo e a rigidez do contato entre culturas distintas nas Américas, sobriam aos naturais da terra - os Tremembé, Tabajara, Arauk e Mura - as possibilidades de tornarem-se “índios cristão” ou repudiarem os contatos e transformarem-se em arredios aos colonizadores, rígidos nos mecanismos de conversão e, como afirmavam os missionários, continuarem “bárbaros” nos costumes¹⁹⁴.

Com o intuito de legitimar a prática escravista nas terras recém-descobertas, autoridades coloniais denunciariam os intensos casos envolvendo práticas antropófagas entre grupos nativos e seus inimigos. Numa dessas correspondências, colonos do Maranhão lamentavam junto ao Conselho Ultramarino que na Capitania do Caeté era de costume da gentilidade guerrear com grupos inimigos e aos vencidos conduzirem às suas aldeias como “escravos de corda” para serem encetados em rituais antropófagos, pois acreditam aqueles índios que não o comendo poderia resultar “disto perderem-se suas almas”.

Na visão dos colonos do Maranhão, a melhor atitude a ser tomada seria a “de se resgatar o dito gentio assim condenado e aprisionado” e “reduzi-los à nossa fé e liberá-los da morte e terem os brancos quem os sirva em suas roças, e canaviais, sem os quais os escravos

¹⁹² Na tentativa de incrementar o comércio do Pará, André Vidal de Negreiros, governador do Estado do Maranhão durante o ano de 1656, mostrava-se incomodado não só com o desregramento dos colonos com o cativo indígena, mas também com a própria dinâmica comercial daquela capitania que carecia de armazéns, balanças e de um barco que pudesse trazer peixes, açúcar, tabaco, sal e mais alimentos para a cidade de Belém. Sobre o comércio no Pará, ver. AHU-ACL-CU-009. Caixa. 4 Doc. 00376.

¹⁹³ AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará...*p. 36.

¹⁹⁴ Para o historiador Almir Diniz Carvalho Júnior, a conversão ao cristianismo dos naturais da terra, embora manifestasse o alargamento dos preceitos cristãos entre os indígenas, potencializava também o caráter reivindicatório desses “índios cristão” dentro desse mundo novo em formação. Cf. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2005.

era impossível sustentar-se a costa do Maranhão e Brasil”¹⁹⁵. Em *Paranduba Maranhense*, o autor narra casos de associações entre aquelas nações indígenas que optaram pela paz com os colonos luso-brasílicos e, em troca, desempenharam atividades de lavoura, de mediador cultural e de reconhecimento das matas e dos novos caminhos.

Estabelecido os acordos com as lideranças indígenas, a estratégia seguinte seria apossar-se das terras mediante a fundação de fortalezas, praças, presídios e guarnições militares, toda uma engrenagem urbana capaz de arregimentar colonos interessados nas possibilidades de lucros que aquelas terras porventura pudessem oferecer. Sem muitas saídas, aos nativos cabiam-lhes as escolhas forçadas em tornar-se cristão converso e agente colonial, uma espécie de vassalo do rei com prerrogativas de direitos e de deveres peculiares aos nativos do Novo Mundo¹⁹⁶.

No entanto, o caminho da paz se mostrava como apenas mais um dos horizontes possíveis para aqueles índios. O tratamento dado aos portugueses, as longas jornadas de trabalho nas lavouras, as constantes idas à floresta para execução de atividades de extração das árvores e de alimentos e a intensificação dos casos de bexigas entre os indígenas reforçariam atitudes de rebeldia e de fugas coletivas nos aldeamentos. Assim aconteceu com os índios das Aldeias Altas que, assaltados por diversos casos de bexigas, tiveram que abandonar seus aldeamentos e fugirem para as matas, evitando assim contatos com colonizadores luso-brasílicos.

De certa maneira, não se pode desprezar o potencial poder que as epidemias tiveram para com a re/modelagem da paisagem colonial nas Américas. John Hemming e mais recentemente historiadores brasileiros e norte-americanos estão reavaliando os impactos das doenças e sua disseminação epidemiológica durante o alvorecer das navegações e as situando como preponderantes para se compreender os fracassos e/ou sucessos das conquistas no Novo Mundo¹⁹⁷. Dessa maneira, o sucesso de uma conquista poderia depender, como acima citamos, dos níveis de acordos estabelecidos entre os sujeitos envolvidos; contudo, de nada adiantaria se não houvesse um conhecimento das condições ecológicas do lugar, da impetuosidade do rio, dos pântanos que, por ventura, o circundasse e dos mosquitos presentes naquele lugar. A entrada aos sertões em busca de madeiras levaria à devastação das matas. A introdução do gado, cavalos, porcos e outros animais em um ecossistema distinto causaria a

¹⁹⁵ AHU-ACL-CU-009, Caixa. 02. DOC. 198.

¹⁹⁶ Cf. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2005.

¹⁹⁷ HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

exaustão dos solos dos campos/pradarias; a expansão das aldeias, vilas e cidades intensificaria os contágios microbianos¹⁹⁸.

Ciclos epidemiológicos de malária, bexigas, febre amarela, varíola, rubéola e tantas outras doenças sempre estiveram presentes nas diversas partes das Américas; compartilhando com nativos e colonizadores as dificuldades que era de se empreender aquelas atividades de conquista e descoberta do *Novo Mundo*¹⁹⁹.

Quando em contato com nativos, essas enfermidades causavam verdadeiros desastres, reduzindo populações indígenas que viviam em contatos com colonos, missionários e, ao mesmo tempo, forçando-os a debandarem para regiões com reduzida presença de europeus e mestiços. Embora não sendo possível representar por meio da escrita as consequências dos impactos epidemiológicos, aquilo que Luis Felipe de Alencastro denominou do “trauma gerado pelas pestilências pós-cabralina”, as populações indígenas do Brasil, notadamente alguns grupos do tupi, conseguiram representá-la em suas mitologias²⁰⁰.

Assim, à medida que os surtos epidemiológicos se espalhavam pela América portuguesa, contaminando africanos, portugueses, mestiços e, em grande escala, indígenas, os projetos de conquista iam sendo redefinidos. A vulnerabilidade do índio precipitaria a inserção da mão de obra africana como base de sustentação do edifício colonial português nas Américas²⁰¹. Nas palavras do autor, “a epidemiologia tropical também concorreu para a atrofia do mercado escravista indígena”²⁰². A perspectiva econômica é, portanto, o cerne da análise do autor do trato dos viventes. Debruçando sobre a mesma problemática, Jared Diamond propõe que os impactos epidemiológicos nas Américas deveriam ser pensados em sintonias com outras variáveis presentes durante as conquistas, tais como as variedades dos germes, as diferenças tecnológicas e a desigualdade na produção de alimentos entre colonos europeus e nativos das Américas²⁰³.

¹⁹⁸ CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p. 302; DAIMOND, Jared M. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 16edª. Rio de Janeiro, Record, 2014.p 204; . O trato dos viventes. P. 128.

¹⁹⁹ SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977. p. 156.

²⁰⁰ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*. Bauru, Sp: EDUSC, 2003; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das letras, 2001; SOUSA, Marina de Melo e. *Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de Rei Congo*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.

²⁰¹ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*...p. 127,

²⁰² Ibidem.

²⁰³ Para Diamond, esse momento de estreitamento dos mundos coloniais, de projetos e ideias circulando pelo globo e a unificação microbiana seriam apenas alguns dos ingredientes que pesariam contra os ameríndios do *Novo Mundo*. Ver. DIAMOND, Jared M. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

É provável que o manifesto interesse dos chefes indígenas por ferramentas de ferro, vestidos e todo tipo de tecidos/panos represente a certeza de que sabiam que estavam vivendo em uma sociedade hierarquizada em que ornamentos, panos e balangandãs teriam um significado material e simbólico muito forte, por isso usavam esses instrumentos como moeda em trocas de favores com colonos²⁰⁴. Quanto aos instrumentos à base de ferro, a documentação primária disponível, assim como as crônicas de época enfatizam a tamanha importância dada aos nativos das ribeiras do Tocantins pelos instrumentos agrícolas dos colonos. Nas guerras ou em fugas dos aldeamentos, grupos indígenas costumavam retirar-se com alguns pertences do corpo, mas, antes disso, não se esqueciam de furtar enxadas e foices.

Para Maria Regina Celestino, não restam dúvidas que no ambiente colonial os mais afetados seriam os indígenas. Contudo, essa aparente desvantagem não os impedia que escolhessem os menores dos males. Essa capacidade de decidir sobre o seu destino e dos descendentes era potencializada em tempos de guerra e de expansão rumo ao interior do continente²⁰⁵. Autoridades portuguesas, religiosos e aventureiros sertanistas estavam cientes de que o controle e a manutenção das posses das terras do Norte passavam necessariamente por um jogo de alianças com as comunidades indígenas da região. O sucesso de portugueses e espanhóis dependeria, portanto, do grau de habilidade desenvolvido durante os primeiros contatos; daí o apoio às expedições dos sertanistas e entradas dos missionários da Companhia de Jesus²⁰⁶.

As solicitações de hábitos, as barganhas por proteção e o direito de constituírem posses de terras -mediante o reconhecimento das autoridades coloniais da legitimidade das suas chefias indígenas- mostram os caminhos percorridos por esses sujeitos em suas buscas por autonomia diante de um mundo cada vez mais colonizado. Em outubro de 1648, o índio principal da nação Tabajara do Estado do Maranhão, Antônio da Costa, filho do antigo principal da mesma nação, Marcos Costa, encaminhou uma petição ao Conselho Ultramarino narrando seus feitos e os de seu pai durante o cerco aos holandeses na ilha de São Luís. Tal atitude havia servido de “exemplo aos de sua nação para o imitarem (sic) obrigando-os

²⁰⁴ ²⁰⁴ Sobre o repertório de trajes e de tecidos no Brasil Colônia ver, LARA, Sílvia Hunold. “Sedas, Panos e Balangandãs: O traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)”. _IN. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. pp. 177-191. LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁰⁵ Cf. ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

²⁰⁶ Para o Maranhão e Grão-Pará ver, entre outros, SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EDUFPA, 2012; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2005.

também com suas práticas e procedimentos tudo em ordem a serviço de Vossa Majestade, procurando mantimentos para o sustento dos vassalos de Sua majestade”. Quando partem em retirada, os holandeses levam consigo seis soldados portugueses a bordo de sua fragata. O incidente faria com que o índio Marcos da Costa tomasse a iniciativa em socorrer os prisioneiros; contudo, o insucesso da empreitada lhe custaria à vida.

Os detalhes desse conflito chegam até nós por meio do seu filho, o principal Antônio Costa, que ao narrar as façanhas do pai se posiciona, por conseguinte, como legítimo agente colonial e vassalo converso de Sua Majestade. Na condição de aliado dos portugueses, Antônio da Costa solicitou ao Conselho Ultramarino uma provisão conferindo-lhe o direito de proteção da sua aldeia “e de seus descendentes e de principal de toda a nação Tabajara”, para com isso validar perante aos seus e demais colonos diretamente envolvidos na conquista e descoberta das novas terras sua autoridade indígena, seu poder de barganha e o grau de enobrecimento que conquistara na América portuguesa.

Se nos rios do Maranhão, a ação missionária visava à conversão e manutenção do Cristianismo, no Grão-Pará, por sua vez, os missionários tinham que lidar ainda com as rivalidades com os espanhóis e aventureiros que desciam o Tocantins em busca de índios e riquezas da terra²⁰⁷. Nos planos dos religiosos da Companhia de Jesus, o sucesso da conquista espiritual das comunidades indígenas, presentes nas cabeceiras do rio Amazonas, dependeria da ocupação do Gurupá, uma capitania secundária e diretamente vinculada à Coroa portuguesa e situada entre os rios Xingu e Areais²⁰⁸.

Muito embora, há muito tempo, o rio Tocantins fosse do conhecimento das nações estrangeiras, sobretudo por franceses e espanhóis, seria a circulação de diversos mapas, roteiros de viagens e itinerários de exploração que daria visibilidade às conquistas e ao estabelecimento de núcleos populacionais às margens do rio Tocantins. Do final do século XVII até a primeira metade do século XVIII, as entradas em direção ao rio Tocantins e parte sul do Maranhão visavam, sobretudo, à exploração de pedras preciosas. As notícias da descoberta de novos caminhos, assim como a construção de aldeias por autoridades religiosas

²⁰⁷ O caráter implícito da violência não excluiu as possibilidades de lutas dos mais diversos grupos indígenas diretamente envolvidos no processo de inserção das Américas na dinâmica do Antigo Regime nos primeiros séculos de exploração colonial e que, mesmo diante das ações de violência, muitos grupos indígenas decidiram por sustentar/conservar suas escolhas. MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860, p.435.

²⁰⁸ Sobre a posse dos religiosos no Gurupá, ver AHU-ACL-009 Caixa: 4 Doc. 00373. Ver Também CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2005.p. 45.

da Companhia de Jesus ao longo do rio Tocantins deixavam em sobreaviso as autoridades portuguesas acerca do perigo manifesto em propagandear tais informações²⁰⁹.

Mais uma vez, o cartográfico Albernaz reproduziria esse momento de alargamento dos domínios lusitano pelo interior do continente. Contudo, mostrando somente aquilo que a Coroa portuguesa manifestara interesse e escondendo elementos que não deveriam tornar-se do conhecimento de todos. O mapa abaixo é um exemplo do poder representativo que a imagem cartográfica poderia produzir naquelas autoridades coloniais que tinham a função de analisar e decidir sobre os destinos daquelas paisagens inventadas no papel.



Mapa 6: Livro em que se mostra a descripção de toda a costa do Brasil e seus portos, barras e sondas d'elas, feito por João Teixeira Albernas, moço da camara de Sua Magestade e seu cosmographo. Em Lisboa, anno de 1627. BNF.

²⁰⁹Cf. AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.p. 216. Lúcio de Azevedo via nos jesuítas os “guardas [mais] zelosos dos domínios portugueses”.

Assim, chama atenção na representação cartográfica a ausência dos rios Tocantins e Araguaia, pondo em evidência apenas os rios Meary (Mearim) e Tapecuru (Itapecuru) na parte do Estado do Maranhão e do rio da Prata, na parte do Estado do Brasil. Com o mapa, Albernaz ocultava a existência do rio Tocantins e alardeava aos aventureiros paulistas a possibilidade de se alcançar as províncias do Peru pelos afluentes do rio da Prata.

Se na parte norte dos domínios próximos às ribeiras dos rios Amazonas e Negro, os portugueses foram constantemente confrontados pelas investidas dos espanhóis, na parte sul do continente e por toda a extensão do rio Tocantins, em relação inversa, as hostilidades eram capitaneadas por aventureiros luso-brasileiros que avançavam de São Paulo em direção as Minas Gerais e parte da Bahia até chegarem ao extremo norte, já nos limites de fronteira com o Estado do Maranhão; forçando, assim, a expulsão dos espanhóis dos domínios territoriais situados no interior da América.

O incentivo à formação de expedições aos sertões exerceria enorme influência nos rumos da efetiva colonização do interior das terras brasílicas. Contudo, os portugueses deram-se conta de que a divulgação da descoberta de novos caminhos através de mapas, tal qual o revelado pelo cartógrafo Albernaz, poderia colocar em perigo própria manutenção das conquistas.

Na busca por pedras preciosas, os principais rios da região facilitariam o trabalho dos agentes da colonização, uma vez que era pelos rios que se interligavam espaços distantes e, ao tempo em que, os inseriam, mesmo que a revelia dos nativos, a uma realidade colonial. Mapas menos trabalhados e voltados para o mesmo interesse exploratório também foram produzidos por Albernaz. Contudo não podemos ponderar o nível de circulação da imagem durante o período.

Amazonas, a “Terra Amazonum”. A *Carte de la Terre Ferme, Du Perou, Du Brasil et du Pays des Amazones*, produzida por Guillaume Del’Isle, a mando de Johann Baptist Homann Erben, um reconhecido geógrafo e cartógrafo germânico, continha variadas informações a respeito dos aspectos topográficos, das redes fluviais, das nações indígenas e uma sucinta exposição das vilas e povoados que formam a fronteira territorial entre o Peru, a terra de Santa Cruz e a grande região das Amazonas²¹⁰.



Mapa 8: Guillaume Del’Isle (1675-1726). *Carte de la Terre Ferme, Du Perou, Du Brasil et du Pays des Amazones*. 1730. Dimensions: 47X56 cm. Norman B. Leventhal Map Center at the Boston Public Library.

²¹⁰Para detalhar sua carta geográfica, Guillaume Del’Isle cuidadosamente expressou em vivas cores o relevo, os contornos dos rios e a necessidade de situar os lugares dos diversos grupos indígenas locais. Tamanho empenho demonstra o quanto a cartografia, enquanto ciência e símbolo do iluminismo, foi importante no re/conhecimento do Novo Mundo e no reordenamento da política de conquistas e de ampliação territorial dos recentes Estados nacionais europeus. Ver. FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Aville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Assim e cada vez mais inseridas na dinâmica imperial portuguesa, as terras situadas fora do perímetro litorâneo seriam disputadas por colonizadores luso-brasílicos, ávidos por riquezas naturais. A utilização da mão de obra indígena seria não só o motor, mas também a base de sustentação necessária para esses primeiros projetos coloniais. Na tentativa de proteger os domínios territoriais dos prováveis inimigos, a saída encontrada pelos agentes coloniais seria a de pactuar acordos e alianças com autoridades indígenas locais. Foi o que correu com a viagem comandada por Antonio Pires de Campos que, ao partir de Cuiabá, obteria em todo percurso a ajuda de grupos indígenas locais; terminando por construir os primeiros alicerces daquilo que viria a se chamar as Minas dos Goyazes, a futura capitania de Goiás.

Durante suas aventuras pelo interior do Brasil, o sertanista não perdia a oportunidade em afirmar as quão dilatadas eram aquelas terras, com climas frios e de boa fertilidade. Quanto aos contatos feitos com grupos indígenas locais, o sertanista apontava para a qualidade da língua daqueles nativos, uma vez que seu fácil entendimento os ajudava no momento das trocas de informações, principalmente em relação aos índios Parecis e Kayapó²¹¹.

Por todo o rio Tocantins e Araguaia, notícias davam conta da diversidade de povos indígenas vivendo naquelas terras, tanto da pesca quanto da agricultura. No Tocantins, populações de índios Carajás e Gradaus viviam em margens diferentes do rio. Já no rio Araguaia, segundo informações dos missionários, muitos índios Caracatz habitavam suas margens em grandes aldeias²¹². Em muitos casos, a ajuda prestada aos colonos se dava pelo fornecimento de informações a respeito dos locais de maior fluxo das correntezas, sobre a profundidade dos rios e intensidade da força das cachoeiras durante o trajeto das viagens de exploração. Nessas viagens de exploração, as embarcações usadas pelos portugueses eram as faluas, embarcação à vela e de médio porte que servia para o transporte de pessoas e de mercadorias. Quando os canais dos rios eram estreitos, os colonos se apropriavam das embarcações dos grupos indígenas ribeirinhos que usavam canoas - igaratés, igaras e betes - construídas com as toras de árvores da região e prontamente adaptadas às circunstâncias de navegação daqueles rios. Anos mais tarde, as ambições dos sertanistas se reverteriam em procedimentos práticos, como a construção de aldeias, que conduzidas por padres,

²¹¹Breve noticias que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas de Cuiabá e seu recôncavo, em 20 de maio de 1723. RIHGB. Tomo XXV, 1862.p. 441.

²¹²Sobre as entradas de Pires de Campos ao norte de Goiás e o contato com os índios, ver, em especial, CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811*. 2ªed. Ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.p. 101.

redefiniriam a nova lógica de expansão na América portuguesa e a ocupação dos rios que levavam ao interior da América portuguesa.

Quando São Paulo e as Minas Gerais separam-se administrativamente, a partir do alvará de 2 de Dezembro de 1720, as capitanias de Goiás e Mato-Grosso tornam-se subordinadas à São Paulo e as atividades sertanistas ganham maior dinamização. A marcha colonizadora em direção à parte centro-sul do Maranhão teria, portanto, diversas entradas, sendo a mais importante a que iniciava em São Paulo e seguiria para Minas Gerais a caminho do extremo oeste, com a função de abrir matas, navegar por grandes rios, descer vales e transpor “dilatadas chapadas” até alcançarem o destino desejado.

De fato, a busca pelas “riquezas da terra” faria com que homens de diferentes origens e de simétricos interesses avançassem sertão adentro. As entradas durante a segunda metade do século XVIII teriam, portanto, uma feição de projeto, com objetivos voltados ao povoamento, escoamento da produção agrícola para a Europa e extração mineral e vegetal das riquezas através dos rios; sobretudo, do Tocantins, e da constituição de núcleos urbanos sustentados por fazendas de gado nos limites do Maranhão, Pará, Goiás e Piauí.

“DESCOBRIMENTO DO CAMINHO E COMUNICAÇÃO DESTE PARA OS DO BRASIL”

Entradas coloniais: sertanistas, religiosos e a expansão pecuarista, século XVIII

Por entendermos será de muita importância e de consequências úteis que estes Estados de V. Majestade, o descobrimento do caminho e comunicação deste para os do Brasil, nos parece dar conta a V. Majestade, como teve efeito no fim do ano passado [1694] por meio de uma escolta de soldados e índios que no nosso governador [Gomes Freire de Andrada] mandou a essa diligência repetida por sua ordem já outras vezes, e no princípio deste janeiro havendo-se já descoberto e achado os primeiros currais situados nas margens do rio Paraguassú [Parnaíba], remeto nova escolta e cabo de maior porte, em cuja companhia foram também um homem que daqueles campos tinham vindo com os seus próprios descobridores e todos haviam de chegar a Bahia de todos os santos, já com conhecida derrota, donde se espera a volta por horas, entendendo-se não ser muito grande a distância; no que no mais dos serviços de V. Majestade e bem deste Estado, se tem o nosso governador havido com todo bom zelo e indústria, por cuja recondução ao governo. Beijamos a V. Majestade a mão e lhe vendemos as devidas graças. Guarde Deus a real pessoa de V. Majestade. São Luís do Maranhão de 1695.

Foi “no tempo de que Gomes Freire de Andrada governou (1685-1687) este Estado [do Maranhão] solicitou descobrir estrada dele para o Brasil entendendo por mui conveniente os serviços de V. Majestade”²¹³. Nessa época, por volta da última década do século XVII, notícias davam conta da descoberta de minas de ouro no Estado do Maranhão. Contudo, as longas distâncias que separavam as jazidas das outras e a falta de “engenheiros, pedreiros e de outras mais gentes” naquelas conquistas do Norte impediam um efetivo controle por parte das autoridades coloniais sobre as minas recém- descobertas²¹⁴.

²¹³*Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia.* AHU-ACL-CU-009, Caixa. 9, D. 906.

²¹⁴Jazidas de ouros eram descobertas desde as Minas Gerais até o centro-norte da Bahia. Os rios dessas duas capitanias que outrora serviam como transportes, como Itapecuru, de Contas e das velhas, agora, entrariam na rota da exploração aurífera por meio da extração por aluvião. Em um desses documentos, as autoridades portuguesas não escondiam a preocupação em erguerem “fortificações necessárias para sua defesa”, sob pena de verem tais jazidas sendo tomadas por aventureiros/posseiros de toda a espécie. Ver, *Carta do capitão-general Gomes Freire de Andrade para o secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes do Lavre, sobre a*

De acordo com Gomes Freire de Andrada, a certeza de que haviam encontrado o caminho para a Bahia de Todos os Santos se deu quando a tropa manteve contato com curraleiros “situados nas margens do rio Paraguassú [Parnaíba]”. Sem questionar a autoridade da tropa, o chefe daquele bando e administrador daquelas fazendas de gado da região, Antônio da Cunha de Souto Mayor, informou ao responsável pela tropa real do costume que tinha em comerciar naquele Estado devido à sua proximidade com o Brasil. Aproveitando a oportunidade do momento, Antônio da Cunha de Souto Mayor, pedi em nome de “Vossa Majestade data de seis léguas de terra, que é mui fértil naquela parte”²¹⁵.

No *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, César Augusto Marques (1826- 1900) aponta João velho do Vale, capitão-mor de Cametá e sobrinho do ex-governador Bento Maciel como o responsável pela jornada de descobrimento de uma estrada interligando o Estado do Maranhão ao do Brasil. Embora Gomes Freire de Andrada não cite o chefe da expedição, a experiência acumulada de João do Vale em expedições de conquistas similares o credenciava para executar mais esse serviço²¹⁶.

Utilizando-se das informações de César Marques, Francisco Augusto Pereira da Costa reafirma, em *Cronologia Histórica do Piauí*, as insistências de Freire Gomes de Andrada em descobrir um caminho que unisse as duas conquistas do Império português nas Américas. Nesse mesmo ano de 1685, o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, concedeu carta de sesmaria aos paulistas Domingos Afonso Mafrense, Garcia de Ávila Pereira e Bernardo Pereira Gago e o direito de empreenderem “conquista ao gentio bárbaro” que infestava o Maranhão.

Os documentos utilizados por César Marques e F. A. Pereira da Costa para explicar o processo de ocupação e povoamento do Piauí e parte sul do Maranhão acenam para a possibilidade de um movimento de conquista ocorrendo a partir de diferentes entradas; algumas com origens na cidade de São Luís do Estado do Maranhão e Grão- Pará e outras procedendo do Estado do Brasil, especificamente de bandeiras vindas das regiões de Pernambuco, Bahia e Goiás.

Ambas tinham o propósito de encontrarem estradas e caminhos que conectassem essas duas partes do Império português e, com isso, ampliarem as perspectivas de exploração do território e do trabalho indígena presente. Mesmo assim, estando numa área de fronteira, o

descoberta e minas no Maranhão e das medidas a toar quanto a este assunto. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 9, D. 905

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3ª Ed. São Luís: Edições AML, 2008. p.294.

imbróglio administrativo era tanto que quando o pedido de sesmaria feito por Antônio da Cunha de Souto Mayor chegou ao conhecimento do governador do Estado do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, o mesmo reagira de modo a “não deferir o pedido [por] entender [que] deve[ria] primeiro por ordem de V. Majestade determinar-se a divisa e seus limites a respeito dos dízimos e outras conveniências que poderão ser resultante”²¹⁷. Não sabemos ao certo por qual jurisdição Antônio da Cunha de Souto Mayor conseguira o direito à posse da terra já que, anos depois, em 1697, tal colono aparece na lista dos proprietários de terras do Piauí que assinam o termo de criação da Igreja de Nossa Senhora da Victória.

Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e noventa e sete aos doe dias do mês de fevereiro, estando o Reverendo Vigário da Vara o licenciado Miguel Carvalho na fazenda da Tranqueira nas casas da morada de Antônio Soares Thouguia mandou vir perante si os moradores nomeados na pastoral que trazia do Ilustríssimo e Reverendíssimo senhor Bispo de Pernambuco, e em presença deles e dos mais abaixo assinados, a mandou ler e declarar, por modo que todos a entenderam e lhe pediu seus votos para a eleição do lugar em que se devia fundar a Nova Matriz de Nossa Senhora da Vitória, e consultando entre todos, assentaram, votaram e determinaram, que se fundasse e fizesse a Igreja no Brejo, chamado a Mocha por ser parte mais conveniente aos moradores de toda a Povoação, ficando no meio dela com iguais distancias e caminhos para todos os riachos e partes povoadas e determinada a sobredita parte, se elegeu para lugar a passagem do Jatubá para a parte do Canindé e para roças e possais do Revendo Cura e Igreja; consinaram (sic) os moradores todos do Brejo do sobredito Riacho da Mocha, e de como assim o determinaram mandou o Reverendo vigário da vara fazer este termo, que assinou com todos os que abaixo contem. E eu Antônio dos Santos Costa, escrivão eleito escrevi Miguel de Carvalho, Joseph Gracia, Antônio da Cunha Sotto Mayor, Francisco Bezerra Correa, João A. de Oliveira, Francisco Machado, Christovão de Brito de São Paijo, Antônio Soares Touguia, Francisco Cardoso da Roza, Pedro Nunes Pinheiro, Pedro A. de Oliveira, Antônio Dantes de Azevedo, Antônio Nunnes Barreto²¹⁸.

²¹⁷*Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia*. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 9, D. 906. Embora as ações de descobrimento dos caminhos e comunicações que pudessem levar ao Estado do Brasil tivessem na figura do governador Gomes Freire de Andrada precursor da iniciativa, seria durante o governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1690-1701) que a Câmara de São Luís do Maranhão poria em prática o processo de ocupação.

²¹⁸O documento encontra-se no livro *As guerras nos Palmares*, de Ernesto Ennes, e compõe juntamente com outros um rico acervo de informações sobre as primeiras ações de conquista/ocupação e des/povoamento do Piauí colonial. Além do mais, o manuscrito durante muito tempo foi constantemente citado apenas para dar sentido a uma espécie documento-monumento fundante da cidade Oeiras. Muitos ao assim perceberem, logo apontaram para um modelo de colonização do Piauí com feições peculiares, vindas do interior para o litoral e situado a colonização do Piauí como algo desvinculado do Estado do Maranhão. Ver: “Termo da Eleição que fizeram os moradores o sertão do Piauí; do lugar, para se fazer a Igreja de Nossa Senhora da Vitória”. In_ ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Subsídios para a sua história. Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra, 1687-1709. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Documento nº 62. PP. 364-65.

Sem muita demora, em novembro de 1697, o Bispo de Pernambuco, Frei Francisco de Lima, encaminhava ao Conselho do Ultramar as notícias referentes à fundação, no distante sertão do Piauí, da nova freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Na carta, o religioso deixava claro o modelo administrativo a ser adotado e o valor que os fiéis deveriam contribuir para a manutenção dos membros do clero.

Senhor, por decreto de 6 de novembro deste ano manda Vossa Majestade se veja neste Conselho a carta inclusa, que o bispo de Pernambuco escreveu ao secretário Roque Monteiro Paim com os termos da fundação da nova paróquia que mandou fundar no sertão do Piauí, e descrição do distrito dela e pela parte que lhe consultasse a Vossa Majestade o que lhe parecesse, e dando se primeiro vista ao procurador da Fazenda respondeu que era muito de louvar o zelo com que este prelado procurava o bem destas suas ovelhas, que desgarradas por aqueles desertos, apenas ouviam os silvos de seu pastor, porém era de considerar se este novo que lhe dava podia aproveitar a todos vivendo em tão largas distancias; e quando assim parecesse primeiro que se confirmasse esta ereção, deviam os moradores fazer esta obrigação por si, ou por seu procurador bastante nos livros da Fazenda Real de Pernambuco, para que a todo tempo constasse de como tomarão sobre si o encargo de fazer, e aparamentar a Igreja, e dar ao cura o salário que antes deviam à Matriz; a saber cada morador dois mol réis e por sua família mil réis; e isto sem a limitação que propunham de pagarem até Vossa Majestade pagar ao cura sua ordinária, pois se eles sem esta taxa pagavam estas pensões ao pároco da Matriz, sem elas as deviam pagar ao da filial, que lhe convinha e procuravam além de que os dízimos estavam carregados que não bastava para satisfação de suas consignações, e por este respeito alegando a Fazenda Real dar a este cura a ordinária [despesa] de vigário. E se havia de contestar com a de coadjutor, como se observava em muitas filiais deste Reino, em que também havia alguma, que os fregueses sustentavam sem porção alguma de dízimos. E com estes exemplos sempre estes moradores deviam continuar com o pagamento que faziam à Matriz e queriam fazer ao seu cura, pois com a ordinária de coadjutor, e os poucos benesses de moradores distantes não achariam quem o fosse²¹⁹.

A sugestão levantada pelos clérigos sobre a necessidade de incentivar os moradores da nova freguesia de Nossa Senhora da Vitória a buscarem junto aos livros da Fazenda Real de Pernambuco os meios para regularizar o pagamento das suas obrigações reais justifica-se em razão do fato de não haver uma jurisdição bem definida que afirmava para quais domínios deveria os dízimos ser recolhidos.

A dúvida sobre o recolhimento dos dízimos era igualmente comum quando da distribuição das datas de terras. Para o historiador Odilon Nunes, Pernambuco e Bahia

²¹⁹ *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a carta do Bispo de Pernambuco, frei Francisco de Lima, acerca da fundação da paróquia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí.* AHU. Piauí -CU-016, Cx. 1, D. 2.

continuaram por muito tempo expedindo cartas de sesmarias para aventureiros e bandeirantes interessados nas conquistas para além do rio São Francisco e sertões das Rodelas, exatamente nas terras da capitania do Piauí. Contudo, mesmo diante da incerteza administrativa sobre a quem pertencia o direito de concessão das terras, os membros da casa da Torre de Garcia de Ávila Pereira e seus associados - bandeirantes paulistas e colonos da Bahia - continuariam a avançar em terras situadas “nas margens do Parnaíba, Paraim, Gurguéia, Itapecuru”; fato este que contrariou tanto os administradores do Estado do Maranhão quanto aos do Estado do Brasil²²⁰.

Diante da situação e preocupado com avanço da casa da Torre no Piauí, o ouvidor da Bahia se antecipa ao Estado do Maranhão ao emitir um Alvará de 11 de janeiro de 1715 determinando “que a jurisdição do território conflituoso, que ainda estava sob a dependência da Bahia, ficasse pertencendo ao Maranhão” e que as sesmarias dadas pelos governadores da Bahia e Pernambuco se sujeitassem agora ao governador do Maranhão para “evitar desordens entre os moradores dos diferentes distritos”²²¹.

A questão só seria definitivamente resolvida na segunda metade do século XVIII, quando a Coroa portuguesa lançaria mão de uma provisão régia limitando os tamanhos de cada sesmaria a ser doada, não podendo ultrapassar

Três léguas de comprido e uma de largo, e o mesmo se declara na provisão de 20 de outubro de 1753 por carta da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Domínios Ultramarinos escrita ao desembarcador conselheiro Francisco Marcelino de Gouveia em 12 de junho de 1761 se ordena que as demarcações e divisões que pela dita provisão de 20 de outubro de 1753 se mandou fazer a respeito de cessarem os fundamentos dos pleitos que traziam os sesmeiros que se tinham mandado suspender, suspensas ficam assim as ditas demarcações se nova resolução de S. Mag^o e na carta Régia do dito também datada em 12 de junho de 1761 escrita ao Ih^o Ex^{mo} Sr. Gov. que foi desta capitania João Pereira Caldas para as fundações das vilas, foi servido ordenar que se pudessem dar covas a terras vagas, que ficassem fora daquela extensão que promete para as mesmas vilas e logradouros públicos²²².

Curiosamente, a mesma discussão referente ao tamanho das sesmarias no Piauí apropriadas à produção de gado reaparece, anos depois, no documento *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*, texto de autoria duvidosa e publicado durante os anos finais

²²⁰ Cf. Mapa das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios pretendem no sertão do Piauí. AHU - Piauí- CU-016, Cx. 1, D. 1. Ver NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. v.4. 2ed. Teresina : Artenova, 1975.p. 89.

²²¹ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História...*p. 118.

²²² Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97.

do século XVIII²²³. Da primeira divulgação do manuscrito - ocorrida desde sua descoberta em meio a outros tantos documentos presentes no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos durante o ano de 1802 - passando pelo crivo e interesse de historiadores do século XIX, como Capistrano de Abreu e, mais tarde, no século XX, por estudiosos como Caio Prado Junior, todos parecem concordar com o argumento primeiro de Capistrano que associa a autoria do manuscrito a João Pereira Caldas, uma experimentada autoridade colonial portuguesa que governou todas as capitanias do Norte²²⁴.

Cabe notar que durante a provável época da jornada e produção do manuscrito, possivelmente nas décadas finais do século XVIII, João Pereira Caldas acumulava a função de governador e capitão general nomeado para a capitania do Mato Grosso e Comissário interino das demarcações de limites no Rio Negro, além de acionista da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; um sujeito, portanto, participante dos negócios do ultramar, entregando mercadorias a terceiros por meio dos navios da Companhia²²⁵. Sua vinculação ao comércio Atlântico o coloca como agente privilegiado e ciente dos principais problemas daquelas capitanias; o que precisavam para mudar e quais decisões a tomar diante dos desafios. Instituir, portanto, três grandes povoações entre os rios Tocantins e Parnaíba e conectá-las às atividades econômicas do litoral, tal como preceituava o autor do manuscrito, combina harmoniosamente com os interesses daqueles que faziam a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Quando esteve à frente da administração da Capitania do Piauí, João Pereira Caldas fundaria nos limites do extremo sul do Piauí e fronteira com Maranhão e Goiás, a cidade de Oeiras, uma antiga aldeia de nome Cabrobó, nome dos índios da região, e que depois, em 1718, elevar-se-ia à categoria de Vila da Moucha e, posteriormente, cidade da capitania do Piauí, em 1758²²⁶.

²²³ Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. IN_ . *IHGB*, tomo 62, parte I, 1900.

²²⁴ GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: uma viagem as engrenagens da máquina mercante*. Campinas, SP: [s.n] Tese de Doutorado em História Social, Unicamp, 2006.p.17

²²⁵Ofício do [governador e capitão general nomeado para a capitania do Mato Grosso e Comissário interino das demarcações de limites no Rio negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da marinha e Ultramar], Martinho de melo e Castro, sobre a entrada dos espanhóis no rio Branco, com o objectivo de descobrir e explorar as minas daquela região, chamando a atenção para a necessidade de corrigirem-se os mapas dos domínios portugueses, desde a parte superior do rio Tocantins até às desmembradas capitanias do Maranhão e Piauí, de modo a evitar este tipo de invasão. AHU - Rio Negro, Cx. 3, Doc. 11/AHU_CU_013, Cx. 85, D. 6972. Ver também, CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume II: documentos (O comércio Intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII). São Paulo: Editora Nacional, 1988. p. 291.

²²⁶ Fundada em 1696 por Domingos Afonso Mafrense, o povoado da Moucha passou muito tempo vinculado à Paróquia de Nossa Senhora de Cabrobó e pertencente ao bispado de Pernambuco, daí a forte presença dos religiosos de Pernambuco nesses primeiros anos da conquista do Piauí. Ver MIRANDA, Agenor Augusto de.

Entre uma de suas medidas, estava aquela que restringia o acesso às terras próximas a lugares estratégicos e que pudesse futuramente travar o surgimento de outras vilas e povoamento na região. Em ofício de 28 de setembro de 1762, Pereira Caldas determina que as terras próximas às principais vilas da capitania Piauí deveriam ficar aos cuidados das câmaras municipais sob o pretexto de se evitar o fatiamento das melhores terras nas mãos de poucos colonos²²⁷.

Anos depois, um colono insatisfeito com a decisão dos vereadores em proibi-lo de montar uma feitoria de carnes nas margens do rio Iguaçu retoma o assunto na Vila de São João da Parnaíba e sugeriria aos vereadores a respeito do aforamento das terras.

Havendo por ser bem o senhor Rei Dom José o primeiro de gloriosa memória criar esta capitania foi serviço declarar ao governador que a veio estabelecer João Pereira Caldas pela carta régia de 19 de junho de 1761 o método que deva praticar tanto na criação desta cidade como no estabelecimento das vilas que mandou formar na mesma capitania para cujo fim ordenou no parágrafo décimo segundo da mesma carta régia que as câmaras de cada uma dos referidas vilas, pertencesse o terreno de quatro léguas em quadro que vem a ser uma légua quadrada cujo terreno deveria ser aforado pelos seus respectivos camaristas, as pessoas da mesma vila, segundo as circunstancias a pelos meios que as leis e ordenações determinam, para que dos rendimentos dos mencionados aforamento se estabeleça uma renda perpetua e segura com a qual podem pagar as suas despesas, como expressa e claramente e o mesmo senhor na dita sua carta régia no mencionado parágrafo, e se pratica não só em Portugal, mas também em todas as partes da América aonde se souberam entender e cumprir as ordens reais declaradas sobre semelhantes materiais como se está praticando nesta cidade e obrigando a minha notícia que não só nessa vila, mas em quase todas ou da capitania se não prática a determinado na referida carta e que V.m^{ca}. não deram a verdadeira inteligência que deviam ao ofício que lhe dirigi em 8 de maio deste presente ano do que se tem segundo e devem seguir novas questões e desordens, ficando as coisas em o mesmo abuso desarranjo e viciosa pratica; ordem a V.m^{ca}. a seguinte em primeiro lugar V.m^{ca}. Deverão demarcar o terreno que pertença a esse Senado na conformidade da carta régia que se há de achar registrada nos livros dessa Câmara pelos tombadores ou a tiradores públicos que é uma légua quadrada, em segundo lugar pelos mesmos V.m^{ca}. foram medir todos os terrenos em que se acham fundadas as casas dessa Vila e igualmente todos os que tiverem dado fora dela dentro da légua que lhe pertença que é unicamente até onde chega a sua autoridade jurisdição no que toca a essa particular e ficarão recebendo os seus competentes foros desde sua demarcação, que deverão ser

Estudos Piauienses. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.p. 14. CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.p.129; ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica...*p.48.

²²⁷ De acordo com Francisco Augusto Pereira da Costa João Pereira Caldas, que antes servia na administração portuguesa da Capitania do Grão Pará, recebe por carta régia de 29 de Julho de 1759, e por patente de 21 de agosto a missão de administrar a capitania Piauí, criar vilas e uma nova cidade, na antiga vila da Mocha que depois cidade de Oeiras. Para executar a tarefa, Pereira Caldas recebeu o posto de coronel de cavalaria e um soldo anual de 2:000\$00 anuais. Cf. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed./v.1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.p. 132.

pagos da mesma sorte que se estabeleça e pagão nesta cidade pois como cabeça da capitania deve servir de exemplo e regra para os senhores. Rei Dom José I manda conceder a esses moradores os mesmos privilégios que concedeu aos desta junta que lhe devera servir de regra no que toca ao método de aforar o valor do foro²²⁸.

Durante a presença de João Pereira Caldas na administração da Capitania de São José do Piauí, seus feitos fundamentaram-se essencialmente no aparelhamento burocrático da capitania, com o estabelecimento de um governo civil e administração da justiça a serviço do Reino de Portugal; na reordenação das concessões de terras, diminuindo assim a força dos potentados locais, sobretudo, dos procuradores da Casa da Torre e de muitos outros sesmeiros de muitas posses e cabedal; sequestro e expulsão dos jesuítas da Capitania e maior abertura dos produtos da capitania ao comércio do Atlântico Equatorial mediante o incentivo à criação de mais vilas e freguesias, como a Vila de São João da Parnaíba, a única via de acesso da capitania ao comércio marítimo²²⁹.

Para Tanya Maria Brandão, as medidas tomadas por João Pereira Caldas estavam em sintonia com o postulado pela administração Pombalina, uma vez que era do interesse das autoridades metropolitanas reduzir o poder das “forças políticas locais”. Para Brandão, havia uma política de incentivo à criação de vilas e freguesias por todos os domínios da América portuguesa e que essa estratégia, no caso da capitania do Piauí, obedecia, por conseguinte, a uma necessidade de estender o maquinário jurídico-administrativo português para regiões vistas como distantes do mando metropolitano. Nesse expansionismo das instituições e do poder português na Capitania do Piauí, antigas e/ou novas relações de poder foram assentadas através da ocupação de cargos e na re/distribuição de terras²³⁰.

João Pereira Caldas conseguiria concluir seu mandato de governador da capitania do Piauí de maneira exitosa. Antes de seguir destino ao Piauí, Pereira Caldas receberia a informação de El-rei que estaria ele a “erigir uma das mais nobres províncias dos meus domínios do Brasil” e, para tanto, deveria pôr em “serviço naquelas novas povoações as serventias dos ofícios das câmaras, das justiças e da fazenda, elegendo para elas as pessoas, que vos parecerem mais idôneas”. Não tardou muito para nomear

²²⁸ APEPI. Correspondência / 1798. SPE. COD.156. ESTN.2 PRAT. 01.

²²⁹ CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.p. 422; ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.p.62; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.p.196.

²³⁰ Cf. BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.

Domingos de Macedo para o posto de capitão-mor da freguesia da Mocha; José Luís de Oliveira e Silva, capitão de uma das companhias da mesma freguesia; Felix José Leite Pereira Castelo Branco, capitão da companhia da freguesia dos aroazes, subordinada ao capitão-mor da vila da Mocha; Manuel Felipe de Azevedo, sargento-mor da freguesia de Santo Antônio do Surubim de Campo Maior; e capitães Antônio Vieira do Couto, Manuel de Sousa Nunes, Manuel Gomes Figueiredo e José de Oliveira Pinto, José da Costa Oliveira, capitão da companhia da freguesia de Piracuruca; e José Rodrigues de Aguiar, da de Campo maior²³¹.

O agente colonial não tinha dúvidas de que a autoridade máxima do Império português via naquelas terras uma ramificação maior do Estado do Grão-Pará e Maranhão que precisavam inserir-se no mundo colonial. Para bem administrar, Pereira Caldas teve que negociar cargos e estabelecer acordos com parcela significativa das elites locais para, enfim, conduzir sua experiência administrativa pelo Piauí. Após sua passagem administrativa pela capitania do Piauí, a autoridade colonial estava pronta, portanto, para alçar novos voos dentro do império português.

Quem de fato produziu *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí* tinha um razoável conhecimento da geografia daqueles sertões. Mais do que isso, o autor conhecia como poucos a função estratégica que seria para o Império português a edificação de uma cidade colonial entre os dois principais rios da região, o Tocantins e o Parnaíba; sabia também das vantagens de uma construção bem planejada e com a mínima interferência possível de colonos interessados no lucro rápido. Tal qual um triângulo, como assim definia o autor do *Roteiro do Maranhão a Goiás*, a capitania do Piauí situava-se dentro de um contexto geográfico potencializador das contiguidades que a Coroa portuguesa tanto desejava naquele momento entre o Estado do Brasil e, nessa época, o Estado do Maranhão e Piauí (1771-1811).

²³¹Cf. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed./v.1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.p. 142.

“O descobrimento do caminho e comunicação deste para os do Brasil”

Desde que Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769) assumiu a mando do seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), primeiro Conde de Oeiras e marquês de Pombal, a administração do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-59) que um dos intentos administrativos da política pombalina era conhecer, explorar e submeter o controle daquelas gentes ao poder imperial. Por conseguinte, haveria a necessidade de materializar o poder temporal e simbólico da Coroa portuguesa entre os súditos daqueles sertões mediante a institucionalização de um aparato jurídico e legislativo presente na recém-criada cidade de Oeiras²³².

Assim, para se chegar ao Estado do Brasil, a capitania do Piauí oferecia cinco caminhos/entradas:

A primeira se encaminha ao Norte do rio Canindé, e vai sair ao Rio de São Francisco, por entre a freguesia do Cabrobó e Rio Pontal. (89) A segunda conhecida pela travessia nova acompanha o Rio Canindé até as suas Cabeceiras, as quais se dividem com as do Rio Pontal; a este segue até rio de S. Francisco, saindo três léguas ao Sul da Missão do Juazeiro, no lugar da Passage. (90) A terceira, a que dão o nome de travessia venha, acompanha o Rio Piauí; dele se aparta ao Norte das suas Cabeceiras; e vai sair ao Rio de S. Francisco dezoito ou vinte léguas ao Sul da segunda. (91) A quarta segue também o rio Piauí, sobe por ele mais acima di que a terceira e vai sair ao Rio de S. Francisco na fazenda do Sobrado, vinte e tantas léguas ao Sul da terceira. (92) A terceira que não é ainda tão freqüentada aparta-se também nas Cabeceiras do Piauí, e vai sair ao Rio de São Francisco, três léguas ao Sul da dita fazenda do Sobrado. Esta é a parte, onde mais se estreita esse sertão que depois se torna a alargar, sem mais comunicação alguma do que a que há pelas fazendas do Paraná e distrito da barra do Rio Grande²³³.

Em seguida, o autor do *Roteiro do Maranhão a Goiás* faz uma recapitulação sumaria dos caminhos/entradas que dão ao Piauí partindo de São Luís; agora mostrando não só as léguas, mas, igualmente, os dias a vencer durante a jornada do Maranhão à Bahia.

²³² A referência ao triângulo encontra-se no próprio documento. Ver Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiás...p. 72.

²³³ Ibidem,p. 81.

Tabela 1: Recapitulação das léguas e dias do Roteiro do Maranhão a Goiás.

Localidade (Partida-Chegada)	Léguas	Dias
Da cidade de S. Luís do Maranhão as Aldeias Altas	118	12
Das Aldeias Altas a passagem do rio Parnaíba	21	03
Da passagem do rio Parnaíba à barra do Canindé	28	04
Da barra do Canindé a Vila de N. S. do Livramento do Parnaguá (Parnaguá)	90	13
Da vila de Parnaguá à primeira passagem pelo rio Preto	15	03
Da primeira passagem do rio Preto a segunda nas suas cabeceiras.	15	03
De segunda passagem do rio Preto à povoação do Duro	16	02
Do Duro ao Arraial de São Felix	-	-
Do Arraial de São Felix à Vila-Boa	-	-
Total	303	50

Fonte: Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”.IN_ . IHGB, tomo 62, parte I, 1900.p. 86.

Anos depois do *Roteiro do Maranhão a Goiás...*, o viajante Manoel José do Sousa Bastos faria um percurso similar; contudo o destino agora seria as capitanias de Pernambuco e da Bahia. De acordo com o autor do manuscrito *Roteiro das capitanias do Pará e Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, pelos seus caminhos e rios centrais*, para vencer as 505 léguas de distâncias que separam a capitania do Pará da capitania da Bahia em 48 dias de jornada, o aventureiro deve dispor de boa força física para poder lidar com as dificuldades dos caminhos, alguns marcadamente bons, outros imensamente “enfadonhos” por carecer de “conduzir até água, mantimentos, milho e cavalos de sobressalente para quando cansar algum”²³⁴. Ao sair da capitania do Piauí, Manoel José do Sousa Bastos segue uma das entradas sugeridas pelo autor do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, seu interesse reside não só em descrever os caminhos e suas fazendas, mas à medida do possível nomear seus proprietários e suas patentes militares naqueles sertões.

²³⁴ BASTOS, Manoel José de Oliveira. “Roteiro das capitanias do Pará e Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, pelos seus caminhos e rios centrais, 1819”. *RIHGB*, Tomo VIII, Parte II, Rio de Janeiro, 1846, pp.538.

Encontram-se dois morros, que servem de baliza, de nominados os Dois Irmãos; completam-se seis léguas passando por entre eles desde Ingá até a fazenda dos Barreiros, que é de Roque Gomes Ferreira: desta seis léguas à de Ricardo, na lagoa da Boa Vista; desta seis léguas à de Thomaz João Mendes, em Santo Antônio; desta cinco léguas à de capitão Florêncio Rodrigues, em Cruz de Valérios; desta quatro léguas à do capitão Manoel Luiz, em Gatobazinho; desta doze léguas ao rio de São Francisco, onde finda esta capitania, cuja margem fronteira é Jacobina, a qual pertence à capitania da Bahia. Os caminhos são enfadonhos, não por mãos, sim por faltos de pastos, águas e mantimentos, o qual é preciso transportar tudo em cargas. Têm nesta capitania seis fazendas²³⁵.

Essa não teria sido a primeira e mais longa jornada do viajante Manoel José de Sousa Bastos. Entre fins do século XVIII e a primeira década do século XIX, o viajante teria a função de explorar por terra os caminhos possíveis entre o Pará e a corte do Rio de Janeiro. Dois percursos se mostravam possíveis: um via rio Tocantins e o outro adentrando o Maranhão até chegar ao Piauí e por lá atingir a Bahia e descer rumo ao Rio de Janeiro. Ao estabelecer paralelos entre essas suas viagens, Manoel José de Sousa Bastos revela que o caminho pelo rio Tocantins, embora demande uma distância aparentemente maior, 589 léguas, ainda assim o melhor caminho a percorrer todo o Brasil seria aquele pelo interior das Minas Gerais até as cabeceiras do rio Tocantins²³⁶. Manoel de Bastos referendava assim os caminhos do Brasil central, via rios Uruguia e Tocantins.

Essa aparente desvantagem do caminho para o Brasil via Maranhão e Piauí poderia ter sido facilmente vencido caso Manoel de Bastos tivesse conhecimento das entradas e dos pequenos e médios rios que conectavam as partes extremas do sul do Maranhão e Piauí com Goiás. Seu desconhecimento nos leva a deduzir que o autor não tinha informações a respeito do manuscrito *Roteiro do Maranhão e Goiás pela capitania do Piauí* já que um dos argumentos centrais da obra diz respeito às proximidades desses rios; uma vez que “quanto mais subir pelo rio Parnaíba, mais perto se estará do rio Tocantins”.

Durante o século XVIII, essa proximidade entre os rios Parnaíba e Tocantins ajudou a potencializar o comércio de carnes, já que pelo Parnaíba e Itapecuru fazendeiros e marchantes desciam até Goiás em busca de mercados para seus produtos, vendendo ou trocando carnes por pedras preciosas.

²³⁵ BASTOS, Manoel José de Oliveira. “Roteiro das capitanias do Pará e Maranhão....p.527-39.

²³⁶ Entre fevereiro e março de 1810, Manoel José de Oliveira Bastos, natural, possivelmente, do Pará, realiza sua primeira grande expedição, o Roteiro da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará pelo rio Tocantins acima até Porto Real do Pontal, da capitania de Goiás, etc. Sobre o agente colonial, ver BLAKE, Augusto V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (Volume 6: letras M-Pe). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 138.

Pessoas que na indagação de terras minerais desceram da Capitania de Goiás pelas margens do rio Tocantins, e dele apartaram a leste buscando o rio Mearim por onde sairão do Maranhão outras, que pelas margens do rio Parnaíba e cabeceiras do Itapecuru penetraram da freguesia de Pastos Bons em seguimento da nação Timbira, seguram todas; que os rios Tocantins e Parnaíba correm por esta parte mais vizinhos, que o dito sertão, que há entre eles, pode ser em quinze dias atravessado; que não só é fertilíssimo para todas as produções do país; mas muito próprio criação de gados, por ser aberto com largas campinas, cortadas de muitos e copiosos riachos, que acabam formando todos os rios, que vão desaguar no oceano pelas referidas capitanias do Maranhão, Cuma e Caité²³⁷.

Não parece razoável afirmar que a fronteira territorial entre o Maranhão, Piauí, Pernambuco e Goiás gozava de completo isolamento. Seus caminhos poderiam significar muitas fortunas aos poucos sujeitos que por lá circulavam. Seria, portanto, no caminho que lavava às nascentes do rio Preto - situada numa grande cordilheira e que servia de marco divisor entre capitanias do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Goiaz - a comunicação possível entre o Parnaíba e o Tocantins. Por aquele caminho era possível chegar até a fazenda Lustoza e alcançar o rio São Francisco. Por essa estrada, os curraleiros da Bahia e do Piauí desenvolveram um intenso comércio de troca e venda de carne seca e couros com os habitantes de São Felix e Natividade, duas povoações ricas na extração do ouro e de outras pedras preciosas situadas nos limites do Maranhão com Goiás.

Outrora conhecida como terras da Natividade, a região limite entre o Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Goiás encontrava-se banhada pelos rios Manoel Alves, Manoel Alves Pequeno e Manoel Alves Grande, os três são afluentes do rio Tocantins e distam de um para o outro num espaço de 120 léguas “de território inculto, inteiramente sob o domínio dos selvagens, que fica além da serra d’água, ao norte da Natividade”²³⁸.

Entre 1737 e 1740, os conflitos entre colonos do Maranhão e de São Paulo pela posse da terra e das jazidas de ouro a ela pertencente farão com que as povoações de São Felix e Natividade passem para a jurisdição de São Paulo; contudo em termos religiosos teriam que se dispor ao poder eclesiástico da Diocese do Pará, representado pelo Bispo D. Frei João de S.

²³⁷ Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiás...”p. 71.

²³⁸ Sobre a formatação do poder eclesiástico no Estado do Maranhão ver, MEIRELES, Mário Martins. *História da Arquidiocese de São Luís*. São Luís/MA: Sioge, 1977; MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Sacrílegas Famílias: Conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2007. MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. “O tribunal Episcopal do Bispado do Maranhão: dinâmica processual e jurisdição eclesiástica no século XVIII”. IN_ FLEITLER, Bruno e Souza, Evergton Sales (orgs). *A Igreja no Brasil: Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unesp, 20011. PP. 481-506.

José e Queiroz até o ano de 1807²³⁹. Nessa época, os capitães Manoel Rodrigues e Ferraz de Araújo alcançaram a divisa do Maranhão com Goiás e, em 1739, o capitão-general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas inicia o processo de povoamento, do então chamado Arraial de São Luís, que só posteriormente receberia o nome de Natividade²⁴⁰.

No período áureo da extração do ouro, o distrito chegaria a contar com 40 mil escravos, vindos, sobretudo, das Minas Gerais e da capitania da Bahia²⁴¹. Muitos desses escravos lá chegavam sob as rédeas do cativo, submissos às vontades de seus senhores que, via de regra, apenas pensavam no lucro rápido e na extração ao máximo das riquezas da terra. Outros conseguiam chegar à região por andarem fugidos e acoitados nos matos; muitos reconheciam naquelas terras a oportunidade de mudarem suas vidas. Juntos com colonos e missionários, um contíguo número de homens pobres, livres e de escravos - africanos e mestiços - tiveram que dividir com índios Timbira, Carajá, Apinajé, Macamecran, Cherente, Gamela, Gugué e Acoroá, que há muito viviam naquelas terras, uma nova realidade marcadamente colonial.

A marcha colonial em direção ao norte de Goiás e as disputas em torno da administração espiritual e econômica das terras da Natividade e das minas de São Felix entre o Maranhão e a jurisdição de Goiás se arrastarão por todo o final do século XVIII e segunda metade do século XIX. O mapa produzido por João José da Costa, em 1808, retrata bem esse jogo político em torno do domínio jurídico das áreas de litígio entre as duas capitanias.

²³⁹ ALMEIDA, Cândido Mendes. *A Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as províncias do Maranhão e Goiás*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia, 1852.

²⁴⁰ Antes de chegarem ao Maranhão, bandeirantes paulistas como Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz reivindicavam para si junto à Coroa portuguesa permissão para explorar o interior daqueles sertões, notadamente as terras ao norte das Minas Gerais. Com a permissão lusitana e com um Regimento de governança das terras que porventura fossem por eles descobertas, emitido pelo governador da capitania de São Paulo Rodrigo Cesar de Meneses, o grupo finalmente parte em julho de 1722 de São Paulo e, tempo depois, alcança as terras das Minas dos Goyazes. O passo seguinte seria a descoberta das terras da Natividade. Ver CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2ª ed. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 23.

²⁴¹ ALMEIDA, Cândido Mendes. *A Carolina* Op. Cit. p. 170.



Mapa 9: COSTA, João José da. Mapa coreto da costa do Maranhão desde o Coruathe a ilha de São João. [S.l.: s.n.], 1808. mapams., desenho atintananquim, 52x70. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart30732/cart30732.html>. Acesso em: 26 nov. 2014. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart30732/cart30732.jpg>. Acesso em: 26 nov. 2014.

A disputa tinha uma razão: o rio Tocantins se tornaria o principal elo de comunicação com as terras do Pará, uma via fluvial que interligaria os domínios de Portugal com a América Espanhola. Essa corrida para o extremo Oeste tinha em si diversos fatores de ordem estratégica, tanto no que diz respeito ao potencial mineralógico, quanto no que diz respeito à geopolítica colonial de ocupação e delimitação das fronteiras entre Portugal e Espanha²⁴². Muito embora as prerrogativas postas por Rodrigues Cesar de Meneses a

²⁴² FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Aville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

respeitada exploração das novas terras proibissem o caráter violento dos bandeirantes para com os índios locais, o habitual será o continuísmo da prática do preamento e a consequente vendas de índios. Assim, os deslocamentos dos bandeirantes em direção aos limites de Goiás, Pará e Maranhão representariam a ampliação daquilo que Sergio Buarque de Holanda chama de “empresa colonial”²⁴³ e que Caio Prado denomina de inserção das mais diversas partes do Brasil na dinâmica comercial da metrópole portuguesa²⁴⁴.

Em meio a essa mobilização em busca do ouro, drogas, terras e índios, os estabelecimentos de São Felix e Natividade, ambos situadas nos limites fronteiriços da capitania do Maranhão e de Goiás, se transformariam no principal palco de disputas acerca do mando jurídico e religioso daquele espaço²⁴⁵. Nessa contenda, mais uma vez, o nome de Francisco de Paula Ribeiro aparece para fazer parte da comissão e demarcação dos limites territoriais entre essas duas províncias²⁴⁶. Estando diretamente envolvido na questão, Paula Ribeiro produz descrições apuradas acerca da região e detalha em pormenor as características dos índios locais - como a bravura de uns e a diplomacia de outros - a ponto de afirmar “no âmbito de toda a capitania não vão, demonstrados em alegre, são até hoje incultos e despovoados em razão das numerosas povoações Bárbaras e indomésticas, que neles se observam estabelecidas”.

Para Paula Ribeiro, no início da colonização daquelas terras do centro-sul, índios Macamecrã se mostravam bastantes hostis à presença dos primeiros sesmeiros. Contudo, após os acordos de paz, os maiores transtornos vinham dos índios da nação Xavante que assaltavam as fazendas e roubavam-lhes os gados. Mais ao centro do Maranhão, os índios Gamela acabariam por torna-se aliados dos portugueses através da formação de acordos baseados na troca de informações a respeito dos melhores caminhos a seguir, das florestas onde se poderiam encontrar baunilha, das mais robustas ervas e árvores nativas a extrair e da mediação dos contatos com nações inimigas. Em sentido oposto ao acordo, colonos portugueses cediam títulos de súditos da Coroa a ameríndios aliados.

²⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org) Laura de Melo e Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p. 221.

²⁴⁴ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2ªEd. São Paulo. Ed, Hucitec, 1983. GNERRE, Maria Lucia Abaurre. *A forma e a nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo*. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 2001.

²⁴⁵ ALMEIDA, Cândido Mendes. *A Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as províncias do Maranhão e Goiás*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia, 1852.

²⁴⁶ RIBEIRO, Francisco de Paula. “Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima.” *RHGB*, Tomo X, 1º. Trimestre de 1848, p. 5-80. Rio de Janeiro. [segunda edição 1870].

O processo de ocupação e conquista das terras do centro-sul do Maranhão e de todo o sul do Piauí foi marcado por várias frentes de ações. A primeira delas encontra-se diretamente vinculada ao expansionismo das fazendas de gado da Bahia, que ao avançar rumo ao alto do rio São Francisco ocupam as terras do sertão da Jacobina e de lá seguem em direção às terras fronteiriças das índias espanholas, como assim era definida pelos cronistas da época²⁴⁷.

Em trabalho clássico sobre a ocupação centro-sul do Maranhão, Maria do Socorro Coelho Cabral já se mostrava sensível aos contínuos processos de ocupação desse espaço de fronteira por missionários e colonos ávidos pelas terras próximas aos vales dos rios Balsas, Tocantins, Itapecuru, Parnaíba, Macapá e Neves²⁴⁸. Outras tentativas se avolumariam antes mesmo das entradas via Bahia e Pernambuco. Interessados na conversão indígena, os jesuítas Thomé Ribeiro, Ricardo Careu e Manoel Nunes avançam pelo rio Tocantins e ultrapassam os limites do Araguaia e Manoel Alves Grande e, com isso, fundam entre 1655 e 1658 os estabelecimentos missionários na “foz do rio Santa Tereza, Barra da Palma, e as aldeias da Formiga e São José Duro ao oriente daquele rio”²⁴⁹. Anos antes, Charles dês Vaux já havia penetrado pelo rio Tocantins até o sul do Maranhão, estabelecendo ali uma feitoria nas proximidades da serra dos Pacajás²⁵⁰.

Na parte do rio Parnaíba, as nações Gueguê e Acoroás [Acroás] faziam este papel de hostilidade. Em julho de 1747, Francisco Pedro de Mendonça, governador e capitão-general do Maranhão, recebe um termo de junta dos colonos das ribeiras do rio Parnaíba no qual solicitavam a abertura de um sumário de testemunhas para se providenciar uma guerra contra os índios Gueguê, que “saindo de sua redução no sertão de Gilbués, andavam cometendo assassinatos e assaltos aos comboios de gado oriundos das ribeiras de Gurgueia, Paranaguá [Parnaguá] e Piauí com destino a Minas e Bahia”²⁵¹.

Durante suas jornadas ao centro-sul da capitania do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro produz *Descrição do Território de Pastos Bons* e um *Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão*: ambos, no seu dizer, poderiam “servir de memória sobre a população, cultura e

²⁴⁷ ABREU, Capistrano. *Capítulos de história Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 133; NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. “Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia”. *Politéia: História e Sociedade*. v.7. n. 1, 2007.pp. 263-272.

²⁴⁸ CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2 Ed. São Paulo: EDUFMA, 2008. p. 77.

²⁴⁹ “Em que se fundam as pretensões de Goiás”. IN_ ALMEIDA, Cândido Mendes. *A Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as províncias do Maranhão e Goiás*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia, 1852.p. 13.

²⁵⁰ CABRAL, Maria do Socorro. *Caminho do gado*. Op. Cit. 83.

²⁵¹ APEM. *Registros Gerais do Governo Central*. Livro 3.

coisas mais notáveis da mesma capitania”. No seu relato descritivo, o major assim definiria a freguesia de Pastos Bons.

Chama-se distrito ou freguesia de Pastos Bons todo aquele terreno que desde a fazenda e riacho Serra, na extremidade sul dos limites de Caxias, cortada da beira do rio Parnaíba na povoação das Queimadas, à beira do riacho do Corrente no rio Itapecuru, se estende por entre o mesmo rio Parnaíba e o Tocantins até as margens do rio Manoel Alves Grande, como já fica relatado, limitando-se por entre as cabeceiras dos ditos Parnaíba e Manoel Alves Grande com a serra chamada do Piauí, e com a capitania deste nome por uma parte das margens daquele rio, assim como se limita com a capitania de Goiás pelas margens deste e por uma parte também do Turi até defronte da foz do rio Araguaia²⁵².

Tornava-se patente, de acordo com o mapa abaixo, o grau de interesse em conhecer os rios e seu papel essencial para a inserção daquele território no mercado ultramarino que se mostrava aberto aos produtos dos “últimos sertões da capitania”. Esse cuidado em descrever os rios, portanto, encontra-se detalhado na confecção do Mapa Geográfico, onde rios, cachoeiras, serras, chapadas e arraiais aparecem dando sentido à colonização que se operava naqueles sertões.

²⁵² RIBEIRO, Francisco de Paula. “Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão, propriedade de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos”. *Revista trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. XII (1849), segunda edição, Rio de Janeiro 1874, pp.41-86.



Mapa 10: RIBEIRO, Francisco de Paula. Mappa Geographico da capitania do Maranhão: que pode servir de memória sobre a população, cultura, e couzas mais notáveis da mesma Capitania. Maranhão: [s.n.], 1819. 1 mapams, aquarela, 95,5x60,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529483/cart529483.jpg>. Acesso em: 26 nov. 2014.

A marcha colonizadora em direção ao centro-sul do Maranhão e Piauí teve, portanto, diversas entradas: algumas a deslocar de São Paulo a Minas Gerais rumo ao extremo Oeste, outras conquistas abririam frentes de combate contra os índios nos limites fronteiriços de Pernambuco e Bahia até chegarem à capitania do Piauí e de lá atravessariam o rio Parnaíba vindo a fixar nas terras de Pastos Bons. A mesma dinâmica tem-se com os colonos egressos das cidades de São Luís e de Belém do Grão-Pará, ávidos pelas drogas do sertão, das árvores

nobres e da mão de obra indígena, que adentrariam os sertões do centro-sul pelos rios Mearim, Grajau, Pindaré, Tocantins e Turiaçu em nome das riquezas mineralógicas e vegetais. Nesse expansionismo português, “de par com ele, caminhava o missionário, com a mira na catequese, e o propósito de repovoar as aldeias, constantemente desfalcadas por tantas coisas”, como bem pontua Lucio Azevedo²⁵³. Mas antes disso, havia por parte da Coroa o interesse em conhecer e explorar os rios e matas que cercavam aquelas terras.

²⁵³Ver AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.p. 213.

²⁵³ AZEVEDO, *Op. Cit.*,...p. 115.

RIOS, MATAS E AS CONQUISTAS DO MARANHÃO E PIAUÍ

Os rios da colonização I: Mearim, Grajau, Pindaré e a Exploração das matas reais

Há em todo o Estado cinqüenta e sete rios navegáveis, e muitos para meses, fora infinitos riachos de menor conta, dos quais seis pela capitania do Piauí que são: Igarucú, Piauí, Canindé, Gorugueia, Poty e Soroby [Surumbi] e um que é o Parnaíba em que todos entram pelo sul, que a divide da do Maranhão. E por esta correm diz, que vem a ser: rio das Balsas e Riachão que entram no dito Parnaíba pelo Norte, e o Preguiças, em que entra o rio Preto, que saem do sertão do Iguará; Itapicurú em que entra o das Alpercatas; Monim, em que entra o Iguará; e Mearim, em que entra o Guajará [Grajá] pela direita, e mais o Pindaré que divide esta capitania da do Cumá; nesta há o de Orutinguaba, Aripiriguaba e Turiassú e o Gurupy que a divide da capitania do Caytê, da qual sai somente o Pereá e o Guamá que a divide da do Pará. (Relatório do Bacharel João Antonio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão composto em 1751)

Em setembro de 1786, Martinho de Melo e Castro, colono experimentado nas terras do Maranhão, onde segundo ele só não conhecia as ribeiras dos rios Monim e Peria, sugeriu Conselho Ultramarino que os “imensos arvoredos que cobrem este terreno [Maranhão] e as existentes madeiras que podem fornecer estas árvores” ao contrário de serem queimadas devessem os colonos utilizá-las para o comércio ultramarino de raízes, plantas, sementes e troncos de árvores de grande porte, as chamadas madeiras finas,

Pelo conhecimento a imensa perda de preciosas madeiras que todos os anos se queimam nos roçados não pode deixar de se sentir, e ao mesmo tempo merecer alguma atenção. É certo que se reconstituísse neste artigo mais um ramo de comércio desta colônia para esse Reino, os lavradores não haviam de desprezar os belos paus que indiferentemente se vem queimar e o poupariam deste estrago ou pelo interesse, que por eles houvessem de receber ou por satisfazer as ordens do governo, quando estas olhassem para este objeto pois ainda que nas cartas de sesmarias os paus reais são reservados a S. Maj. esta reserva está em tanto vigor, que senão lamento

todos os anos uma perda que é muito considerável. Estes casos em que pondero a V. Ex.^a são efeitos dos desejos que me assistem de estes moradores tirem todas as conveniências dos bens que a Natureza literalmente lhe reparte, estes meus bons desejos são o que peço a V. Ex.^a queira favorecer e proteger na consideração daquele que só tem por objetivos utilidade pública²⁵⁴.

Anos depois, o Conselho Ultramarino se manifestaria em relação ao assunto com uma postura bem próxima às recomendações feitas por Martinho de Melo e Castro. A saída encontrada pela Coroa portuguesa na conservação das matas reais e cortes de madeira no Estado do Maranhão e Piauí seria a mesma já posta em “execução nas matas do Cairú e Alagoas, pela disposição da carta régia de doze de julho do dito ano [1798], dirigida ao governador e capitão general da Bahia”²⁵⁵. Pelas especificidades das matas do Maranhão, um acréscimo orçamentário de seiscentos e noventa mil réis e o incremento de “dois ofícios de fiel e guarda do Almojarifado, mais o emprego de capelão e cirurgião e não menos que as despejas individuais, não podem fazer-se nesta capitania com a comodidade, que nas outras, onde aquele plano, se pôs em execução”.

A execução do plano de conservação e cortes das matas reais para o Estado do Maranhão e Piauí tinha por objetivo suspender a atividade na ribeira do rio Munim, de pouca atratividade comercial, e direcionar a exploração para os rios Mearim, Grajaú e Pinaré, na parte central do sertão do Maranhão. A escolha de um *juiz conservador para as Matas Reais da capitania do Maranhão* deveria ser feita entre os colonos a fim de conduzir o plano de conservação. Para concorrer ao cargo, o candidato deveria conhecer a jurisprudência, ser prático em “fazer demarcações e processar autos de diligências respectivas a sesmarias” e, por conseguinte, contar com o apoio de Martinho de Melo e Castro.

Assim e por já ter acumulado as funções de ouvidor do Maranhão e do Pará, relator da Junta das Justiças, provedor dos defuntos, ouvintes das duas capitanias e ser diplomado em Direito, tem-se a escolha do bacharel João Francisco Leal para ocupação do cargo. Ao ser conduzido ao cargo, João Francisco Leal elaboraria um conjunto de normas para uso e conservação das matas reais, expondo naquele documento a quem pertencia a floresta, como os sesmeiros deveriam proceder no corte e regularização do comércio, assim como nos tipos de serviços que os mesmos deveriam prestar à administração portuguesa.

²⁵⁴Consta a sua Majestade pela Secretaria de Estado de repartição se as encontrar de várias madeiras que há neste Continente. Maranhão, 8 de Setembro de 1786. APEM. Livro 13, 1784-1787.

²⁵⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o ofício n. 52, com data de 9 de Junho de 1802, acerca do corte de madeiras nas matas dos sertões da capitania do Maranhão. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378. Sobre a devastação da Mata Atlântica ver, DEAN, Warren. *O ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Declarando ser de propriedade da Real Corte todas as matas e arredores nas margens dos rios Mearim e Grajaú, como nas dos lagos Pixuna, Assú, Verde, Nazareth e das Almas; e também nas dos rios Pinaré e Igarapé Guajarú até a distância que forem demarcadas pelo Juiz Conservador com ordens do governador e capitão general, passadas em consequência das diligências a que primeiro deve mandar proceder por ofício do mesmo Juiz conservador²⁵⁶.

Pelo parágrafo primeiro do *Regimento adequado ao estabelecimento das matas reais e cortes de madeira na capitania do Maranhão*, ficavam definidas as terras do centro-sul do Maranhão como áreas de exploração. As terras localizadas nas ribeiras dos rios Gurupy, Turyassú, Itapecuru, Monim e Parnaíba ficariam “livres para o uso comum dos particulares, guardadas as cláusulas das mesmas datas sobre que o Juiz Conservador fiscalizará”. Mesmo protegidos pelo direito costumeiro de extração das matas, os sesmeiros de outras regiões, assim como escravos e pessoas forras, não poderiam entrar no comércio de extração das madeiras sem a autorização do Juiz conservador sob pena de prisão e multa de 20 mil réis, e, na reincidência, pena de degrado de dois anos para outra comarca e pagamento de multa no valor de 40 mil réis²⁵⁷.

Além do nome para a vaga de juiz, haveria também a necessidade de um corpo de funcionários do judiciário, com escrivão, meirinho e um escriturário. Já no local de extração das árvores, se empregaria um administrador, com a função de assistir aos cortes das madeiras, regular o serviço e informar mensalmente o total de madeiras extraídas. Cabia ao administrador das matas, a vigilância “sobre o mestre, contramestre, carpinteiros, estradeiros e práticos das matas, e de informar ao Juiz Conservador a respeito dos carpinteiros que melhor se distinguirem nas suas obrigações para serem atendidos, com os jornais que lhe forem competentes”.

O regimento especificava ainda os valores para cada função: setecentos mil réis anuais a Juiz Conservador; trezentos e cinquenta mil réis ao administrador dos cortes; trezentos mil e duzentos mil ao escrivão e escriturário; um mil e duzentos réis aos mestres e oitocentos réis ao contramestre “nos dias que se trabalharem [...] sem alguma outra ajuda de custo”. Sabe-se pouco sobre aqueles que ocupavam a função de carpinteiros e de práticos das matas. De acordo com o regimento, seus vencimentos eram estabelecidos por dias

²⁵⁶Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o ofício n. 52, com data de 9 de Junho de 1802, acerca do corte de madeiras nas matas dos sertões da capitania do Maranhão. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378

²⁵⁷Resumo do Diário, demonstração dos lugares mais próximos a cômodos para se tirarem as madeiras e algumas reflexões sobre a mesma matéria. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378.

trabalhados. Por saberem onde encontrar as melhores madeiras, quais os caminhos a seguir e como em quais condições cortar as madeiras, seus serviços eram imprescindíveis ao sucesso do empreendimento. Daí as incessantes jornadas de trabalho, que começavam “desde as seis horas da manhã até ao meio dia, e das duas da tarde até as seis.”

O quadro abaixo melhor descreve os valores recebidos pelos envolvidos no comércio das madeiras, assim como esclarece os novos ofícios surgidos no Pará e Maranhão em relação ao que se praticava no Estado do Brasil.

Tabela 2: Regimento adequado ao estabelecimento das matas reais e cortes de madeira na capitania do Maranhão

Paracairú e Alagoas		Pará e Maranhão	
Ofícios	Ordenados	Ofícios	Ordenados
Meirinho Geral	100#000	Meirinho Geral	200#000
Escrivão	80#000	Escrivão	180#000
Dois Homens de Vara	100#000	Dois Homens de Vara	100#000
Juiz Conservador	1:000#000	Juiz Conservador	700#000
Administrador	500#000	Administrador	350#000
Ajudante do dito	200#000	Ajudante do dito	200#000
Escrivão	300#000	Escrivão	300#000
Escriturário	150#000	Escriturário	200#000
Almoxarife	200#000	Almoxarife	300#000
		Fiel	170#000
		Guarda	170#000
		Capelão	250#000
		Cirurgião	200#00
Soma Total	2:630#000	Soma Total	3:320#000

Fonte: Relação diária que fomos fazer ao rio Miarim, Pinaré e Guajaú, para neles se observarem as matas que houvessem e paus de servirem de utilidade à Real Fazenda na Forma que determinou o Ilm.º Exmº. Sr. Dom Diogo de Souza.

Feita então a derrubada das árvores, far-se-ia o transporte das toras por carros de bois até o leito de rio Mearim e de lá seriam conduzidas por jangadas e/ou canoas até o celeiro, localizado acima da ilha dos caranguejos. Em regra, o lugar escolhido pelo administrador para o porto de escoamento das toras de árvores reunia, além da sua boa localização, uma

excelente área para pastagem e uma boa terra para “a produção de roças de mandioca, milho, feijão e outros gêneros para sustento dos trabalhadores”.

No rio Guajaú a parte esquerda no porto a que chama de Curador, corre a mata geral encostada ao lago do Assú, por porto, e pelo dito lago se podem conduzir as que nesta mata se cortarem. Este lago tem duas bocas, ou Igarapés, que se podem abrir, um deságua [desaguadouro] neste rio, e outro no Miarim, porto deste lago na Guajaú há pastos para animais que forem precisos para se conduzirem as madeiras da mata para o rio do lago²⁵⁸.

Logrado êxito no transporte das árvores até o celeiro, a próxima etapa seria a numeração e colocação dos respectivos valores em cada árvore, com uma via descritiva contendo suas qualidades e, por fim, uma escritura dos cortes a ser assinada pelo Juiz Conservador, assim que as toras chegassem ao arsenal da Marinha na cidade de São Luís do Maranhão. Todo este processo de derrubada das matas, transporte ao celeiro e sua consequente distribuição no mercado Atlântico não significou o domínio da natureza.

A presença de índios poucos amistosos ao contato com os colonos, a presença de aldeias jesuíticas no alto dos rios, notadamente a aldeia das Cordas no Mearim, e as constantes e fortes pororocas na embocadura do rio Mearim circunscreviam a atividade de extração das madeiras a uma determinada área dos três rios. De acordo com Serafim Leite, os gentios do curso que ocupavam as margens do rio Mearim impediram o efetivo sucesso da ação catequética. Além dos grupos indígenas da região, muitos dos religiosos tinham por objetivo instituir um modelo de evangelização baseado na produção agrícola e pastoril, promovendo assim o surgimento de fazendas e a edificação de colégios religiosos²⁵⁹.

Caberia, no ano de 1751, ao padre António Machado a tarefa de navegar pelo rio Mearim em busca do melhor lugar para se fundar o primeiro aldeamento indígena. Segundo o missionário, a qualidade das terras que ladeiam o Mearim “são indignas, por ordinário muito baixo, que alaga no inverno, cheio de ipueira, cercado de pequenos lagos, e com infinita praga sem nunca melhorar”²⁶⁰. Mesmo assim, o religioso continuou a subir o leito do rio e, 10 dias depois e já próximo de entrar no “reino dos Acroá [Acoroás]”, sua expedição avista a povoação dos índios Gamela.

Por certo, os igarapés e lagoas eram outro fator de ordem natural que inibia um total avanço da derrubada das madeiras, funcionando, portanto, como um inibidor das conquistas e

²⁵⁸Resumo do Diário, demonstração dos lugares mais próximos a cômodos para se tirarem as madeiras e algumas reflexões sobre a mesma matéria. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378.

²⁵⁹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943.p. 169.

²⁶⁰ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus ...* p. 170.

explorações nas terras próximas ao Mearim e Pindaré. O número de terras alagadiças era tanto que o marco divisor de uma sesmaria em relação à outra era definido pela existência do igarapé. Foi assim que aconteceu com Valério Xavier Campelo, em 1753, quando este solicitou à administração portuguesa terras na ribeira do rio Pindaré, “principiando com o igarapé chamado Meguahú”, para a criação de gado vacum e cavalar²⁶¹. Demarcado o território para exploração, o próximo passo seria a realização de uma expedição aos três rios tendo por fim a elaboração de uma devassa geral contendo informações acerca das árvores nativas, dos caminhos a percorrer e dos eventuais acordos a celebrar com índios da região, a exemplo dos Gamelas. No dia 12 de fevereiro de 1799, a comitiva liderada pelo capitão de diligência, José Carvalho, parte da cidade de São Luís em destino aos rios Mearim, Grajaú e Pindaré²⁶².

No primeiro dia da expedição, o grupo viajou sob uma intensa chuva até a ilha de Tauá-mirim. No dia seguinte e contando com apoio dos índios Gamelas e, não menos importantes, das marés, o grupo alcançou o rio Mearim, passando antes por Barreiro, Arari, Macaguiçana até chegar a Vitória, onde só assim conseguiram recrutar “gente que era precisa(sic) para remarem e nos acompanhar, na observação do rio: Guajaú e Miarim: nesse mesmo dia recebemos os Gamelas Joaquim e Bento para guia”.

Ao saírem de Vitória, o grupo seguiria à montante o rio Mearim até chegar a um pequeno rio que os conduziriam à lagoa do Pixuna, que segundo José Carvalho, haveria notícias da presença de matas com muitas madeiras. Em Pixuna, a comitiva aumentaria seu efetivo de índios guias e seguiriam para o rio Guajaú.

Desembarcamos e entramos a mata, primeira terra firme encontramos na margem esquerda deste rio: dentro em distância de um quarto de légua pouco mais ou menos achamos uma roça nova, e outra mais antiga do soldado desertor, Jerônimo, a quem pretos mocambeiros induzidos por ele para fugirem de seus senhores, segundo contam, tinham morto, e enterrado na sua mesma casa daí corremos a dita mata livre dos ígapes (agarapés) e nesta achamos alguns paus de construção como são sapucaias, maçaranduba, bacuri, cumaru, porém com alguma distância uns dos outros, e os bacuris estão em uma rebolada não longe da beira rio, e no centro deste mato que corre abeirando o lago: Assú: consta haver bastante madeira pode ser conduzida e do lago até a beira rio há uma pequena distância de terra da qual se pode muito bem embarcar nas embarcações de transporte. Dalí

²⁶¹Requerimento de Valério Xavier Campelo ao rei D. José, solicitando confirmação da carta de data de sesmaria relativa a um terreno situado na zona do rio Pindaré. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 34, D. 3393.

²⁶² Sobre a importância histórica dos rios do Maranhão na formação daquela sociedade, ver, entre outros, CARVALHO, Carlota. *O Sertão: Subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 3ª ed. Imperatriz, MA: Ética, 2006. PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando Mundos: Navegação Fluvial no Vale do rio Grajaú*. 2011.

seguimos pelo rio acima e fomos receber a gente que tinha ido por terra reconhecer as ditas matas²⁶³.

Muito provavelmente, o episódio envolvendo o encontro da expedição com os pretos mocambeiros e o soldado desertor, Jerônimo, não chegaria a ganhar grandes alardes. As notícias envolvendo fugas de soldados desertores nas guerras contra os índios tornaram-se bastante corriqueiras em ambas as capitanias. Alguns comandantes de armas chegavam a afirmar que o insucesso contra os índios dava-se, sobretudo, pela grande quantidade de desertores das tropas de combate.

Para agravar a situação, a segunda metade do século XVIII, as fugas de escravos africanos passariam a se intensificar tanto no Maranhão, como na capitania do Piauí. Em ambos os locais, as matas, os igarapés e as regiões de serra seriam espaços preferidos para a formação de comunidades quilombolas. Esses assentamentos de negros se tornariam comuns no final do século XVIII e se intensificariam durante todo o século XIX nas terras altas do Rio de Janeiro, nas matas das Minas Gerais, nos pântanos e bamburrais do Maranhão e campos abertos de Goiás até o Piauí²⁶⁴.

Assim, não era incomum nessas expedições exploratórias colonizadores se depararem com mocambeiros convivendo livremente com desertores e índios locais. A situação colonial potencializava, portanto, a formação de novos vínculos, a re/criação de solidariedades com povos desconhecidos, que, por motivos diversos, estavam agora compartilhando os mesmos dilemas.

Nesse período, o contingente de escravos africanos para o Maranhão sofreria um aumento vertiginoso. Segundo Flavio dos Santos Gomes, a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão lançaria, entre 1755-1777, um total de 12 mil africanos. As fugas de escravos passariam da condição de exceção para regra em um curto espaço de tempo²⁶⁵. A instituição escravista - enquanto mecanismo de arregimentação do trabalho compulsório - permearia todos os setores daquela sociedade, dando sentido ao mundo do trabalho nas fazendas de gado *vacum* e cavalar, sustentando a produção agrícola nas pequenas e grandes

²⁶³Resumo do Diário, demonstração dos lugares mais próximos a cômodos para se tirarem as madeiras e algumas reflexões sobre a mesma matéria. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378.

²⁶⁴ Ver, entre outros, KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil*, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005; CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁶⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil*, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005. p.145.

áreas monoculturas de algodão e arroz e, na indústria extrativista, funcionando em paralelo ao trabalho indígena, tanto na descoberta de áreas, como na abertura de caminhos e na retirada dos produtos das matas.

A similaridade de condições enfrentada por negros e índios talvez os condicionassem aos acordos e menos propriamente aos conflitos. Os próprios membros da comitiva informavam que os igarapés, bamburrais, cachoeiras e o próprio movimento das águas dos rios poderiam acelerar e/ou retardar a viagem e, nesse momento, qualquer ajuda, vindo de quem conhecia a região, decidiria os rumos do empreendimento. Na região do Pixuna-Assú, o retrocesso das águas fez com que a comitiva desistisse da exploração das matas; muito embora os índios Gamela informassem da presença de “pequis e outras madeiras de utilidade” naquele lugarejo.

Quando as condições naturais não ajudavam, a saída era redefinir as estratégias de exploração. Com o auxílio dos Gamela, mas também contando com a participação de pretos mocambeiros e soldados desertores, a comitiva seguiria rio acima em pequenas embarcações de pescas até a localidade Lage; onde encontraram uma “casa dos moradores do Itapecuru aonde dizem vir fazer suas pescarias”. Foi obtendo informações desses pescadores que a expedição descobriu que distava uma légua da fazenda do Sr. Pedro Martins é por um caminho na

Boca do lago verde que está a parte esquerda e pelo centro dele corre as matas do Itapecuru em grande distância deste lago vai abeirado o rio Mearim e tem várias bocas pelas quais não se pode entrar por falta d’agua e da parte deserta tudo são bamburrais, por este rio acima e seguimos sem encontrarmos cousa de que de notícias, e por não acharmos terra firme fomos pernoitar em um bamburral²⁶⁶.

No dia seguinte, a comitiva manteve contato com uma antiga aldeia jesuítica de índios Gamela já na altura do sítio Sobradinho. Nas terras dos índios Gamela, a expedição encontraria um dos melhores lugares para a exploração das matas, que logo a nomearam de ponto do Bacuri, abundante em madeiras Tatajubas, Sapucaias e pequis.

No sexto dia de viagem, a comitiva resolve descer o rio Mearim, contudo o terreno pantanoso e a excessiva quantidade de bambus dificultou o avançar da expedição que, naquele momento, já sofria com a carência de mantimentos. Some-se à falta de mantimentos, o expressivo número de índios Gamela e de mateiros pouco amistosos aos contatos com os

²⁶⁶ Resumo do Diário, demonstração dos lugares mais próximos a cômodos para se tirarem as madeiras e algumas reflexões sobre a mesma matéria. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378.

exploradores. Mesmo com a animosidade dos Gamela, a comitiva saberia pelos mesmos que entre o rio Grajaú e o riacho Cajarama viviam no alto da serra duas grandes aldeias de índios Caiacó, “povo sem braço, que é o que significa esta palavra”, que poderiam ser aliados dos brancos, uma vez que suas casas eram construídas à “moda dos brancos” e suas mulheres e filhas utilizam para cobrir “as suas partes” os panos dos colonos. A aliança poderia ser bastante proveitosa, já que “outros gentios temem e que obriga muitas vezes à beirar do rio Grajaú fazerem suas pescarias”²⁶⁷.

Após uma semana descendo o rio, a expedição alcança o lugarejo Vitória e de lá seguem para o rio Pinaré. Entretanto, ao chegarem à fazenda Barreis, de propriedade do senhor João Alexandre, o mesmo informava ao grupo que “que não havia farinha, pois tudo estava com grande falta”. Mais uma vez, a escassez de mantimentos faria com que o grupo replanejasse a expedição. Aproveitando as forças da maré e das vazantes do rio, a expedição partindo de São João alcança os fundos da ponta da Orla e chega, finalmente, às 2 horas da noite do dia 18 na cidade São Luís do Maranhão.

Ao que tudo indica o projeto de desmatamento da floresta com fins comerciais e de proporção atlântica não alcançaria os objetivos pelos quais foi traçado inicialmente. Começa a ficar evidente que tudo era muito dispendioso e incerto. As dificuldades em subir os rios, vencer os terrenos alagadiços e a partir daí organizar uma lógica de exploração comercial, conectando a cidade de São Luís aos diversos entrepostos de recebimento das toras de madeiras, eram algumas dessas “intempéries”. Se o terreno alagadiço e os diversos igarapés da região travavam o comércio das madeiras, o mesmo não se poderia afirmar sobre a produção de arroz naqueles baixões alagadiços.

A rizicultura, em pouco tempo, se transformaria na principal atividade econômica ligada às vazantes dos principais rios do Maranhão. Imensos campos alagados se prestariam à produção de arroz, ao tempo que serviriam para arregimentar uma grande quantidade de trabalhadores, índios, escravos e pessoas livres, nas suas atividades de roçado, plantio, colheita, secagem e moagem/descascamento do arroz. Em 28 de julho de 1775, Joaquim de Mello e Povoas foi informado a respeito da provável “ruína” do comércio de arroz, caso os encarregados das fábricas das vilas de Alcântara e de Vinhaes não abastecessem de farinhas e de charques os trabalhadores - na sua grande maioria índios da região - envolvidos nas atividades da colheita, secagem e descascagem do arroz²⁶⁸.

²⁶⁷ Id. Ibidem.

²⁶⁸ APEM. Conta a Sua Magestade pela Secretaria de Estado sobre a remessa dos mappas da carga. Livro 34.

Além de preocupante, a notícia encaminhada ao governador do Maranhão de uma eventual decadência da economia do arroz nos leva a refletir acerca da estreita conexão entre as diversas atividades econômicas existentes de uma ponta à outra do Maranhão e do Piauí. As fazendas de Pastos Bons e aquelas situadas do outro lado do rio Parnaíba eram, portanto, empórios mantenedores de diversas economias. Assim, em épocas de alta produção do arroz e do algodão, os diretamente envolvidos no comércio de víveres [charque, farinha, arroz, peixe seco], como tocadores de boiadas, marchantes e comboieiros do Piauí e do Maranhão, adquiriam real importância na economia regional, predominantemente voltada para a produção de arroz e algodão.

Ao analisar as características da agricultura de *Plantation*, Bert Barickman apontou para o papel indispensável que as economias tidas como periféricas tiveram na montagem e manutenção da grande produção agroexportadora. Para o autor, a importância adquirida dos engenhos de cana-de-açúcar no Brasil só foi possível graças a uma pujante economia interna com crescente oferta de víveres a zonas produtoras fortemente marcadas pelo trabalho escravo e com poucos espaços voltados para produção de alimentos²⁶⁹.

Mais uma vez, a utilização do trabalho indígena em áreas para produção de arroz no Maranhão mostra bem o caráter essencial dos gentílicos na re/organização de qualquer atividade econômica naqueles domínios da Coroa portuguesa. Até mesmo após a presença de escravos africanos, muitos índios continuaram coercitivamente a trabalhar em áreas produtoras de gado, nas plantações de algodão e nas lavouras de arroz²⁷⁰.

Como explica Stuart Schwartz, esse panorama de exploração do trabalho indígena não seria diferente daquele adotado na grande lavoura canavieira do Estado do Brasil²⁷¹. Assim, enquanto nas zonas de produção do litoral o problema da utilização do trabalho indígena seria resolvido com a introdução em larga escala do africano, no Maranhão e Pará o choque de interesses entre colonos e agentes missionários se estenderia por todo o século XVIII.

Em outro capítulo, vimos que durante o século XVII muitos dos colonos do Maranhão e do Pará relutaram em aceitar o preceito jesuítico que reservava aos índios apenas o exercício

²⁶⁹ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.308.

²⁷⁰ Em 1752, Francisco Xavier de Mendonça Furtado é informado da existência de 39 gêneros descobertos e produzidos nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão. Dentre eles, se cultivam o açúcar, algodão arroz, cacau, café, carrapato, canela, couranha, jarzelim, tabalco e couros em sola. Ver, MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. 2 ed. Brasília: Senado Federal., Conselho Editorial, Tomo I, 2005.p.269.

²⁷¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.p. 41.

da conversão. Por certo, o processo de montagem e de inserção do Maranhão, Piauí e do Pará na engenharia comercial atlântica obedeceu a uma lógica bastante diferente daquela adotada no Brasil canavieiro. Como veremos nos próximos capítulos, nas regiões produtoras de gado vacum e cavalar, a mão de obra indígena e mestiça continuou a ser utilizada durante muito tempo nas atividades comerciais. Quando emissários da Coroa planejaram explorar as matas do sul Maranhão em finais do século XVIII, os índios da região, novamente, apareceriam como ponto fundamental do sucesso do empreendimento. Nessa parte dos domínios do ultramar português, o indígena teria, por muito tempo, lugar central na remodelagem daquela sociedade.

Assim, enquanto uma parte do Maranhão se re/definia como grande produtora de arroz, sua outra parte, próxima aos rios Parnaíba e Itapecuru, se enunciava como espaço de produção bovina e cavalar.

Os rios da colonização II: Parnaíba, Itapecuru e o avanço da colonização

Um dos perigos e trabalhos grandes que tem este caminho é a passagem de catorze rios mui caudalosos, que o atravessam e se passam todos por meio da foz, onde confundem e encontram suas águas com as do mar, e porque não há força trazê-la do Maranhão com imenso trabalho, porque se vem levando às mãos por entre o rolo e a ressaca das ondas, sempre por costa bravíssima, alagando-se a cada passo e tirando o mar com ela e com os que a levam, com risco não só dos índios e da canoa, senão da mesma viagem, que dela totalmente depende.

VEIRA, António. *A missão de Ibiapaba*. Coimbra: Almedina, 2006, p.43-44.

As impressões registradas pelo padre Antonio Vieira no seu manuscrito *A missão da Ibiapaba* a respeito das dificuldades em transpor do Maranhão ao Ceará, a intensidade da força da maré do Atlântico Equatorial e, por terra, os obstáculos em navegar pelo rio Paraguaçu [Parnaíba] até a planície do Camuci fizeram desse pequeno território um espaço cuja ação colonizadora e missionária demoraria a efetivar-se no plano das conquistas das terras do Norte²⁷². Depois da malsucedida experiência de Vieira, os demais missionários da Companhia de Jesus que se dirigiam ao Estado do Maranhão sabiam ou deveriam supor que os desafios em torno das ações catequéticas no *Novo Mundo* começavam muito antes de descenderem dos seus respectivos navios e/ou canoas.

Não obstante àquela malfadada experiência missionária no litoral do Estado do Maranhão, Serafim Leite pontuaria ainda, tomando de empréstimo o próprio António Vieira, os perigos que a navegação fluvial poderia trazer aos religiosos. Muitos daqueles 14 rios que formam a desembocadura do Parnaíba eram infestados de mosquitos e cercados por grandes lençóis de areia que causavam uma verdadeira “chuva de areia tão contínua, que poucas horas de descuido se acha um homem coberto ou enterrado”²⁷³.

Que cada gota de água que lhes cai, se converte em um momento em enxames de mosquitos importuníssimos, que se metem pelos olhos, pela boca, pelos narizes, e pelos ouvidos, e não só pica, mas desatinam; e haver de marchar um homem molhado, a pé, e comido de mosquitos, e talvez morto de fome, e sem esperança de achar casa nem abrigo algum em que se

²⁷² Ver. Padre António Vieira. “Relação da Missão da Serra das Ibiapaba”.IN_ *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860.

²⁷³ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943.

enxugar ou descansar, e continuar assim as noites com os dias, é um gênero de trabalho que se lê facilmente no papel, mas que se passa e altura com grande dificuldade²⁷⁴.

Além dos mosquitos e dos bancos de areias, os missionários tinham que enfrentar ainda a força dos ventos, que de tão intensos impediam qualquer navegação por terra, “porque é necessária tanta força para romper por ele, como se fora um homem nadando, e não andando”. De fato, as palavras dos religiosos denunciavam uma dificuldade do processo de ocupação e conquista daquele domínio ultramarino. Contudo, o elemento novo da denúncia reside exatamente na ênfase dada à adversidade natural que o meio impunha aos colonizadores; mostrando, portanto, que muitas das dificuldades ou até mesmo dos sucessos coloniais se deram por razões de ordem ecológicas.

Em situação parecida, Claude D’Abbeville narraria em sua *História da Missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas* esse protagonismo do ambiente; expondo as dificuldades que os colonizadores tinham em ultrapassar as tormentas, os fluxos e refluxos do Atlântico Equatorial até, finalmente, chegarem à linha equinocial e, com isso, avançarem ao interior da colônia. Contornado o problema marítimo, havia, em terra, o perigo da navegabilidade por entre os diversos rios e igarapés e, sempre presente, mosquitos que tanto incomodavam os colonizadores²⁷⁵.

Claude D’Aville não seria o único a colocar no papel as impressões acerca daquelas terras e de suas gentes. Durante a primeira metade do século XVII, o cartógrafo João Albernaz Teixeira tornou evidente sua percepção a respeito do Maranhão; todavia seu olhar voltava-se apenas aos contornos da costa oriental, revelando seus rios, bancos de areais, montanhas, vales e depressões entre o rio Preguiça e Camuci. No mapa produzido pelo referido cartógrafo, percebe-se o cuidado descritivo com a hidrografia, com as serras e, para o lado do Ceará, com os grupos aldeados na região, certamente uma tentativa de revelar a partir do papel os avanços da evangelização.

Mesmo assim, o esforço ainda se mostrava germinal, daí o cartógrafo definir a paisagem territorial interna como sendo eminentemente indígena, dos “naturais senhores da terra”, a que o cartógrafo denominaria de “Província dos Tremembe”, de um lado, e “Província dos Guajajaras”, do outro. Assim, do Maranhão ao Ceará, os índios “Tremembe

²⁷⁴ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus* ...p. 26.

²⁷⁵ Cf. CLAUDE, D’Abbeville. *História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. Ver os dez primeiros capítulos.

de guerra” se faziam maioria; já no Maranhão limítrofe com o Pará, a primazia seria dos índios Guajajara.



Mapa 11: ALBERNAZ I, João Teixeira. [Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará]. [S.l.: s.n.], [ca.1629]. 1 carta ms. em 3 seções, desenho a tinta, 47,3 x 59,7.

Ao evidenciar o interior como “terras de índios”, Albernaz apenas demonstra a limitação da ciência cartográfica da época, impossibilitada de descrever com precisão os contornos das paisagens situadas distantes dos mares, costas e rios²⁷⁶. Ao denunciarem a presença de paisagens ocupadas por índios em meio às conquistas, os mapas acabariam por reforçar a ideia de um mundo novo que ainda não fora ocupado na sua integralidade. Tal argumento se tornará mais intenso ao longo do século XVIII, quando em alguns mapas aparecerá a inscrição “terras a serem descobertas”, onde antes se lia “terras de índios”. Já

²⁷⁶ BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.p. 35.

em outros mapas, a inscrição de um determinado grupo indígena aparecerá de maneira mais enfática. Servindo, portanto, como base para aspirações de conquistas, os mapas acabariam por incorporar estratégias militares na sua produção²⁷⁷.

Desde a primeira metade do século XVIII, a Coroa portuguesa manifestara interesse em melhor conhecer as terras devolutas da recém criada capitania do Piauí. O objetivo, segundo o provedor da capitania do Piauí, Antônio Marques Cardozo, era de municiar as autoridades coloniais de informações úteis a respeito das terras e a partir daí emitir foros de posse a luso-brasileiros²⁷⁸.

Quando em 1724, João da Maia Gama, governador e capitão-general do Maranhão, habilitou Antônio Marques Cardoso ao cargo de ouvidor-geral do Piauí, o recém-empossado, antes de chegar à vila da Moucha, teve o cuidado de entrar na Capitania do Piauí com uma escolta de soldados via rio Parnaíba; uma vez que, segundo informações repassadas pelos moradores do Jaguaribe e capitania do Ceará, aquelas terras “mereçam prudência” devido à presença de índios hostis.

Em 1751, o ouvidor do Estado do Maranhão, João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, escreve ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para relatar-lhe da situação econômica, política e social do Maranhão e Piauí. Suas informações a respeito dos aspectos administrativos, como a quantidade de fazendas, engenhos, povoações, vilas, freguesias e de cidades intercalam-se com aspectos da estrutura eclesiástica estabelecida, como o número de conventos e as ordens religiosas instituídas. Ao mesmo tempo, o ouvidor mostra-se interessado em narrar aspectos ligados à natureza, a grandeza dos rios e a abundância de lagos e baías presentes naqueles domínios. Para o ouvidor,

Há em todo o Estado cinquenta e sete rios navegáveis, e muitos para meses, fora infinitos riachos de menor conta, dos quais correm seis pela capitania do Piauí que são: Iguaçu, Canindé, Gorugueia (Gurguéia), Poty e Soroby (Surubi), e um que é o Parnaíba em que todos entram pelo sul, que a divide da do Maranhão. E por esta correm dez, que vem a ser: rio das Balsas, e Riachão que entram no dito Paranaíba pelo Norte, e o Preguiças, em que entra o rio Preto, que saem do sertão do Iguaçu; e Mearim, em que entra o Guajaú (Gajaú) pela direita, e mais o Pinaré que divide esta capitania do Cumá; nesta há o de Orutinguaba, Ariparguaba e Turiassú, e o do Gurupy

²⁷⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’aville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

²⁷⁸ Carta do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão], João da Maia Gama, ao rei [D. João V], sobre a doação de terras no Piauí e solicitando informações acerca das mesmas para saber se estão devolutas ou se pode aplicar-lhes foro. AHU-Pará, Cx, nv. 730. AHU_CU_016, Cx. 1, D. 30.

que a divide da capitania do Cayté, da qual sai somente o Pereá, e o Guamá que a divide da do Pará²⁷⁹.

Sérgio Buarque de Holanda já havia afirmado que no processo de expansão colonial em direção ao interior do Brasil, os rios em muitas ocasiões funcionavam como “empecilho, comparável ao das florestas espessas, aos dos pantanais e ao das montanhas”²⁸⁰.

De acordo com o padre Manuel Aires de Casal, presbítero secular do Grão-Priorado do Crato e autor do manuscrito *Corografia Brasília ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil*, publicado no ano de 1817, o sucesso dos empreendimentos de conquista e povoação da capitania do Piauí foi evidente, graças, sobretudo, à qualidade dos seus rios, em especial ao Parnaíba; cortando de uma ponta a outra a capitania, possibilitava ao colonizador circular pelos mais distantes espaços através de uma rede fluvial formada por outros rios (Balsas, Longá, Iguaçu, Canindé, Piauí) que terminavam por desaguar no grande Parnaíba²⁸¹.

Interessado na navegabilidade do rio Parnaíba, Aires de Casal assim o descreveu:

O Parnaíba, ou Paranaíba, é formado de três torrentes do mesmo nome, cujas nascentes estão na falda ou proximidade da serra, que limita a província ao sudeste. O seu primeiro tributário é o rio das Balsas, o único que se lhe junta pela esquerda, abaixo desta confluência pouco espaço se lhe une pela direita o Urussuí, que vem da mesma serra: obra de vinte e quatro léguas depois se incorpora o Gurguéia. Obra de trinta abaixo sai o Canindé, e vinte mais adiante o Poti. Depois de quarenta se encontra a foz do Longá, pouco abaixo do qual o Parnaíba lança para leste um pequeno braço, que atravessa uma grande lagoa com o nome de encantada, e forma uma ilha de quatro para cinco milhas de comprimento, largura proporcionada, rasa com forma de arco. Obra de seis léguas adiante, se divide em dois braços um pouco desiguais e subdividindo-se o ocidente ate quarta vez, o rio entra no Oceano por seis bocas, formadas por cinco ilhas de diversas grandezas, nunca submergidas, e algumas povoadas e gado. O braço oriental e mais caudaloso, denomina-se Higuaraçu [Iguaraçu]; o quinto barra das Canárias, o mais ocidental de Tutóia, pelo qual sai também o pequeno rio do mesmo nome.[...] Não têm cachoeiras, só correntezas, nas maiores das quais as barcas são aliviadas de meia carga. Seu álveo, assaz tortuoso, é quase sempre largo e aprazível: suas margens, em algumas partes alcantiladas, são por largos espaços povoadas de carnaubais e piaçabas. Entre outras muitas espécies de pescado, que cria, as mais estimadas são os surubins, camurupins, piratingas, fidalgos, mandis, pirabembas, piranhas e traíras.

²⁷⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.p. 345.

²⁸⁰ HOLANDA, Sergio B. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2014. p.49.

²⁸¹ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasília ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil*. Rio e Janeiro: Imprensa Regia. p.291

Esse potencial exploratório do rio Parnaíba e das suas matas não era de conhecimento apenas de Aires de Casal. Na mesma época, por volta do final do século XVIII, um dos mais importantes negociantes e próspero fazendeiro da Vila de São José da Parnaíba, Simplício Dias da Silva, empreende uma viagem por toda a bacia litorânea do rio Parnaíba no intuito de cartografar as diversas ilhas que a compunha. Antes de enveredar pelo ramo dos negócios da carne seca e das couramas, Simplício Dias da Silva chegou a estudar em São Luís, Rio de Janeiro e a dedicar-se às leis portuguesas na Universidade de Coimbra. Certamente, entre as mais diversas disciplinas, a aplicação da matemática no cálculo das distâncias o ajudaria na confecção do seu mapa hidrográfico do Parnaíba.



Mapa 12: SILVA, Simplício Dias da. *Carta Hidrográfica do rio Parnaíba*. (1806). Estudo minucioso das ilhas que conformam o Delta. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Tendo por objetivo apenas em descrever as ilhas, dunas, mangues e brejos formadores do delta da foz do rio Parnaíba, o autor termina por registrar em pequenos pontos avermelhados as principais vilas e freguesias situadas naquela foz, como Tutóia, do lado do Maranhão; a vila de São José da Parnaíba, do lado do Piauí e outro ponto a demarcar o território do Ceará. Contudo, o interesse maior do negociante era mesmo com as diversas ilhas; daí a necessidade de distingui-la, como a Ilha do Caju, Grande, das Éguas, das Canárias, a de Santa Cruz, Poções, Mangues, Carrapato, Carnaubeiras e Ilha dos Índios, uma das maiores e que principia com o estuário que vai aos domínios territoriais do Maranhão.

Nos planos de Simplício Dias da Silva havia o nítido interesse em estabelecer uma alfândega na vila da Parnaíba e que ela pudesse dinamizar o comércio de carnes e couros com São Luís, Pará e Lisboa mediante, claro, a descoberta de uma rota marítima favorável a esse tipo de empreendimento. Seu plano já havia sido comunicado ao governador da capitania do Piauí, Pedro José César de Meneses, em março de 1804, quando Simplício Dias apontava as qualidades favoráveis da Vila da Parnaíba e do rio de mesmo nome que a banhava como preponderantes nos negócios com as demais capitanias e, sobretudo, no comércio Atlântico envolvendo couramas, em pêlo e em sola, madeiras, carnes secas e “muitos outros gêneros, cujo comércio despertará a cobiça dos preguiçosos”²⁸².

Desde a segunda metade do século XVIII, os governadores das capitanias do Maranhão e do Piauí assumiram a competência em estabelecer uma incisiva política de distribuição de cartas de data e sesmarias a colonos já fixados e outras aos que se fixarem nos territórios do Itapecuru, Mearim e Parnaíba. Muitos tinham como propósito: a ampliação das suas áreas de criação de gado vacum e cavalar; outros tinham como objetivos elevarem a lavoura da cana-de-açúcar, algodão e tabaco na parte norte nas cabeceiras desses rios e promoverem o comércio atlântico, tendo como fundamento as riquezas produzidas nas margens desses rios²⁸³.

Sobre o assunto, em novembro de 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho informava aos agentes do ultramar que as terras do rio Parnaíba, tanto do lado Maranhão quanto do Piauí, além de reunirem as melhores condições para o desenvolvimento da agricultura e criação de gado vacum e cavalar tinha a seu favor a navegabilidade e a facilidade em escoar toda produção para os mercados da Europa.

²⁸² COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Históricado Estado do Piauí*. 2 Ed. Teresina: APL;FUNDAC, DETRAN, 2010, p. 11.

²⁸³ APEM. Registros de Cartas de Data e Sesmarias. Livro 34.

Nesse meio termo, sobraria aos nativos e mulatos fugidos das mais diferentes partes dos sertões a responsabilidade pelo atraso. Diante de um rio cuja navegação, a qualidade das terras e os prováveis benefícios do comércio pudessem estimular os negócios, era a “indolência dos povos” que se sobrepunham aos interesses dos habitantes locais.

O rio Parnaíba que pode e deve vir ser não um dos de maior navegação deste Estado, pois por ele acima podem ir boas canoas mais de duzentas léguas, mas igualmente de maior comércio plantando em todas as duas margens de fumo, algodão e outros gêneros que são suscetíveis e que na indolência dos povos e falta de quem os ensinassem tem deixado de cultivar. Este rio tem duas barras e que até o presente é comumente risco se tem servido os naturais daquela vila. É a do Iguarasú pelo motivo de gastarem uma só maré na sua saída deixando a da vitória que é sem risco, funda e aonde podem amarrar grandes navios por ser necessário gastar mais mares e terem maior trabalho entrando e saindo por ela o que intento e mandar indo aquela vila havendo sua margem por bem que o comércio se faça direito dela para o Reino como já propus a mesma senhora de cuja graça deve resultar muitos benefícios a toda a capitania e interesses à sua Real Coroa sobre o cujo assunto logo a V. Ex^a queria mandar-me uma decisão²⁸⁴.

O argumento, aparentemente válido para situarem os nativos, aquém de aptidões/disposições ao trabalho, torna mais compreensivo as justificativas dos agentes coloniais em empreender seus projetos de conquista e povoamento do que propriamente um olhar atento aos comportamentos e visões de mundo daquelas populações. O que eles diziam era exatamente aquilo que as autoridades coloniais queriam ver e explorar. Nesse caminho em busca da exploração da mão de obra, sobretudo a indígena, havia o inconveniente dos missionários da Companhia de Jesus.

Ao que tudo indica, a expulsão dos jesuítas das terras do Piauí e Maranhão incentivou sobremaneira o interesse dos colonos pelas terras situadas entre o rio Preguiça até a foz do rio Parnaíba. Foi o que aconteceu com o comerciante de grosso trato da Vila de São José da Parnaíba, João Paulo Diniz, que possuía um engenho e lavouras nas margens do rio Preguiça. Ao tomar conhecimento da expulsão dos jesuítas, o comerciante solicita ao governador do Maranhão, Melo e Póvoas, que lhe seja rematado as terras outrora pertencentes aos missionários por serem boas para se criar gados e suficientes para “continuação das suas lavouras, em que consistia ser seu maior estabelecimento”²⁸⁵.

Além de comerciante, proprietários de terras e de escravos, João Paulo Diniz era mestre de campo. Seu trânsito fácil junto às autoridades administrativas do Piauí e do

²⁸⁴ APEPI. Cartas. Ofício Acusado N° 19. Tomo III – 1793 a 1805. SPE: COD: 012// ENTN. 01// PRAT. 01.

²⁸⁵ APEM. Registros de Cartas de Data e Sesmarias. Livro 34. p.4.

Maranhão o tornaria pessoa influente em assuntos ligados aos registros de posse em terras próximas aos rios Parnaíba e Itapecuru²⁸⁶. Anos depois intercederia junto a José Teles da Silva, governador e capitão-general das capitanias do Maranhão e Piauí (1784-87), no pedido de carta de data e sesmaria do sargento-mor Manoel Gomes Viana em terras descobertas próximas ao riacho dos pombos, tendo nessas terras um caminho aberto pelo próprio João Paulo Diniz que dava acesso às fábricas de madeiras que poderiam ser transportadas pelo rio Parnaíba até o mais próximo porto comercial²⁸⁷.

O negócio envolvendo o comércio das madeiras não ficaria restrito aos homens. No mesmo período, Maria Henrieta Lamagnerc toma conhecimento que entre as terras do sargento-mor, Manoel Gomes Viana, e do mestre de campo, João Paulo Diniz, existem nas “partes do riacho dos mocambos muitas matas devolutas [...] e pedia fosse servido conceder-lhe por data e sesmaria em nome de V. Majestade três léguas desta terra”²⁸⁸.

Não restam dúvidas que o negócio envolvendo o comércio das madeiras, carnes secas e couros, via rio Parnaíba, funcionaria de maneira paralela e, em muitos casos, de modo complementar ao que se praticava na cidade de São Luís, uma vez que a carne seca comercializada naquela cidade chegaria tanto pelo estuário comercial da vila da Parnaíba como também pelo interior do continente, descendo o rio Itapecuru até alcançar a ilha de São Luís.

O primeiro mapa hidrográfico da bacia do rio Parnaíba produzido por Simplício Dias da Silva, no final do século XVIII e início do século XIX, será constantemente reformulado. A freguesia de São José da Parnaíba, vila de Tutóia, São José de Felipe, Barreirinhas, Carnaubeiras, Amarração, Boa vista, Testa Branca e tantas outras habitações cobertas com folhas de carnaúbas, como os sítios de pescadores – que antes não apareciam - são agora lembrados no mapa.

²⁸⁶ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed. V. 01. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.p.176.

²⁸⁷ APEM. Registros de Cartas de Data e Sesmarias. Livro 34. p.174.

²⁸⁸ APEM. Registros de Cartas de Data e Sesmarias. Livro 34. p.175.

mercês para moradores diretamente vinculados aos serviços de manutenção da ordem local, assim como as lideranças indígenas. Foi o que ocorreu em 1753, quando o governador da capitania de São Luís do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, promove o ajudante de linha e morador do distrito da Parnaíba, André Pinto de Almeida, ao posto de capitão-mor dos índios da nação Anapuru, dado que provara ser “pessoa de merecimento e bem capaz de cumprir com as obrigações do dado posto”²⁸⁹.

Em 22 de fevereiro de 1754, colonos do Maranhão escreviam às autoridades portuguesas acerca do total controle por parte dos jesuítas das terras próximas aos rios Pinaré, Itapecuru, Iguarã e a quase totalidade do rio Mearim. Definidos como “os senhores de quase toda a capitania do Maranhão, apenas restavam aos colonos terras advindas de novos descobrimentos, “campinas novas que se descobriam no sertão do rio Itapacuru, e estabelecendo eles os seus currais em virtude do título que tinham e de que tomaram posse pacificamente”. Os conflitos envolvendo índios locais e colonos pela disputa de terras, nos limites territoriais do rio Itapecuru até o rio Parnaíba, seriam conhecidos, portanto, como as “guerras do Itapecuru”²⁹⁰.

De acordo com o mesmo documento, os jesuítas mantinham-se firmes no exclusivismo da atividade das entradas nos sertões, perseguindo “miseráveis homens, e chegando até o ponto de irem com mão armada a derribar-lhes os currais, espantar os gados e espancar e querer matar aos vigias que neles tinham obras todas dignas de uns religiosos que só devem cuidar na propagação da fé e da salvação das almas”²⁹¹.

Por uma conta que dei a S. Maj., pelo Conselho Ultramarino datada de 26 de dezembro de 1751, de que remeto a V. Ex. a cópia, pus na sua real presença o quanto interessante era não só findar-se uma vila, nas margens do rio Mearim, mas que igualmente seria conveniente estabelecer-se outra no rio Grajaú, pelas excelentes terras que têm nas suas margens, vindo com estas fundações a sujeitarmos as muitas nações de gentios que habitam nas margens daqueles rios e a utilizamo-nos dos largos e fertilíssimos campos que estão entre os mesmos dois rios, e de uma parte e outra deles²⁹².

²⁸⁹ APEM. Registro de Patentes e de provisões de ofícios, 1754-1776. Livro 02. p.83.

²⁹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a ordem dada ao governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se aldear na ilha de Joannes os índios aprisionados nas guerras do Itapecuru. AHU-Maranhão-ACL-CU-009. Caixa: 09 Doc. 00945

²⁹¹ “Carta a Sebastião José sobre a conduta dos jesuítas no Maranhão, Pará, 22 de Fevereiro de 1754”. MENDONÇA, Marcos Carneiro. (ed.). *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Tomo II, 2005, p. 129.

²⁹² MENDONÇA, Marcos Carneiro. (ed.). *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Tomo II, 2005, p. 184.

Diante do manifesto interesse do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, funda a aldeia dos Gamela, no rio Mearim e concede ao Pe. Antônio Machado a incumbência em “catequizar e civilizar aquelas índios”²⁹³ para bem servirem o Estado e à sua Religião. A ordem de fundação foi seguida pela autorização de demarcação das terras a serem utilizadas pelos índios aldeados em suas lavouras e pela construção de uma fortaleza a fim de guarnece-la com soldados de linha.

Concomitante ao processo de fundação das aldeias de índios nos rios Mearim e Grajaú, as autoridades coloniais tinham que lidar com os crescentes requerimentos de colonos interessados em adquirir datas e sesmarias nas terras da parte sul do Maranhão até os limites incertos com Goiás. Em uma dessas solicitações, Mendonça Furtado assim se manifestou:

O requerimento que fazem aqueles homens chamados da bandeira, para se estabelecerem naquelas interessantíssimas terras, me parece sumamente útil e que devem ser socorridos e amparados, fundando novas povoações, não só com gente da terra, como eles dizem, mas com alguns casais do número ou das ilhas, e até me parecia que se aparecerem alguns italianos casados, alemães, ou ainda algum holandês, que se mandasse para aquele novo estabelecimento, o qual fica tão metido no centro, que nos não deve esta gente dar o mais leve cuidado, e sendo casados, e criando naquela terra os seus filhos, sabe V. Ex^a muito bem que estes ficam portugueses, da mesma forma que todos os mais²⁹⁴.

Tão nítido quanto a preocupação do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão na distribuição da terra será seu cuidado na composição social dos futuros colonos. Para ele, a presença de italianos, alemães e holandeses, desde que acompanhados de suas respectivas esposas, poderia gerar indivíduos portugueses. Com uma deliberada assertiva, os filhos dos colonos europeus e seus descendentes se transformariam em portugueses do *Novo Mundo*.

Dessa maneira, além da ameaça dos grupos indígenas não pacificados, havia também o espectro do retorno do cativeiro ilegal dos índios que nunca desaparecera no Maranhão. O assunto era tão espinhoso, que segundo o autor da *Paranduba Maranhense*, quando, em 1739, Frei Manoel da Cruz ocupou o bispado do Maranhão,

²⁹³ PRAZERES, Francisco de N. S. dos. “Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão em que se dá notícia dos sucessos mais celebres que nela tem acontecido desde o seu descobrimento até o ano de 1820, como também de suas principais produções naturais, etc”. *IHGB*, parte I, Tomo LIV, 1891. p. 99.

²⁹⁴ MENDONÇA, Marcos Carneiro. (ed.). *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Tomo II, 2005, p. 185.

Os gritos dos índios, que juntamente com as suas terras tinham perdido a própria liberdade, fizeram tão repetidos ecos desde as margens do Parnaíba até as do Amazonas, que chegaram a ressoar nas ribanceiras da Tibre, e obrigaram ao santo padre Benedito XIV a expedir aos bispos do Brasil o breve de 20 de dezembro de 1741, que principia – *Immensa Pastorum*. Nele clama contra a escravidão dos índios e violências que se lhes faziam, proibindo-as debaixo de excomunhão *lata sentaciae*, e excitando a piedade de El re D. João V para fazer cessar semelhantes extorsões²⁹⁵.

Não demoraria muito para missionários deixarem o Maranhão e leis que tratavam do cativo dos índios serem totalmente desprezadas pela maioria dos luso-brasileiros. As reações e hostilidades dos “índios de corso” que habitavam as margens desses rios da parte do Maranhão não demorariam a acontecer. Nessa mesma época, o cenário envolvendo os contatos entre luso-brasileiros e populações indígenas na capitania do Piauí não se encontravam tão distante daquele operado no Maranhão.

Segundo informações contidas no registro de patente de André Pinto de Almeida, a nação Anaupuru povoava as terras próximas ao rio Parnaíba e circulava livremente entre as duas capitanias. Para além da foz do Parnaíba, outras nações indígenas viveriam destinos parecidos. Em 1759, já no final do seu mandato como governador da capitania de São Luís do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato remete carta patente para “prover nos cargos de Principal e Governador dos índios Arayo [Araiose] interinamente ao índio Antônio José da Silva, aos quais vagaram por falecimento de João Mangú de Deus”²⁹⁶.

Os Arayos habitavam praticamente toda a região do médio Parnaíba, indo de mariquita (ver mapa 13) até a região de campo-maior e Aldeias Altas. Assim como os Anapuru, a nação Araiose habitava as duas faixas de terras próximas ao rio Parnaíba que cartograficamente unia as capitanias do Maranhão e Piauí. Em alguns documentos, a presença da população indígena teria sido mencionada na faixa litorânea entre o Piauí e Maranhão, habitando as pequenas e grandes ilhas que compõem o delta do Parnaíba. Nos *Registros de Assentos e de Registros da Juntas de Missões da cidade de São Luís* existem alusões às mobilidades dessas comunidades indígenas em razão dos choques com colonos criadores de gado e exploradores das matas. Com essa intensificação da política de distribuição de datas e sesmarias ao longo do rio Parnaíba, colonos e indígenas deveriam se adaptar à nova realidade colonial e, em muitos casos, as comunidades indígenas eram as que mais atormentadas.

²⁹⁵ PRAZERES, Francisco de N. S. dos. “Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão...”. Op. cit.

²⁹⁶ APEM. Registro de Patentes e de provisões de ofícios, 1754-1776. Livro 02. p.96.

Outros fatores, no entanto, estimulavam as mobilidades para outras áreas. Em relação ao delta do rio Parnaíba, o conhecimento em torno dos fluxos das marés e seu embrenhamento nas áreas de manguezais incrementavam a cata dos crustáceos, como siris e caranguejos, por parte dos índios. Contudo, enquanto a cata e a coleta de alimentos eram fartamente oferecidas, se deixava de lado a constituição de roças, uma vez que a salinização dos terrenos dificultava a produção de alimentos por meio de roçados. Com a intensificação do calor e com a grande quantidade de caranguejos nas matas dos manguezais, o próximo inimigo surgia: os mosquitos. Desde as narrativas do padre António Vieira que a presença dos mosquitos aparece como um dos principais agentes inibidores da colonização da parte norte da capitania do Piauí²⁹⁷.

Mesmo assim, essas dificuldades não eram suficientes para impedir que pequenos lavradores desenvolvessem pequenas atividades agrícolas próximos às propriedades de criação de gado vacum e cavalar. Inclusive quando a procura no mercado externo por carnes e derivados encontrava-se em alta, era por meio dessas pequenas unidades de produção que supria a demanda alimentar dos plantéis de escravos, índios e mamelucos envolvidos na criação e matança dos gados nas fazendas.

Sobre a importância da economia da vila de São José da Parnaíba nos planos de crescimento da economia colonial, o governador do Maranhão, Rodrigo de Souza Coutinho, expressaria no ano de 1799 a seguinte observação:

Devo conservar estes povos [da vila da Parnaíba] no entusiasmo da criação dos gados deixando lentamente crescer a cultura das outras produções mais aonde não é tão natural a do mencionado gado. Eu estimo muito ter acertado com a vontade da Rainha [...] pois sabendo a muita falta de gados que se estava experimentando nesta capitania pelas rigorosas secas que a tem destruído tanto nesta como nas capitanias vizinhas, e pelo muito que se tem extraído para os mesmos principalmente para a de Pernambuco aonde a seca foi maior passasse as mais estreitas ordens para saírem desta capitania vacas igualmente para se não matarem senão aquelas que pela idade, e natureza não podem já produzir até que a experiência mostre que a produção esta outra vez naquele auge em que se deve conservar, limitando-me tão somente a aconselhar aos moradores das margens, e vizinhanças do Rio Parnaíba e aos vizinhos da vila de São João da Parnaíba que já costumavam empregar-

²⁹⁷ Ver, APEMA. Registro dos assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada Junta de Missões na cidade de São Luís, 1738-1777. Livro n. 01; Padre António Vieira. *Relação da Missão da Serra das Ibiapaba*. IN_ *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860; MCNEILL, J. R. *Mosquito Empire: ecology and war in the greater caribbean*. New York/NY: Cambridge Uniserty Press, 2010.

se na cultura do algodão, fumo açúcar, águas ardentes e outros gêneros o cuidado e a atividade das suas lavouras²⁹⁸.

Não muito distante dos moradores das margens do rio Parnaíba, como Rodrigo de Souza Coutinho esclarece no documento acima, populações de “índios do corso” que viviam às margens dos rios Itapecuru, Mearim e Moni, provavelmente os Aranhí, Percati, Caicai [Caícaí, Caicaíze] e Ubirajara - posteriormente denominados de “Barbado” - enfrentavam um já longo processo de lutas por uso e ocupação daquelas terras com colonos e missionários desejosos de fixarem suas fazendas e aldeamentos na parte oriental do Maranhão²⁹⁹. Em um desses conflitos, o governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi informado pelos colonos que a prática de ataque dos tapuias consistia em “mortes dos moradores, de seus escravos e total destruição das fazendas”³⁰⁰. Segundo ouvidor-geral do Maranhão, Manuel Nunes de Colares, os “tapuias de corso” que atacavam os colonos do Itapecuru eram os mesmos índios outrora descidos por João Velho do Vale e que “saíam furtivamente para cometer tais exorbitantes maldades” nos territórios próximos ao rio Parnaíba.

Na observação apontada pelo ouvidor-geral, Manuel Nunes de Colares, sobre as práticas de descimento de comunidades indígenas dos sertões do Maranhão e, possivelmente, da capitania do Piauí, comandada por João Velho do Vale, percebe-se que as ações dos primeiros aventureiros ao sair de São Luís do Maranhão em busca dos caminhos que levassem ao Brasil não se restringiriam apenas ao aspecto administrativo. Muitos, desejosos por recompensas e por encontrarem caminhos que os conduzissem ao Estado do Brasil, enfrentavam as longas jornadas aos sertões. Nessas jornadas, as possibilidades concretas em descobrir estradas e a partir delas povoar as margens de alguns desses rios - como o Itapecuru, Moni, Grajaú e Parnaíba, com índios aldeados através do efetivo exercício de guerra aos bárbaros ou aos “tapuias de corso” - reavivavam os sentimentos e criavam expectativas em torno de graças e mercês junto à Coroa portuguesa.

A violência implícita desses primeiros contatos - envolvendo autoridades coloniais e povos indígenas na fronteira dos sertões do Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia -

²⁹⁸ APEPI. Resposta ao Ofício Nº 20 // Contemplado na Capa Supra. SPE: COD: 012// ENTN. 01// PRAT. 01. Livro, Tomo III – 1793 a 1805.

²⁹⁹ Ver BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 1ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.p. 544. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943. p.147.

³⁰⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a informação dada pelo governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, e pelo ouvidor-geral, Manuel Nunes de Colares, acerca da guerra que se fez aos tapuias de corso que se encontravam nos rios Mearim e Itapecuru. AHU_CU_009, Cx. 8, D. 862.

foi amplamente discutida pela historiografia. No entanto, o que se modificam são as versões em torno desses conflitos; alguns a enfatizar o caráter da guerra como uma política colonial deliberada de “guerra de extermínio promovida pelos luso-brasileiros”³⁰¹; outros reforçam o caráter negocial e as vantagens possíveis diante da possibilidade de se transformarem em súditos del’Rei e cristão aldeado³⁰².

Desde 1707 que Cristovão da Costa Freire, então governador do Maranhão, escrevia ao Conselho Ultramarino informando das dificuldades encontradas pelos colonos que viviam as margens dos rios Mearim, Itapecuru e Munim diante dos constantes ataques dos “tapuias de corso”, que alastravam o medo entre os colonos, saqueavam as fazendas e matavam os gados³⁰³. Como vimos nas páginas acima, no rio Parnaíba a questão era diferente daquilo que ocorria nos demais rios do Maranhão.

Percebe-se, contudo, que a ofensiva colonial a esse imbróglio seria dada de maneira distinta ao longo do século XVIII. Contudo, será na administração do coronel dos exércitos e governador da capitania de São Luís do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas (1775-79), que teremos uma política mais enfática de perseguição e controle de populações indígenas, negros fugidos e de comunidades quilombolas no Maranhão e Piauí.

O processo de conquista e ocupação das terras às margens do rio Parnaíba e sua consequente navegabilidade até suas cabeceiras, situadas nos limites do Piauí, Maranhão, Pernambuco e Minas dos Goias, representarão o início da ofensiva colonial de expansão dos domínios da Coroa portuguesa nos sertões e a concretização do tão almejado descobrimento dos caminhos que pudessem levar ao Estado do Brasil.

É nesse cenário de ampliação das conquistas que aparece o manuscrito *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, texto anônimo e, possivelmente, escrito nas décadas finais do século XVII. É, sem dúvidas, um dos escritos mais consistentes e detalhistas a respeito da composição das vilas e freguesias dos sertões, das populações que lá habitavam e dos modelos econômicos presentes. Sua descrição sobre os rios - notadamente os rios Parnaíba e Tocantins, pensados como modelos estratégicos de conexão dos dois territórios do Império português no Novo Mundo e seu potencial para o crescimento da economia colonial,

³⁰¹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002. p. 17; HEMMING, John. *Ouro Vermelho...* p.724.

³⁰² Cf também POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*. Bauru, Sp: EDUSC, 2003; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

³⁰³ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, Cristovão da Costa Freire, a informar dos grandes danos e hostilidades que os índios têm causado aos moradores dos rios Mearim, Munim e Itapecuru. AHU- Maranhão- ACL-CU-009, Caixa: 11 DOC. 01091.

notadamente, os rios Parnaíba e o Tocantins – situa o autor como um agente colonial ciente e, provavelmente, sujeito participante desses processos de conquista e ocupação do Estado do Maranhão e Piauí.

Os próximos capítulos tratam exatamente desse processo de conquista e povoamento da capitania do Piauí e da parte sul do Maranhão, tomando como eixo de reflexão as entradas dos bandeirantes e a formação dos primeiros núcleos de criação bovino e cavalar e sua utilização da mão de obra escrava e indígena nas fazendas; as ações de evangelização dos religiosos da Companhia de Jesus e seus conflitos com agentes da administração colonial, empenhados em limpar do território dos chamados “índios bárbaros” e/ou transformá-los em aliados e súditos da Coroa e, por fim, as expedições científicas de reconhecimento daquele que foi um dos últimos territórios a ser explorado pelos luso-brasileiros.

VIAGENS, VIAJANTES E NATUREZA NOS SERTÕES

Expedições científicas e relatos de viagens

Desde o final do século XVI, portugueses e espanhóis manifestavam intenso desejo em conhecer as riquezas naturais e humanas daquilo que viria a ser, após a expulsão dos franceses, o Estado Colonial do Maranhão. Inventariar plantas e animais, percorrer rios e abrir caminhos em busca de índios eram formas de conquistas que saciavam o interesse do europeu; ávido por ter conhecimento mais aprofundado do Novo Mundo. Obras como *História Geral e Natural das Índias*, publicado em 1535 e mais tarde, em 1552, com uma segunda parte, de Gonzalo Fernandez de Oviedo, bem como *História das Plantas da Nova Espanha*, escrito por Francisco Hernández, após explorar o México entre os anos de 1571-76 e o enciclopédico relato das culturas do povo do México, *História Geral das coisas da Nova Espanha*, compilado entre os anos de 1575-77 por Bernardino de Sahagún serviram como manuais aos interessados em conhecer e explorar as terras do Novo Mundo³⁰⁴.

Com o mesmo propósito, agora em terras sob domínio português, trabalhos como os de Pêro de Magalhães Gândavo, *Tratado da terra do Brasil* (1576), e os escritos de Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, de 1627, Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa* (1730) e *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com várias as notícias curiosas do modo de fazer o açúcar; plantar o tabaco; tirar ouro das minas, e descobrir as de prata*, do jesuíta André João Antonil, figuram como marcos expressivos para se compreender, a partir de um estilo descritivo, aquilo que viria a ser o Brasil. No mesmo plano e de igual importância, obras produzidas durante o século XVII, no Estado do Maranhão, seguiriam o mesmo ritmo daquilo que se praticava em terras da Espanha e do Brasil do sul. Dessa maneira, trabalhos como o *História da missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, publicada em Paris no ano 1619 pelo religioso Claude D'Abbeville, e *Relação sumária das cousas do Maranhão, dirigidas aos pobres deste Reino de Portugal*, de 1624 e escrita por Simão Estácio da Silveira, figuram entre as principais obras a voltar-se para a dimensão da paisagem natural e humana.

³⁰⁴ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2014.p. 213-229.

Vicente J. Dias Cabral e a “Colleção das Observações dos produtos naturais do Piauí”

A proteção, o zelo, os meios possíveis e proporcionados, que V. Ex.^a providenciou para o bom êxito desta discussão, o agasalho que sempre experimentei em V. Ex.^a, e o apreço com que foram recebidos os primeiros exames e observações, ainda quando eu me achava na entrada do sertão em a ribeira do Iguará, me animaram a não poupar o trabalho³⁰⁵.

Já no final do século XVIII, por volta do ano de 1798, o Bacharel em Direito Civil e Filosofia pela Universidade de Coimbra, Vicente Jorge Dias Cabral, havia sido informado pelas autoridades portuguesas da missão que deveria empreender pelo interior das capitanias do Maranhão e do Piauí. O objetivo dessa jornada era identificar, classificar e catalogar, de acordo com os métodos científicos da época, o potencial mineralógico, vegetal e animal daquele território³⁰⁶. Ainda que fosse conhecedor do mundo da administração portuguesa e extremamente versátil no campo da jurisprudência, uma vez que exercia a função de advogado na cidade de São Luís do Maranhão, Vicente Jorge Dias Cabral mostrava-se reticente quanto ao exercício da missão, uma vez que passados os seus nove anos de estudante na Universidade de Coimbra “já me não lembrava que um dia seria necessário revolver os Naturalistas, e ao velho Línneu”. Mesmo que balbuciando “nos princípios dos três reinos da natureza”, recebia a notícia da sua missão com o louvor de um vassalo sempre disposto a servir Vossa Majestade³⁰⁷.

Nascido no Arraial do Tejuco - posteriormente denominada de Diamantina - na região das Minas Gerais, Vicente Jorge Dias Cabral contaria com a prestimosa ajuda de João Roiz de Macedo, um dos principais articuladores da Inconfidência mineira, e sobrinho do

³⁰⁵ *Colleção das Observações dos Produtos naturais do Piauí. Tomo. 1º Oferecido ao IHmº e Ex.º Sr. D. Diogo de Souza do Cons. Do Pr. N. Governador e Capitão General do Maranhão. Por Vicente Jorge Dias Cabral, Bacharel em Filosofia e Direito Civil por aos luars das Letras. Ano de 1800-1801. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ANRJ.*

³⁰⁶ É bem verdade que outras produções, mesmo que de pequeno porte, se somam ao manancial de textos escritos por Dias Cabral ao longo da sua vida. Em 1803, o naturalista encaminha ao Conselho um pequeno exemplar denominado *Análise Botânica da planta denominada Manacá*. Provavelmente, o que marcará a produção intelectual do naturalista será de fato as suas observações dos produtos do Piauí. Ver, *Ofício do Gov. e cap-gen. do Maranhão e Piauí D. Diogo de Sousa, para o Secretario de Estado Marinha e Ultramar [...] remetendo copia de uma carta do Bel. Vicente Jorge Dias Cabral informando a existência, achamento e classificação de plantas medicinais, na capitania do Piauí*. AHU-ACL-CU-009- Caixa. 128. DOC. 09595.

³⁰⁷ PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. “Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro”. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.3, p. 58-79, jan./jun.2015.p. 63.

desembargador Antônio Roiz de Macedo, que no ano de 1741- 44 havia ocupado o cargo de provedor geral da Fazenda das Minas Gerais³⁰⁸. Em janeiro de 1785, João Roiz escreve a seu irmão, Bento Roiz de Macedo, a respeito de um “moço de uma excelente índole”, que a pretexto de ser ele procurado pelos pais e parentes do jovem queria recomendá-lo para a Universidade de Coimbra afim de “cativar nele os estudos” em ciências jurídicas e filosofia natural e amizade naquele ambiente europeu³⁰⁹.

É bem provável que durante sua passagem por Coimbra, Dias Cabral mantivesse contato com intelectuais portugueses e europeus que estavam naquele país para fundarem, a mando da Coroa portuguesa, o Real Museu do Palácio da Ajuda e o Jardim Botânico. Entre esses intelectuais figura o nome de Domingos Vandelli, natural de Pádua e um dos mentores da *História Natural* em Portugal. Mais tarde, o naturalista viria ao Brasil a serviço da Comissão de Demarcação de Limites e, ao término, realizar, com Alexandre Rodrigues Ferreira, uma viagem científica e filosófica pelo Brasil³¹⁰. Em ambos os empreendimentos havia um interesse direto do Estado português. De um lado era necessário estabelecer marcos fronteiriços entre Portugal e Espanha; daí a necessidade da Comissão de Demarcação portuguesa dispor de cartógrafos, geógrafos e naturalistas. Do outro, em legitimar a nascente *ciência natural* em Portugal através do incentivo a viagens científicas conduzidas, sobretudo, por luso-brasileiros³¹¹.

Embora não se coloque como um naturalista, em *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí*, Vicente Jorge Dias Cabral assume tal postura. Não só isso, Dias Cabral mostrava-se leitor das obras produzidas no Brasil, como daquelas situadas nos domínios do Ultramar. Seu diálogo acerca da variação climática nas diferentes partes do mundo e os tipos de agricultura peculiar a cada espaço geográfico, em especial dos tipos de cultura agrícola do México, nos faz situá-lo na condição de interlocutor direto das obras espanholas. Na verdade, o México guardava estreita relação com o clima e a aridez do solo do Piauí. O que se produzia

³⁰⁸ Sobre as relações de poder e de nobreza nas Minas Gerais ver, entre outros, SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁰⁹ *Carta a Bento Rodrigues de Macedo pedindo que proteja a estudante Vicente Jorge Dias Cabral em qualquer eventualidade*. ANRJ, Manuscrito, 29/01/1785. Sobre as condições econômicas das Minas Gerais no contexto da saída de Vicente Jorge Dias Cabral para Coimbra e a importância daqueles que o ajudaram na sociedade mineira, ver RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros dos bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: USP, tese de doutorado em História Social, 2008.

³¹⁰ RAMINELLI, Ronald; SIVA, Bruno da. “Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 9, n.2, p. 323-342, maio-ago. 2014.

³¹¹ Para o assunto ver, entre outros, PRATT, Mary L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999; FERRAZ, M. H. M. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Edusc, 1997; PRESTES, M. E. B. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume, 2000.

em larga escala naquele domínio espanhol poderia - se bem empregado - ser utilizado nas terras do Piauí, a exemplo da cochonilha.

Muitos colonos que circulavam pelo interior das capitanias do Maranhão e Piauí tinham em suas viagens o cuidado de averiguar as potencialidades minerais e vegetais que cada lugar podia oferecer. A cochonilha - conhecida nas terras da administração portuguesa por urumbeba – assim como o cacau, cânhamo, salitre, anil e a quina faziam parte desse repertório de análises desses primeiros colonos. Pouco tempo antes da expedição de Dias Cabral, em outubro de 1796, o colono Joaquim Jorge de Aguiar havia percorrido parte do interior do Piauí e naquela oportunidade descobrira uma grande quantidade de cochonilha, cânhamo e salitre, fato este que logo o fez escrever às autoridades portuguesas a fim de informá-las sobre o achado.

Há muito tempo que eu trabalho neste Estado do Maranhão, de minha naturalidade, por fazer descobertas de cochonilha, cânhamo Silvestre e de salitre, por conhecer a sua importância. De cochonilha levou o governador e capitão general que foi deste Estado José Teles da Silva as amostras que ouve por minha via de cânhamo Silvestre, remeti em um dos anos passados, uma boa porção dele ao Exm^o. Sr. Ministro de Estado Martinho de Mello de Castro, com a descrição do modo de se fabricar: declarando as partes, em que o há em grande abundância na capitania do Piauí, e em outras partes do Brasil; e na mesma ocasião, tive a honra de remeter a V. Ex. Uma cópia da dita descrição; e de salitre, tenho já por duas outras vezes dado porções de terra em que se julga o há, ao atual governador Capitão-general Fernando Antônio de Noronha, para o remeter por amostra. Agora que me chegou da mesma capitania do Piauí, uma porção de terra salitre, em que se supõe haver salitre esta tenho o gosto e a honra de remeter a V. Ex., no caixotinho constante do conhecimento incluso, para que se queira servir de mandar fazer exame e extração a vê se dar salitre perfeito; e observar de a porção³¹².

Em relação aos produtos encontrados na colônia, havia uma verdadeira confusão na remessa a Lisboa. Sobretudo no que se refere a amostras de sais e minérios, incomuns e de desconhecimento da maioria dos colonos. Tentando sanar tais dificuldades no reconhecimento desses produtos encontrados pelos colonos, notadamente os de natureza mineral, a Coroa portuguesa encaminha ao Maranhão os droguistas Agostinho José Pereira da Silva Rombo e Manoel José de Miranda³¹³. Ao droguista Agostinho José ficaria o esforço em examinar a existência de pedra-ume, abrir uma fábrica de pergaminho e produzir um mapa descritivo dos gêneros das capitanias do Maranhão e Piauí. Por sua vez, Manoel José de Miranda teria a

³¹²Ofício do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, Antônio Correia Furtado de Mendonça, para Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as suas descobertas de cochonilha, cânhamo Silvestre e, recentemente, de salitre. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 92, D. 7597.

³¹³Avizo da Secretaria de Estado sobre o remeterse no fim da cada anno a mesma Secretaria hum mapa dos generos que se exportão desta Capitania etc. Maranhão, 10 de maio de 1771. APEM. LRC, Nº 11, SGM.

função de comandar uma expedição pelas cabeceiras do rio Parnaíba até a cidade de São José da Parnaíba, onde, segundo relatos, existiria uma grande quantidade de “incenso, chumbo, cobre, ferro, e azougue, prometendo-me trazer amostras dos dois primeiros gêneros nesta ocasião”. Ambos droguistas provaram o gosto amargo do fracasso. Um não conseguira abrir a fábrica de pergaminhos devido à falta de peles de carneiros; já o outro, teve que retornar após ser acometido por uma forte enfermidade, “não trazendo coisa alguma das ditas amostras”³¹⁴.

Ao passo que Manoel José Miranda recuava com sua expedição científica, Vicente Jorge Dias Cabral, na mesma época, avançava junto às terras da capitania do Piauí. A malograda tentativa de um, contrastava com o sucesso do outro. Por certo, muito do sucesso de Dias Cabral se deve ao fato de cedo abandonar a carreira jurídica na cidade de São Luís e, aos poucos, mover-se para o campo da burocracia portuguesa de cunho expedicionário; enviando amostras de plantas e animais, desenhos botânicos e catálogos sobre antigas e novas espécies nativas.

Com tamanha desenvoltura, logo acabaria por adquirir a simpatia e confiança de homens de prestígio, como as do governador José Teles da Silva e do Ministro de Estado Martinho de Melo e Castro. Essa boa relação fará com que Dias Cabral torne-se um dos principais articuladores do comércio envolvendo a exploração das árvores, plantas medicinais e minérios. Assim, enquanto o centro-sul do Maranhão -o projeto português de extração das matas na ribeira dos rios Pindaré, Mearim e Grajaú- seguia em ritmo promissor, a parte territorial situada nos limites dos rios Itapecuru e Parnaíba e do Sul do Maranhão e Piauí ainda carecia de exploração³¹⁵. Não só isso. Até a segunda metade do século XVIII, aquela parte da colônia ainda não havia adquirido a devida importância econômica e política da Coroa portuguesa.

As missões científicas tinham, portanto, essa dupla função: conhecer o território e produzir um diagnóstico do potencial exploratório da natureza. Nos relatórios produzidos por essas expedições científicas havia uma nítida posição consensual - tanto dos colonos como do próprio governo da capitania - acerca do potencial daquelas terras para os negócios envolvendo plantas medicinais, extração de árvores e minérios; bem como do cultivo de alguns produtos típicos para exportação, como o algodão e arroz.

³¹⁴ *Conta a Sua Magestade pela Secretaria de Estado sobre as amostras que remette Agostinho Joze Pereira da Silva Rombo*. Maranhão, 12 de julho de 1771. APEM. LRC, N° 11, SGM.

³¹⁵ Segundo o *Mapa da Exportação dos produtos da cidade de São Luís do Maranhão do ano de 1800*, o comércio envolvendo algodão, arroz, madeiras e drogas do sertão fechou o ano com o valor de 3:366#079 réis. Algo bastante positivo, caso comparemos com 2:195#55 reis advindos da importação de produtos e manufaturas vindas, sobretudo, de Lisboa, de alguns portos do Brasil, da Guiné e, por fim, de outras nações estrangeiras.

Produzido o diagnóstico, o passo seguinte seria o povoamento mediante a concessão de semarias, principalmente, em terras localizadas ao longo das ribeiras dos rios Itapecuru até a região de Pastos Bons e, do lado do Piauí, por toda a margem do Parnaíba. Por conseguinte, o resultado seria a presença da administração portuguesa naquelas novas áreas coloniais. Contudo, nem sempre o que se havia planejado seguia seu traçado. A prática costumeira dos semesmeiros que desmatavam a região com o intuito de obter espaço para a criação de gado vacuum e cavalariça contrariava em muito os preceitos da exploração daquelas terras. Alheios às informações que circulavam sobre o potencial mineralógico e, sobretudo, das riquezas das árvores e de determinadas plantas, muitos colonos desmatavam sem nenhum tipo de controle.

Para remediar tais problemas, em janeiro de 1800, o governador do Maranhão encaminhou um ofício ao governador do Piauí informando-lhe das determinações do Ultramar de não se queimarem ou destruir as matas que, porventura, tivessem as plantas nativas denominadas de Quina do Piauí.

Por ordens expedidas em Ofício do Exm^o Ministro do Estado dos Negócios Ultramarinos com a data de 19 de setembro me determina o príncipe Regente Nosso Senhor se não cortem, queimem nem por modo algum se devassem as matas dessa capitania, onde houverem árvores de quina: o que em consequência V. Majestade assim fará executar com a mais severa observância. Ao bacharel Vicente Jorge Dias Cabral incumbe a compra de algumas produções do Piauí, pedidas pelo Ministério, para cuja despesa vão ordens da junta da fazenda ao provedor desse governo, e recomendo a V. Majestade haja de auxiliá-lo eficazmente em todas as comissões de que ele vai encarregado, não só dando-lhe prontos socorros, mas também as instruções que lhe procederem ser úteis³¹⁶.

Quando recebe o comunicado do ofício, o naturalista ainda executava sua viagem científica pela capitania do Piauí. Não demorou muito para Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira enviarem ao governador do Maranhão as primeiras amostras coletadas na expedição.

No ofício, datado de setembro de 1800, os naturalistas encaminham ramos de plantas e suas descrições botânicas, além de um canudo contendo desenhos das plantas coletadas.

IHM^o Ex. Sr. No caixote n. 5 com a marca D achará V. Ex. um canudo de lata incluindo os desenhos, Ramos desejados e desenhos botânicos das plantas de que fala o Bacharel Vicente Jorge dias Cabral no ofício junto, a cujo respeito só se me oferece fizera V. Ex. 1. Que o dito bacharel reduzindo as quatro diferentes espécies de volume (Velame), ao novo gênero:

³¹⁶Ofício para não deixar queimar ou destruir as matas ou verem árvore de Quina. APEM. Registro de Correspondência do Governador e capitão-general do maranhão com o Governador e capitão-general do Maranhão/Piauí. Livro 49.

administer: ignorava como agora vi na memória de Manuel Arruda da Câmara sobre a cultura dos algodões, nota 2. à pág. 28 ter este naturalista criado de uma delas o gênero, a que deu o nome de: breitera purgans: pelo que será justo comparar a descrição de Manuel Arruda para ver com qual das referidas espécies coincide. 2. Que do ofício 6 de Vicente Jorge Dias Cabral se conclui verificada e antecipada reflexão que Sr. José Mariano Veloso fez seu na pág. 160 da Quimografia Portuguesa. No mesmo caixote vão também dois canudos de lata com amostra de Salitre, mencionado na carta do vigário de Valença o padre Joaquim José Pereira, e o mais que consta de outras 8 do supradito Bacharel. Segundo os últimos avisos deste estava esperando as remessas em grande do salitre, linho ou bita croa, e casca da denominada quina, para irem no comboio, as quais se chegarem a tempo as mandarei embarcar. Deus guarde a V. Ex. São Luís do Maranhão 25 de setembro de 1800. IHmº Ex. Sr. Dom Rodrigo de Souza Coutinho. D. Diogo de Souza. O.p. No canudo n. 6 consta a supracitada marca vão às raízes das espécies de velame, no supracitado caixote n, 5 mais duas amostras de linho de Malva, que chegava depois de fechada o caixão n. 4.³¹⁷

Além do interesse pelas riquezas do reino vegetal, havia por parte da administração portuguesa uma curiosidade pela fauna. A partir do municiação dos viveiros das quintas e jardins botânicos do Reino, plantas e animais (vivos ou empalhados) seriam enviados para Lisboa com o objetivo de preencherem os espaços vazios do Museu de História Natural do Palácio da Ajuda e de comporem uma simulação do ambiente natural presente na colônia.

Assim, dentre os animais enviados a Portugal por Dias Cabral estavam pássaros de grande e de pequeno porte³¹⁸ e um pequeno jacaré que o governador do Maranhão o conservava “vivo a perto de três meses só com tratamento de lhe renovar água de dois em dois dias, e que pode ser dure aí muito tempo, e cresça, lançado em algum lago.”³¹⁹ As péssimas condições das gaiolas a bordo dos navios, a escassez de alimentos e o desconforto da travessia marítima causavam muitas mortes e, em caso de sobrevivência, a viagem os deixava bastante debilitados para viver em um habitat adverso.

As maneiras pelas quais ambos os naturalistas encaminham esses exemplares, separando em caixas e numerando cada espécie encontrada e os descrevendo a partir de um olhar próprio do viajante-colono, mostra, ao mesmo tempo, as peculiaridades que cada naturalista construía a respeito da técnica a adotar na classificação e empalhamento dos animais, sem necessariamente perder o diálogo comparativo com outros viajantes e seus

³¹⁷Ofício da remessa de um canudo de lata com os desenhos, ramos desejados e descrições botânicas. APEM. Correspondência do Governador e capitão-general com o Secretario dos Negócios Ultramarinos e diversas autoridades da Metrópole. Livro 285.

³¹⁸Consta a S. majestade pala secretaria de Estado para a recomendação de remessa de pássaros para os viveiros das quintas de Sua Majestade. APEM. Livro. 13, 1784-1787.

³¹⁹ Ofício da remessa de uma erva *Linhosa e outra de Óleo Merim*. APEM. Correspondência do Governador e capitão-general com o Secretario dos Negócios Ultramarinos e diversas autoridades da Metrópole. Livro 285.

respectivos tratados descritivos, a exemplo quando se referem aos tratados de Manuel Arruda Câmara sobre a cultura do Algodão cujos demais naturalistas tomaram como um guia importante para catalogação da fauna e da flora³²⁰.

Clima e paisagem a serviço das conquistas

Impregnado pelo espírito ilustrado, Vicente Jorge Dias Cabral propõe um modelo investigativo da flora e da fauna em perspectiva comparada. Estreitando mundos e encurtando distâncias, o naturalista voltava-se para a variedade do clima como elemento potencializador do desenvolvimento econômico das colônias e das práticas agrícolas mais rentáveis do comércio ultramarino. Por simetria climática, o sucesso de uma prática agrícola no México, na China ou na Índia poderia perfeitamente adaptar-se ao Brasil, desde que houvesse harmonia nas suas condições climáticas. Para Dias Cabral,

A diversidade dos climas põe (sic) em contribuição os povos vizinhos e mais ainda os remotos, cujos climas diversificam tanto, que nunca se naturalizam em outros, ou que quando muito depois de longos trabalhos cresce com pouca utilidade servindo tão somente de recreio aos curiosos. Esta variedade de climas obriga aos homens a procurar nos países remotos os supérfluos deles, que falta absolutamente no seu país. A laranjeira da China (*Citrusaurantiumchinensis*) que por infinitas maneiras tem variado no Brasil, jamais se tem naturalizado no Norte da Europa, e apenas se conservam vivas sem produzir fruto nas estufas dos jardins nas principais do Norte da França. Igual sorte tem a bananeira (*Musa sapientum*, *M. Paradisaica*) que são indígenas da América; mal produzem em Portugal e de nenhuma sorte nos países frios. Assim as plantas do gênero Bromélia e outras dos climas quentes entre os Trópicos. Os povos do clima Índico, que compreende os lugares situados debaixo da zona tórrida não gozam das mesmas produções, que os do clima egípcio e arábico que compreende os lugares aonde o calor é fervido e as áreas ardentes: nem os do clima Austral desde a Etiópia até o Cabo da Boa Esperança se jactam das produções que goza a parte Meridional da Europa ver Portugal, Espanha, e as províncias meridionais da França a Itália. Em vão, pois se cansaria um Estado em querer, que dentro do seu território houvesse todas as produções exóticas de climas inteiramente diversos, para que os seus habitantes não tivessem necessidade de ir procurar o supérfluo de climas remotos.

³²⁰ PRATT, M. L. *Os olhos do império*. Relatos de viagens e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999; MELLO, J. A. G. de (Org). *Manuel de Arruda Câmara: obras reunidas*. Recife: Fundação e Cultura da cidade do Recife, 1972.

Com rigor e método, algo próximo aos desígnios de um campo do saber que se pretendia tornar ciência, os empreendimentos conduzidos por esses viajantes-colonos de sistematização da natureza alcançariam o status de *Viagens Philosophicas*. No iluminismo português, as viagens e os relatos de viagem obedeciam aos propósitos coloniais; associando reconhecimento territorial dos domínios ultramarinos com aproveitamento econômico das potencialidades do reino. Assim, e diante dos planos da política Pombalina, a consolidação da *Ciência Natural* e a consequente formação de *Expedições Científicas* nas terras do Maranhão e Piauí só reforçavam o interesse da política portuguesa e o melhor conhecer e explorar aquela parte do Brasil.

Segundo o naturalista, a natureza havia dividido as suas riquezas por todo o mundo; por consequente caberia aos homens visitar semelhantes climas de “um pólo a outro facilitando a distância imensa, depois que a barreira dos mares, que se supunha pôs fim às negociações e conter os homens no seu terreno se considerou como caminho mais propício, deixada a navegação perigosa da costa seguindo em pleno mar com a nova invenção da Bússola”³²¹. Diante dessa compreensão de funcionamento da natureza, Dias Cabral reinterpreta o mundo a sua volta, ligando regiões distantes, como o Piauí, México Colonial e as Índias a partir das suas experiências comerciais com a Cochonilha, um pequeno inseto presente nos cactos e em algumas figueiras da Índia, que no processo de extração produz um corante natural utilizado na tinturaria de sedas e panos.

O inseto depois de chegar ao estado de imagem revelada ou de perfeição (a) durão pouco tempo. Parece que então já não são mais destinados para outro fim, que o de perpetuar a sua espécie. Assim os machos, fecundadas as fêmeas, ficam languidos sem comer e pagam morrendo logo o tributo a natureza. As fêmeas não sobrevivem mais que o tempo necessário para de pôr os ovos ou os pequenos filhos³²².

Sabendo bem explorar, a Cochonilha poderia render ao Império português vultosos recursos no mercado de tinturaria³²³. Para isso, bastaria à administração portuguesa explorar os chamados cactos *Coroas de Frade* tão abundantes na capitania do Piauí e que são, na maioria das vezes, empregados na criação de gado e úteis no tempo da seca: “comem, arrancando caules com as unhas os espinhos da planta e assim passam muitos dias sem beber água”. A criação do inseto entre os colonos do Maranhão e Piauí ajudaria na redução do

³²¹ *Collecção das Observações dos produtos naturais do Piauí*. p.9;

³²² *Collecção das Observações dos produtos naturais do Piauí*. p.15

³²³ FERRAZ, Márcia H. M. “A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: caminhos desencontrados”. *Quim. Nova*. Vol. 30. Nº 4, 1032-1037, 2007.

número de cortes das árvores reais, uma vez que o inseto por ser hospedeiro das cactáceas ou das figueiras em nada forçava o desmatamento.



Ilustração 1: VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*, 1800.

Na visão do naturalista, o desperdício nos domínios de Portugal contrastava com o preparo e cuidado que os mexicanos tinham com a extração e comercialização do produto. De acordo com Dias Cabral,

Os Espanhóis tiram vantajosos interesses deste conhecimento fazendo como um monopólio nacional com o comércio da Cochonilha, sem concorrência de outra *Nação*, que até o presente tenha estabelecimento igual. Em 1736 transportaram a Europa ano comum 880\$ arráteis de Cochonilha cultivada, menos um terço que era brava; o que tudo monta a 15 milhões moeda de França ou 8 milhões de Florins da Holanda³²⁴.

Segundo ainda Dias Cabral, os mexicanos utilizavam esse pequeno inseto para a extração de um importante corante, o *nochetztli* (sangue da terra), assim denominado na língua nativa. A cochonilha era tão importante para o comércio espanhol que recebeu por

³²⁴ *Collecção das Observações dos produtos naturais do Piauí*. p.14.

parte da Coroa um cuidado estratégico e sigiloso na manutenção de qualquer tipo de informação relacionada a sua produção e comercialização.³²⁵

Bernardino de Sahagú, em sua *História general de las Casas de Nueva España*, foi, por volta do século XVI, o primeiro a referir-se à Cochoilha. Contudo, por questões de monopólio comercial, o governo espanhol proíbe a circulação de quaisquer instruções sobre os mecanismos de criação do inseto, os modos de fabricação do corante e sua consequente produção no ramo da tinturaria. A ideia era manter em singelo um lucrativo comércio que na sua totalidade era de exclusividade dos espanhóis.

Não era de estranhar, portanto, que os segredos por trás da cochoilha atraíam a atenção de outras potências do mundo Atlântico, em especial franceses e portugueses. Na segunda metade do século XVIII, o botânico francês Nicolas-Joseph Thiéry de Menonville empreende uma viagem ao Novo Mundo na intenção de descobrir os segredos da criação da Cochoilha e produção do seu corante³²⁶. Ao desembarcar em São Domingos, domínio francês, Thiéry de Menonville segue destino para Havana e, após um curto período, recebe a permissão do governo espanhol para catalogar espécimes da flora e fauna das cidades de Theguacan e Guaxaca, no México colonial³²⁷. Sua estadia em terras mexicanas lhe renderia o conhecimento das técnicas de criação, o preparo do corante e o processo de produção da tinta.

Como resultado dessa viagem, em 1786, membros do *Círculo dos Filadelfos*, em São Domingos, publicam o *Traité del aculture dunopal et de l'education de la cochoilha dans les colonies françoises de l'Amerique, precede d'un Voyage a Oaxaca*. Anos depois, em 1799, parte do texto de Thiéry de Menonville será traduzida para o português e, um ano mais tarde, Frei José Mariano da Conceição Veloso publicará o texto em sua íntegra no livro *O Fazendeiro do Brasil*³²⁸.

O próprio religioso chegaria a afirmar na introdução do livro que sua função no mundo português seria a de tradutor e disseminador das obras que porventura viessem a facilitar os

³²⁵ Para um balanço acerca dos usos da cochoilha e da utilização do corante do inseto ao longo da história e sua aplicação no mundo da indústria têxtil, ver BARANYOVITS, F. L. C. "Cochineal Carmine: an ancient dye with a modern role". *Endeavour*, New Series. Volume 2, nº 2, 1978. p. 86. Agradeço ao Professor do curso de Química/UFPI, José Machado Moita Neto por indicar artigos da área de química a respeito da cochoilha e, claro, por apontar caminhos.

³²⁶ Sobre as disputas e as polêmicas científicas envolvendo viajantes e suas respectivas produções literárias, ver, entre outros, PAREDES, Rogelio C. "Relatos imperiais: a literatura de viagem entre a política e a ciência na Espanha, França e Inglaterra (1680-1780)". *Almanack*. Guarulhos, nº 06. P. 95-109, 2º Semestre, 2013.

³²⁷ FERRAZ, Márcia Helena Mendes. "A rota dos estudos sobre a Cochoilha em Portugal e no Brasil no século XIX". *Química Nova*, Vol. 30, nº 4, 2007. p. 1033.

³²⁸ VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*, cultivador melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto. Rio de Janeiro: Tomo II, Parte III. 1800.

planos de crescimento comercial do Império português³²⁹. Em grande medida, a importância alcançada pelo religioso deve-se a Rodrigo de Sousa Coutinho, que ao ser empossado no cargo de ministro das Colônias e da Marinha, em 1796, empreenderia uma verdadeira política de incentivo à agricultura tropical, recrutando naturalistas e bacharéis das mais diversas áreas para mapear as potencialidades econômicas da colônia³³⁰.

Frei Veloso ficaria responsável pela produção e disseminação das obras voltadas ao mundo agrícola, comercial e de novas técnicas industriais³³¹. Na mesma época, Hipólito José da Costa Pereira seria enviado aos Estados Unidos como o objetivo de investigar as mais diversas produções agrícolas em execução pelas nações estrangeiras no Novo Mundo³³². Na bacia amazônica, nos limites territoriais com a Espanha, Alexandre Rodrigues Ferreira empreende sua Expedição científica coletando espécimes, pesquisando ervas e etnografando a vida dos indígenas³³³. No Brasil, Manuel Arruda da Câmara realizará um levantamento mineralógico de uma considerável extensão territorial, indo da capitania de Pernambuco até a Paraíba, Piauí e Ceará. Já Joaquim Veloso de Miranda desenvolvia suas análises de botânica nas Minas Gerais. Outros não hesitariam em atravessar o Atlântico para desenvolver seus estudos de botânica e geologia na África e nas Índias, como assim o fizeram Francisco José de Lacerda e Almeida, Joaquim José da Silva, João da Silva Feijó e Manoel Galvão da Silva. Todos com formação acadêmica na universidade de Coimbra e discípulos de Domingos Vandelli.

Diante dessa postura, Frei Veloso não só reproduziria o trabalho de Triéry de Menonville, como reservaria uma boa quantidade de páginas aos escritos de Claude-Louis Berthollet, químico francês responsável por avaliar as observações de Menonville. Frei Veloso divulga as memórias de Berthollet sobre a cultura da urumbeba e criação do inseto na esperança que as informações contidas sejam “espalhada(s) pelo Brasil e, particularmente,

³²⁹ Sobre a circulação dessas obras científicas no Maranhão oitocentista, ver. GALVEZ, Marcelo Cheche. “Saberes e impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos”. *Outros Tempos*, v. 11, nº. 18, 2014, p. 119-136.

³³⁰ Sobre a primazia de Rodrigo de Sousa Coutinho na re/estruturação da política portuguesa nos domínios do ultramar, ver. PEREIRA, Magnus Robert de M. D. “Rodrigo e Frei Mariano. A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15m n. 29, 2014. p. 498-526.

³³¹ LUNA, Fernando J. “Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas”. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, n.1. p. 151.

³³² DEAN, Warren. *O ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.p. 137. Ver também LOSADA, Janaína Zito. “Entre mamutes e acácias: viagem e natureza em Hipólito José da Costa Pereira (sec. XVII/XIX)”. *Fênix - Revista de história e estudos culturais*, n.3, 2005.

³³³ RAMINELLI, Ronald. “Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 8. (suplemento), 2001.p.969-992; COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências Saúde- Manguinhos*, v. 8. (suplemento), 2001.p.993-1014.

pelos povos de beira-mar”³³⁴. No frontispício da obra, Frei José Mariano Veloso representou esse desejo português de apoderamento desse precioso produto agrícola a partir da reprodução de uma imagem que mescla elementos do mundo hispano-português, como o cacto Nopal (*Opuntia cactus*) e a Figueira - plantas hospedeiras da cochonilha e amplamente utilizadas pelos produtores mexicanos na criação da cochonilha -, a luta entre a águia e a serpente e, ao centro, um galhardete cuja representação simbólica remete ao universo das conquistas portuguesas no ultramar.

Por certo, a imagem não nasce de maneira fortuita no imaginário colonial do religioso. Seu diálogo com a cultura mexicana será, provavelmente, mediada por leituras e visões de mundo produzidas por religiosos que visitaram o México colonial. A produção de imagens teria, portanto, o propósito de descrever e representar o universo religioso asteca a partir da produção de pinturas que mesclavam elementos locais ao tempo em que as relacionava com questões significativas da cultura européia³³⁵. Nesse jogo das imagens, eminentemente mesclado/mestiço, no dizer do historiador Serge Gruzinski, o resultado seria a percepção de uma história colonial para além das dicotomias que reduzem os sujeitos históricos da época entre colonizadores e colonizados.

A preocupação dos religiosos residia, portanto, em impor uma catequese mediante a construção de imagens sacras, reforçando com isso uma cultura cada vez mais ocidental e cristã entre os nativos. Estes, por sua vez, respondiam produzindo imagens com representações peculiares, demonstrativas de uma interpretação de mundo própria dos nativos e que guardava suas raízes na cultura pré-hispânica, mas, agora, mescladas com componentes culturais dos europeus e mexicanos³³⁶.

Juan de Tovar (1546-1626), missionário jesuíta, mostrava-se fascinado pela cultura asteca e, durante seus contatos culturais, representaria tal fascínio em imagens, nas quais a vida cerimonial, os ritos e as ligações que os astecas construíam com animais dariam o sentido a sua produção artística. Em uma de suas imagens, a águia é representada no alto de Cacto Nopal devorando um pequeno pássaro e ao seu entorno perfilam os governadores astecas Mexitzin – representado pelo coelho – e Tenoch – simbolizado pelos cactos com

³³⁴ VELOSO, Fre. José Mariano da C. Memória sobre a cultura da Urumbaba, e sobre a criação da cochonilha extraída por M. Berthollet das observações feitas em Guaxaca por M. Thiery de Menonville, e copiada do V tomo dos Annaes de Chymica. Lisboa, Oficina Tipográfica Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

³³⁵ Sobre a produção de imagens no México colonial, ver GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol*. São Paulo: Companhia das letras, 2003. p. 59; GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. Trad. Rosa F. d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³³⁶ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das letras, 2003

flores. Na parte superior, no canto direito, a reprodução de um pendão, a exibir cinco pontos entrecruzados por duas setas simbolizando Copil, filho de Malinalxochitl.

Durante os séculos XVI e XVII, outros missionários, como Bernardino de Sahagún, em obra já citada, e Francisco Hernandez (*Historia de las plantas de Nuevo Espanha*) produziram escritos sobre o cultivo e comercialização da cochonilha nas mais diferentes cidades pré-hispânicas, como Oaxaca, Guerrero, Chiapas, Puebla e Tlaxcalas³³⁷. Não seria demais supor que Frei Veloso e demais agentes coloniais envolvidos no comércio da cochonilha tivessem conhecimento desse tipo de literatura. O próprio Dias Cabral, discorria sobre a utilização da cochonilha entre os mexicas com bastante desenvoltura, registrando os povos que as utiliza, o tempo da colheita, a quantidade de mão de obra empregada e as cifras anuais da produção e de comércio da tinta.



Ilustração 2: Frontispício do *O fazendeiro do Brasil*, 1800.



Ilustração 3: *El Tunal con el Aguila que hallaron en la laguna*. 1585 The John Carter Brown Library at Brown University.

A pintura retrata, portanto, o universo mitológico asteca e a busca incessante pela terra sagrada (Tenochtitlan) revelada através dos cinco pontos presentes no pendão que enunciam a ideia de um mundo dividido em cinco partes e cuja centralidade demarcaria o local de fundação da cidade asteca.

³³⁷ VIRUEL, Luis Alberto Arriola Días. “La producción de grana Cochonilha em Oaxaca a principios del siglo XIX”. IN_ *Archivo General de La Nación*. Boleín 5. 6ª época. Julio-setembro, 2004. pp.35-66.

É provável que Vicente Jorge Dias Cabral e José Joaquim Pereira tivessem ciência da circulação desses livros pelo mundo Atlântico português. Em uma passagem do livro, *O fazendeiro Brasileiro*, Frei Veloso mostra-se conhecedor das muitas *Expedições Científicas* em terras brasílicas e o sucesso de alguns tratados de ampla circulação no meio científico, tanto na área da Agricultura como da Entomologia Brasileira.

A mim só me pertence copiar, o que acho escrito a seu respeito, que é a gloriosa tarefa, que V.A.R. me impôs; e, fora disto, como V. A. R. fomenta este gênero de aplicações, além de terem já aparecido alguns gênios observadores em alguns ramos da Agricultura, como o Doutor Arruda [Manuel Arruda da Câmara] sobre Algodões, o capitão José Gomes Caetano sobre o Açúcar, João Manso Pereira sobre as águas ardentes, e muitos outros produtos naturais, aparecerão outros, que examinarão de perto a Entomologia Brasileira, onde ainda espero que hajam de fazer descobertas magníficas não só em plantas, como a do Doutor Arruda.³³⁸

Ao discorrer sobre a criação da Cochonilha no México colonial, Dias Cabral manifesta um latente conhecimento acerca dos modos como o inseto se desenvolve nos domínios de Espanha; pontuando, inclusive, as preferências dos mexicanos pelas figueiras das Índias por considerarem a “figueira de flor de cor de sangue” produtora da melhor tinta, ao contrário dos cactos, chamados de Nopal pelos mexicanos. Também era de conhecimento do pesquisador as três fases das colheitas da cochonilha realizadas pelos os astecas e como estes lidavam, em cada ciclo da colheita, com os insetos grandes e pequenos, machos e fêmeas³³⁹.

Nesse exercício de visualizar a experiência mexicana e logo depois lançar seu olhar às condições naturais do Piauí, Dias Cabral propusera a produção da cochonilha como a maneira mais rentável de exploração da terra e do clima entre seus colonos. De acordo com a naturalista, a cochonilha silvestre – também conhecida como *Cochonilha Brava* - além de encontrada nos próprios cactáceos da capitania do Piauí, não exigia, por parte dos seus colonos produtores, um manejo do solo e cuidado especiais com a sua criação; bastaria apenas que os mesmos controlassem as zonas de pastagem dos gados de modo a não comerem os cactos naturais. Com essas observações, a produção da cochonilha viria de forma natural e sem muito esforço³⁴⁰.

É praticamente consenso entre os manuais de agricultura e nos relatos memorialístico produzidos pelos naturalistas da época essa ênfase no caráter da produção espontânea do

³³⁸ VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*, cultivador melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto. Rio de Janeiro: Tomo II, Parte III. 1800.p.10.

³³⁹ *Colleção das Observações dos produtos naturais do Piauí*. p.19.

³⁴⁰ *Id. Ibidem*. p.25.

inseto em terras brasílicas. Mais do que isso, introduzir o costume da criação da cochonilha entre os colonos do Maranhão e do Piauí resultaria também no controle da derrubada das grandes árvores, algo que preocupava os agentes da administração colonial. Em *O fazendeiro do Brasil* esse pensamento era assim explicitado:

Não se precisa, para a cultura dessa estimável planta, derribarem-se os corpulentos e duros lenhos; não rasgar as terras, regá-las e amanhá-las: ela nasce espontaneamente pelos arneiros, cômodos de praias e pelas terras mais estéreis, por ter a natureza das plantas parasitas; nascido elas, se deve supor nascido o entretinho essencial a nutrição do aminalejo ou para o dizer melhor, tudo quanto se requer para se fazer esta animada tinta, pois que, cravado em um ponto da sua superfície, aí se ceva, e nos comunica no seu cadáver uma bela grã, ou carmesim tão excelente, que tem feito esquecer todas as outras da antiga Europa, que faziam a magnificência dos seus Soberanos³⁴¹.

Ao narrar suas primeiras experiências de encontro com as cochonilhas do Piauí, o próprio Dias Cabral construiria um argumento parecido ao de Frei Veloso. Havia, no dizer do naturalista, em todo o continente do sertão do Piauí a cochonilha brava; tanto nos “terrenos de agreste e de mimoso, como nos campos descobertos e de caatingas, arenosos e mármore, de pedregulho e altas serras, ainda no mais eminente delas”.³⁴² Conta Dias Cabral que, ao atravessar a caatinga próxima à ribeira do rio Coroatá, “viu a *Opuntia*, que digo, ou palmatoria comprida de 7, 8 e 9 articulações quase ovais, muitos espinhos duros e penetrantes, como alfinetes; o tronco simples para via de regra, ou com poucas ramificações laterais”³⁴³.

Para Dias Cabral, a palma comprida de “flor encarnada” é a mais típica da capitania do Piauí e pode ser encontrada na Serra de São Pedro, próximo à capitania do Ceará e divisa com a freguesia de Marvão, e, por toda parte sul, notadamente nas regiões de Coroatá, Jerumenha e limites fronteiriços com a Bahia e Pernambuco. Muito embora a cochonilha fosse cultivada em toda a capitania do Piauí, Dias Cabral situava apenas a parte sul como área propícia a sua produção. Mesmo assim, a área produtora começaria na freguesia de Parnaguá até Oeiras, com 120 léguas de distância³⁴⁴.

O que a capitania do Piauí tinha para exploração da cochonilha, faltava nas terras do Maranhão para a exploração das mesmas. As matas fechadas e de grande porte do centro-sul do Maranhão mostravam-se como empecilho ao crescimento da cultura do inseto. Mesmo em

³⁴¹ VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*, cultivador melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto. Rio de Janeiro: Tomo II, Parte III. 1800.p.10.

³⁴² *Collecção das Observações dos produtos naturais do Piauí*. p. 22.

³⁴³ *Id. Ibidem.* p. 25.

³⁴⁴ *Id. Ibidem.* p.33.

condições adversas, a cidade de São Luís poderia explorar o “gênero mais precioso no comércio”. Para tanto, a saída seria exportar as cactáceas chamadas de *Palmatória* da cidade de Oeiras a fim de embelezar o “jardim e passeio público, que se projeta construir naquela Ilha, e que as terras já exaustas incapazes de produzir algodão e arroz se ocupassem utilmente com a cochonilha”³⁴⁵.

Segundo o naturalista, a experiência dos Astecas com a “palma de flor encarnada” demonstrava que o inseto do Piauí produz uma tinta de melhor qualidade, enquanto que os insetos das Minas Gerais e Bahia produziriam uma tinta de condição bastante inferior. Tendo, portanto, clima e vegetação propícios à cultura da cochonilha, bastava a técnica para criação do inseto e uma mudança nos costumes por parte dos colonos, que, via de regra, aplicavam toda sua fortuna apenas na criação de gado *vacum* e cavalar. O apelo por parte do naturalista à criação da cochonilha era assim construído:

Façam-se as plantações das palmatorias com distâncias de andar livremente um homem por entre elas, preferindo-se na cultura as palmatorias alta, de que falei defendam-se com cercas da entrada de gados, procure se o sítio adequado, se necessário for abrigado dos grandes ventos; pratiquem-se as regras já indicadas na plantação, colheita e guarda da cochonilha; e eu afianço a utilidade dos lavradores com as posteriores observações, que logo indicarei.

Nem espante ao lavrador a miudeza do trabalho na cultura da cochonilha, lembre-se que um pequeno terreno cultivado produz muitas libras, e que uma só libra de cochonilha vale mais que quatro bois de cinco anos.

Convencer os colonos a investir na produção da cochonilha não seria tarefa fácil. Era necessário, primeiramente, convencer os fazendeiros e lavradores locais de que mais lucrativo no mercado europeu que o comércio do gado *vacum* e cavalar era a produção da palma, a coleta do inseto e a extração da sua tintura. Além do mais, a reduzida quantidade de terra para o cultivo da planta e, o mais importante, o interesse crescente do comércio Atlântico- envolvendo lãs, sedas e algodão- na tinta da cochonilha deixavam a comercialização do produto bem mais atrativa do que os negócios envolvendo carnes, couros e selas.

Além desses pontos, o naturalista apostava mesmo no fato da cultura do inseto desenvolver-se paralelamente a outras atividades agrícolas ou extrativistas. Assim, através de um sistema de rodízio de práticas agrícolas, o colono poderia criar, por exemplo, o bicho de seda e/ou possuir “centenas de cortiços de abelhas cera amarela de que há abundante nesta capitania”. De acordo com Dias Cabral, por onde andavam os fazendeiros, manifestavam

³⁴⁵*Id. Ibidem.* p. 25.

interesse em cultivar o inseto; no entanto o próprio naturalista não tinha certeza desse apoio a “menos que o povo deixando a rotina, em que foram criados, se ocupe com grandes plantações da cochonilha”³⁴⁶.

Para o naturalista, a ociosidade dos colonos era o grande inimigo do sertão e muito dos seus habitantes sofriam “com a fome e não plantam o pão que os pode sustentar, nem a árvore de fruto para refrigério”³⁴⁷. Para remediar tal situação, Dias Cabral buscava ressaltar o trabalho do colono/lavrador como o único instrumento capaz de transformar a realidade econômica da capitania do Piauí através da utilização de práticas agrícolas e pastoris mais avançadas. Em momento algum, existia por parte do naturalista uma associação causal entre ociosidade dos colonos/lavradores e a utilização da mão de obra escrava nas propriedades. Na verdade, o assunto escravidão seria totalmente negligenciado na escrita do naturalista, mesmo sabendo ele que a escravidão seria um dos elementos potencializadores da produção da cochonilha no Piauí, uma vez que para se alcançar alta lucrativa com a cochonilha, os produtores teriam que associá-la ao uso da mão de obra escrava.

Na seção de agricultura do Jornal *O Patriota*, do ano de 1813, com a matéria intitulada *Memória sobre a Cochonilha e o método a propagar oferecida aos lavradores Brasileiros, por um patriota zeloso e amante da felicidade pública*, essa questão envolvendo o trabalho escravo reaparece para justificar o sucesso daquele comércio entre os lavradores do Brasil, que sendo “úteis e si e à Pátria, pois não pode haver uma planta de menos trabalho, e mais lucrativa a que qualquer terreno sirva, e que possa melhor servir de herdade, e que nem lhe seja necessário tanta escravatura, para fazer uma fortuna aparente”³⁴⁸.

Não haveria, portanto, motivos para qualquer tipo de “inveja do México”, uma vez que as condições naturais colocavam o Brasil como propício à cultura da cochonilha, “um princípio certo de riqueza para a Nação Portuguesa, e especialmente para o Piauí, cujo comércio não excede a 30.000 bois anuais e menor número de cavalos novos”.

Dias Cabral não cansava de afirmar que a grandeza de um império se faz no seu interesse pela agricultura. A agricultura, nas suas palavras, torna-se a base do comércio e sobre ela firmam-se as fábricas onde os braços de seu povo devem ser empregados e onde há trabalho, seja no campo ou na cidade, na metrópole ou na colônia. Com esse raciocínio, o naturalista conseguia abarcar os quatro cantos do mundo e construir um argumento conectando histórias de povos distintos que se fizeram ou se pretendiam império como a

³⁴⁶*Id. Ibidem.* p. 14.

³⁴⁷*Id. Ibidem.* p. 25.

³⁴⁸*O PATRIOTA*, nº 4, Outubro, Rio de Janeiro, 1813.p.17.

Roma Antiga -que associou terra, agricultura e expansionismo à moda dos generais romanos – ou os esforços dos imperadores da China em arregimentar lavradores a fim de semear trigo e com isso dispor de mais sacrifícios aos deuses. Tomando como exemplo sua época, estavam em destaque as políticas mercantilistas francesas do ministro Jean Baptiste Colbert voltadas à agricultura³⁴⁹.

Seria um erro colocá-lo apenas como um naturalista interessado na cochonilha, esquecendo assim as potencialidades que porventura viesse a encontrar na diversidade dos três Reinos da Natureza. A segunda parte das suas *Observações* trata especificamente dos sais e dos metais encontrados no Piauí. Ao visitar vargens, lagos, lagoas e rios o naturalista descreve minuciosamente os tipos de salitres, nitros e sulfatos de soda ou, como eram conhecidos, os sais de Glauber presentes naquele ambiente. Todos tinham uma utilidade, seja para o fabrico da pólvora, vidros ou serventia médica, como purgantes. Nenhum desses produtos chegaria a atrair a atenção do naturalista tanto quanto à cochonilha. Mesmo assim, restaria a outro naturalista, frei Joaquim José Pereira, ajudante de Dias Cabral e vigário da Freguesia de Valença do Piauí, o encargo de explorar os sertões do Piauí em busca de tais minérios³⁵⁰.

Na competição pelo domínio das terras do Novo Mundo, Dias Cabral sabia da importância que cada região possuía junto ao expansionismo português. Mais do que isso, se bem aplicada à política administrativa, conhecendo as potencialidades de cada região, e concedendo benefícios aos colonos, Portugal se transformaria numa grande potência ultramarina. Suas últimas palavras a respeito da cultura do inseto são sintetizadoras desse sentimento:

Eu me lembro em fazer reviver nesta capitania em favor dos Lavradores da cochonilha o antigo privilegio de isenções concedidas aos seus habitantes, que serviram na governança, serem eles os únicos habilitados para servirem nos cargos honoríficos do Estado, e em qualidade de Officiais de patente nos Regimentos de Linha e Milicianos; pagar-se pela Fazenda Real toda a cochonilha que se colher por preço certo, ficando com tudo livre aos Lavradores a vendê-la a quem por ela mais der, e não pagar direitos nas alfândegas, finalmente conceder S. A. Real a mercê de habito de uma das ordens militares aos Lavradores, que recolherem para ano de 100 libras de cochonilha para cima.

Ao término da sua *Expedição Científica*, Vicente Jorge Dias Cabral voltaria à cidade de São Luís. Pela quantidade de cartas e ofícios enviados a Portugal dando conta das

³⁴⁹ *Collecção das Observações dos produtos naturais do Piaui.*

³⁵⁰ BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

espécimes naturais do Maranhão e Piauí, acabaria por deixar de lado a função de advogado e passaria a exercer a função de naturalista do Império Português encarregado, entre outras coisas, de catalogar espécies animais, descrever árvores, revelar os saberes indígenas em trono das plantas medicinais e apontar, a partir do olhar de dentro, do colonizador/lavrador, o caminho possível para uma efetiva colonização dessa parte do Império português.

Para isso, sentia a necessidade de divulgar entre seus pares da cidade de Lisboa suas *Observações* em forma de livro, com o título de *Opúsculos das Excursões filosófico-naturais*³⁵¹. Assim, em março de 1803, Dias Cabral solicita desligamento por um ano da cadeira de retórica do Colégio de São Luís e encaminha ao Príncipe Regente D. João o pedido formal para publicar a obra máxima de um naturalista nos trópicos. Anos depois, veria o naturalista que o esforço no cultivo da cochonilha, assim como de tantos outros, não vingaria no Brasil. De acordo com Warren Dean não se sabe os motivos do fracasso, mesmo que alguns autores da época sustentassem a hipótese de uma suposta adulteração do produto no Brasil. O jornal *O Patriota*, de 1813, vai mais além e sugere a falta de conhecimento das técnicas de cultivo da cochonilha e de reprodução dos insetos³⁵².

³⁵¹Requerimento do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral ao príncipe regente D. João, pedindo licença de um ano para vir ao Reino publicar os seus “*Opúsculos das Excursões Filosófico-naturais*”. AHU-ACL-CU-009. Caixa: 127, Doc.: 09557.

³⁵² O PATRIOTA, nº 4, Outubro, Rio de Janeiro, 1813.p.12

“Um leal vassalo de Deus e do reino”: A viagem científica de Joaquim José Pereira

Durante sua Expedição científica ao Piauí, Vicente Jorge Dias Cabral contaria com o auxílio do vigário da Freguesia de Valença, Joaquim José Pereira³⁵³. Por certo, a escolha do vigário não se deu por obra do acaso. Suas aventuras religiosas e descritivas pelos sertões de Pernambuco - a atravessar pântanos, abrir caminhos por matas e serranias - já eram do conhecimento de Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e de Domínios Ultramarinos; certamente, tal conhecimento pesou na escolha do vigário para compor àquela comissão científica luso-brasileira. Antes de seu aventurar na escrita da filosofia natural, o vigário havia produzido uma escrita considerável a respeito das consequências da seca e da fome no sertão da Ribeira do Apodi da capitania do Rio Grande do Norte.

Essa experiência lhe renderia um extraordinário conhecimento acerca dos hábitos e costumes das populações nativas³⁵⁴. A habilidade prática em circular pelos sertões renderia, em 1798, o manuscrito *Memória que contém a descrição da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma Capitania*, uma espécie de apanhado descritivo da região, com características demográficas do conjunto dos habitantes das freguesias do Piauí, assim como das igrejas edificadas e dos párocos presentes em cada local³⁵⁵.

³⁵³ Sua formação sacerdotal e o período em que exerce a atividade religiosa na freguesia de Valença são desconhecidos. A relação contendo os nomes dos párocos, vigários e capelães devidamente registrados nos documentos paroquiais da cidade de Oeiras e de Valença do Piauí não faz qualquer tipo de alusão ao vigário “viajante naturalista”. Durante seus doze anos que passara pelos sertões de Pernambuco e Piauí, a administração eclesiástica de Valença do Piauí ficaria a cargo de apenas quatro vigários, João José Siqueira (1781-1796), Inácio da Cunha Cerqueira (1797-1798), João Gonçalves Machado (1799) e Agostinho Batista (1799-1801). Sobre o assunto, ver FREITAS, Pe. Gilberto. *Paróquia de Nossa Senhora do Ó e Conceição: história de um povo e sua fé*. Valença do Piauí, 1997.p. 29.

³⁵⁴ PEREIRA, Joaquim José “Sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apodi da Capitania do Rio Grande do Norte, da Comarca da Parnaíba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de socorrer a estes males futuros, etc,etec;”. *RIHGB*, v. 20, pp. 175-185, 1857.

³⁵⁵ PEREIRA, Joaquim José. “Memória que contém a descrição da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma Capitania”. *RIHGB*, v. 20, pp. 165-168, 1857 e A divulgação desses dois trabalhos junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, no ano de 1857 deve-se ao pioneirismo de José Martins Pereira de Alencastre que disponibilizou a transcrição completa dessas duas obras do vigário Joaquim Jose

Anos depois, entre 1799 a 1802, produziria *Memórias sobre os Nitros naturais, sal de Glauba, Quina e mais produções nativas presentes na Capitania do Piauí e Maranhão*, um relato detalhado dos três reinos da natureza e, mais uma vez, resultado das suas andanças pelo Maranhão e Piauí e escrito a mando do D. Rodrigo de Sousa Coutinho³⁵⁶.

Joaquim José Pereira buscava não só descrever, classificar e catalogar o que porventura encontrasse nos reinos vegetal, animal e mineral, mas, sobretudo, procurava conhecer os sujeitos que habitavam aquele espaço; narrando os costumes e a partir deles obtendo conclusões. Foi assim quando expusera suas ideias acerca dos “caracteres ou sinais” gravados nas rochas localizadas nos sopés de encostas, serras ou mesmo nas ribeiras de determinados rios e riachos que em tempos de seca aparecem nos caminhos que levam ao sertão.

De acordo com o religioso, tais inscrições gráficas não passavam de insignificantes caprichos “produzidos pelo gênio de pessoas vivas”, possivelmente bandeirantes e/ou até mesmo o “gentio cabloco e tapuias” que tanto infestavam aqueles sertões e que em momentos de leniência das suas jornadas paravam para esculpir nas rochas sinais de posse ou representações de coisas da imaginação, “como um carneiro, uma marca de ferro [...] e cousas outras, entre si diferentes, segundo a fantasia e capricho de cada um”³⁵⁷. Nesse ambiente onde os caprichos da fantasia prenunciavam a realidade, não seria estranho, de acordo com o religioso, se os sertanejos identificassem nas inscrições sinais de possíveis “tesouros escondidos por gente estrangeira” a tal ponto de muitos, por entusiasmo, empreenderem escavações com o mesmo sentimento dos “filósofos no descobrimento da *pedra-filosofal*”³⁵⁸.

Assim como as inscrições em rochas, havia também “outras muitas notícias” a respeito do descobrimento de ferramentas rústicas que tinham sido enterradas em áreas de lavouras; não se sabendo ao certo sua utilidade, quem as empregava e quais as razões em escondê-las. Para Joaquim José Pereira, a resposta, provavelmente, estaria nos grupos indígenas da região que utilizavam dos roubos de ferramentas para produzir flechas e outros utensílios mais resistentes. Outra sugestão o religioso encontraria na bíblia, ao associar a presença daquelas

Pereira e que consta anexa ao trabalho desse historiador, publicado igualmente naquele ano com o título de *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da província do Piauí*.

³⁵⁶ *Memórias ou adendo à continuação do Diário em crédito da Quinaquina do Piauí* AHU-ACL-CU-009, Caixa 127, Doc.: 09555.

³⁵⁷ PEREIRA, Joaquim José. “Memória que contém a descrição da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma Capitania”. *RIHGB*, v. 20, pp. 165-1168, 1857.

³⁵⁸ PEREIRA, Joaquim José. “Memória que contém a descrição da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma Capitania”. *RIHGB*, v. 20, pp. 165-1168, 1857. p. 184.

ferramentas ao resultado direto da conservação desde o “dilúvio naqueles lugares, e com a sombra dos matos tiveram menos ocasião de serem de todo consumidas pelo acido ferruginoso”.

Foi, portanto, entre a prática religiosa, a tradição hermética e o exercício da ciência natural que Joaquim José Pereira construiria sua trajetória nos domínios do ultramar português. Para o vigário de Valença, a experiência e a averiguação eram os instrumentos essenciais para a compreensão das verdades dos fatos, o meio pelo qual o sábio utilizava como estratégia para apreender todas as dimensões da realidade.

Como o costume dos antigos escritores, e ainda muitos dos modernos, é querer persuadir sem a menor averiguação as cousas duvidosas por verdadeiras; as invertas por certas; as pequenas por grandes; a teoria por prática; a verbosidade por ciência; é o motivo por que se difundem e fazem crescer os volumes nada proveitosos à verdade dos fatos, mas que entretém, assim mesmo, as atenções dos sábios.³⁵⁹

Por ser versado nas leis de Deus, provavelmente possuía: bom trânsito entre os colonos do sertão do Piauí, fácil acesso aos índios locais e, de quebra, também circulava com eficiente desenvoltura no mundo das ciências naturais; sendo igualmente responsável pela catalogação dos produtos naturais do reino mineralógico encontrados na capitania do Piauí quando andava em companhia de Vicente Jorge Dias Cabral³⁶⁰.

A junção entre conhecimento prático e disciplina burocrática talvez tenha sido fator preponderante para o capitão-general do Maranhão, Diogo de Sousa Coutinho optar pela escolha do clérigo e do bacharel em Direito para conduzir o processo de exploração da capitania do Piauí. Não há dúvidas, portanto, da importância do vigário de Valença na condução e êxito da Expedição ao Piauí, uma vez que a única experiência acumulada por Dias Cabral no assunto relacionava-se ao trabalho burocrático de compra das madeiras, ervas e minérios enviados a São Luís pelos agentes luso-brasileiros encarregados da exploração das matas reais do centro-sul do Maranhão³⁶¹.

³⁵⁹ PEREIRA, Joaquim José. “Memória que contém a descrição da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma Capitania”. *RIHGB*, v. 20, pp. 165-1168, 1857. p. 185.

³⁶⁰ Marcelo Cheche em artigo recente sobre a circulação e comercialização de livros impressos na cidade de São Luís apontou Joaquim José Pereira como um dos consumidores de livros, notadamente, àqueles vinculados ao mundo da filosofia natural. Sobre o assunto, ver GALVEZ, MARCELO C. “Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos”. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014. p. 133.

³⁶¹ APEM. *Correspondência do governador e capitão general com o Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos e diversas autoridades da metrópole*. Livro 285.

O capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho mantinha estreita comunicação com seu tio por parte de pai, Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Quando tomara posse da pasta dos negócios ultramarinos, Rodrigo de Sousa Coutinho não escondia seu desejo em dinamizar as relações econômicas entre Portugal e demais nações através da diversificação da agricultura e do comércio ultramarino³⁶².

Seus planos buscavam, sobretudo, re/discutir a participação portuguesa no comércio Atlântico, incentivando a introdução de novas formas agrícolas, o uso de plantas e sementes de outras partes do mundo, além de estimular por meio de Expedições científicas a descoberta de outros produtos, tanto vegetal como mineral, em especial, para este último, minérios salitrosos e nitratos, base para a produção da pólvora. Para isso, as autoridades coloniais precisam resolver dois problemas. O primeiro dizia respeito ao emprego da mão de obra escrava que, no Piauí, se estabelecia nas fazendas de propriedades dos colonos particulares e nas antigas fazendas dos missionários da Companhia de Jesus e, no momento, estavam em poder da Coroa portuguesa. A segunda contenda residia exatamente na inconstância das comunidades indígenas locais que passavam muito rapidamente da condição de aliados para rebeldes, de aldeados para índios fugidos, de protetor das fazendas a inimigos dos curraleiros.

³⁶²As cartas-régias enviadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao vice-rei do Brasil e aos diversos governadores e capitães-generais. Cf. DEAN, Warren. *O ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PARTE III

JESUÍTAS E ESCRAVIDÃO: AFRICANOS, ÍNDIOS E AGREGADOS NAS FAZENDAS DO PIAUÍ

JESUÍTAS, ESCRAVIDÃO E ECONOMIA PECUARISTA

As fazendas jesuíticas e o governo dos escravos

É a introdução dos escravos que se deve o grande aumento que tem tido esta Capitania na Cultura dos gêneros comestíveis, eles não só chegam para sustentar a parte da Povoação, que tem crescido com a mesma introdução e com a concorrência da Metrópole; mas para sustentar a parte dos índios tirada das suas povoações e ocupada nos referidos objetos do Governo. Aumento que se fará ainda todo o que tem tido a povoação menos costumada a viver da caça, e da pesca procura alimentar-se dos gêneros cultivados; e a quem souber também que destes mesmos subsídios da caça e da pesca não se podem utilizar os índios ocupados nos referidos objetos do Governo, como fariam empregados na extração dos gêneros.

(Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. *IN_ . IHGB*, tomo 62, parte I, 1900. P.154)

Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e cinquenta, duzentas cabeças de gado; e, destas, quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde têm pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que, cada dia, chegam boiadas. Os que as trazem, são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem.

(ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 86.)

As citações acima foram produzidas durante as décadas finais do século XVIII e representam o momento de alargamento dos domínios da Coroa portuguesa na América e da sua inserção na dinâmica maior do comércio Atlântico. O primeiro manuscrito, assim como o segundo, fora divulgado anonimamente, algo comum para a época; contudo, diferente de *Cultura e Opulência do Brasil*, o manuscrito *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí* passara bom tempo no esquecimento, sendo apenas resgatado nas décadas finais do século XIX e devidamente analisado, anos depois, pelo historiador Capistrano de Abreu. Durante o século XX, o manuscrito reaparece nas análises historiográficas, agora, a partir das interpretações de Caio Prado Júnior que, entre outros pontos, sustentava, a partir da compreensão desses documentos de época, a hipótese segundo a qual as coloniais estariam fadadas a modelos econômicos intrinsecamente voltados para fora; uma economia da

dependência que daria sentido e forma a uma exploração colonial portuguesa eminentemente agroexportadora, latifundiária e escravagista³⁶³.

A segunda citação, uma espécie de manual da boa administração, escrita pelo religioso italiano André João Antonil, tinha por objetivo informar aos cristãos proprietários de terras e de escravos da necessidade em melhor proceder no trato com seus subalternos. Na concepção do missionário, as ações de conquista e ocupação do território passavam, necessariamente, pelo re/conhecimento das potencialidades econômicas disponíveis; daí a exposição das diferentes atividades econômicas em seu manuscrito. Contudo, mais do que conhecer, aos colonos caberia bem administrar a propriedade e tudo que a ela pertencia. Nesse caso, o trato com a mão de obra escrava ganhava relevância para o jesuíta, uma vez que interesses econômicos deviam caminhar *pari passu* com a política do bom governo dos escravos³⁶⁴.

Embora Antonil reserve reduzido espaço à economia do gado - provavelmente um recurso estratégico, já que era do interesse da Coroa portuguesa uma atenção maior à economia açucareira - o missionário deveria possuir um razoável conhecimento da engenharia de funcionamento das fazendas de gado vacum e cavalar. Quando da morte do bandeirante Domingos Afonso Mafrense, em 1711, Antonil ocupava o cargo de reitor do Colégio da Bahia. Por direito testamental, Domingos Afonso havia deixado todos os bens, incluindo suas fazendas de gado vacum e cavalar no Piauí, aos religiosos da Companhia de Jesus da Bahia.

Sobre esse contexto de expansão das fazendas de criação do gado vacum e cavalar no território do Piauí, o padre Miguel de Carvalho, no seu relatório *Descrição do sertão do Piauí* - manuscrito produzido durante os anos de 1694-1698 - afirmou ao Reverendo bispo de Pernambuco, Dom Frei Francisco de Lima, que os primeiros senhores destas terras foram Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho - viúva de Francisco Dias d'Ávila - que possuíam em “partem em meias” as terras da capitania do Piauí, que se encontravam divididas em 129 fazendas e 441 pessoas, entre brancos, índios, escravos, mestiços e pessoas livres e que exerciam as mais variadas atividades³⁶⁵.

Todavia, a melhor descrição a respeito do ambiente das fazendas e dos seus primeiros moradores será aquela descrita pelo vigário Domingos Gomes. Durante o ano de 1722, ele

³⁶³Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.31; PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006; ABREU, Capistrano. *Capítulos de história Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

³⁶⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982; Ver também, MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁶⁵ CARVALHO, Padre Miguel. “Descrição do sertão do Piauí remetida ao IHmº e Rmº Senhor Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco”. IN_ENNES. Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 370.

escreveu uma espécie de relato memorialístico sobre as fazendas de Domingos deixadas em Testamento aos religiosos da Companhia de Jesus da capitania da Bahia de Todos os Santos³⁶⁶. O manuscrito de Domingos Gomes, denominado como *Noticiais do Piauí*, fora produzido com o objetivo de municiar autoridades eclesiásticas dos bens deixados pelo já falecido bandeirante e seu estado de conservação.

Além de inventariar os bens deixados aos religiosos da Companhia de Jesus, Domingos Gomes ficaria encarregado de entrevistar escravos, mamelucos e mulatos que viviam nas fazendas. Assim, como um observador atento aos detalhes, descrevendo tudo que lhe exercia atração, o padre Domingos Gomes operava como um verdadeiro etnógrafo, relatando aspectos da vida cotidiana, as relações de parentela e revelando o jogo de poderes que se constituíam entre os próprios escravos das fazendas; a tal ponto, segundo o missionário, pela ausência do proprietário, os escravos re/construíram reinos negros em espaços brancos.

De acordo com o missionário, o processo de inventariamento dos bens teve início logo após o falecimento de Domingos Afonso, em 1711. Assim, no mesmo ano que a Companhia de Jesus declarou em escritura pública ser a legítima possuidora das herdades deixadas pelo falecimento de Domingos Afonso Mafrense, o padre Manoel da Costa segue em comitiva com o padre Mathias Francisco em direção ao Piauí. Domingos Gomes não explica a quem coubera decidir pela nomeação do vigário Manoel da Costa e se o mesmo tinha conhecimentos daquelas terras, já que naqueles sertões para além do rio de São Francisco e próximo ao dos Rodelas a percepção que se tinha era de terras infestadas de índios hostis e de negros fugidos³⁶⁷. Ainda assim, o historiador José Alípio Goulart afirma que a decisão dos religiosos em escolher o padre Manoel da Costa como “primeiro testamenteiro de Mafrense” e missionário responsável por conhecer e inventariar os bens deixados pelo defunto bandeirante coubera exclusivamente ao jesuíta André João Antonil³⁶⁸.

³⁶⁶ Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722. Os escritos do padre Domingos Gomes se situam no momento da morte de Domingos Afonso Sertão, em 1711. Fase essa em que a Companhia de Jesus encaminhará ao Juiz de Terras as suas reais pretensões em tomar posse das fazendas de Domingos Afonso localizadas na Capitania do Piauí. O Padre Manoel da Costa não só irá ao Piauí, no mesmo ano do falecido de Domingos, como encaminhará ao governador do Maranhão uma provisão da Igreja sobre as ditas posses. Sobre o assunto ver, também, “Testamento de Domingos Afonso, desbravador do Piauí” In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.

³⁶⁷ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001; PINTO, Estevão. *Os Índigenas do Nordeste*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasiliense, 1935; PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

³⁶⁸ GOULART, Alípio José. *Brasil do boi e do gado*. vol. 1. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965. p. 20.

Ao chegar às fazendas do Piauí para “tomar posse”, Manoel da Costa achara que lidaria com os “chamados filhos de Domingos Afonso; sujeitos que se apossavam das terras com a prerrogativa de serem legítimos herdeiros. Para resolver a questão, tiveram os religiosos de recorrer ao governador do Maranhão que lhes concedeu provisão autorizando os missionários a tomarem posse das fazendas. Resolvidos os problemas decorrentes da posse, o padre Domingos Gomes segue com o escrivão Antonio Neiva e com os capitães Manoel Duarte de Faria e Antonio Gomes Pereira em vistoria a

todas as Fazendas em 60 dias, avaliando o que nelas havia e fazendo o escrivão assento de tudo o que se achavam, e os vaqueiros apresentavam debaixo de juramento de que não haviam de ocultar coisa alguma, a qual juramento também em louvados tomaram para avaliarem cada coisa pelo que valesse segundo o Regimento.³⁶⁹

Em 1722, o padre Domingos Gomes remete o resultado de cinco anos de trabalho ao jesuíta Leonardo - residente na cidade Salvador e responsável pelo Colégio da Bahia - “informações verdadeiras” dos bens da Companhia de Jesus no Piauí³⁷⁰. Durante sua estadia em terras do Piauí, Domingos Gomes e sua comitiva circulou por 24 fazendas e mais outras seis que foram adquiridas e se encontravam em poder de antigos escravos e mamelucos; totalizando, portanto, um total de 30 fazendas em domínio exclusivo dos religiosos.

Sobre a situação das fazendas, o missionário assim as descreveu:

O que renderam as vinte e quatro Fazendas da Administração, que achei povoadas, e de que fiz o sobredito inventário, consta do livro em que fiz assento dos gados que botei; e dos que despendi. Cresceram seis Fazendas a administração lá no Piauí sobre as 24 que achei, porque adquiri três que achei ocupadas por intrusos, a saber = os Espinhos ocupada pelo Balegão, o qual entrou nelas achando-as despovoadas pelos morcegos, dizem que com Licença do Padre Manoel da Costa, e que a dera só para se fazerem os gados dos seus Dízimos, porém se fez casas de pedra grandiosas, e as logrou até quando a justiça as fez largar, que foi no ano de 728. Então entrei Eu pagando tudo o que achei pelo que julguei valor = e Fazenda Grande que os mamelucos Agostinho e Vidal, vendeu que aos primeiros padres lhe não deixaram tomar posse de todas como entenderam, e tinham já dar o princípio com a justiça da terra quando os primeiros Religiosos lá chegaram vendo-se excluídos meteram na Fazenda Grande, a qual também estava despovoadada pelos morcegos, os seus gadinhos [caudilhos], que tinham; e dizem que também alguns do defunto Domingos Afonso, a quem chamavam e ainda chama Seu Pai; e nela estiveram ou tiveram esses gados até que finalmente

³⁶⁹Domingos Gomes informa ainda ter excluído da vistoria “as quatro fazendas do Rio São Francisco, porque o inventário dessas não fui Eu que o fiz, como nem também das coisas da Bahia, mas só daquilo que achei no Piauí”. Ver, Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

³⁷⁰ Ibidem.

no ano de 730 atemorizados de que Eu os queria despejar por justiça, voluntariamente foram despejando para sítios que achavam nessas catíngas, e está hoje a dita Fazenda só com gado da administração = Os tabuleiro alto, que tendo também sido despovoado pelo morcego nos mesmos anos, que as assim ditam de 708 até 710, e havendo-se metido nela João Coelho de S. Pedro do mesmo modo que os mamelucos seus cunhados, acima ditos, se meteram na Fazenda Grande no tempo da morte do testador, e havendo largado no ano de 717, e havendo entrado outro intruso um capitão mor Manoel de Souza fugido das minas por Eu não poder ter acudido a povoar a falta de Escravos no ano de 727, comprei e paguei ao sobredito Capitão Mor Manoel [G/Z] de Souza tudo o que aí tinha.³⁷¹

Para justificar a posse, Domingos Gomes classificou a população presente nas fazendas ou aqueles que as comandam como intrusos. Possivelmente, o próprio missionário tivesse conhecimento que aquela posse havia sido construída mediante acordos, tanto com o já falecido bandeirante ou, até mesmo, com os primeiros religiosos que circularam por aquelas terras. À exemplo, o caso da fazenda Espinho, ocupada por um sujeito de nome Balegão a mando do padre Manoel da Costa. À princípio, teria a função de apenas coletar os dízimos dos gados vendidos, mas com o tempo acabaria por assumir a função de administrador da fazenda e por lá viver no ano de 1728³⁷².

Além de possuidor de fazendas no Piauí, Domingos Afonso Mafrense era também responsável direto pela arrematação do contrato dos dízimos. Com a morte do bandeirante, certamente uma das obrigações do padre Manoel da Costa no Piauí seria a de inventariar os bens das fazendas e escolher o mais novo arrematante dos dízimos. Embora o padre Domingos Gomes não especifique a situação, quem ocupará o cargo a mando do próprio padre Manoel da Costa será o posseiro Balegão, o que explica, portanto, sua permanência na capitania e apoderamento da propriedade dos jesuítas.

Balegão muito provavelmente fosse Luiz Cardoso Balegão, um régulo oficial da Bahia que, durante a primeira metade do século XVIII, circulava entre os sertões das Rodelas e de Rios das Contas fazendo fortuna à custa da cobrança de dízimos de rendeiros e posseiros do Piauí, Pernambuco e Bahia. Sua reputação na Bahia em perseguir escravos fugidos e na repressão aos quilombolas nos faz pensar que sua trajetória na capitania do Piauí não seria diferente³⁷³. Luiz Cardoso Balegão chegara ao Piauí por volta dos anos de 1708 a 1710; na

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Para cada fazenda de gado vacum e cavalos havia a imposição do pagamento de 10% sobre a comercialização das carnes e couros. Durante os anos de 1791-92 a arrematação dos dízimos nas regiões de Oeiras, Valença, Parnaguá, Marvão, Campo Maior e Jerumenha a um resultado de 89:600\$00 réis. Ver COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed. V. 01. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015. P. 86.

³⁷³ GOMES, Flávio dos Santos. “Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808)”. *História Social*. Campinas-SP. Nº 2. 1995.p. 32.

época da instalação da vila da Moucha, em 1712, ocupou, juntamente com mais 300 degredados portugueses vindos dos Maranhão e a mando do governador Cristovão da Costa Freire, terras e fazendas devolutas³⁷⁴.

“Não convém negro sem amo”: a vida escrava no ambiente das fazendas jesuíticas

Logo após dois meses de caminhada pelas fazendas de Domingos Afonso, no ano de 1717, Domingos Gomes, juntamente com o escrivão Antônio Neiva e os capitães Manoel Duarte da Faria e Antonio Gomes Pereira, teria finalmente a oportunidade de dispor de algumas informações quantitativas a respeito dos bens deixados pelo bandeirante à Companhia de Jesus. A cada fazenda visitada, o missionário tinha o cuidado em levantar informações a respeito dos seus moradores; se eram intrusos ou sujeitos que habitavam aquelas terras desde o tempo do bandeirante.

Paralelo às conversas com índios, negros escravizados e mamelucos livres que se encontravam nas fazendas, os demais membros da comitiva, responsável pelo inventário dos bens, faziam o serviço de marcar a ferro os gados, bezerros e cavalos; uma maneira de controlar o total de crias existentes nas 24 fazendas deixadas pelo bandeirante. Os responsáveis pelo serviço sabiam que o expressivo número de animais criado soltos e a “largueza dos sertões” - aspecto favorável à circulação dos animais em busca de alimentos - dificultava, sobremaneira, a obtenção precisa do total de animais pertencente a cada fazenda.

Dessa maneira, durante a entrega do inventário dos bens arrolados nas fazendas aos religiosos do Colégio da Bahia, a comissão apontou uma “medição arbitrária”, baseada apenas na quantidade de fazendas encontradas no “sertão que houver entre a Serra do Araripe e as Aldeias dos Naipiras; porque posto se saiba aonde é Araripe das Naipiras, há muita incerteza dizendo uns que é lá sobre o Maranhão, outros que pelo rio de São Francisco acima”³⁷⁵.

De acordo com Domingos Gomes, havia na capitania do Piauí um total de 24 fazendas em nome do bandeirante. No decorrer das disputas com os posseiros, os religiosos conseguiriam reaver mais 6 propriedades, perfazendo, portanto, um total de 30 fazendas. Após o inventariamento, os jesuítas começam o processo de instalação na capitania do Piauí.

³⁷⁴ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3 Ed. V. 1. Teresina: Acadêmica Piauiense de Letras, 2015.p. 81.

³⁷⁵ Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

Nesse momento de fixação de ordem religiosa, os missionários criam três inspecções que juntas exerceriam o contato com a população nativa, a evangelização e o gerenciamento das fazendas pertencentes à Companhia de Jesus.

Assim estruturadas, as fazendas estariam divididas administrativamente por unidades de evangelização/produção, tomando por fundamento os caminhos, riachos e principais rios da capitania: o Parnaíba, Piauí e Canindé. Para cada região, os jesuítas as nomeariam de inspecções definidas como as “inspecções de Santo Ignácio do Canindé, São João do Piauí e Nossa Senhora da Nazaré”³⁷⁶. Dessa maneira, na inspecção de São José do Piauí, os jesuítas manteriam em poder onze fazendas, a saber: Serra, Cajazeiras, Gameleira, Cachoeira, Brejinho-funcionava como casa de residência dos jesuítas-Salinas, Espinhos, Grande, Caxé, Boqueirão e fazenda do Julião; com relação ao tamanho, cada fazenda poderia variar entre 7 léguas de extensão e 3 de larguras. Na inspecção Nossa Senhora de Nazaré, as fazendas que se destacavam eram: Tranqueira de Baixo, Serrinha, Olh D’água, Guaribas, Mato, Catarem, Jenipapo, Gameleira, Mucambo, Alagoa e Algodões - sede da administração missionária. Por último, a inspecção Santo Inácio do Canindé englobava as maiores fazendas dos missionários da Companhia de Jesus - com extensão variando entre 10 léguas de comprimento e 5 de largura - e compreendia as fazendas: Inxú[Exú], Tranqueira do Meio, Bento, Pobre, Baixa, Saco, Saquinho, Ilha, Campo Largo (fazenda residencia), Castelo, Campo Grande³⁷⁷.

Por meio da produção bovina e cavalar, os jesuítas conseguiriam prosperar na capitania do Piauí e ampliar com isso suas redes de influências junto às demais instâncias da administração portuguesa, tanto no Piauí quanto no Maranhão. A carne dos animais ,criados nas fazendas dos missionários, abastecia hospitais, colégios e demais estabelecimentos da administração portuguesa localizados no Maranhão e Piauí³⁷⁸. Era comum sair dos distantes sertões do Piauí, Goiás e dos engenhos dos jesuítas localizados nas ribeiras do Itapecuru remessas de gados, couros, carnes secas, queijos, manteigas, açúcar e demais sortimentos para a cidade de São Luís; sobretudo, a partir de 1760 até os anos finais do século XVIII, quando

³⁷⁶ APEPI. Série: Correspondência, ano 1798. SPE COD. 156 ESTN. 02 PRAT. 01. Ver também MIRANDA, Reginaldo. *A ferro e fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí*. Teresina: 2005.

³⁷⁷ Ofício do escrivão da Fazenda Real do Maranhão, Elias Aniceto Martins Vidigal, à [Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], sobre as fazendas de gado que estão sob a Administração Real no Piauí, fornecendo o número delas e sua extensão, mas explicando que não possui muitas informações a respeito e os dados não são exatos. AHU-Maranhão, maço 12/AHU_ACL_CU_016, Cx. 23, D. 1187.

³⁷⁸ APEMA. Registro dos assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada Junta de Missões na cidade de São Luís, 1738-1777. Livro n. 01; ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens Divinos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2009. AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.

os sortimentos seguirão acompanhados de vultosas somas em recursos confiscados pela Coroa portuguesa.

Em uma dessas remessas, Francisco Machado de Souza, agente colonial encarregado em confiscar os bens que porventura encontrasse nas fazendas dos jesuítas no Piauí, esclareceria ao governador do Maranhão sobre o que enviara à cidade de São Luís:

Livro 2 da receita e despesa dos rendimentos dos bens sequestrados aos jesuítas extintos, ficção lançados em debito ao tesoureiro geral das rendas, reais do Estado e dos mesmos rendimentos a quantia de doze contos cento e três mil quinhentos e dez reis # 12:103 # 510 r°. pelo que entregou o sargento mor Francisco (José) dos Santos condutor do dinheiro remetido pelo governo interino da capitania do Piauí, por conta do produto das boiadas das fazendas que foram de Domingos Affonso Sertão pertencente ao ano de 1790. E de com o dado tesoureiro geral recebeu e assinou comigo contador da real fazenda; que interinamente sirvo de escrivão da receita e despesas geral por ordem de S. Mag.º e Maranhão 7 de novembro de 1791.

A intensificação da política pombalina durante a segunda metade do século XVIII e suas constantes contendas com o poder eclesiásticoacarretariam posteriormente na expulsão da Companhia de Jesus e no confisco das propriedades dos jesuítas pela Coroa portuguesa³⁷⁹.

As propriedades, outrora pertencentes aos missionários da Companhia de Jesus, ficariam agora sob custódia real, recebendo, assim, a denominação de “Fazendas do Real Fisco”³⁸⁰. Caberia agora aos inspetores a coleta dos dízimos, a contagem, controle e vendas dos gados, cavalos e dos escravos e a fiscalização sobre a produção de queijos, requeijões e manteigas; bem como suprir com carnes e demais produtos o corpo administrativo da capitania.

Cientes dessa obrigação, na abertura do ano de 1780, já no dia 02 de janeiro, a Junta de governo da capitania do Piauí - chefiada na época pelo ouvidor António José de Moraes Durão, pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco e, pelo mais antigo representante do senado da Câmara da cidade de Oeiras, José Esteves Falcão – receberia da Secretaria de Estado da repartição do Ultramar e Domínios Ultramarinos a “resolução de Sua Majestade” que autorizava os agentes coloniais do império português a ouvirem as Câmeras das vilas do Piauí com o fim de levantarem dados a respeito do estado de cada uma das freguesias, dos

³⁷⁹ OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a sua tomada de posse e o estado em que encontrou a capitania, a expulsão dos padres da Companhia de Jesus e o sequestro de seus bens; AHU_ACL_CU_016,CX. 7, D.407.

³⁸⁰ LIMA, S. Id,Ibdem.

gêneros que produziam, do número de negociantes, das atividades comerciais desenvolvidas, do total de casas, igrejas e cadeias presentes em cada distrito³⁸¹.

Um ano depois, em fevereiro de 1781, o governador encaminhava aos membros do Conselho do Ultramar aquilo que lhes interessavam sobre as vilas da Parnaíba, Marvão, Campo Maior, Valença, Parnaguá, Jerumenha e, mais ainda, da cidade de Oeiras, então sede administrativa da capitania do Piauí. De acordo com o documento, parece notório o interesse dos agentes coloniais em reafirmar o avanço crescente da capitania. Havia, de fato, a necessidade de expor a questão, afinal, aqueles que planejaram a elevação da vila da Moucha, sede da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, à condição de cidade do império português, como fizera o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês Pombal, estavam conscientes de que a cidade de Oeiras precisava impor-se dentro da dinâmica expansionista da Coroa portuguesa na América³⁸².

Diante dessa necessidade, a vila de São José da Parnaíba se sobressaía frente às demais vilas e, inclusive, em relação à própria cidade de Oeiras, que, já mesmo na segunda metade do século XVIII, recebia severas críticas daqueles agentes coloniais que para lá eram encaminhados. Quando da fundação da cidade de Oeiras, seu idealizador, o governador João Pereira Caldas, havia solicitado um recenseamento geral da capitania do Piauí, buscando, entre outras coisas, mapear o total de fogos, fazendas, pessoas livres e ditas cativas durante o ano de 1762.

³⁸¹ APEPI. Capitania do Piauí. Registo de Cartas ao general do Estado: 1770-1781. Livro 149. Ver também, COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed. V. 01. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.p.184.

³⁸² A mais expressiva e detalhada pesquisa sobre a construção e transferência da cidade de Oeiras para Teresina encontra-se em, VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital do Piauí (1800-1852)*. Recife, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2016.



Mapa 14: Oeyras do Piauí. - [Escala não determinada] [Post 1758]. - 1 vista : manuscrita, aguarelada ; 56x65,5 cm. Bn digital Portugal.<http://purl.pt/881>.

Naquela época, a capitania contava com 2.050 fogos, 536 fazendas, 8.102 pessoas livres e 4.644 escravos³⁸³. Contudo, desse montante apenas 270 fogos, 655 pessoas livres e 465 escravos estavam na cidade de Oeiras, ou seja, uma cidade com pouca estrutura, eminentemente negra e escravista para os padrões da época. Esse percentual somente se amplia quando a ela se agregam populações arroladas em fazendas e sítios próximos à cidade de Oeiras. Nesse caso, o total de escravos atrelados à jurisdição da cidade de Oeiras salta para 1.549 escravos, num universo de 2.757 pessoas livres.

Convivendo com pessoas livres e aquelas subjugadas ao cativo, estavam também índios aldeados. Dois dos principais aldeamentos dos missionários da Companhia de Jesus estavam localizados nas proximidades da cidade de Oeiras. No aldeamento de São João de

³⁸³APEPI. Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

Sende, responsável pela evangelização dos índios Gueguê, havia, no ano de 1766, 30 fogos e 354 pessoas livres³⁸⁴. No aldeamento do Cajueiro, da nação Jaicó, o número de pessoas livres girava em torno de 534 e 28 unidades domiciliares construídas para acomodar missionários e povos indígenas capturados.

No mesmo ano em que foram expulsos das fazendas dos missionários por ordem judicial, em 1728, índios da nação Timbira e mais grupos que povoavam a Serra das Ibiapaba ocupam a vila da Moucha, causando estrago em fazendas, matando gados e instituindo pânico entre os colonos³⁸⁵. Essa revolta indígena seria sufocada graças ao esforço dos moradores da vila da Moucha que conseguiram, em curto espaço de tempo, arregimentar uma tropa de linha composta por cem soldados com armas e munições e, com isso, fazer frente aos índios do corso.

Mesmo apresentando esses percentuais, o ouvidor António José de Moraes Durão pontua no próprio documento que a quantidade de índios era bem maior; contudo por acreditar que os mesmos estariam em processo de desaparecimento não caberia elencá-los nas estatísticas reais.

Há no distrito desta cidade duas povoações de índios: os Jaicós aldeados junto à Ribeira do Itaim e penas chegarão hoje a 60 indivíduos, e os Gueguês que se situaram em São João de Sendé distante da mesma cidade 8 léguas para a parte norte e chegam, entre grandes e pequenos, a 252. Não os meti nos mapas porque não só não prometem aumento, mas nem ainda subsistem porque os Jaicós estão quase extintos e os Gueguês existirão pela metade do que eram quando se aldearam haverá 12 a 13 anos. Vieram de novo 424 Acroás que se acham ainda aldeados e as 3 juntas fazem o número de 736 almas. São uns e outros inseparáveis do furto e bebedeira e geralmente de qualquer nação que sejam, nimamente (sic) estúpidos, preguiçosos, glutões eligados aos seus ritos e superstições em um maior extremo, pegando-as como contágio ao mais moradores da Capitania. Já nela houve mais aldeias de que apenas há memória como direi falando dos Oroazes [Aroase] na Vila de Valença.

Nesse ambiente não era de se estranhar as constantes ameaças de invasão por parte das populações indígenas aldeadas e insatisfeitas com o gerenciamento dado nas fazendas por missionários e proprietários das fazendas. Por essas razões, o ouvidor taxava os motivos pelos quais havia a cidade de Oeiras conquistado ao longo do tempo um modesto desempenho em

³⁸⁴ NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo*. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.p. 156; MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010; CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

³⁸⁵ CARTA do [governador e capitão-general do Estado do maranhão], Alexandre de Sousa Freire, ao rei [D. João V] sobre a invasão dos índios Timbira à vila da Moucha e da ajuda que receberam dos gentios da Serra das Ibiapada. AHU-Pará, cx. Nv. 730/ AHU-CU-016-Cx. 01, D.40.

atrair colonos e, por conseguinte, dinamizar os negócios coloniais durante a segunda metade do século XVIII.

Mesmo com esses entraves, o ouvidor não se contentava em afirmar que de todos os incômodos que recaia sobre a cidade de Oeiras, o mais mordaz estava na falta de estrutura daquela urbe que nem sequer possuía “casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública” e, para piorar, mostrava-lhe indignação o fato dos membros das câmaras, formado expressivamente por mestiços, gozarem de verdadeiros prestígios e não contentes chamavam eles “os próprios vaqueiros para servirem de juízes e vereadores”³⁸⁶.

As um tanto quanto ásperas palavras do ouvidor José António de Moraes Durão não estavam deslocadas diante do jogo político que se operava na época. Anos depois o ouvidor alcançaria o posto de governador interino da capitania, e, por isso, passaria a conviver em meio a constantes conflitos com os mesmos mestiços que tanto criticara. Para ele, parecia excessivo perceber o quanto mestiços e pessoas de “qualidades duvidosas” pudessem barganhar vantagens e, com isso, ascenderem na carreira administrativa à revelia dos interesses metropolitanos.

Assim, não demoraria muito para autoridades coloniais manifestarem apoio à mudança administrativa do poder colonial para a vila de São José da Parnaíba. Assim, em março de 1799, o governador do Maranhão Rodrigo de Souza Coutinho recebe das autoridades coloniais do Piauí o pedido de apreciação junto ao Conselho Ultramarino da transferência do aparato burocrático e jurídico de Oeiras para a Vila de São João da Parnaíba.

Embora apreciasse o pleito, o governador do Maranhão, Rodrigo de Souza Coutinho, apenas ponderou a situação, se mostrando sensível aos pedidos dos colonos, mas ciente que a cidade de Oeiras cumpria desde os tempos de João Pereira Caldas sua função colonial de conectar mundos distintos dentro do império português. Nesse pedido, os agentes coloniais ressaltavam a localização estratégica da futura sede administrativa, sua pujança comercial e sua diversidade agrícola, que, de regra, estava em sintonia com o mercado de criação, matança e exportação de carnes e couromas, via porto da Amarração.

A vila de S. João da Parnaíba achasse estabelecido número de porto das sumacas que a ele vem fazer negócio de carne secas, celas e couros em cabelo e alguns gêneros mais de pouca utilidade naquele porto se da extração

³⁸⁶ Ofício do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016, Cx.12, D. 864. O mesmo Documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. PP. 28-52.

a uma quarta parte dos gados que produz esta capitania que criação anual de 30 até 40 mil cabeças de gado tem a sua boa proporção suficiente número de negociantes de bons fundos bastante nº de casas, e alguns edifícios mais nobres competente casa de cadeia a Igreja em adiantamento e todo o Estado a V^a. promete pelo comércio grande adiantamento e a nada ser terá conservada a sua existência anual.

É provável que essa mão de obra presente nas propriedades de criação de gado vacum e cavalar tenha adquirido prestígio junto a seus senhores. No ano de 1767, o ouvidor geral do Piauí, Joaquim José Correa de Sande, havia manifestado admiração com tamanha consideração prestada pelos missionários aos índios diretamente envolvidos nas atividades cotidianas de criação, condução das boiadas, matança e nos serviços domésticos das fazendas. Contrariando a suposta ausência do aptidão da mão de obra indígena no emprego das atividades braçais no ambiente das fazendas jesuíticas, Joaquim José Correa de Sande, elenca uma série de habilidades, aptidões e ofícios que apenas as populações indígenas locais tinham quando comparadas aos subalternos vindos de outras regiões³⁸⁷.

Para o ouvidor, cabia aos índios presentes nas antigas fazendas dos jesuítas serem

Mestres de ofícios, oficiais aprendizes, e serventes, ou trabalhadores, que pela sua aptidão, e diligência dos seus trabalhos, e serviços se fizerem dignos ditos jornais, assim e na mesma forma, que as referidas posturas, e declaração os determinam e regularão. Que os índios que se ocuparem no exercício de tangedores de boiadas vençam as mesmas quantias de pagamento, que até agora se usarão, e estão atualmente usando, segundo as diferentes situações, e distâncias donde as boiadas se expedirem, e para que estas se encaminharem. Que os índios, que por próprios se dirigir e a quaisquer lugares da capitania, ou das outras circunvizinhas, ou que se empregarem em conduções de comboios, e outros semelhantes serviços não tão violentos como os ordinários trabalhadores vençam as mesmas quantias, que for costume, se assim se ajustarem, ou se tal ajuste, e costume não houver, a ou tentareis por dia, não lhe dando de comer, e dando-se-lhes, só a quarenta unicamente. E que finalmente os índios, que estiverem, e se alugarem a soldado, para o serviço doméstico e ordenado, não possam geralmente vencer menos se seiscentos e quarenta reis por mês, além do costumado, e usual sustento, que seus amos lhes devem juntamente presta³⁸⁸.

Como exemplificado acima, diversos eram os sujeitos que poderiam ascender à condição de vaqueiros. Índios, negros e mamelucos, livres ou escravos, não só poderiam ocupar tal atividade, como fazer dela palco de suas lutas e conquistas por vantagens e direitos. Ao que tudo indica, não havia por parte dos curraleiros e dos próprios jesuítas qualquer

³⁸⁷ Sobre os projetos de instrução da população do Piauí no período colonial e imperial, ver VIEIRA, Maria Alveni Barros. *A educação escolar das crianças no Piauí (1730-1859)*. Teresina: ADUFPI, 2013.p.54.

³⁸⁸ APEPI. Capitania do Piauí, cartas avulsas. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01. Livro II – 1764-1770.

objeção em desqualificar a mão de obra indígena como sendo ineficaz às atividades de criação de gado vacum e cavalar. Ao contrário disso, parecia evidente que no ambiente das fazendas jesuíticas do Piauí umas das estratégias potencializadas pelos missionários seria exatamente a concessão de algumas vantagens às populações escravas e indígenas que trabalhavam nas unidades de criação³⁸⁹. Todavia, para essas concessões, algumas prerrogativas deveriam ser cumpridas e, entre elas, parece destacar-se a afetiva política de catequização dos escravos e indígenas através dos batismos e casamentos no ambiente das fazendas.

Diante desse quadro, a transição da mão de obra indígena para africana se constituiria mais por condições de inserção da atividade pastoril na órbita do comércio Atlântico de escravos - mediante a ampliação dos mercados consumidores de escravos para além das zonas canavieiras e auríferas - do que propriamente por pressões dos missionários ou da falta de capacidade das populações indígenas e mamelucos em aprender ofícios e habilidades intrínsecas ao mundo do trabalho³⁹⁰.

Economia do gado: redes de comércio e direito dos subalternos

Embora boa parte dos recursos e dos bens dos missionários da Companhia de Jesus tivessem sofrido devassa, não se pode precisar a quantidade de bens e recursos deixados pelos religiosos. Somente na segunda metade do século XIX que José Martins Pereira de Alencastre, em seu livro *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, se arriscaria a conjecturar a quantidade de animais e bens deixados pelos missionários na capitania do Piauí, antes e depois da expulsão dos domínios ultramarinos.

Para o historiador pernambucano, no momento da expulsão dos jesuítas havia no Piauí 39 fazendas e mais de 50 sítios, que eram pequenas unidades produtivas que o bandeirante tinha como estratégia arrendá-las a posseiros e homens livres a um valor de 10\$000 reais anual. Em meio a essas terras, havia em bens “489 escravos, 1.010 cavalos,

³⁸⁹ Sobre os mecanismos de controle empreendido pelos religiosos e as estratégias dos escravos e mestiços em barganhar vantagens nas fazendas da Companhia de Jesus, ver AMANTINO, Márcia. “A fazenda Jesuítica de São Cristovão: espaços de sociabilidades cativas e mestiças – Rio de Janeiro, século XVIII”. IN_ PAIVA, Eduardo França, Org; AMANTINO, Márcia, Org; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011. PP. 139-164.

³⁹⁰ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000;

1.860 bestas, 50.670 cabeças de gado vacum, e todas as fazendas eram então avaliadas em 179:787\$00réis”³⁹¹.

Ainda segundo Pereira de Alencastre, os percentuais fazem alusão aos anos de 1770 a 1788 e se referem ao inventariamento feito a pedido do governador do Maranhão, após a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus. Em relação à primeira metade do século XVIII, a única referência quantitativa sobre o total de cativos dada por Domingos Gomes, os estabelece em torno de 100 escravos e “raros deles casados, a saber dois com índias velhas, e três com negras, um com mestiça, e era pela maior parte os que tinham as éguas de entrega no tempo de Domingos Afonso sem branco”³⁹².

Confrontando os dados de 1718 com os de 1770, houve um aumento de 389 escravos em um período de 52 anos. Para Domingos Gomes parecia não haver no tempo do bandeirante um governo que incentivasse os escravos ao matrimônio no ambiente das fazendas, uma vez que poucos eram casados quando da presença dos regulares. Para explicar a ilegitimidade dos filhos e a ausência desse controle dos senhores ao matrimônio da escravidão, Domingos Gomes afirmava que o absenteísmo dos senhores seria o grande responsável.

Mais do que isso, para o jesuíta, a ausência do senhorio potencializava no escravo de maior prestígio o cuidado das propriedades e as faziam delas suas senzalas; quando não verdadeiras alcovas para encontros entre negros e índias. Nesse ambiente, as fazendas mais pareciam uma espécie de mercado do prazer da carne, regido por negros de graduação e por caciques velhos que,

Vendo mais este meu antecessor na Procuração do Secular Lourenço da Costa que estes Negros pela graduação de terem estado sem amo por casados e caciques velhos, não tinham sujeição aos amos; e outro senhoram suas senzalas, Casas de alcova, e esconderijo dos mais parceiros, que vinham trazer mel, e outras comidas atrás das Índias e pretas que estes casais tinham suas Cativas³⁹³.

Embora não demonstrando o plantel de escravos presentes em cada fazenda, Domingos Gomes tratou, contudo, de detalhar como se estruturava a mão de obra escrava naquelas fazendas, buscando na medida do possível enriquecer o inventário com as visões de mundo dos cativos a respeito de si e dos seus senhores, suas redes de solidariedades com

³⁹¹ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.p. 84

³⁹² Memória de Domingos Gomes....

³⁹³ Id. Ibidem.

índios, escravos e mamelucos. A ausência dos senhores de escravos no ambiente das fazendas de gado vacum e cavalari e as “larguezas do sertão” poderiam causar embaraços na administração dos cativos e potencializar, no imaginário dos “crioulos”, o sentimento de serem eles os únicos “homens das fazendas”, pois “vendo-se assim sem Amos, e foi necessário aos Reverendos Padres do Carmo valerem-se do braço Secular para os tornar a sujeitar”³⁹⁴.

Antes de Domingos Gomes, o reverendo padre Miguel de Carvalho já havia manifestado atenção ao modelo de organização das fazendas de gado vacum e cavalari situadas nos sertões. De acordo com o padre Miguel de Carvalho, os proprietários tinham o costume de possuírem fazendas com léguas de distância umas das outras e, em muitos casos, a viverem apenas com um negro e, em algumas, se “acharem mais negros e também mais brancos, mas no comum se acha um homem branco só”.

Quando descreve as unidades visitadas, o missionário acrescenta também a presença de índias e mamelucos que, não raras vezes, constituíam matrimônios com os brancos e negros das fazendas. Provavelmente, essa modalidade de ocupação das terras e de delegar a escravos, mamelucos e posseiros seu controle teria início na época dos primeiros curraleiros, por volta de 1670; sendo o próprio Domingos Afonso um dos que mais incentivaria a política de arrendamentos como uma das regras do direito sobre o uso da terra. Nesse ambiente, posseiros, índios escravos e mamelucos podiam tirar algum proveito mediante acordos sobre a administração das fazendas, em casos de proprietários ausentes³⁹⁵. A possibilidade de viver em terras alheias não caracterizava a posse e/ou o domínio efetivo da terra; contudo potencializava alguns ganhos como o reconhecimento por ambas as partes do direito costumeiro de partilha dos gados, a constituição de roças, diversificação alimentar (carnes e laticínios) e possibilidade de virem a constituir famílias e núcleos parentais nas terras por eles administradas.

Desde o final do século XVII, esse modelo de administração das fazendas causava surpresa aos agentes coloniais que por lá circulavam; sobretudo aos dois religiosos da Companhia de Jesus aqui analisados. Para o padre Miguel de Carvalho, que visitou a capitania

³⁹⁴Id. Ibidem.

³⁹⁵ A reflexão posta aqui diz respeito apenas aos primeiros momentos de instalação das fazendas de gado vacum e cavalari. Com o avançar do século XVIII, a política de distribuição de terras através de sesmarias e de datas se ampliam tanto no Piauí quanto no Maranhão e consolida a presença dos proprietários nas suas respectivas unidades de produção. Portanto, o argumento reside em unidades de produção cuja ausência dos senhores potencializava essas conquistas dos escravos, mamelucos e índios da região. Sobre o absenteísmo nas fazendas do Piauí ver, MOTT, Luiz. “O patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí Colonial”. IN_ *Piauí Colonial*. População, economia e sociedade. 2ª Ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. pp. 125-137.

do Piauí no ano de 1694, os moradores das fazendas viviam dos arrendamentos e de “4 cabeças que criam lhe toca uma, ao depois de pagos os dízimos, são obrigados quando fazem partilhas a entregarem ao senhor da fazenda tantas cabeças como acharão nela quando entraram, e o mais se parte em quatro”³⁹⁶.

Domingos Gomes conta que havia nas fazendas deixadas pelo bandeirante no Piauí um “famoso vaqueiro e mameluco chamado Antônio Gomes de Oliveira”, que juntamente com um escravo que administrava a fazenda do Campo Grande, utilizavam das suas famas para ampliar seus direitos em torno da posse das quartas partes dos bois. Para o religioso, além dos bezerros nascidos, o mameluco Antonio Gomes de Oliveira e o escravo vaqueiro da fazenda Campo Grande retiravam suas quartas não só dos animais nascidos na fazenda, mas também daqueles gados bravos que ao serem amansados e postos nos currais se retiravam “ao quarto sem fazer menção alguma das mortas, nem de vaca nem do campo”³⁹⁷.

Marchantes, vaqueiros e escravos, diretamente envolvidos no transporte e na comercialização de carnes, couros e selas, sabiam que para conduzir as manadas de bois aos sítios da Jacobina e da feira de Capuame só seria possível caso os animais fossem mansos³⁹⁸. Executada a tarefa em domá-los, os vaqueiros conduziam as manadas de bois até a fazenda Possões para serem alimentados e, posteriormente, seguirem caminho às principais feiras comerciais. Desde a criação da vila da Moucha, em 1718, os melhores pastos que serviam de pontos de engorda daquelas manadas sofreriam sérios prejuízos com a presença cada vez mais constante dos cavalos dos homens de negócios e dos agentes da administração portuguesa que por lá circulavam. Temendo um prejuízo nas vendas, os jesuítas e proprietários de animais da região acionaram o governador do Maranhão a fim de interceder na causa dos criadores de gado vacum e cavalos e proibir que os animais estranhos pastassem naquelas terras e fazendas.

As jornadas em torno das engordas dos animais e seus transportes para as feiras comerciais não aconteciam em qualquer época do ano. Era necessário esperar os melhores meses, de preferência naqueles que houvesse abundância em água para facilitar a alimentação dos animais mediante o consumo da vegetação de gramíneas e para saciar a sede nos rios,

³⁹⁶ “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHM^o e Rm^o Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”. IN_ ENNES. Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. p. 373.

³⁹⁷ Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016 Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

³⁹⁸ Há referência ao termo “tangedores de bois”. Ver Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [ex-secretário de estado da marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o que se faz com as fazendas dos jesuítas e informando que se absteve de praticar o mesmo com as fazendas que são da administração, pois essas devem passar à sucessão a que tocam, segundo a instituição as capelas. AHU-PI, Cx. 7, Doc. 11/ AHU_ACL_CU_018, Cx.8, D. 445.

riachos e reservatórios das fazendas situadas em todo o trajeto do gado³⁹⁹. Em tempos de estiagem e cercados por uma vegetação rasteira, com ares “grossos e pouco sadios”, restavam aos marchantes e vaqueiros aproveitarem os reduzidos poços e lagoas destinados ao consumo de água e extração do sal; tanto das águas salitrosas quanto dos barrancos próximos aos rios que na estiagem forneciam aos animais sal como fonte de alimento⁴⁰⁰.

Nesse ambiente aparentemente hostil, os missionários da Companhia de Jesus afirmavam que a alimentação dos escravos que viviam nas suas fazendas e que conduziam os animais era rica em “carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus. A carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se coza”⁴⁰¹. Quando doentes, os cirurgiões das fazendas, contratados mediante um ordenado fixado em 200\$000 mil réis ano, prescreviam uma dieta alimentar aos escravos à base de galinhas, farinhas e de sebos, ceras e sabões para higiene do corpo do enfermo⁴⁰².

Ao pedir revisão dos seus ordenados, esses médicos e cirurgiões, fundamentavam suas posições pontuando exatamente a importância dos escravos no ambiente das fazendas. Foi o que ocorreu com o cirurgião anatómico e membro da Junta do protomedicato da cidade de Oeiras, Francisco José da Costa Alvarenga, que ao fazer “sua representação pedindo-lhe a pequena porção de quatro centos mil reis” de ordenado afirmou que na ausência de médicos cirurgiões nas fazendas dos escravos, os tratamentos se resumiam apenas ao uso de substâncias caseiras e quando os inspetores vinham

a mandar para o hospital sucedem estarem já em constituição indurável se é que antes disso o não morrem por falta de curativo tudo por tirarem a conveniência ao cirurgião vindo por isso a perder V. Mag.^o um escravo que com duzentos mil reis não se compraria outro de igual habilidade para o serviço daquelas fazendas⁴⁰³.

Curados das enfermidades, restavam-lhes a labuta diária nas fazendas. Dentre elas, as longas marchas por terras que conduziam as boiadas até as feiras comerciais. Sobre as jornadas, havia um elevado custo para se conduzir os animais até as feiras comerciais. Além

³⁹⁹ Quando a estiagem castigava os plantéis de gado vacum e cavalos das fazendas, a ordem do governador era reduzir a exportação dos animais, mesmo sabendo que capitânias próximas, como Maranhão e Pernambuco dependessem desses alimentos vindos do Piauí. Ver APEPI. Capitania do Piauí – Resposta à S. M. Tomo III – 1793 à 1805. SPE: COD: 012// ENTN. 01// PRAT. 01. OFF n° 20 // Contemplado na Capa Supra.

⁴⁰⁰ GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Coleção Temas Brasileiros, Ed. Conquista, 1961.

⁴⁰¹ Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016 Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

⁴⁰² APEPI. Capitania. Registro de correspondência para a metrópole. SPE COD. 011 / ESTN. 01 PRAT. 01

⁴⁰³ APEPI. Capitania do Piauí. Registro: 1780-1798. SPE-COD-010 ESTN. 01 PRAT. 01

disso, as possibilidades dos marchantes e dos proprietários das boiadas perderem percentuais significativos nos negócios eram enormes e a causa, na explicação dos jesuítas, passava pelas atitudes dos vaqueiros marchantes que colocavam na conta dos seus senhores/proprietários os animais mortos e sacrificados durante o itinerário.

Os jesuítas tinham conhecimento de que, durante as jornadas, seus vaqueiros e marchantes, utilizando-se “de má consciência” e com o apoio de “más mulheres” ocultavam nas matas muitos gados; o que ao final eram contabilizados como perdas ou mortes por fraqueza. Para resolver o problema dos descaminhos do gado, os missionários começaram a inserir olheiros nas viagens; tais sujeitos eram encarregados exclusivamente da fiscalização dos tropeiros; mesmo assim “sabe Deus se eles ajudaram a furtar”⁴⁰⁴.

Por presenciar esses casos, o missionário Domingos Gomes tinha a certeza de que a existência do governo na administração das fazendas só poderia acontecer caso os acordos sobre as partilhas do gado fossem negociados com os escravos. Caso contrário, apenas se falavam em mortes em cada unidade produtiva. A consistência do seu argumento se estendia a todas as fazendas, já que nesse ambiente, “alguns governam, sabendo ser o trato de vaqueiros tal por sentença que nem tira nobreza, nem a dá, mas é um contrato que fazem os donos das fazendas com eles sem salário certo, e querem tratar pelas regras de feitores e criados”⁴⁰⁵.

A correlação entre aumento dos criatórios de gado *vacum* e cavalar nas fazendas e sítios presentes nas capitanias do Maranhão e Piauí estavam, provavelmente, atrelados aos mecanismos internos de reprodução da mão de obra composta, sobretudo, por índios, mamelucos e escravos, africanos e/ou mestiço. Para mostrar-se útil, essas várias partes do sertão deveriam manifestar suas qualidades, tanto para o comércio - que se mostrava promissor com a expansão dos currais - quanto vantajoso para senhores de escravos e de terras, interessados em ampliar seus negócios em meio a situações que necessitavam de negociações com escravos, índios e mamelucos diretamente atrelados à economia do gado e suas redes comerciais.

Para Capistrano de Abreu, a produção alcançada pelas fazendas de gado só seria possível graças aos avanços nas artes de cura e nas habilidades dos seus vaqueiros em manter constantes as taxas de natalidade dos bezerros e, com isso, propiciar uma redução na mortalidade dos gados e dos cavalos. Sem detalhar as condições sociais e as clivagens de cor e de hierarquia pelas quais esses sujeitos se encontravam na sociedade colonial, Capistrano de

⁴⁰⁴ APEPI. Capitania. Registo de correspondência para a metrópole. SPE COD. 011 / ESTN. 01 PRAT. 01

⁴⁰⁵ Id. *Ibidem*.

Abreu, em *Capítulos de História Colonial*, foi um dos poucos que melhor detalhou o cotidiano dessa mão de obra nas fazendas.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras⁴⁰⁶.

Não restam dúvidas de que a presença de enormes áreas para pastagens e os extensos rios - que a partir deles, formavam uma significativa rede fluvial com igarapés, lagoas e pequenos canais de d'água salinosas - ajudaram sobremaneira no aumento das manadas de gado vacum e cavalar nas capitanias do Piauí e do Maranhão. Muito provavelmente, os índios, escravos e mamelucos - que ocupavam as funções de administradores, vaqueiros ou de marchantes nas fazendas dos religiosos e nas propriedades privadas - tivessem a mesma leitura dessa realidade. Isso talvez explique suas motivações em fazer das jornadas aos mercados e feiras comerciais dos sertões um momento de praticarem os “descaminhos do gado”; contando, como bem indicou o religioso, com parceiras mulheres que, possivelmente, eram suas companheiras.

Tudo indica que os religiosos da Companhia de Jesus que estiveram diretamente ligados às administrações das fazendas na capitania do Piauí abriram mão de uma série de prerrogativas de controle dos escravos; extamente para manter a situação em um nível aceitável de tolerância. Podiam até não gostar das atitudes que presenciavam, mas sabiam que sem elas as atividades essenciais das fazendas corriam risco de serem prejudicadas. Contrariados ou não, em 1755, os missionários da Companhia de Jesus que administravam as fazendas

⁴⁰⁶ Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 151. A sensibilidade da escrita de Capistrano não foi suficiente para chamar a atenção dos economistas e historiadores piauienses que escreveriam sobre a temática. Felipe Mendes, economista e historiador, afirmaria em texto clássico que no Piauí o gado, por ser criado solto e encontrar-se aos cuidados dos escravos, “não recebia cuidados especiais de manejo, tratamento sanitário ou melhoramento genético”. Ver também GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. 2º v. O couro. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

jesuíticas na capitania do Piauí são informados que deveriam partir para Europa, deixando para trás todos os bens adquiridos desde o início do século XVIII em poder de um Junta administrativa comandada pelos governador do Maranhão⁴⁰⁷.

Somente em novembro de 1760, João Pereira Caldas nomeia Manoel Pereira Talorda para ocupar o cargo de administrador da residência do Brejo de Santo Inácio no lugar dos “Regulares da Companhia denominada de Jesus, que administravam as fazendas que perteciam as capelas instituídas por Domingos Afonso Sertão”. Na carta, o governador solicita ao novo administrador que inventarie os bens encontrados – residência, escravos, bois e cavalos – e os informe à Junta Real da Fazenda da cidade do Maranhão para que se possa judicializar e, posteriormente, “conservar tudo na forma em que receber e só poder vender os feitos que estiverem e for nos termos de se apurarem”⁴⁰⁸.

No mesmo documento, João Pereira Caldas distribuiria as 32 fazendas dos missionários da Companhia de Jesus a homens de sua confiança; ordenando-os que não descuidem em sustentar, vestir e curar de qualquer doença nos escravos pertencentes as mesmas fábricas. Para cada administrador escolhido, um rol de obrigações lhes reservavam. Dentre elas, a obrigação de zelar por todos os bens deixados pelos religiosos sob pena “o prejuízo que por culpa ou omissão sua experimente a sobredita fazenda”⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [ex-secretário de estado da marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o que se faz com as fazendas dos jesuítas e informando que se absteve de praticar o mesmo com as fazendas que são da administração, pois essas devem passar à sucessão a que tocam, segundo a instituição as capelas. AHU-PI, Cx. 7, Doc. 11/ AHU_ACL_CU_018, Cx.8, D. 445.

⁴⁰⁸ Id. Idem.

⁴⁰⁹ Id. Idem.

Tabela 3: Relação das ordens a respeito das Fazendas e seus novos Administradores

Fazendas	Administradores	Fazendas	Administradores
Castelo	Capitão Manuel Pereira Talorda	Mocambo	De Fazenda
Poções	Capitão de Ordenança Antônio Vieira do Couto	Tranqueira do Meio	Sargento Caetano de Ceia e seu genro
Campo Grande	Capitão de Ordenança Antônio Vieira do Couto	Sítio do Inchu (Exu)	José Carvalho do Santos
Ilha	Manoel da Costa Muniz	Boqueirão	Francisco de Souza Belona
Burity	De fazenda	Faz. Grande	De fazenda
Saquinho, ou Saco	Ajudante de Cavalaria Luis Antônio de Gamboa	Caché	Francisco de Souza Belona
Pobre	Ajudante de Cavalaria Luis Antônio de Gamboa	Julião	Hilário Vieira de Carvahô
Gameleira de Mimbó	Antônio Teixeira de Novais	Espinhos	Senhor de fazenda
Salinas	-	Serra Grande	-
Algodões	Tenente cavalaria José Esteves Falcão	Brejinho	Manoel de Sousa Pachas
Cachoeira	-	Cajazeiras	Tenente de Dragões Fernando José Velozo de Miranda
Gameleira do Piauí	Tenente de Dragões Fernando José Velozo de Miranda	Serrinha	Tenente cavalaria José Esteves Falcão
Catarens	Major da ordenança João Barbosa de Cavalho, senhor de fazenda	Guaribas	Capitão de Dragões Clemente Pereira
Mato	Capitão de Dragões Clemente Pereira	Lagoa de São João	Manoel da Silva Souza, senhor de fazenda

Com essas medidas, as antigas fazendas da Companhia de Jesus e, a partir daquele momento, Fazendas da Nação ou do Fisco, afetariam sobremaneira as relações escravistas naquelas fazendas. Os senhores de escravos que antes vestiam batinas, cederiam espaço a

agentes coloniais escolhidos pelo governador da capitania com a prerrogativa de zelar pelos bens materiais e semoventes das fazendas. Mesmo com poderes limitados, não demoraria muito para que houvesse conflitos entre os escravos e os administradores das fazendas; sobretudo quando o assunto era reservado à partilha dos animais nascidos nas fazendas. Nessas situações, os inspetores agiam de modo a restringir o acesso dos escravos aos animais nascidos; impedindo assim dos mesmos exercessem a posse sobre os bezerros e cavalos. Talvez seja provável que as constantes notícias produzidas ao longo da segunda metade século XVIII, dando conta de conflitos ocorridos no interior das fazendas se relacionem aos comportamentos desses novos administradores.

Não demoraria muito para o sucesso de João Pereira Caldas, o governador da capitania do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1769-17750), tomar conhecimento da situação e advertir os três inspetores encarregados em administrar as fazendas da nação sobre a necessidade da manutenção do direito dos escravos na partilha dos animais.

Por quanto nas fazendas, que administrarão nesta capitania dos regulares expulsos foi sempre costume observado não se tirem quatro de gado vacuns, e cavalaes dos escravos, que era próprio da dita administração; e porque as referidas fazendas se acham hoje administradas pelo fisco real, e debaixo das inspeção do governo da mesma capitania, a donde conta que alguns dos criadores delas procuram usurpar aqueles quartos, que se nenhum modo se lhes deve consentir: ordeno aos três inspetores da mesma real administração que nas partilhadas a que procederem nas fazendas de que se acham encarregados não permitam que os seus criadores tirem quartos dos ditos gados vacuns e cavalaes que forem dos escravos respectivos as suas inspeções ou ainda dos que delas se acharem servindo, ou existindo em outra qualquer fazenda da mesma administração, pena de os reporem em dobro aqueles criadores, que os tirem e de serem castigados a meu arbítrio quando semelhante procedimento me constar⁴¹⁰.

Não sabemos o impacto da medida entre a população escrava das fazendas, nem como fora recepcionada pelos inspetores das fazendas. Essa decisão, tomada em carta pela autoridade colonial, contrariava suas posturas e, por consequente, manifestava-se a favor dos interesses dos escravos que ocupavam a função de vaqueiros e que, por costume da época dos jesuítas, a quarta parte das crias nascidas nas fazendas lhes pertenciam.

Parece provável que a eficácia dessa medida não amenizaria o clima de tensão nas fazendas. Em setembro de 1798, o governador da capitania do Piauí, Dom João Amorim Pereira, escreveria ao inspetor José Antonio da Cunha Rabelo solicitando-o o controle das

⁴¹⁰ APEPI. Capitania do Piauí. Carta aos 3 Inspectores da Real Administração. Correspondência –1769-1773. SPE COD. 148. ESTN. 02 PRAT. 01.

reiteradas notícias dando conta de violências e de conflitos nas fazendas. As desordens aconteciam nas fazendas e sítios situados desde os “sítios do Imbuzeiro até as bordas do rio Parnaíba e por ele abaixo até ao Poty” e tinham como agenciadores os próprios agregados das propriedades⁴¹¹.

Além das situações de conflitos entre administradores e agregados nas fazendas da nação, as demais unidades de produção - do Real Fisco e as de domínio privado, localizadas, sobretudo, nas ribeiras dos rios Piauí, Canindé e Parnaíba até a região de Pastos Bons, freguesia localizada do lado da capitania do Maranhão - sofreriam ações intensas de rebeldia, com saques e ataques ordenados dos índios da nação Pimenteira.

Diante da situação, muitos colonos deixariam suas fazendas localizadas na ribeira do rio Piauí. Ao todo, 27 fazendas foram tomadas pelos índios Pimenteira e na visão do governador da capitania do Piauí, Dom João de Amorim Pereira, o re/estabelecimento das fazendas dos vassallos só poderiam ocorrer mediante o uso de meios capazes de “atrair e civilizar [os Pimenteira] do que conquistá-los ou domá-los por força”, pondo “no mais respeitável pé defensivo [e] não me autorizando para lhe fazer a guerra ou para cessar com eles de qualquer procedimento violento sem o consentimento do governador e Capitão Geral do Maranhão”⁴¹².

A incredulidade dos proprietários das fazendas e sítios tomados pelos índios diante da postura do governo do Piauí só aumentaria o descontentamento. Junto com as insatisfações dos colonos, as fazendas da nação sofreriam na mesma época seu mais duro golpe: a venda de todos os seus gados. Assim, em abril de 1798, João de Amorim Pereira, governador do Piauí, recebe dos membros da Junta Real encarregada dos bens deixados pelos religiosos uma provisão autorizando-o a “vender os gados das fazendas do fisco das três inspeções de Santo Ignácio do Canindé, São João do Piauí e Nossa Senhora da Nazaré, nas porteiras dos curais logo que exceda o preço determinado na mesma provisão”⁴¹³. O valor arrecadado deveria ser repassado ao tenente Marcos Antônio Fernandes e remetido à Junta do Estado Geral que, posteriormente, as confiaria ao homem de negócios, João Antônio Gomes, responsável por conduzir o recurso até a cidade de São Luís do Maranhão.

Em meio à decadência das fazendas da Nação, escravos e demais agregados teriam que re/configurar suas vidas, travar ainda um longo combate em não ver a si e aos seus

⁴¹¹ APEPI. Correspondência -1798. SPE. COD.156 ESTN. 2 PRAT. 01.

⁴¹² APEPI. Ofício N° 20 // Contemplado na Capa Supra. Tomo III – 1793 a 1805. SPE: COD: 012// ENTN. 01// PRAT. 01.

⁴¹³ APEPI. Correspondência/Carta ao Ih^m° e Ex^m° Snr. Dom Fernando, Rei de Portugal. 1798 SPE COD. 156 ESTN. 02 PRAT. 01.

familiares serem vendidos como os animais das fazendas e, com isso, criar meios para se manterem unidos num mundo colonial em desagregação, tão visível nas pastagens sem animais e nas fazendas sem senhores.

Família, casamentos, batismos e escravidão no ambiente das fazendas

Desde o final do século XVII, que o padre Miguel de Carvalho noticiara o hábito comum dos primeiros curraleiros possuírem em seu poder sempre um negro seguido de uma índia. Na época em que visitou o Piauí, em 1694, o religioso registrou a presença de “129 fazendas de gado, que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiço”. A informação deixada pelo missionário explicita o caráter escravista dessas primeiras unidades de produção de gado e destaca, ao mesmo tempo, a estratégia dos colonos em utilizar-se das índias como instrumento de reprodução da mão de obra local sem, necessariamente, recorrer ao comércio negreiro⁴¹⁴. Dessa maneira, a estratégia dos curraleiros em incitar uniões entre negros escravizados e índias demonstrou também o caráter marcadamente masculino da atividade pecuarista e sua relação com o universo escravo.

A estratégia desses primeiros curraleiros acabaria por engendrar um tipo de sociedade escravista profundamente “crioulizada”, mestiça e diversa social e culturalmente. Na formação dessa sociedade, seria um equívoco imaginá-la como algo planejado a partir das vontades dos curraleiros e autoridades coloniais, à revelia, portanto, dos interesses dos próprios cativos. Em muitas situações, o caráter negocial das decisões se tornava evidente para o bom funcionamento da fazenda. Os cativos sabiam dos seus limites naquela sociedade escravista e fortemente hierarquizada. Não obstante, tinham eles plena consciência daquilo que poderiam barganhar frente ao tipo de senhor/proprietário a quem pertenciam.

A depender do perfil do seu senhor - ausente do universo das fazendas (absenteísta), religiosos da Companhia de Jesus ou curraleiros de grande e pequeno porte - em cada situação as condições escravistas se estruturavam de maneira peculiar, cabendo aos diretamente envolvidos agirem de acordo com seus interesses. No ambiente das fazendas administradas pelos religiosos da Companhia de Jesus, a solução encontrada para resolver o

⁴¹⁴ Sobre o comércio negreiro ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

problema do trabalho escravo foi incentivar a constituição de matrimônios legítimos entre a escravaria. No entanto, como se observa abaixo, a situação de forçar a união partiria do cativo que, agindo por rebeldia, fugira do controle dos religiosos e se embrenhou nas matas, pressionando os religiosos a efetivarem sua união com a escrava do seu interesse e, ao mesmo tempo, transmitindo aos demais cativos os significados da sua insubordinação e quanto poderiam ganhar caso tivessem a mesma atitude.

Ficou porém ainda fugido um Jozé Negro da Administração, que amancebado com uma negra alheia inteirou dez anos nesses matos, do que tendo Eu noticiado botei fama [e] compraria a Negra e os deixaria casar para se salvarem ao que saíram logo eles cumprir a promessa, no que me botei apertar, porque diziam os mais haviam de fugir com Negras para terem semelhante fortuna, acudi Eu não ser isso necessário, mas os mandaria a esta Bahia a casar: não quiseram saber mais e puseram as petições de querer servir a Deus⁴¹⁵

Nas unidades agropastoris onde predominava o absenteísmo, a prática inventada pelos escravos seria a de atrair para si o exercício da autoridade frente aos familiares e demais subalternos⁴¹⁶. Para isso, o escravo de maior influência utilizava da sua “fama de vaqueiro” para constituir em espaço branco e cristão um lugar familiar e culturalmente seu, onde vizinhos e parentes pudessem representar, material e simbolicamente, seus mundos. Sobre o assunto, o padre Domingos Gomes afirmava que,

Aos pretos explicava como em nosso poder trabalham para coisas de Deus, a fortuna de terra nessa de Casa, que muitos brancos a não tinham no Sertão; E assim foram saindo dos Matos para de 18 que andavam fugidos, cinco dos quais foram lá mortos no Mocambo pelos brancos que com autoridade do reino [ilegível] lhe foram dar no ano de 718 três ou quatro léguas distantes da melhor Fazenda na qualidade dos pastos da Administração chamada Campo Grande na ribeira do Canindé, que em um só ano, em que esta estava sem branco pelo não haver capaz, entregue a um Negro da maior fama de Vaqueiro, e que enquanto foi vivo fez sempre o papel de Rei nas suas festas, se foi para lá esta vizinhança de seus Parentes para uma Serra, que se chama a Cumba, que por comumente serve de muitas pares do Sertão, e daí saiam já as Estradas e fazendas a matar os brancos. Daqui se firma uma razão; pela qual não convém negro sem amo⁴¹⁷.

⁴¹⁵ Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

⁴¹⁶ Sobre o absenteísmo nas fazendas do Piauí, ver MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

⁴¹⁷ Id. Ibidem.

Para Domingos Gomes, as fugas de escravos aquilombados, quando não reprimidas, ocasionavam um emaranhado de problemas; já que com a ausência dos senhores, seria um destino previsível. Esse seu pensamento será definido quando o missionário afirma a origem daqueles escravos que habitavam as fazendas e suas relações com as fugas e mocambos presentes naquelas matas.

A artimanha do escravo José Negro- em fugir para as matas com o intuito de forçar junto a seus senhores a união com sua parceria- revela bem a estratégia escrava em manter-se nas fazendas, desde que seus interesses fossem igualmente atendidos. Muito provavelmente, no ambiente das fazendas, a melhor estratégia utilizada seria angariar o apoio dos parentes e, como isso, instituir alianças dentro e fora da escravidão.

Esse pensamento dos escravos não era estranho aos demais religiosos e o próprio Domingos Gomes alertava-os dos perigos dos casamentos entre escravos.

Porém advertindo os males temporais, e também eternos que costumam provir de multiplicar casamentos de Negros no Sertão, quais costumam se ficarem os maridos embaraçados para o serviço dos longos com ausências as vezes de ano, esvaírem-se pelo abuso, e durarem pouco, ficarem soberbos com os amos, que não querem mais ter, acender-se nesses o fogo junto as palhas, haverem ditos contrapõem qualquer líder com a eles, andarem em viagens, a buscar parteiras, e curandeiras, por-lhas de olho para acudir aquele gado mole; escrevi ao Padre Manoel Alvarenga não pusesse dúvida dar mulher aos que a viessem pedir, mas as deixasse por cá ficar com elas, mandou-me um moleque solteiro por cada casado, avista de que ninguém quis mais casar por não perder o Sertão⁴¹⁸.

Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, o ritmo de crescimento dos currais salta para 448 unidades de produção de gado vacum e cavalar. Somente na capitania do Piauí, o percentual sai das 129 fazendas de gado, no ano de 1694, para 245 fazendas, no ano de 1751; quase duplicando a quantidade de fazendas em pouco mais de 50 anos. No Maranhão, esse aumento é ainda mais significativo, uma vez que, na parte sul da capitania, a extração das drogas do sertão e a exploração das matas se apresentavam como as principais atividades.

Como destacou Maria do Socorro Cabral, as entradas dos curraleiros ao Maranhão se efetivaria a partir do Piauí; ocupando terras próximas ao rio Parnaíba e estendendo seus pastos até os rios Iatapécuru, Mearim e Grajaú. Assim, do montante de 163 fazendas instaladas no Maranhão, somente na freguesia de Pastos Bons serão estabelecidas 44 unidades de produção de gado vacum e cavalar, com extensão de 120 léguas para pastagem e criação extensiva. Em

⁴¹⁸ Id. Ibidem.

segundo, vinha a freguesia de Aldeias Altas, situada nas proximidades do Itapecuru e representando 35 fazendas de 100 léguas de extensão. As demais unidades agropastoris seriam distribuídas entre as freguesias de São Bernardo, Icatú e Cumá⁴¹⁹.

Provavelmente, essa nova dinâmica de expansão das zonas agropastoris no Piauí e Maranhão não foi acompanhada de uma maior oferta de escravos de procedência africana, já que áreas economicamente mais rentáveis como as atividades comerciais ligadas à extração do ouro e da produção de açúcar demandavam maior contingente de escravos. De qualquer maneira, mesmo tendo que disputar a mão de obra escrava com áreas mais atrativas e próximas aos portos negreiros, isso não significou que as autoridades coloniais abandonassem o comércio Atlântico de escravos.

A busca por uma rota atlântica conectando os portos da África com o Maranhão foi constantemente imaginada pelas autoridades coloniais. Durante o século XVIII, entre 1756 a 1789, escravos adquiridos pela Companhia de Comércio Geral do Grão-Pará e Maranhão, nos rios de Guiné, Cabo Verde e de Angola, eram diretamente desembarcados no porto da cidade São Luís do Maranhão com o objetivo de abastecer as zonas produtora de arroz, algodão e, em menor escala, as áreas produtoras de gado bovino e cavalos⁴²⁰. Embora existam dados sobre a quantidade de escravos desembargados na cidade de São Luís, ainda carecemos de estudos que apontem a quantidade exata absorvida por cada atividade econômica.

Mesmo assim, alguns documentos possibilitam re/desenhar alguns cenários onde esses africanos estiveram presentes. Em 1770, após a expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus, o governador da Capitania do Piauí encomendou aos inspetores das fazendas de Nazaré, Piauí e Canindé um levantamento estatístico dos bens deixados pelos clérigos⁴²¹. O objetivo era fazer um apanhado quantitativo de todos os bens deixados pelos jesuítas. Dessa maneira, buscavam conhecer o total de escravos presente nas fazendas, faixa etária, relações conjugais e, por fim, suas habilidades para o trabalho.

⁴¹⁹ “Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão em comum, e em particular sucintamente dentro no seu distrito”. IN_ AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.p. 346.

⁴²⁰ DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: Secção Gráfica da USP, 1971; JUNIOR, Reinaldo dos Santos Barroso. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Salvador: Mestrado em História Social, 2009; CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. IN_ *Revista Brasileira de História*. São Paulo.V. 26, nº 52, 2006.p.79-114.

⁴²¹ Sobre as fazendas da Nação, ver LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871*. [Tese de Doutorado], PUC – RS, 2001.

A quantidade de gados e de cavalos, assim como a qualidade dos currais, casas e do tipo de frutos presentes em cada fazenda, mereceria igual atenção. Das 33 fazendas em domínio dos jesuítas foram disponibilizadas informações acerca de 11 propriedades. De acordo com a tabela abaixo, os escravos estavam assim distribuídos:

Tabela 4: Relação das Fazendas, casas, currais, fábrica de cavalos e de escravos tudo em ordem deste Governo, 1770.

<i>Fazendas</i>	<i>Número de escravizados por fazenda</i>			
	<i>Escravos por sexo</i>		<i>Absoluto</i>	<i>%</i>
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>		
Poções	08	02	10	6,06
Campo Grande	08	03	11	6,6
Castelo	10	07	17	10,3
Campo Largo	13	12	25	9,43
Brejo dos Inácios	08	13	21	12,7
Ilha	09	08	17	10,3
Borel	08	06	14	8,4
Fronteira do Meio	12	08	20	12,1
Sítio do Exu	05	08	13	7,8
Pobre	05	01	06	3,6
Baixa dos Veados	07	04	11	6,6
TOTAL	85	80	165	100

Fonte: APEPI, Município: Oeiras, Anos 1752-1869. Caixa 98

Os números acima não constituem todo o plantel de escravos existentes na capitania durante a década de 1760. Seus números estão restritos a algumas das fazendas sob jurisdição portuguesa. As de domínio privado e as pequenas propriedades em poder dos arrendatários e pequenos posseiros não constam no levantamento feito pelo governador da capitania⁴²².

⁴²² Em 22 de julho de 1771, o governador da capitania escreve para a Secretária de Estado dos Negócios da Marinha informando a situação das fazendas administradas pelos regulares no Piauí. Na sua carta, o governador conta que existiam apenas 33 fazendas em domínio dos clérigos e um cofre, “conservando-se nele o produto delas”. APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de Cartas. 1769-1771. SPE.COD. 009.ESTN.01.PRAT. 01.pp.32-33.

Mesmo assim, um percentual de 165 escravos, com relativo equilíbrio entre homens e mulheres, nos possibilita algumas conclusões sobre a vida dos escravos - africanos e seus descendentes - nas fazendas dos jesuítas no Piauí.

O administrador da Capitania de São José do Piauí estava igualmente interessado em conhecer a possível constituição de uniões escravas no ambiente das fazendas. Dos 165 escravos encontrados nas fazendas, existiam 37 uniões, ou seja, um casal de escravos vivendo com sua prole. O sexo (filhos machos/filhas fêmeas), a denominação étnico/racial - Angola, Geige/Jeje, crioulo, crioulinha, mestiço, mesticinha e mulato - e a idade aparecem logo em seguida na documentação ⁴²³. Embora em menor detalhe, a documentação faz ainda referência ao tipo de ofício exercido pelos escravos nas fazendas. A atividade de vaqueiro, bem como a de ferreiro, são as únicas atividades citadas na documentação.

De todos os escravos relacionados na tabela, apenas um tem o sobrenome. João Afonso, escravo de 80 anos de idade, foi arrolado na fazenda Saquinho e mantinha uma união com a escrava Luzia, de 42 anos. Da sua relação com Luzia, nasceram Ângelo crioulo (26 anos), Romualdo crioulo (18 anos) e Geralda crioulinha (12 anos). João Afonso e Cristovão Angola são os dois únicos escravos com idade igual ou superior a 80 anos e de procedência africana que ainda viviam na fazenda durante o levantamento desse relatório.

Possivelmente, João Afonso e Cristovão Angola presenciaram a chegada do P. Domingos Gomes naquele ano de 1722⁴²⁴. Ao comentar sobre os laços de conjugalidade dos escravos das fazendas, este jesuíta informava que, no universo de menos de cem escravos, eram raros os casados; só encontrando apenas seis casamentos, “dois com índias e três com negras, um com mestiça”. Comparando o número de uniões de escravos encontradas por Domingos Gomes com aquelas apresentadas nos anos de 1770 percebe-se um aumento significativo nas uniões entre escravos durante o domínio jesuítico nas fazendas.

O cenário não era diferente do encontrado nas unidades de produção agropastoris privadas. A documentação encontrada no Arquivo da Diocese de Oeiras permite-nos

⁴²³ Sobre a família escrava no Brasil e sua relação com a política paternalista dos senhores, ver, SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo & GOÊS, José Roberto. *A paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico*, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Para o Piauí, ver BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999; FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.

⁴²⁴ Em regra, a documentação explícita apenas o primeiro nome do escravo, seguido depois da denominação crioulo, mulato ou a procedência africana. No caso da documentação em análise, os africanos de procedências angola (28 escravos), jeje, [gege/geige] (06 escravos) e congo (01 escravo) figuram como os arrolados na documentação. Ver, APEPI. MUNICÍPIO: Oeiras, Anos 1752-1869. Caixa 98.

vislumbrar em detalhes a influência da cristandade na vida dos habitantes do Piauí colonial. Boa parte da documentação diz respeito ao número de batismos e de casamentos envolvendo sujeitos escravos, índios, alforriados e sujeitos livres, pobres pertencentes à freguesia de Nossa Senhora da Vitória durante os anos de 1760-1790.

Em muitos dos casos, a listagem em torno dos casamentos e dos batismos se dava em forma de desobriga; isso acontecia em geral por um vigário que partia do Maranhão para executar suas atividades religiosas em fazendas por ele visitadas. Esses registros eclesiásticos estão entre os poucos instrumentos pelos quais podemos ter acesso ao número estimado dos habitantes das fazendas privadas no Piauí.

Como foi dito acima, se no ambiente das fazendas dos religiosos da Companhia de Jesus, as procedências étnicas circulavam em torno dos angolas, minas e Jejes, nas fazendas privadas havia uma variação étnica maior. Ao que tudo indica, muito provavelmente, os angolas continuaram a prevalecer sobre os demais grupos étnicos de procedência africana nas fazendas particulares. Em seguida, aparecem os Jejes, Minas, Congo, Ganguela [Benguela], Cacheu, Rebolo, Moçambique e Umbaca⁴²⁵.

A diversidade de grupos étnicos poderia variar de inspeção para inspeção. Em algumas, a diversidade étnica definia o perfil da escravaria, em outras a prevalência terminava por definir o perfil da mão de obra empregada na fazenda. Em geral, esses escravos de procedência africana aparecem nas listas como os de idade mais avançada e, muitas vezes, ocupam a função de vaqueiro, com família estável e certo prestígio com os administradores e demais escravos no interior das propriedades.

Os grupos étnicos de procedência africana, encontrados nas fazendas de gado vacum e cavalar da capitania do Piauí, não se diferenciavam daqueles igualmente presentes nas fazendas e áreas produtoras de arroz e de algodão do Maranhão. De acordo com Mathias Rohrig Assunção, durante a vigência do tráfico de escravos, a capitania do Maranhão absorveu um total de 114.000 mil a 140.000 africanos, caso as estimativas considerem também o potencial e ainda pouco estudado comércio de escravos clandestino que, vindos diretamente da Bahia, abasteciam fazendas e áreas de mineração dos sertões⁴²⁶.

⁴²⁵ Sobre o tráfico de escravos para o Norte do Brasil, ver BARROSO JUNIOR, Reinaldo. *Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2009. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes. A formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FALCI, M. B. K. ; MARCONDES, R. L. "Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 430, p. 53-68, 2006.

⁴²⁶ ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. "Maranhão, terra de mandinga". IN *Comissão Maranhense de Folclore*. Boletim on-line nº 20, 2001.

Embora nessa época a costa da Alta-Guiné figurasse como o principal entreposto negreiro do continente africano com as praças comerciais do Maranhão e Grão-Pará, cativos vindos dos portos de Cacheu e Bissau, portanto, de procedência étnica própria daquele circuito negreiro - como os Nalu, Papel, Bijagó, Balanta, Mandinga e Cassanges - entraram no Maranhão e Piauí e compuseram os plantéis de escravos, juntamente com Angolas, Fula, Moçambique, Congo, Benguela e os Minas, nas fazendas e demais propriedades dessas duas capitanias⁴²⁷.

Conforme levantamento da documentação referente aos registros de casamentos no Maranhão do século XVIII, Marinelma Costa Meireles consegue vislumbrar um ambiente escravista multifacetado por grupos étnicos que encontraram nessas terras a possibilidade de re/configurar suas identidades africanas ou re/elaborá-las nas Américas⁴²⁸. Os Angolas e os cativos da nação Mandigas aparecem, tanto nas pesquisas de Assunção, quanto nas de Meireles, como os grupos étnicos de maior representatividade entre os escravos do Maranhão.

Durante a vigência da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, as capitanias do Norte puderam contar com essa rede de abastecimento Atlântico de escravos, procedentes, sobretudo, de Cacheu e Bissau⁴²⁹. Contudo, com o declínio das Companhias Pombalinas de Comércio, o tráfico de escravos para o Maranhão e Piauí se redefiniria a partir de um comércio terrestre envolvendo donos de escravos e seus agenciadores/atravessadores que forneciam mão de obra para as áreas produtoras de gado, de arroz e de algodão, próximas aos rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim⁴³⁰.

Enquanto instituição jurídica aceita e amplamente disseminada, a escravidão carregava em si elementos que serviam para classificar e hierarquizar os sujeitos que dela estavam reféns ou dela se aproveitavam. Nesse sentido, o lugar de nascimento (Brasil, Portugal e África) e as categorias/qualidades de cor (branco, escravos, índio e mulatos) auxiliavam as autoridades coloniais a distinguir os diversos sujeitos.

A utilização da categoria/qualidade cor (branco, escravos, índio e mulatos), presente na documentação e largamente empregada na época, não inválida - assim como a

⁴²⁷ BARROSO JUNIOR, Reinaldo. *Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2009. Para outras áreas escravistas, ver: SOARES, Mariza de Carvalho. "Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista". *Revista Tempo*, Vol. 3.- nº 6, Dezembro de 1998. p. 8; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p. 81.

⁴²⁸ MEIRELES, Marinelma Costa. *Tráfico Transatlântico e procedências Africanas no maranhão setecentista*. Brasília: Dissertação de Mestrado UNB, 2006.p. 133.

⁴²⁹ ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. "Maranhão, terra de mandinga".IN_*Comissão Maranhense de Folclore*. Boletim on-line nº 20, 2001.

⁴³⁰ Id. Ibidem.

hierarquização da sociedade a partir de aspectos de classificações étnicos (branco, africano e índio) - a compreensão da existência de uma sociedade profundamente marcada pelas diferenças de cor. Na verdade, o sujeito classificado como índio ou como africano não se via como tal e, em muitos casos, ver-se diferente do outro não só marcava uma posição cultural, mas também assinalava seu lugar naquele mundo cada vez mais colonial⁴³¹.

O primeiro esforço de classificação da população escrava e indígena que vivia no ambiente das fazendas, bem como fora dela, partiria do ouvidor José Antônio de Moraes Durão quando, no ano de 1772, produz um relato descritivo da capitania do Piauí⁴³². Por meio desse manuscrito, o ouvidor classificaria os sujeitos daqueles sertões a partir de critérios baseados na cor. Seu interesse no assunto era tanto que o início da sua *Descrição do Piauí*, o ouvidor detalha as características da população, colocando-a na condição de elemento essencial para se entender a capitania e para, logo em seguida, afirmar que tal qual a cor da terra - vermelha - seria também a pele de qualquer nação indígena do Piauí, que misturada ao branco daria origem aos mamelucos, ao “caful [cafuzo], ao filho de preto e índia; mestiço ao que participa de branco, preto e índio; mulato ao filho de branco e preta; cabra ao filho de preto e mulata; curiboca ao filho de mestiço e índia”. Na ausência de uma dessas classificações, o ouvidor os distinguia por condição de mestiço, sendo esse sujeito “a mistura de cabras e curibocas”⁴³³.

Antônio José Moraes Durão traça no mesmo trabalho descritivo da capitania um levantamento censitário da população, descrevendo em cada vila da capitania do Piauí o percentual exato dos seus moradores, sexo, condição social e faixa etária.

⁴³¹ Ver sobre o assunto, SHWARTZ, Stuart. “Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e conflitos entre negros e indígenas”. *Afro - Ásia*, 29/30, 2003. pp. 13-40; SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p. 224; PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Íbero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015; SÁ, Eliane Garcindo de. *Mestiço: entre o mito, a utopia e a história. Reflexões sobre a mestiçagem*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. p. 29.

⁴³² Ofício do ouvidor do Piauí, Antônio José Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, sexos e idades. Anexo: 1 doc. AHU_Piauí, Cx. 10, doc. 17. AHU_ACL_CU_016, Cx. 12, D. 684.

⁴³³ Id. Ibidem.

Tabela 5: Relação das Pessoas, Fazendas, sítios que há nesta Capitania de São José do Piauí, até dezembro de 1774.

	Fogos	Almas	Homens	Mulheres	Fazendas	Sítios	Corres	Idades	Fazendas que têm senhorio fora da capitania
Oeiras	1002	5700	32020	2498	182	103	Brancos - 1885	Menores de 7 - 3320	No Reino - 39
Parnaguá	329	2433	1333	1100	60	11	Mulatos - 2150	De 7 até 14 - 2723	Na Bahia - 50
Jerumenha	253	1531	869	662	69	46	Mestiços- 1554	De 14 até 70 - 12644	Em Pernambuco - 4
Valença	369	2536	1356	1180	58	46	Vermelhos- 556	De 70 até 90 - 436	No Ceará - 6
Marvão	190	1326	728	598	39	50	Mamelucos - 668	De 90 até 100 - 45	No Maranhão - 8
Campo Maior	447	2971	1669	1302	91	49	Pretos - 3856	De 100 até 120 - 13	
Parnaíba	444	2694	1512	1182	79	47	Total 10669		
Total	3034	19191	10669	8522	579	352	Brancas - 1320	Total - 19191	Total - 107

Fonte: Descrição da capitania de São José do Piauí, do ouvidor Antônio José de Moraes Durão

Esses dados, embora parciais, parecem demonstrar o quão a escravidão estava disseminada naquelas fazendas agropastoris, públicas e privadas da época. Entranhada em todo o tecido social, a escravidão se perpetuava enquanto instituição legitimadora do status social e como elemento potencializador dos ganhos materiais dos seus senhores, uma vez que era no labor diário com o gado que estes escravos estavam na sua grande maioria envolvidos. É exemplar desse alastramento da instituição escrava na sociedade o caso envolvendo o vigário Dionísio José de Aguiar que, em 1771, aproveitou a oportunidade dos batismos coletivos de escravos e inseriu os seus cativos no ritual cristão a fim de receberem a santa unção.

Na forma do sagrado Concílio Tridentino nesta freguesia onde os contraentes são naturais moradores fregueses sem descobrir impedimento algum em minha presença sendo presente as testemunhas Mathias Pinto e Domingos Pereira da Silva pessoas conhecidas receberam por palavras do presente o crioulo Felício, filho legítimo do preto João Borges de nação Gege e AngelaVieira de nação Angola, natural e batizados nesta freguesia de Nossa Senhora da Vitória com Joaquina preta de nação Mina ambos os contraentes escravos do *Reverendo Vigário* [grifo meu] abaixo assinado logo lhes deu as bênçãos conforme os ritos cerimoniais da santa madre igreja do que para constar fiz este assento e assino⁴³⁴.

Por estes registros é possível mapear o total de escravos por unidades domiciliares particulares, algo que só nos era possível com as fazendas do Real Fisco. Pelos registros de batismos e de casamentos também nos é possível traçar genealogias de famílias escravas, observar as regras e/as constituições de redes familiares entre escravos e perceber a presença das tradições culturais e re/criações étnicas próprias desses escravos; uma espécie de herança africana que veio para o Brasil e que nunca deixou de habitá-los⁴³⁵.

Nos documentos consultados existem livros de casamentos reservados quase que exclusivamente para os grupos de procedência angola ou os que assim se denominavam. Possivelmente, os casamentos interétnicos funcionavam como ferramentas de preservação das suas identidades, uma vez que, era por meio da família que o escravo poderia conquistar certa autonomia e transmitir a gerações futuras suas heranças culturais⁴³⁶.

Ao que tudo indica, não havia nenhum tipo de interferência por parte dos senhores. Diferente do que ocorria no sul do Brasil, quando, segundo Robert Slenes, os senhores de escravos praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres, a maioria dos registros de casamento na cidade de Oeiras nos mostra o contrário do ocorrido naquela parte do Brasil⁴³⁷.

⁴³⁴ Registros de Batismos 1760-1790. Arquivo da Arquidiocese de Oeiras.

⁴³⁵ Ver TORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2001; PRICE, Richard & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005. SWEET, James H. *Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa, Portugal: EDIÇÕES 70, 2007. SLENES, Robert. *'Malungo, N'agona vem!': África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda: Cadernos Museu Escravatura/Ministério da Cultura, 1995; SOUSA, Marina de Melo e. *Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de Rei Congo*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁴³⁶ Uma boa discussão sobre o assunto encontra-se em FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 317.

⁴³⁷ Sobre a ideia de família escrava no Brasil e os debates a ela relacionados, ver SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José R.A *Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: c. 1790 -c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Foi assim com os escravos Antonio de Abreu, preto de nação angola, e a escrava Ana Dias de Almeida, crioula e natural da freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Ambos eram de propriedade de Gaspar de Abreu Valadares ao casarem no ano de 1766, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória da cidade de Oeiras do Piauí.

Esses casamentos eram sempre motivos para muita festa. Em outubro de 1760, “o preto forro gentio da Guiné”, Cristovão do Rego, casou-se com a também preta forra gentio da Guiné, Thereza, e o reverendo vigário responsável pela cerimônia registrou no livro de casamentos da Paróquia que a cerimônia fora festejada por três dias consecutivos. Seis anos depois, em 1766, seria a vez dos pretos forros Francisco de Matos de Franco, de nação Jeje, e Eugenia, “da mesma nação Jeje”, assumir perante o Concílio Tridentino a condição de casados. Antes disso, Eugênia teria que apresentar ao vigário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória provas que confirmassem o falecimento do seu antigo cônjuge, o preto Domingos de Souza, e que por esta razão estaria ela desimpedida e pronta a recomençar uma nova vida.

Nesse mundo marcadamente escravista, missionários, curraleiros e autoridades coloniais estavam cientes de que para bem administrar os espaços das fazendas teriam que ceder, sujeitar-se a alguns interesses dos subalternos e, nesse ínterim, buscar soluções para o problema da falta de mão de obra. No tempo dos jesuítas, acreditava-se que a disseminação dos batismos e casamentos funcionaria como uma estratégia negociada para evitar e impedir fugas e, como isso, manter índios, escravos e demais agregados nos domínios das fazendas. Com a expulsão dos missionários, a laicização da posse da terra, deixando-a nas mãos de militares portugueses ou de mestiços nascidos no Brasil, apenas intensificaria os conflitos no ambiente das fazendas entre seus administradores e os escravos e agregados a elas pertencentes⁴³⁸. Os governadores seriam constantemente requisitados para solucionar esses conflitos e quando não até mesmo criticados por suas posturas violentas em relação aos subalternos das fazendas e dos aldeamentos indígenas.

Dois casos ilustram bem o momento de desagregação da propriedade jesuítica no Piauí. Em 06 de setembro de 1770, portanto, dois anos antes da expulsão dos jesuítas, a escrava Esperança Garcia pertencente a uma das fazendas da Companhia de Jesus decide denunciar os maus tratos que vinha sofrendo por parte do recém-empossado administrador.

⁴³⁸ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém:Ed. UFPA, 2012.p. 290. A ideia de uma elite agrária no Piauí começa a ganhar forma e força a partir desse momento. Para o Piauí, ver BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha.⁴³⁹

O capitão Antônio Vieira do Couto havia sido escolhido para administrar a fazenda Poções, lugar, portanto, onde Esperança Garcia estava se transferindo. Na época, a fazenda Poções situava-se entre as prósperas propriedades deixadas pelos jesuítas. No rol dos bens deixados pelos jesuítas, havia na fazenda Poções: duas casas, currais e chiqueiros para cavalos, bois e porcos, todos bem cercados com riachos e boa terra com bastante plantação de mangas e com boas madeiras.

A fazenda contava ainda com dez escravos, entre eles, Supriano [Cipriano] Crioulo, o vaqueiro da propriedade de 44 anos de idade. Junto com Supriano, sua esposa, a escrava Ana, de 20 anos de idade, e o filho, José Carlindo, com menos de 2 anos de idade. Gração Angola de 45 anos e sua mulher Graça, de 38 anos, fecham a lista dos escravos casados presentes na Fazenda Poções. Marcelino Crioulo, José Crioulo, Marcos Crioulo, Francisco Crioulo e Nazário Crioulo encerram a lista dos prováveis escravos que acompanharam de perto as desventuras da escrava Esperança Garcia e seus dois filhos⁴⁴⁰.

Quando se viu forçada a sair da fazenda Algodões para a fazenda Poções, a escrava Esperança Garcia tinha como seu administrador o tenente de cavalaria José Esteves Falcão. Na época, José Esteves Falcão acumulava a mesma função administrativa na fazenda Serrinha e, durante toda a trajetória enquanto agente colonial, adquiriu o respeito de muitos governadores do Piauí; sobretudo, de João Pereira Caldas, que no ano de 1760, cogitara seu nome para ocupar o cargo de Almojarife da Fazenda Real, posição estratégica na visão do próprio Pereira Caldas, uma vez que tal cargo funcionaria para desvincular as receitas da

⁴³⁹MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

⁴⁴⁰APEPI. Relação desta fazenda dos Posons [Poções] de duas, casas, e currais e chiqueiros, e fábrica de cavalos e escravos tudo por ordem deste Ih^mº Governo. Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97.

capitania do Piauí às do Maranhão⁴⁴¹. Em 1763, José Esteves Falcão finalmente tomaria posse como Almoхарife da Fazenda Real e até o ano de 1765 tem-se notícia da sua presença no cargo⁴⁴².

Tempos depois, José Esteves Falcão deixaria o almoхарife da Fazenda Real para ocupar-se da função de administrador das fazendas Algodões e Serrinha, como detalhado na tabela 3. Na época em que a escrava Esperança Garcia foi forçada a sair da fazenda Algodões, seu administrador era José Esteves Falcão. Junto à carta que expõe os sofrimentos da escrava Esperança Garcia, havia outro documento não datado e sem assinatura do autor. O documento apenas reforça o conteúdo das arbitrariedades cometidas pelo procurador e capitão Antônio Vieira do Couto aos seus subordinados, independentemente de serem pretos velhos ou moços, todos, na sua administração, trabalhavam todas as noites e sem descanso⁴⁴³.

Nesse documento, o autor anônimo afirma que o capitão Vieira do Couto dizia aos escravos que estava na função de administrador da fazenda Poções para “ensinar os ditos escravos” a se empenharem em “socar mamona, em desmanchar mandioca e outro serviço”⁴⁴⁴. Ao buscar dirimir a situação, o autor do documento se manifesta como “intercessor” entre as três partes, ou seja, o governador da capitania, o capitão Antônio Vieira do Couto e a escrava Esperança Garcia.

Possivelmente, o intercessor da causa da escrava Esperança Garcia tenha sido José Esteves Falcão. Assim como no governo de João Pereira Caldas, José Esteves tinha boa relação na administração do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1769-1775). Inclusive, além de administrador das fazendas da Nação, José Esteves Falcão sempre era nomeado para resolver esse tipo de conflito em nome dos interesses da administração colonial. Em janeiro de 1772, no auge das invasões dos índios Pimenteira nas fazendas situadas às margens dos rios Piauí e Parnaíba e de fugas dos aldeamentos dos índios Guguê, Jaicó e Acoroá para as matas, José Esteves recebe uma carta instrutiva do governador Lourenço Botelho de Castro autorizando-o a reorganizar os negócios na capitania.

⁴⁴¹ Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [Secretaria de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a necessidade de um Almoхарifado independente do Maranhão, e o serviço do recebedor da Fazenda Real, José Esteves Falcão. Anexo: 06 docs. AHU-Piauí, Cx.6, doc. 7, 1/AHU_CU_016, Cx. 6, D. 380.

⁴⁴² Carta do provedor da Fazenda Real do Piauí, Luís José Duarte Freire, ao rei [D. José], sobre o recenseamento da conta referente ao ano de 1764, do almoхарife da Fazenda Real, José Esteves Falcão. AHU-Piauí, cx. 7, doc. 28/AHU_CU_016, Cx. 9, D. 542.

⁴⁴³ MOTT, Luiz. “Uma escrava no Piauí escreve uma carta...”IN_ MOTT, L. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. p.142.

⁴⁴⁴ Id. Ibidem, p. 143.

Diante dessa situação, o governador Lourenço Botelho de Castro se referiria a José Esteves Falcão como o único vassalo “bem circunstanciado para o exercício deste emprego” na capitania do Piauí⁴⁴⁵. Não resta dúvida de que tais atributos contribuíram, sobremaneira, para colocá-lo na condição de membro do governo interino da capitania do Piauí durante o ano de 1775⁴⁴⁶.

Outra situação que o deixa na condição de interventor da pendenga e de provável simpatizante ao apelo da escrava Esperança Garcia em reaver sua família encontra-se na própria carta quando o autor afirma que soubera do conflito por meio de uma portaria que chegara “até a fazenda Serrinha” e que relatava os maus instintos e a forma como o capitão Antônio Vieira do Couto castigava seus escravos.

Como vimos, José Esteves Falcão administrava tanto a fazenda Algodões como Serrinha no momento em que a escrava Esperança Garcia inicia sua odisseia pelas fazendas da Nação. A rede de apoios em solidariedade a causa da escrava não ficaria restrita ao administrador da fazenda José Esteves Falcão. Os escravos de ambas as fazendas parecem que municiaram o interventor de informações a respeito dos maus tratos pelos quais estavam sofrendo desde a chegada de Antônio Vieira do Couto. Sobre essas denúncias, embora a carta da escrava Esperança Garcia tenha um conteúdo escrito em primeira pessoa, dando ao documento um caráter particular, suas súplicas em relação à manutenção dos direitos dos súditos em se confessar são exemplificadas de modo generalizante, reforçando, portanto, o igual caráter coletivo das suas queixas.

Para sensibilizar os superiores e se livrar dos maus tratos, Esperança Garcia utiliza como prerrogativa as doutrinações impostas pelos jesuítas na época em que as fazendas estavam em domínio dos missionários da Companhia de Jesus, ou seja, a necessidade dos batismos e dos casamentos entre os escravos, índios e agregados. Ciente do seu mundo e dos limites que sua condição de escrava podia propiciar, Esperança Garcia utilizou a estratégia dos conquistadores para angariar vantagens e com isso re/planejar seu destino perto dos seus filhos e marido.

Sobre a constituição dos matrimônios no mundo da escravidão, Sheila de Castro concluiu que para o Rio de Janeiro parecia haver por parte dos cativos um sentimento favorável ao matrimônio católico; contudo, isso não significou uma passividade dos escravos aos ditames e preceitos dos senhores e missionários, muito menos uma perda das identidades

⁴⁴⁵ APEPI. Capitania do Piauí. Registo de Cartas ao general do Estado: 1770-1781. Caixa. 149.

⁴⁴⁶ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed. V. 01. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.p.184..

africanas. Com uma rigidez hierárquica, típica das sociedades escravistas onde as mobilidades estavam continuamente atreladas a elementos de ascendência familiar e cor/qualidade, restava aos escravos e aos demais subalternos aproveitarem as poucas brechas/oportunidades construídas no interior daquela sociedade para re/estruturar suas vidas.

Já no documento que acompanhava a carta, as prerrogativas de proteção solicitadas pelo interventor se estendiam a todos os escravos. Mais do que isso, o documento tornava evidente o auxílio que o governador deveria ter em relação aos escravos, pondo-lhes “os olhos de piedade em ver estas lástimas porque não tem quem fale por estes mais que a misericórdia divina de V.Sa. abaixo de Deus, pois os ditos escravos não têm outro jazigo senão o amparo de V.Sa”.

A história de Esperança Garcia não chegaria até os dias atuais se não tivesse o apoio de outros escravos e do próprio administrador das fazendas Algodões e Serrinha, José Esteves Falcão. Transpor para o mundo do papel as dificuldades que permeavam a vida dos escravos não seria algo exclusivo da escrava Esperança Garcia e, muito menos, restrito ao mundo colonial português. Ao analisarem a trajetória familiar da escrava Rosalie da Senegâmbia, no continente africano, passando por Saint-Domingue, Santiago de Cuba e outras regiões das Américas até chegar à Europa do século XX, os historiadores Rebeca J. Scott e Jean M. Hebrard perceberam o quanto as relações de poder próprias do mundo da escravidão foram entendidas pelos escravos em associação com a necessidade de incorporar suas reivindicações no mundo da escrita.

Ao se descobrirem sujeitos escravizados, muitos deveriam compreender que suas vidas estariam, a partir daquele momento, submetidas a uma série de regras solidamente referendadas por distinções hierárquicas e de privilégios. Nesse ambiente marcadamente de Antigo Regime, muitos súditos do vasto império português escolheriam seguir o caminho da escrita como plataforma de suas denúncias, daí “a importância dos documentos em uma sociedade escravista”⁴⁴⁷.

Por meio desses indícios documentais é que tivemos acesso ao mundo do tenente José Esteves Falcão. Sua projeção enquanto agente colonial o fez elaborar poucos, porém essenciais registros sobre suas atividades como almoxarife e administrador das fazendas da nação. Em relação aos escravos que viveram nas fazendas Algodões, Poções e Serrinha e que, porventura, conviveram com a escrava Esperança Garcia, a única informação disponível reside na *Relação dos Escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré*, um

⁴⁴⁷ SCOTT, Rebecca J e HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: Uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.p.90.

documento detalhando o percentual de escravos residentes nas fazendas da Nação no ano de 1778.

No final da década de 1770, as fazendas pertencentes à inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, antes vinculadas aos missionários da Companhia de Jesus, seriam arroladas em inventário dos bens semelhantes ao ocorrido no ano de 1770 nas fazendas das inspeções do Canindé e Piauí. Na relação havia um total de 101 escravos entre africanos, mestiços e crioulos presentes nas propriedades confiscadas pelo governo português. Diferente das demais inspeções, a de Nossa Senhora de Nazaré apresentava baixa diversidade étnica no plantel de escravos, com predominância de africanos de procedência angola, na ordem de 31 escravos arrolados com a denominação de angolas dos 101 encontrados nas unidades de produção. Em termos comparativos, os Minas aparecem em segundo lugar, com 5 escravos e, em seguida, 1 africano de procedência Congo. Os demais estão inventariados na condição de crioulos e mestiços.

Entre as fazendas com o maior percentual de angolas estava a fazenda Guaribas, com 7 escravos angolas (13,8%); a fazenda Mato, que apresentava um plantel total de apenas 4 escravos (4%) - sendo todos de procedência Angola- e a fazenda Algodões, com mais 4 Angolas que dividiam as tarefas do cotidiano da fazenda com mais 14 escravos classificados como mestiços e crioulos. De acordo com a tabela 5, a fazenda Algodões possuía o maior plantel de escravos entre as fazendas da inspeção de Nossa Senhora de Nazaré.

Tabela 6: Relação dos Escravos das fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, de todos quantos nelas se acham também os da Residência com as suas idades pouco mais ou menos, 1778.

<i>Fazendas</i>	<i>Número de escravizados por fazenda</i>			
	<i>Escravos por sexo</i>		<i>Absoluto</i>	<i>%</i>
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>		
Tranqueira de Baixo	08	07	15	14,8
Serrinha	05	03	08	7,9
Olho D'água	05	02	07	6,9
Algodões	10	08	18	17,8
Cantarem	04	01	05	5,0
Jenipapo	06	02	08	8,0
Mocambo	03	01	04	4,0
Gameleira do Mimbo	05	02	07	7,0
Alagoa de S. João	03	00	03	2,9
Guaribas	10	04	14	13,8
Mato	04	00	04	4,0
Casa da Residência	05	03	08	7,9
TOTAL	68	33	101	100

Os escravos das fazendas da Nação tinham consciências das conquistas adquiridas desde o tempo dos missionários da Companhia de Jesus. Entre os ganhos, estavam: as garantias em torno das partilhas dos animais nascidos nas fazendas, acessos aos ritos e cerimônias do catolicismo, como o compromisso dos matrimônios entre os escravos, batismos e confrarias religiosas as conhecidas irmandades de pretos⁴⁴⁸. Essa percepção da realidade escravista impunha-lhes a difícil tarefa em reconhecer a escravidão; contudo os estimulavam, igualmente, a definir a partir dos seus próprios referenciais os limites do poder dos seus senhores e dos maus-tratos aos quais estavam sujeitos. Nesse caso, como fez a escrava

⁴⁴⁸ Ver, REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, SP: [s.n], Tese de Doutorado em História-UNICAMP, 2005; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2007.

Esperança Garcia, optar pela tradição religiosa do colonizador não significou tornar-se inerte à escravidão, mas, ao contrário disso, tentou subvertê-la por dentro, questioná-la a partir daquilo que uma escrava definia como sendo escravidão, maus tratos e limites do poder dos senhores sobre seus subalternos⁴⁴⁹.

Não se tem notícia detalhada do desfecho da história envolvendo Esperança Garcia; sobretudo quando tomamos os acontecimentos posteriores à escrita da carta. Entretanto, na relação dos escravos da fazenda Algodões do final da década de 1770, dos 18 escravos pertencentes aparecem na listagem uma escrava de nome Esperança crioula, de 27 anos de idade e casada com o também escravo africano Ignácio Angola, de 57 anos de idade. Na listagem, aparecem ainda cinco escravos com idades entre 1 a 9 anos de idade. Diferente do censo de 1760, em que havia o cuidado em associar a cada casal de escravos a presença ou não de filhos, nesse os escravos de menor idade apenas aparecem no final da lista, dando a ideia de uma eventual ausência de famílias escravas.

Esperança Garcia tinha consciência de que as ações truculentas do administrador da fazenda Poções não tinham respaldo nem mesmo na própria instituição escrava; ainda assim, suas reclamações só teriam eficácia caso outros sujeitos, escravos e livres, aderissem a sua causa e compartilhassem do mesmo sentimento de insatisfação em relação ao cativo, aos maus tratos e à maneira truculenta como Antônio Vieira do Couto acolhia suas solicitações em querer viver com sua família na antiga fazenda. Ao conseguir apoio, Esperança Garcia utilizou a escrita como ferramenta para criticar as posturas dos inspetores das fazendas nacionais, sugerindo que os mesmos agissem de acordo com as regras jurídicas e religiosas dos colonizadores que concediam aos súditos prerrogativas simples como as de se conservarem cristãos, constituírem famílias e batizarem seus filhos nos preceitos do catolicismo.

⁴⁴⁹ Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Op. Cit. p. 336. SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. SCOTT, Rebecca J e HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade*: Op. Cit.p.89.

OS “TAPUIAS BRAVOS” DOS SERTÕES DO IMPÉRIO

De “tapuias bravos” a súditos do Rei: contatos, guerras e negociações com os índios do Maranhão e Piauí

É possível perceber nas crônicas dos missionários e nos tratados descritivos do século XVII os caminhos que conduziam às Serras das Ibiapaba ao longo do século XVI, e, sobretudo, no decorrer da segunda metade do século XVII. Não só os caminhos ficavam visíveis, uma vez que também é possível rastrear os diversos grupos indígenas presentes na região. *Descrição do Sertão do Piauí* do padre Miguel de Carvalho encontra-se entre tais fontes produzidas na segunda metade do século XVII e que nos permitem estabelecer uma visão, mesmo que panorâmica, dos agentes históricos que ao saírem das capitanias de Pernambuco, Rio Grande e Bahia alcançam as Serras das Ibiapaba. Para Miguel de Carvalho, os índios do Rio Grande adentraram as Serras das Ibiapaba tanto pela costa do Ceará, como pelo sertão do Piauí. Os Jendoiz [Janduí] habitavam a serra do Araripe em conjunto com os Icó, Uriús e Ubatês e de Araripe ecirculavam por todo o sertão, indo dos montes arenosos do Rio Grande do Norte às praias do Ceará em tempos de fartura do caju.⁴⁵⁰

A quantidade e a diversidade de índios encontrados pelo Pe. Miguel de Carvalho o levaria a produzir na sua obra *Descrição do Sertão do Piauí* um apêndice exclusivo sobre os índios da região. Ao todo, o missionário registrou 37 grupos indígenas. Sabia ele que a sua totalidade não fechava-se a esse montante, uma vez que “muitas nações” indígenas não se sabiam nome. Entre os “tapuias bravos” estavam os Aroaquize, Carapotanga, Aroquanguiras Precati, Acurua, Rodela, Beçudo, Bocoreima, Cupequaca, Cupichere, Gutame, Goya, Anicuaz, Aranhaz, Corerá, Ayitetu, Abetira, Beirté, Goara, Macumasu, Nongaze, Tramambé, Anassuz e Alongâz, Aruás, Ubatê, Meatanz, Corsiâ, Lanseiro, Arayese, Acumez, Goaratize, Jaicó, Jendoiz, Yco, Uriu e Cupinharôz.

A exceção dos índios Beçudo que recebiam este nome por terem os “beijos tão grandes que no baixo metem um batoque tamanho como uma grande laranja”, dos *Anicuaz* e

⁴⁵⁰ Ver sobre os Janduí, ver: POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, tupi e “tapuias” no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 236.

Nongaze que “comem brancos”, dos *Anassuz* que vivem junto com os caboclos na Serra das Ibiapaba e que fogem do contato com os brancos, dos *Yco*, que têm grandes barbas, e dos *Precatiz* que “se enterram debaixo da terra para fazerem esperas aos brancos e com a barriga amarrada, com cordas correm mais do que cavalos e não tocam a terra senão com as pontas dos pés”, os demais se diferenciavam apenas por viverem em ambientes distintos.

As tentativas de conquistas do Maranhão pelo Atlântico sempre se mostraram fracassadas até o final do século XVII. A dificuldade de navegar pelas Águas do Atlântico equatorial, a variedade de situações encontradas pelos colonizadores em avançar por terra até a parte Norte e as diversas origens étnicas e culturais dos ditos “tapuia” da região foram, durante muito tempo, motivos da baixa recepção do Cristianismo pelas populações ameríndias e africanas nessa parte da Ibero-América.

O próprio padre Vieira pontuava como empecilho ao empreendimento catequético nas Ibiapaba a “dificuldade do caminho de mais de cem léguas, atalhado de muitos e grandes rios, e infestado de diversas nações de tapuias feros e indômitos, que a ninguém perdoam”⁴⁵¹. Tomando por base esse mesmo relato do Padre Vieira acerca dos índios das serras das Ibiapaba, Serafim Leite acabaria por estabelecer uma classificação de ordem eminentemente religiosa dos moradores das Serras. Para Serafim Leite, os habitantes das Ibiapaba estavam divididos em três grupos: os gentios sem contato com a fé; os convertidos ao catolicismo, “mas que a esqueceram ou a desmentem nos costumes”; os heréticos e grupos indígenas locais; os Tobajaras [Tabajara] e índios fugidos de Pernambuco.⁴⁵²

Próximo ao estuário do rio Camuci [Camucim], indo em direção ao rio Parnaíba, estavam os índios Tremembé. Poucos sabemos a respeito dos índios Tremembé, habitantes dos limites territoriais do Maranhão com o Ceará. A tese de doutoramento de Joína Freitas é uma das poucas que se aventurou a explorar esse mundo dos “tapuia” da costa leste do atlântico.⁴⁵³ Ao partir dos primeiros duzentos anos de contato entre europeus e indígenas que viviam na faixa litoral do Atlântico equatorial, a chamada Costa Leste-Oeste, Freitas parte do pressuposto segundo o qual, os indígenas durante todo esse período mantiveram-se autônomos em relação aos diversos contatos com europeus que circulavam pela região. Em grande medida, esse protagonismo dos gentílicos da região, denominados de Tremembé

⁴⁵¹ Padre Antônio Vieira. *Relação da Missão da Serra das Ibiapaba...*

⁴⁵² LEITE, Serafim S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, Tomo III, 2006. p.18.

⁴⁵³ BORGES, Joína Freitas. *Os senhores das Dunas e os Adventícios D’Além-Mar: primeiros contatos, tentativa de colonização e autonomia Tremembé na costa Leste-Oeste (século XVI-XVII)*. Tese de Doutorado: Rio de Janeiro, 2010.

(Taremembés, Trememmés) deveu-se notadamente pela característica geográfica e marítima da Costa Leste-Oeste, que impedia o avançar de pequenos e grandes navios no litoral⁴⁵⁴.

Tais dificuldades haviam chamado a atenção do padre Vieira que, ao narrar as dificuldades da navegação entre o Maranhão e Ceará, mostrava-se preocupado com a peculiaridade daquele litoral. Para ele,

Uma das mais dificultosas navegações de todo o mar Oceano é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixos, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinência dos ventos, e perpétua correnteza das águas. Vem esta correnteza feita desde o Cabo da Boa Esperança, com todo peso das águas do Oceano na travessa, onde ele é mais largo, que é entre as duas costas de África e América, e, começando a descabeçar desde o Cabo de Santo Agostinho até o Cabo do Norte, é notável a força em que todo aquele cotovelo da costa faz o ímpeto da correnteza, levando após si, não só tanta parte da mesma terra, que tem comido, mais ainda aos próprios céus e os ventos, que em companhia das águas, é com arrebatados delas, correm perpetuamente de Leste e Oeste. Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda a costa deste Estado quase inavegável para barlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão de nenhum modo se pode navegar por fora, e do Maranhão para o Ceará com grandíssima dificuldade, e só em certos meses do ano, que são os de maior inverno.⁴⁵⁵

Por terra, contornando o litoral, a situação não era diferente, uma vez que muitas ilhas, igarapés e desertos litorâneos (lençóis grandes) dificultavam a realização de extensos percursos a pé ou em pequenos navios. Superar as distâncias entre o Maranhão e o Ceará requeria certa habilidade das técnicas náuticas, das correntezas dos mares e dos regimes dos ventos. O próprio Vieira faria das dificuldades de se transpor as forças dos mares em sumacas, as fastidiosas caminhadas pelos grandes lençóis e, por fim, os enfadonhos percursos feitos em pequenas canoas pelos 14 rios e ilhas, um verdadeiro exercício penitencial. Tanto o padre Antônio Ribeiro, conhecedor da língua dos índios, e o padre Pedro Pedrosa assumem a responsabilidade de cumprir a viagem da cidade de São Luís do Maranhão ao Ceará rumo aos índios Tobajara (Tabajara) das Ibiapaba era, nas palavras do religioso, enfrentar as armas do demônio.

⁴⁵⁴ Segundo o Padre Miguel de Carvalho, os Tremembé eram vistos como aliados dos brancos e habitantes da barra do rio Parnaíba; já o padre Antônio Vieira, os cita como os gentios da costa que se reconheciam com o nome de alarves. Em ambos os casos, os acordos com os europeus parecem ter sido a regra entre os Tremembé, algo que, possivelmente, tenha favorecido os próprios indígenas nesse processo de busca pela autonomia. “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do sertão do Piauí remetida ao IHm^o e Rm^o Senhor Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco”. IN_ENNES. Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história); Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. pp. 386.

⁴⁵⁵ Padre Antônio Vieira. *Relação da Missão da Serra das Ibiapaba...*

Cristina Pompa já havia chamado atenção acerca das leituras produzidas pelas crônicas dos missionários e agentes da Coroa a respeito dos costumes dos índios⁴⁵⁶ e a reprodução *ipsis litere* dessas imagens dos selvagens pela historiografia do indigenismo. Ao representarem traços de uma possível índole brava, o pouco apego aos elementos da cristandade, como a ausência de perdão e fé e a desumanidade com o inimigo, esses escritos terminariam por situar os “tapuia” no espaço da barbaridade, reforçando assim a necessidade da conquista e da colonização⁴⁵⁷.

Isso não foi diferente para com os índios que habitavam as serras das Ibiapaba. Assim, ao reforçarem a imagem dos índios das Ibiapaba como presunçosos, bárbaros em sua essência e potencialmente arredios ao projeto catequético, essa documentação eclesiástica acabaria por excluir outras histórias nas quais índios do Maranhão assumiriam o papel de protagonistas⁴⁵⁸.

Foi assim com a história do índio Jorge Tagaibuna e seu pai, Domingos Ticuna, “principal e capitão da sua nação e aldeias ditas na capitania do Camusy”, situados no Estado Maranhão. Em petição direcionada ao Conselho do Ultramar, Jorge Tagaibuna solicita o hábito de Cristo para ele e seu pai, além de uma tença a ser retirada dos dízimos e alguns ornamentos, um sino e charamelas para celebrar missas, alegando por nunca haverem prestado desobediência ao El’rei, desde tempos passados, quando tomaram dos holandeses “a fortaleza do Seará e a conservaram no serviço de V. Maj. até que se retiraram para o sertão, por não poderem ser socorridos de Pernambuco, e que tendo depois notícia do cerco, que as armas de V. Maj. puseram ao Recife, tornaram outra vez o dito seu Pai, com os ditos índios a sitiar a mesma praça do Seará, e lançaram dela aos holandeses, que os ocupavam, matado-lhes quarenta infantes”.

De acordo com a petição, Domingos Ticuna e Jorge Tagaibuna, pai e filho respectivamente, assumem para si o protagonismo no processo de expulsão dos holandeses das Serras das Ibiapaba. Não só isso, como o principal de uma das aldeias de Camusy, Domingos Ticuna convence as demais nações gentílicas a se unirem aos portugueses. As autoridades do Conselho Ultramarino recebem a carta em agosto de 1659 e pelo seu conteúdo não duvidariam que ambos os índios viam na figura do Rei a autoridade máxima nos domínios do Novo Mundo. Para Domingos Ticuna e Jorge Tagaibuna, o soberano de Portugal seria ao mesmo tempo rei e senhor, uma personalidade a quem deviam obediência e

⁴⁵⁶ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, tupi e “tapuias” no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p 228.

⁴⁵⁷ Ver também VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify. 2013.

⁴⁵⁸ Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

fidelidade. Ao fazerem isso, pai e filho, se apresentavam como vassalos do Rei, agentes da Coroa portuguesa nas conquistas do Maranhão, colaboradores do expansionismo português nas Américas e responsáveis diretos pelas aproximações administrativas do Maranhão com a capitania de Pernambuco.

Junto à Petição dos índios do Estado do Maranhão, seguia também uma certidão assinada por André Vidal de negreiros atestando que durante sua jornada em busca do caminho para Pernambuco, os índios das aldeias do Camusy e de outras nações o escoltaram, em obediência e grande fidelidade, da cidade de São Luís do Maranhão até as terras de Pernambuco⁴⁵⁹. O sucesso e/ou o fracasso alcançado pelos índios Domingos Ticuna e Jorge Tagaibuna, em busca das suas honras e mercês, não aparecem na documentação; entretanto as expectativas em torno de um resultado favorável eram possíveis, uma vez outros índios da região já haviam adquirido tal honraria⁴⁶⁰.

Foi o que aconteceu com o índio Dom Antônio Marapião, ordenado cavaleiro do hábito de Cristo e, segundo consta na documentação, era o principal da sua aldeia por “geração de seus antepassados que foram os primeiros que se reduziram e avassalaram a esta Coroa na expulsão Jerônimo de Albuquerque fez dos Franceses que invadiram o dito Estado”. De acordo ainda com a documentação, Antônio Marapião e o índio Alexandre de Sousa haviam saído de suas terras em direção a Lisboa afim de “requerer a V. Maj. os consideráveis serviços que tinham feito” nas terras do Estado do Maranhão⁴⁶¹.

No jogo das palavras elaborado pelos missionários, a dualidade presente na maneira de conceberem os mundos dos governos entre temporal e espiritual estão, no texto acima citado, representados nas palavras justiça e cristandade, ambas se reforçando mutuamente para combater o inimigo comum: os colonizadores “que debaixo de liberdade façam as injustiças e sem razão que até aqui se tem experimentado”. Interligando mundos disformes na busca da tão propalada salvação das almas dos índios, os jesuítas acabariam por construir um argumento de combate às injustiças do cativo indígena. A base de sustentação desse projeto residiria na própria supressão das liberdades, agora de outros agentes sociais, no caso, os negros de Angola.

Assim, para tornar legítimo o resgate de índios nos sertões e frear o avanço dos colonizadores, o único remédio seria legitimar moralmente o comércio Atlântico de escravos.

⁴⁵⁹ AHU-ACL-CU-009 Caixa: 4 Doc. 00418.

⁴⁶⁰ Esse mesmo caso envolvendo os índios Domingos Ticuna e Jorge Tagaibuna é analisado por Studart. Segundo este autor, os índios conseguem um parecer favorável que aponta para um desfecho positivo para os dois índios. Cf. STUDART, Barão de. *Datas e Fatos para a história do Ceará*. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1896. p. 115.

⁴⁶¹ AHU-ACL-CU-009, Caixa. 4. DOC. 451

E, segundo os próprios missionários, comerciantes de almas negras não faltariam para tal empreendimento⁴⁶². E de fato não faltaria, porém os colonos exigiam deles muito mais do que a mão de obra.

“Os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil”

Ao percorrer o rio Parnaíba na companhia do jesuíta Filipe Bourel e mais 42 agentes coloniais, no ano de 1694, o Padre Miguel de Carvalho se surpreenderia com imensidão de tal rio. Não só isso, chamava-lhe igualmente a atenção pela abundância de suas frutas capazes de alimentar os brancos que lá passavam e a gentilidade. Surpreende também era a qualidade da terra que margeava o rio, aguçando no colonizador o desejo em estabelecer fazendas de gado vacuum e cavalar. Em meio à paisagem do rio Parnaíba, cercada de muitas frutas, caças, peixes e vales férteis, o religioso não estranhou o fato daquelas terras fosse o local de “muitos tapuias, os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil”.⁴⁶³

O controle por parte das nações indígenas dos caminhos do gado já era por si só um embaraço nos planos dos colonos interessados em conectar seus núcleos de criação de gado vacuum e cavalar com as feiras comerciais de abastecimento de alimentos da Bahia⁴⁶⁴. Possivelmente, os índios tinham conhecimento da importância dessas estradas para os curraleiros e posseiros da região. Esses dois episódios, a interrupção dessas estradas para o comércio e a ação organizada dos grupos indígenas em invadir a vila da Moucha, precipitaram as ações ofensivas das autoridades portuguesas no sentido de aprovar quaisquer medidas que objetivassem o início do processo de “guerra ao gentio bárbaro” da região.

Autoridades locais e curraleiros da região solicitavam aos governadores do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia algum tipo de solução, uma vez que os constantes conflitos não só causavam a perda de bens, como também eram seguidas de inúmeras mortes de colonos. De acordo com os colonos, os índios Pracati [Precati] eram os principais responsáveis pelos saques às fazendas, mortes de gados e ocultamento de bezerros nas

⁴⁶² Ver CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. IN *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.52, p.79-114. 2006.

⁴⁶³ CARVALHO, Padre Miguel. “Descrição do sertão do Piauí remetida ao IHm^o.e Rm^o Senhor Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco”. IN ENNES, Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 371.

⁴⁶⁴ Ver CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2 Ed. São Paulo: EDUFMA, 2008;

matas⁴⁶⁵. Ainda sobre os índios da nação Pracati, o missionário Domingos Gomes conta que os mesmos não poupavam nem mesmo as fazendas dos religiosos, invadindo-as e matando “doze pessoas nos meus anos”. Como solução, Domingos Gomes sugeriria “limpá-las [as fazendas] a chumbo, e comprar esta a troco de bois e armas de fogo para armar os Negros e por cima de dezesseis negros, que comprei a Bois” para uma eventual contraofensiva aos índios Pracati⁴⁶⁶.

Não muito distante das fazendas próximas à vila da Moucha, nas serranias localizadas entre o Piauí e da Bahia, grupos indígenas que habitavam aquelas áreas iniciam um processo de ocupação dos caminhos das boiadas que partiam das fazendas do Piauí em direção à feira Capoame; dificultando assim os negócios envolvendo a venda de carne e couramas nos sertões⁴⁶⁷. Nessa época, a contra ofensiva portuguesa já havia celebrado a paz com grupos indígenas do Ceará, Rio Grande do Norte e de Pernambuco; contudo outra frente de combate se abriria rumo ao Piauí, rumo ao interior dos sertões onde o avançar das fronteiras do império português em direção ao Estado do Maranhão e terras das índias de Castela ainda se mostrava incerto. Nessas “jornadas do sertão” outras guerras e levantes se sucederiam até a efetiva construção da paz, tal qual a ocorrida em outros territórios sob a tutela da Coroa portuguesa⁴⁶⁸.

Como explica Cristina Pompa, nessa “jornada do sertão”, a guerra contra os tupis da região do São Francisco e sertões da Jacobina quase sempre esteve vinculada aos interesses dos curraleiros⁴⁶⁹. Sem embargo, o cenário continuaria o mesmo para os curraleiros interessados em ocupar as terras do Piauí; contudo após o falecimento de Domingos Afonso Mafrense, os curraleiros do Piauí ganhariam o apoio dos religiosos da Companhia de Jesus.

Para Domingos Gomes, somente o armamento da escravidão, pertencente às fazendas dos religiosos, seria suficiente para conter a onda de hostilidade dos índios Pracati, Timbira, Guegue, Acaroa e Pimenteira⁴⁷⁰. É provável que seu posicionamento intempestivo sobre o assunto tenha alguma relação com as invasões dos “tapuais do corso” nas fazendas

⁴⁶⁵ Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

⁴⁶⁶ Ibidem.

⁴⁶⁷ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3 Ed. V. 1. Teresina: Acadêmica Piauiense de Letras, 2015.p. 79.

⁴⁶⁸ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*. Bauru, Sp: EDUSC, 2003.p.269; HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 534. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.p. 192.

⁴⁶⁹ POMPA, Cristina. *Op. Cit.*p. 274.

⁴⁷⁰ Cf. APEMA. Registro dos assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada Junta de Missões na cidade de São Luís, 1738-1777. Livro n. 01.p. 73.

administradas pelos religiosos no Piauí. O missionário presenciou os estragos causados as fazendas da Companhia de Jesus, soube como ninguém das dificuldades em arregimentar homens contra a ofensiva das nações indígenas inimigas e, mais do que nunca, conviveu de perto com os problemas econômicos e comerciais após a suspensão dos conflitos.

Ao registrar esses conflitos envolvendo índios locais e curraleiros, Domingos Gomes teve cuidado de registrar as estratégias utilizadas pelos mesmos no forjamento das suas lideranças. Segundo o missionário, as ações dos insurgentes estavam sob a responsabilidade do seu principal chamado Mandu Ladino, um índio catequizado nos aldeamentos de Pernambuco e que utilizava sua influência para liderá-los nos saques às terras das curraleiros e dos religiosos.

As três Fazendas que o colégio comprou a André Leitão, uma no meio das de Domingos Afonso chamada as Salinas, e duas da outra banda do rio Parnaíba chamada S. Antônio e Cachoeira distantes das Salinas por cima de 20 léguas foram logo assoladas de gentio levantado em 712 chamado Mandu Ladino com várias invasões até o ano de 718: Sabemos que matou a metade das éguas; dos gados não se averiguou a conta, e sendo morto o gentio nesse ano, se tratou delas com mais sossego até o de 722, no qual subrevindo outros gentios e matando um crioulo, e tendo o Padre Matheus de Moura ordenado se vendessem só essas duas da Parnaíba, que a das Salinas não tinham conta vender-se, por estar cá no meio das da administração, como não achei comprador a elas seguro, retirei os gados baralhando-os cá por fora com os da administração, mas sempre com o ferro do Colégio, onde foram fortificando, e agora ficam já em suas entregas juntos pegados as Salinas, uma chamada do Tatú, a outra Sítio da Penela

Diante dos danos materiais e dos prejuízos envolvendo a matança dos gados e de metade das éguas, a solução encontrada pelos missionários foi se desfazerem daquelas fazendas mais próximas dos territórios marcadamente indígenas; no caso as propriedade próximas ao rio Parnaíba. Além dos danos às fazendas, índios hostis dificultavam em muito o comércio da carne seca e das couramas com a Bahia e regiões das Minas do Maranhão e dos Goiazes.

Esses incidentes envolvendo curraleiros e os índios comandados por Mandu Ladino terminariam por atrair a atenção do governador do Maranhão que, preocupado com a situação, envia ao Piauí o mestre de campo, Bernardo de Carvalho de Aguiar, para em “exercício de guerra contra o bárbaro gentio no lugar que chama Parnaguá” tomar as devidas

providências⁴⁷¹. Sobre a repercussão dos incidentes causados por Mandu Ladino no Piauí, Hermming conta que, em 1718, o assunto chega à mesa do Conselho Colonial de Lisboa que logo se manifesta preocupada na manutenção das terras e fazendas. Diante das ações de Mandu Ladino, uma centena delas já estavam abandonadas e sem os cuidados de seus respectivos proprietários⁴⁷².

Na parte norte do Piauí, a “guerra contra o gentio bárbaro” teve início em 1709, quando Antônio da Cunha de Souto - Maior segue em comitiva para reprimir os tapuias do litoral e os situados nas margens do rio Parnaíba que impediam a movimentação das boiadas para o lado do Maranhão e emperravam o comércio dos curraleiros situados tanto do lado do Piauí quanto do Maranhão. De acordo com Pereira de Alencastre, durante o período que esteve no Piauí Souto-Maior, conseguiu expulsar os

índios Gamelas, Jenipapos e Guaranis, que habitavam a margem do rio Parnaíba,[que] emigraram para o Maranhão e solidões do Pará, depois do levantamento geral de 1713, sendo logo depois seguidos pelos Cabuçus, Moipirás, Aitatus, Aboipiras, Ubirajara, Tapacuás e tapacuás-mirins, que habitavam as solidões do Parnaguá e margens do Gurguéia e Uruçuí e terras limítrofes com o Maranhão e Goiás⁴⁷³.

A animosidade de Souto-Maior com os grupos indígenas que estavam sob sua tutela logo se reverteria em rebelião; o que veio a acontecer em 1712, quando grupos rebelados tomaram de assalto o acampamento e mataram Antônio da Cunha de Souto - Maior. Nesse combate, surge pela primeira vez o nome do índio Mandu Ladino como a principal liderança do motim. Somente em 1715 é que autoridades coloniais de São Luís do Maranhão tomam conhecimento da reação indígena e logo empreendem a formação de um corpo de tropa para sufocar a rebelião. Contudo, Mandu Ladino havia seguido em direção às cabeceiras do rio Parnaíba e, nas palavras de Domingos Gomes, já estava ocupando fazendas, matando gados e instituindo o pânico entre os curraleiros.

Ao retornarem à cidade de São Luís do Maranhão, o governador Gomes Freire de Andrade, que participou da malograda expedição, institui outra companhia de infantaria; agora mais ampliada e contando com a participação de soldados do Maranhão e de índios

⁴⁷¹ Requerimento do mestre de campo do Piauí, Bernardo de Carvalho Aguiar, ao rei [D. João V], solicitando anulação da nota inscrita no seu assento, que lhe dá baixa do soldo, correspondente à guerra contra o gentio em Parnaguá. AHU-Piauí-ACL-CU-018, Cx.1.D.41.

⁴⁷² HERMMING, J. *Ouro vermelho*. Op.cit.p. 538.

⁴⁷³ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.p.54.

flecheiros do Pará, sob o comando do sargento mor Francisco Cavalcante de Albuquerque⁴⁷⁴. Em 1716, Francisco Cavalcante de Albuquerque segue para o Piauí e se junta com a tropa de linha comandada pelo mestre de campo Bernardo de Carvalho de Aguiar, que há muito empreendia guerra contra os índios.

Dirigiu-se ele [Francisco Cavalcante de Albuquerque] com esta expedição ao Iguará; castigou aos índios matadores de Antônio da Cunha Souto-maior, e destruidores de um comboio que passava a São Luís, e depois se juntou ao mestre de campo do Piauí Bernardo de Carvalho de Aguiar, a quem devia obedecer. Unidos estes dois corpos fizeram grande estrago nos índios Aranhis⁴⁷⁵.

Com a ofensiva militar portuguesa liderada por Francisco Cavalcante de Albuquerque e Bernardo de Carvalho de Aguiar, o processo de despovoamento dos grupos indígenas presentes nas terras do Piauí será definitivamente posto em prática⁴⁷⁶. O cerco a Mandu Ladino e seus confederados representará, portanto, o efetivo expansionismo dos currais nos sertões do Piauí e Maranhão em áreas pouco atrativas, como Iguará, Jerumenha, Livramento, Surubim, Gurgueia e Piracuruca.

Do lado do Maranhão, “a guerra contra o gentio Barbado” avançou das terras próximas ao Itapecuru em direção aos rios Mearim e Moni⁴⁷⁷. Todavia, o problema da repressão aos grupos nativos no Maranhão passava não só pelo cuidado em atender os clamores dos curraleiros, que denunciavam os Barbado de causarem “maiores danos de mortes e roubos aos moradores”, mas em utilizar-se da força com o menor dano possível, uma vez que tê-los como aliados estrategicamente os possibilitavam acesso aos caminhos/entradas das minas de ouro localizadas na parte sul da capitania⁴⁷⁸.

Em 1720, Antonio Teixeira de Melo, capitão das terras próximas ao rio Mearim, solicitou ao governador José Duarte Cardoso o direito de explorar as minas de ouro do rio Grajaú que, segundo informações do gentio que habita aquelas terras, são possíveis de encontrá-las; bastando para isso apoio dos índios conversos da região para “vencer a oposição

⁴⁷⁴ MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí* (primeira metade do século XVIII). Dissertação de mestrado UFPA, 2011.p.110.

⁴⁷⁵ PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. “Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão em que se dá notícias dos sucessos mais celebres que nela têm acontecido desde o seu descobrimento até o ano de 1820, como também das suas principais produções naturais etc”. *IHGB*. Rio de Janeiro: Tomo LIV, Parte I. Typ. Laemmert & Cia, 1891.p.100.

⁴⁷⁶ Carta do provedor-mor da fazenda, Vicente leite Ripado, para o secretário do Conselho Ultramarino, sobre a devassa tirada ao cabo Francisco Cavalcante e a alguns oficiais que atacaram os índios do corso. AHU-Maranhão-CU-009, Cx. 12, D. 1198. 10 de Julho de 1718.

⁴⁷⁷ MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras*.p. 123.

⁴⁷⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre o gentio de corso da nação barbado. AHU-Maranhão-CU-009,Cx. 11, D. 1174.

do gentio bárbaro que habita aquelas terras”⁴⁷⁹. A estratégia consistia em estabelecer a guerra, converter os vencidos em súditos cristãos e, com isso, explorar as terras em conjunto com os novos aliados⁴⁸⁰. Esse processo de incorporação dos povos das Américas ao mundo colonial português causou variados impactos; muitos com resultados negativos para apenas um dos lados. Mesmo assim, muitos índios viram na situação a oportunidade para atenuar as perdas e potencializar os ganhos, mesmo que para isso tivessem que redefinir suas tradições, construir acordos, demarcar novos espaços de atuação e re/elaborar sua cultura.

Sobre esse processo de transformação ou, para utilizar a expressão de Maria Regina Celestino, de metamorfose indígena, o caso envolvendo a conversão dos índios Tremembé, que ocupavam as terras do litoral do Maranhão e do Piauí, é emblemático. À exemplo, era comum o caráter negocial imposto pelos índios aos missionários e demais autoridades luso-brasileiras diante da transformação em agentes coloniais⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ Portaria do secretário do governo José Duarte Cardoso para o capitã António Teixeira de melo, sobre a a expedição militar ao rio Grajaú para descobrimento de ouro. AHU-Maranhão-ACL-CU-009,Cx, 12, D. 1279.

⁴⁸⁰ Ver, PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. IN_ CARNEIRO DA CUNHA. Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁴⁸¹ ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas...*p. 173.

Os tapuias da parte norte: deslocamentos e guerras aos Tremembé

Poucos meses após assumir a função de governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João da Maia da Gama, coloca em prática um antigo desejo do seu antecessor, o governador Bernardo Pereira de Berredo e Castro, de aldear os índios Taramembés [Tremembé], também conhecidos como peixes racionais, “pois a nado saem ao mar a pescar ou com arpões e ainda com uma só mão expondo-se a fereza de um tubarão esperando que ele abra a boca para comer remetem a mão com a destreza nela quando um pau de dois bicos que atravessando na boca do tal índio o traz para fora”.

John Hemming comenta que os grupos indígenas do Maranhão que viviam na costa eram denominados de *índios do corso*, uma espécie de nativos transeuntes, habituados a saques e combates. Entre esses índios destacavam-se os Tremembé [Tarmambez, Trememés, Teremembés], um dos diversos grupos que povoavam a costa leste-oeste do Maranhão. Por certo, no transcorrer do século XVIII, expedições armadas intensificariam o processo de ocupação e conquistas das terras situadas às margens do rio Paraguaçu [Paraguassú] e Itapicurú e o contato índios Anapuru, Arayo [Araios, Araoizes], Barbado, Caicai, Guanaze, Tremembé e Uratize só aumentaria na proporção das investidas dos colonizadores e missionários⁴⁸².

Em estudo mais recente, Joína Freitas Borges afirmou que durante os séculos XVI e XVII construiu-se uma percepção do colonizador acerca dos Tremembé da costa leste-oeste do Maranhão. Tal concepção os reduzia a sujeitos hostis e, quando não, a “canibais da costa”⁴⁸³. Essa visão terminaria por situar o lugar dos Tremembé dentro do contexto de expansão dos domínios portugueses no Maranhão como um grupo inerte às transformações e contatos com os estrangeiros. Eram também arredios e contestadores de eventuais interações/interesses tecidos no momento dos inevitáveis contatos com holandeses, franceses e portugueses ao longo dos séculos XVI e XVII.

⁴⁸² Ver BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 1ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.p. 580.

⁴⁸³ BORGES, Joína Freitas. *Os senhores das Dunas e os Adventícios D'Além-Mar*: primeiros contatos, tentativa de colonização e autonomia Tremembé na costa Leste-Oeste (século XVI-XVII). Tese de Doutorado: Rio de Janeiro, 2010. p. 259.

Exemplo desse olhar sobre os Tremembé encontra-se nos relatos do Padre Teixeira de Moraes em sua *Relação Histórica do Maranhão...*, na qual os descreve como uma nação hostil que circundava as praias da costa leste-oeste e, por isso, tinha por hábito alimentar-se de tartarugas e demais frutos do mar. Com a presença dos colonos, os Tremembé até estabeleceriam um comércio de trocas envolvendo madeiras, âmbar-gris, drogas do sertão e frutos do mar por mercadorias coloniais, tais como ferramentas e bebidas⁴⁸⁴. Assim, segundo esses primeiros relatos, os poucos momentos em que havia o re/estabelecimento de relações amigáveis, Tremembé e colonos potencializavam um moderado comércio de trocas de mercadorias; contudo quando cessavam as relações, perturbações e violências explícitas estremeciam a situação para ambos os lados. O conflito deixava de ser uma exceção e tornava-se uma regra na costa leste-oeste do Maranhão.

Além da destreza e coragem, que tanto atraía as autoridades coloniais, os Tremembé se comportavam com igual desenvoltura no comércio, aproveitando o excedente da pesca de peixes e dos cascos de tartarugas e os negociando diretamente na cidade de São Luís do Maranhão. Sua habilidade na pesca e ousadia em face do perigo ao enfrentar os tubarões, contratavam, no primeiro momento, em se permitir à cristandade; daí receberem a denominação de “racionais brutos” pelos missionários⁴⁸⁵. Mais do que a aversão ao batismo, os Tremembé agiam por uma racionalidade própria e argumentavam que a vida nos aldeamentos os limitariam a comerciar para além dos domínios do aldeamento.

O argumento em torno da recusa à política dos aldeamentos pelos Tremembé tinha, de fato, uma validade; contudo com o avanço dos curraleiros na costa leste-oeste do Maranhão e do Piauí, os conflitos e a inevitável necessidade de compartilhar as mesmas terras com os gados e outros animais de pequeno porte dificultariam enormemente o direito daqueles índios em viverem sem a presença dos missionários.

Sabedor da questão, João da Maia da Gama estabelece contato junto aos Tremembé com objetivos a instituir um aldeamento. Na carta endereçada ao Conselho Ultramarino, o governador do Maranhão assim expressou os termos do acordo estabelecido com os índios Tremembé:

Chegando ele governador (João da Maia da Gama) o viera para visitar como costumavam e que depois de praticados lhe disseram se queriam a este

⁴⁸⁴ MORAES, Francisco Teixeira de. “Relação Histórica e Política dos tumultos...” p. 20.

⁴⁸⁵ O pedido de aldeamento feito pelos próprios Tremembé é igualmente levantado, porém pouco discutido em BORGES, Joína Freitas. *Os senhores das Dunas e os Adventícios D’Além-Mar*: primeiros contatos, tentativa de colonização e autonomia Tremembé na costa Leste-Oeste (século XVI-XVII). Tese de Doutorado: Rio de Janeiro, 2010. pp. 254-55.

deixar a batizar os sujeitos e lhe pediram o padre João Tavares da Companhia de Jesus para seu missionário, com declaração que havia de ter a aldeia no rio Tamoio que fica entre os Lençóis grande e pequeno e que entende que não só o fazem se a comodidade do rio e a fartura dele assim de casa como pescado, mas também por se não ocuparem no serviço como cativos dos brancos o que eles conhecem muito bem como práticos e ladinos, porém que atendendo a homens a salvação das almas só que por ora ao serviço os mandara aldear no dado lugar e que por entender também que doutrinados servirão ao que darem utilidade ao serviço de V. Majestade para darem aviso de qualquer navio que aparecer e ainda para serem práticos dos baixos da ilha de Santa Ana, Ponta de São José e pela Coroa Grande e também para impedirem os fugidos que vão para a praia, e para se não comunicarem com os inimigos, em lhes darem aviso das tropas e que se lhe mandasse dar ferramentas, anzóis e alguns panos da fazenda de Algodão como era costume⁴⁸⁶.

Durante o próprio governo de João da Maia da Gama, casos de escravização dos tapuias durante as “guerras justas”- assim como de índios descidos que, a propósito da catequização, exerciam na verdade atividades de coleta e de exploração das matas para colonos - não era algo distante da realidade colonial do Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Alterações de Regimento sobre a organização das novas aldeias e como deveriam os padres superiores das missões proceder na recepção dos índios capturados nos sertões fizeram parte do cotidiano das conquistas⁴⁸⁷.

Quando os missionários entraram em contato com os Tremembé pela primeira vez, interpretaram que a melhor saída eram manter-se afastados dos cristãos. Quando se depararam com necessidade de dividir suas terras com sesmeiros, se viram diante de outra situação embaraçosa que lhes exigiam a capacidade de negociar com as autoridades coloniais: tratava-se das condições para se tornarem súditos. Entre suas condições impostas pelos Tremembé estavam o pedido em escolherem o local em que deviam ser aldeados e, no serviço da catequização, que o padre João Tavares assumisse a chefia da missão, mediante a quantia de duzentos mil réis. Diante dessas condições, o Conselho Ultramarino assim se posicionou:

Parece ao Conselho que o governador do Maranhão se deve escrever que o bom é mandar aldear esta nação dos Taramembés [Tremembé] no sítio em que insinuar e em lhe dá o seu missionário ao padre da Companhia de Jesus que eles pediram, pois por este meio não se pode conseguir a utilidade que aponta o mesmo governador, mas o mais essencial que é a salvação destes índios, e que não só se deve mandar levar em conta o que mandou despende

⁴⁸⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramembés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário. AHU-Maranhão-CU-009, Cx. 13, D. 1350.

⁴⁸⁷ Capítulo de Regimento (cópia) sobre o descimento dos índios e a organização das novas aldeias. AHU-Maranhão-CU-009, Cx. 14, D. 1423.

da fazenda Real com eles, mas que para atrair outros muitos o mande que V. Majestade seja servindo haver por bem de ordenar que deste Reino mande duzentos mil reis empregados naquelas tropas de que fazem grande aceitação os mesmos índios, pois com tais pouco custo de pode granjear a amizade destes de que pode resultar tanta conveniência aos moradores daquele Estado e ao serviço de V. Majestade⁴⁸⁸.

O cerco aos “tapuias do corso”, a intensificação das guerras justas nos sertões e, concomitante a isso, a distribuição de datas e sesmarias ao longo do século XVIII potencializaram ainda mais as conquistas em regiões ainda pouco exploradas, como aquelas situadas em toda a extensão dos rios Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Moni. Nesse movimento, curraleiros da Bahia e de Pernambuco iniciam o processo de conquista e despovoamento do Piauí e partem para o sul do Maranhão sobre o pretexto da criação de gado vacum e cavalar⁴⁸⁹.

Para sustentar os criatórios, a mão de obra a ser utilizada oscilará entre a indígena e a africana. Missionários e curraleiros aparecem aqui como elementos de sustentação desse projeto. O primeiro marcando presença junto aos indígenas, tentando controlá-los por meio do evangelho, desde as primeiras ações do padre Miguel de Carvalho, intensificadas com as fazendas de gado vacum e cavalar dos religiosos da Companhia de Jesus e consolidadas com os aldeamentos indígenas. Na segunda metade do século XVIII, os jesuítas perdem influência junto às autoridades portuguesas e definham quando da sua expulsão das Américas a mando de Pombal. Aos curraleiros, tem-se a intensificação do projeto das conquistas e povoamento dos sertões e com eles o controle de uma parcela significativa da população; incluindo homens livres, posseiros indígenas e, sobretudo, escravos, que se transforma em mantenedor das hierarquias numa sociedade em franca expansão. Sobre a constituição do trabalho no ambiente das fazendas de gado vacum e cavalar, mais uma vez, o padre Domingos Gomes tinha algo a falar.

Contornar os eventuais conflitos envolvendo colonos e lideranças indígenas não seria as únicas dificuldades encontradas pelas autoridades coloniais durante o processo de ocupação da parte norte das capitanias do Maranhão e Piauí. Nesse território, negros fugidos e grupos aquilombados buscavam igualmente tirar proveito. Para o coronel dos exércitos e governador

⁴⁸⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramembés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário. AHU-Maranhão-CU-009, Cx. 13, D. 1350.

⁴⁸⁹ Após a pacificação dos grupos indígenas que habitavam as margens do rio Parnaíba por Francisco Cavalcante de Albuquerque houve uma verdadeira procura por terras no Piauí. Entre os solicitantes de carta de data e sesmaria estavam Rosa Maria da Fonseca para a vila de Piracuruca e Pedro Oliveira Jardim, Miguel da Silva e Simão da Silva para as terras junto ao rio Iguará. AHU-Piauí-CU-Cx. 1, Doc. 10.

da capitania de São Luís do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, os distritos das vilas da Parnaíba e de Icatú estavam entre um dos lugares favoritos para se acharem

Mocambos e quilombos de negros fugidos e levantados fazendo-se ladrões públicos e salteadores de estradas em notável prejuízo dos moradores desta capitania por nela não haverem capitão do mato que destrua os ditos mocambos e quilombos e façam presos nos negros que acharem em fugidos de seus senhores para lhes serem restituídos e porque para este efeito é Sua Majestade servido ordenar o nome em capitão do mato que bem hajam de cumprir com as suas obrigações e por me constar que a pessoa de José Teles de Menezes concorrem todos os requisitos necessários para exercitar o dado Posto por ser já experimentado em semelhantes diligências⁴⁹⁰.

Com apoio do Melo e Póvoas, José Teles de Menezes assume o posto de capitão do mato das vilas de Parnaíba e de Icatu e a responsabilidade de “poder seguir os escravos fugidos e os prender ainda que seja em diferente distrito cujo Posto servirá enquanto eu [Joaquim de Melo e Póvoas] o houver por bem e S. Majestade não ordenar o contrário”. Na mesma carta, o governador explicita ainda que após tomar posse do cargo - diante dos vereadores da Câmara da cidade de São Luís e por ele assinada e selada com o sinete de suas Armas - o novo capitão do mato “gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas nas investidas e prisões que fizer não exced[endo] os termos da sua natural defesa e se houver resistência formal se praticará o que determina a Ordenação do Reino livro 05 nº49 a respeito da resistência feita aos oficiais de justiça”.

A conclusão da carta enviada às autoridades portuguesas do Conselho Ultramarino e lida perante os vereadores da cidade de São Luís do Maranhão demonstra a total liberdade concedida a José Teles de Menezes na perseguição aos negros fugidos e amocambados nas terras da parte norte do Maranhão e Piauí, podendo inclusive deslocar-se para qualquer distrito, vila ou freguesia, caso o capitão do mato assim o desejasse. Mais do que liberdade para perseguir e prender negros fugidos, Joaquim de Melo e Póvoas utilizou o argumento da preservação inalienável da vida como um princípio do direito natural; revestindo, por conseguinte, seu capitão do mato da autoridade de oficial da justiça, cabendo-lhe matar quando assim sentir sua vida ameaçada.

Mesmo tendo o apoio de Melo e Póvoas, a vila da Parnaíba passaria um bom tempo carente de aparato repressivo. Poucos manifestavam interesse aos cargos de oficiais e membros de infantarias. Em alguns casos, o recrutamento se dava sem nenhuma “qualidade” e muitos mulatos, pretos e indígenas terminavam por serem incorporados aos corpos de milícia.

⁴⁹⁰ APEM. Registro de Patentes e de provisões de ofícios, 1754-1776. Livro 02. p.107-8.

Tornava evidente que negros aquilombados, escravos fugidos e populações indígenas- que viviam desde as ilhas próximas ao litoral do Piauí até as terras próximas à povoação da barra do Poti, na vila de Campo Maior- puseram obstáculos a projetos coloniais de transferência da cidade de Oeiras para a vila de São José do Piauí, durante as décadas finais do século XVIII⁴⁹¹.

No final do século XVIII, membros da Junta de Governo da capitania do Piauí informavam ao governador do Maranhão sobre a segurança na vila da Parnaíba, Marvão e Jerumenha, sua composição militar e a dificuldades de recrutar sujeitos de qualidades duvidosas para um serviço cuja principal função seria perseguir negros fugidos e capturar índios hostis. A carta assim expressava a situação:

Achando-se situadas na vila de São João da Parnaíba e seu distrito quatro companhias do Terço de Infantaria Auxiliar de que é mestre de campo Francisco da Costa Rabello e observando-se nas relações de suas delas pela declaração das qualidades das suas praças os muitos indivíduos de índios, mulatos, pretos e mestiços que nas ditas companhias se acham alistados que há outros tantos iguais indivíduos são bem de se presumir se achem também alistados nas outras duas Companhias nas Relações das quais se não praticou a mesma declaração de qualidades, vendo-se ser conveniente para o serviço de sua majestade a criar-se na mesma vila uma Companhia solta de Pedestres dos mesmos indivíduos na forma das que nesta capitania se acham criadas primeira e segunda nesta cidade, terceira na vila de Valença e quatro na de Jerumenha [...]⁴⁹².

As autoridades coloniais do Maranhão e do Piauí eram sabedoras de que a prosperidade da agricultura e da prática pecuária passava necessariamente pelo controle e

⁴⁹¹ O historiador Gustavo Vilhena explora esse assunto e coloca em evidência fatores econômicos como motivadores da transferência: a proximidade e a navegabilidade do rio Parnaíba e os constantes conflitos armados entre populações indígenas e colonos estabelecidos em fazendas da parte sul da capitania do Piauí teriam forçado uma eventual mudança da administração colonial. Curiosamente, os mesmos problemas enfrentados pelos colonos da parte sul do Piauí eram vivenciados pelos da parte norte, inclusive com situações ate mais graves, como as constantes negociações com índios e com grupos quilombolas. Acredito que o interesse de autoridades coloniais do Maranhão em solucionar os problemas decorrentes dos conflitos com os índios e com a política de distribuição de terras dos dois lados do rio Paraíba dão um tempero a mais à questão. Não para motivarem uma eventual transferência administrativa, mas para deixar em boas condições os negócios envolvendo as vendas de carnes e couros cujo principal beneficiado era exatamente a capitania do Maranhão, que era quem mais comprava e vendia para a capitania do Piauí. Por outro lado, a transferência sendo efetivada, os comerciantes e, até a sua vigência, os acionistas da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão teriam que lidar com a concorrência dos homens de negócios da vila da Parnaíba em torno do controle dos negócios mercantis do Atlântico equatorial. Ver, DIAS, Manuel Nunes. *A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: Secção gráfica da USP, 1971. pp. 476-537. VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade: uma historia da mudança da capital do Piauí (1800-1852)*. Recife, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2016.p.118; JUNIOR, Reinaldo dos Santos Barroso. *Nas rotas do atlântico equatorial: trafico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Salvador: Mestrado em História Social, 2009.

⁴⁹² APEPI. *Cartas Avulsas*.Capitania do Piauí. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão- 1788-1798. SPE. COD. 395. EST. 04. PRAT. 01.

equacionamentos das já constantes e não tão incomuns fugas e formação de comunidades negras na região. Sobre a proliferação de comunidades quilombolas e de negros fugidos no Maranhão dos séculos XVIII e XIX, Flávio dos Santos Gomes alerta para o notório processo de intensificação da instituição escrava como elemento dinamizador daquela sociedade que, ao longo dos setecentos começou a reclamar para si os privilégios de possuir um número cada vez maior de escravos africanos e mestiços.

Além disso, regiões como Viana, Alcântara e os vales do Pindaré, Turiaçu e Gurupi desenvolveriam um expressivo comércio de produção de arroz, algodão, farinha, fumo, açúcar e aguardentes implicando, portanto, a utilização de um alto percentual de escravos nessas fazendas, engenhos e lavouras. Registros de fugas de escravos e notícias sobre a formação de comunidades negras e indígenas- a viver nas matas, trocando experiências e movimentando uma relativa economia local de trocas e vendas de produtos dos sertões - circulavam pela província e, provavelmente, chegavam ao conhecimento das autoridades coloniais⁴⁹³.

Com o apoio de José Teles de Menezes, Joaquim de Melo e Póvoas conseguiu em definitivo estabelecer o controle das já poucas nações indígenas presentes da foz do rio Parnaíba até a freguesia de Campo-maior. Concomitante às investidas de controle e descimentos dos indígenas presentes nos rios Parnaíba e Itapecuru, Teles de Menezes operou na perseguição a cativos fugidos e na repressão aos mocambos da região. Ambas as ações tinham como plano de fundo a pacificação e visava, sobretudo, abrir caminho aos homens de negócios das praças comerciais de Lisboa, Maranhão e Grão-Pará e demais acionistas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão interessados em ampliar seus projetos de exploração das matas, das drogas do sertão e da prática agricultura.

A mando de Joaquim de Melo e Póvoas, Agostinho José Pereira da Silva Rombo e seu companheiro, Manoel José de Miranda, partem em expedição de reconhecimento das matas, exploração das minas e conservação das amostras vegetal e animal das vilas de Icatú e da Parnaíba. Nesse período, a vila da Parnaíba encontrava-se entre a mais promissora no comércio do Atlântico equatorial e completamente inserida nos negócios internos, que, pelo rio Parnaíba, obtinha produtos vindos do sertão e os distribuía às praças comerciais de Lisboa, São Luís, Belém.

A prosperidade era tanta em relação à cidade de Oeiras que, em 1798, o governador do Piauí, João de Amorim Pereira (1803-05) cogitou em ofício ao governador do Maranhão, D. Rodrigo de Souza Coutinho, a possibilidade de transferir a sede administrativa da capitania

⁴⁹³ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos...*p. 137.

para a vila da Parnaíba⁴⁹⁴. Nas palavras de João de Amorim Pereira, o que tornava a situação complicada na cidade de Oeiras - como as distâncias da cidade de São Luis do Maranhão – era a difícil localização e o penoso e complicado serviço de cobrança de tributos. Diferente de Oeiras, na vila de São José da Parnaíba o rio da Parnaíba estreitava as distâncias com os demais centros comerciais mediante a navegação, além de concentrar os principais homens de negócios da capitania, facilitando, assim, a fiscalização e cobranças dos tributos reais.

Assim que desembarcou na capitania do Piauí, José Teles da Silva encaminha uma carta a Joaquim de Melo e Póvoas informando-o da necessidade de “uma grande atenção deste governo a vila da Parnaíba, tanto pelo comércio que nela se faz, quanto pelos estragos que padece todos os anos originados da epidemia que ali reina no tempo da matança de gados, cujas carnes suas constituem o principal objeto do comercio dos seus habitantes”⁴⁹⁵.

Esse aparente controle interno contrastava com a intranquilidade vinda dos mares. Em fins do século XVIII, ameaças de eventuais saqueadores estrangeiros tomariam conta da costa litorânea do Piauí e Maranhão. A grande ameaça estaria nas fragatas francesas que de há muito praticavam um tipo de “comércio comutativo das fazendas que trazem pelos gêneros que levam o que se há de necessariamente evitar com o estabelecimento da dita Alfândega”⁴⁹⁶. Possivelmente, os homens de negócios da vila da Parnaíba sentiram as consequências da negativa das autoridades portuguesas em haver qualquer tipo de negociação com navios franceses sob a alegação de “prejuízo nacional”. Mesmo diante da insatisfação, o cenário comercial Atlântico e as disputas políticas envolvendo franceses, ingleses e portugueses na Europa, durante a Revolução Francesa, repercutirá entre os moradores e governo da capitania do Piauí, fazendo com que as comunicações com os franceses fossem abrandadas⁴⁹⁷.

O clima de apreensão tomava conta dos negociantes da Parnaíba, uma vez que notícias sobre eventuais represálias por parte de Napoleão Bonaparte significavam também uma ofensiva aos territórios do Império Ultramarino português. Em um dos ofícios

⁴⁹⁴ APEPI. Ofícios e respostas à S. M. Capitania do Piauí. Tomo III – 1793-1805. SPE. COD. 012. ESTN. 01. PRAT. 01.

⁴⁹⁵ Ibidem.

⁴⁹⁶ APEM. Carta de Sua majestade pela secretaria de Estado desta repartição de comércio da vila da Parnaíba. Livro nº 13. 1784-1787. .

⁴⁹⁷ APEPI. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão. 1788-1796. SPE. COD. 395. ESTN. 04. PRAT. 01. Sobre Portugal na época da Revolução Francesa e a vinda da família real ao Brasil ver, PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Does. *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HERMANN, Jacqueline. “O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 124-158.

encaminhado às autoridades do Conselho Ultramarino, em 1793, a Junta de governo provisória do Piauí (1775- 79), assim se pronunciava em relação ao assunto:

Recebemos o ofício de que V. Ex^a foi servido de dirigirmos em data de três de julho do ano corrente e declarando-nos nele que vendo pelas últimas notícias que tivera da nossa corte a perturbação em que se acha a Europa cruzada pelos franceses que declarado a guerra a Inglaterra e Espanha nos envolviam juntamente também com estas nações ter na mesma Europa tantos inimigos sobre os braços podendo dela escapar-se irá natural que nos visse aqui inquietar pelo que para nós não achar despercebidos havia determinado entre outras disposições que o capitão Antonio José de Castro Campelo do Regimento dessa capital passa-se à vila de São João da Parnaíba com alguns soldados do mesmo Regimento para ali junto com as Companhias Auxiliares e Ordenanças e Pedestres das vizinhanças da dada vila capazes de pegar em armas se pode opor a qualquer desembarque ou insulto que nos queiram fazer⁴⁹⁸.

A ameaça, que antes era interna, passava agora a ganhar os mares. O medo de uma eventual invasão francesa nunca passou de especulação e a única evidência sólida de tudo isso foi o recrudescimento do comércio com os franceses e o fortalecimento com as casas de negócios da Inglaterra a partir já na primeira metade do século XIX.

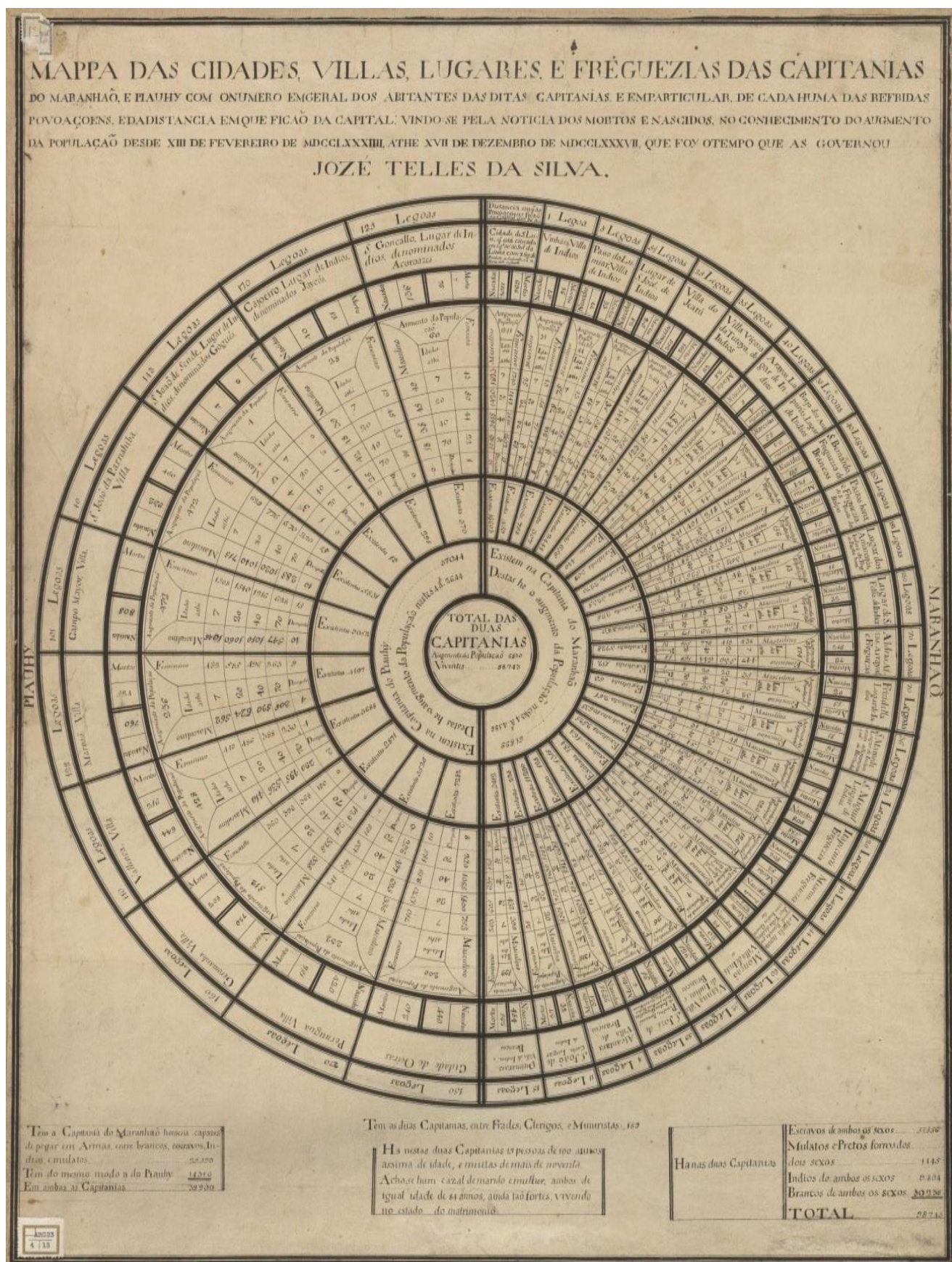
A ação de conquista e colonização volta-se agora para o sul da capitania do Piauí, no alto Parnaíba; portanto, seguindo em direção à cidade de Oeiras onde imensos campos abertos e escassa cobertura vegetal de pequeno porte davam sinais para outras possibilidades de exploração que, segundo o já aqui citado Aires de casal, funcionavam como estímulos às conquistas daqueles sertões através da pecuária extensiva. Para o cronista, as piaçabas e os carnaubais eram excelentes madeiras na construção de casas e a qualidade das terras favoráveis à produção de arroz, mandioca, algodão, cana-de-açúcar e tabaco; este último já largamente conhecido e considerado o “melhor do Brasil; ao menos é o mais caro, e preferido ao aprovado na Bahia”⁴⁹⁹.

O sucesso como capitão do mato e restituidor da paz nos sertões durante o governo de Joaquim de Melo e Póvoas fará com que em pouco tempo José Teles da Silva ascenda ao cargo de governador do capitão-general do Estado do Maranhão (1784-87). Para alcançar o bom êxito enquanto governador, sua estratégia será a mesma daquela empreendida por Melo Póvoas: arregimentar homens de qualidades, instituir uma forte política de repressão aos insatisfeitos e buscar, concomitante a isso, um jogo de alianças com colonos e nações indígenas dispostas a tornarem vassalas do império português.

⁴⁹⁸ APEPI. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão. 1788-1796. SPE. COD. 395. ESTN. 04. PRAT. 01.

⁴⁹⁹ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica...* p.294.

Para isso, precisa o novo governador do Maranhão e Piauí quantificar o número total de habitantes livres, escravos e índios em cada capitania. Dessa vontade, nasceria o *Mapa das cidades, vila, lugares e freguesias das capitanias do Maranhão e Piauí*, uma espécie de radiografia sobre o número geral dos “habitantes das ditas capitanias e em particular de cada uma das referidas povoações e da distância em que ficam da capital; vindo-se pela notícia dos mortos e nascidos, no conhecimento do aumento da população desde 13 de fevereiro de 1784 até 17 de dezembro 1787, que foi o tempo que as governou José Teles da Silva”.



Mapa 15: MAPPA das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitãias do Maranhão e Piauí: com o número em geral dos habitantes das ditas capitãias. [S.l.:s.n.], 1787. 1 mapams., desenho atinta. Nanquim, 62x48. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543219/cart543219.html>.

A representação cartográfica em formato circular divide as capitanias do Maranhão e do Piauí a partir dos mesmos critérios demográficos e sociais; distinguindo os seus habitantes por sexo, faixa etária e os hierarquizando pelas qualidades de homens “capazes de pegar em armas, entre brancos, escravos, índios e mulatos”.

Em ambas as capitanias havia, portanto, 98.743 habitantes sendo, 32.200 sujeitos aptos para ocuparem cargos nas companhias militares. Desse montante, 57. 556 eram escravos e 2.804 foram considerados índios. Os mulatos e pretos forros somavam 1.145 habitantes e os que se declaram brancos perfazia um total de 30.238 habitantes. O poder espiritual também mereceria atenção no levantamento demográfico. Para os 98.743 habitantes havia 189 homens de batina, divididos entre “frades clérigos e minuristas”, o que equivale a uma média de 01 clérigo para cada 522 habitantes assistidos pelo poder secular.

É sintomático nos números apresentados no Mapa demográfico confeccionado pelo governador José Teles da Silva o reduzido percentual de índios e de mulatos e pretos forros. Sobre o primeiro é interessante notar que o levantamento se refere, sobretudo, aos índios cristãos, súditos da Coroa e que viviam nas vilas e aldeamentos do Maranhão e Piauí. Não entram nas estatísticas, claro, os índios não aldeados, os ditos “incivilizados”.

Para o Piauí foram registrados os índios que povoavam os três significativos aldeamentos da capitania: o aldeamento São João de Sendé, dos índios Gogué [Guegues, Gege], do Cajueiro, dos índios Jaicó, e o de São Gonçalo do Amarante, da nação Acorozes [Acoroá, Acroá]. No Maranhão foram as vilas e os denominados “lugares de índios” que mereceram a atenção de José Teles da Silva. Diferentemente da capitania do Piauí, onde as localizações de índios foram seguidas dos nomes das nações que lá habitavam, no caso do Maranhão, tal informação não nos é disponibilizada para todos os lugares; sendo assim, no mapa só é possível reconhecer as nações Anapuru, Amanajó, Bárbado e os Gamela. Alguns desses “lugares de índios” foram criados pelo próprio José Teles da Silva, como o povoado de São João de Cortês, Lapela e São José de Penalva.

Nas guerras contra os “índios bárbaros”, empreendidas na capitania do Piauí pela família Rego Castelo Branco e com o aval dos governadores do Maranhão e do Piauí, tinham como solução final o envio dos “índios de guerra” para o Maranhão. Não restam dúvidas de que a fundação dos “lugares de índios”, instituídos por José Teles da Silva, tinham como função precípua o recolhimento desses degredados de guerra. Ao incentivar os aldeamentos das populações indígenas e inserção dessa mão de obra nos projetos coloniais, José Teles da Silva e os demais governadores do Estado do Maranhão e Piauí (1772-1811) teriam na

capitania do Piauí o apoio da família Rego Castelo Branco e na parte sul do Maranhão os trabalhos do Alferes do Regimento de Infantaria do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro da Gama. Em ambas as capitanias, o objetivo posto era de potencializar a região com condições necessárias a sua inclusão no comércio colonial, mediante o uso da terra, da utilização da mão de obra - indígena e escrava de procedência africana e mestiça - e exploração das matas e demais produtos dos Reinos vegetal e mineral⁵⁰⁰.

Para a capitania do Piauí caberia ao patriarca João do Rego Castelo Branco e sua esposa Perpétua Gomes e, posteriormente, a seus dois filhos - Feliz do Rego Castelo Branco, principal articulador dos acordos/negociações com os índios da nação Guegue, Acoroá, Jaicó e Pimenteira e Antônio do Rego Castelo Brasil, este mais voltado aos assuntos da política administrativa local - a tarefa de articulador dos projetos coloniais na capitania do Piauí durante a segunda metade do século XVIII. Na parte sul do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro surgiria como principal articulador da política dos governadores do Estado do Maranhão e do Piauí de preservação do território e de confronto com as mais diversas nações indígenas⁵⁰¹.

Começou sua vida militar em 1795, quando por ordem do Conselho de Guerra de Portugal ocupa o cargo de alferes da capitania do Maranhão e depois imediatamente promovido por decreto real da Rainha D. Maria I ao cargo de alferes do Regimento de Infantaria do Maranhão. Quando falece, em 1823, vítima de uma emboscada empreendida pelo rebelde e, na época, fazendeiro de Pastos Bons, José Dias de Matos, ocupava o posto de major do exército do governo português⁵⁰².

As migrações indígenas seriam, portanto, a regra até o final do século XVIII. No século seguinte, ver-se-ia então a mestiçagem como um traço característico dos índios da região. Pereira de Alencastre foi quem melhor expressou tal sentimento na segunda metade do século XIX. Para ele,

As raças menos numerosas emigraram com as primeiras conquistas ou entradas, e as que por muito numerosas não o puderam fazer, ou consentiram ser aldeadas, ou foram aniquiladas pelo ferro dos conquistadores. O Gueguês, Acroás (Coroadas), Aroases, Jaicós e Pimenteiros subsistiram até há bem poucos anos, porém já completamente degenerados com o

⁵⁰⁰ CARDOSO, Alírio. *O Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbio guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Universidad D Salamanca. Tese de Doutorado, 2012.

⁵⁰¹ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed. V. 01. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.p.177.

⁵⁰² Dicionário do Sacramento Black. Op. Cit. p. 89.90.

cruzamento, e outras razões geralmente sabidas, que fazem perder a primitiva feição, o caráter, os hábitos e costumes.⁵⁰³

Segundo Pereira de Alencastre, a mestiçagem a se desenvolver nos sertões do Piauí levaria à própria degeneração dos grupos indígenas, um aniquilamento cuja raiz remonta à violência do contato colonial. É preciso aqui perceber a diversidade de grupos indígenas na região como um fenômeno anterior à presença portuguesa. A circulação de grupos indígenas na região reforçaria a formação das mestiçagens, reconfigurando as relações entre os grupos e, com a presença portuguesa, as formas de contato que cada um desses grupos estabeleceria com o colonizador e demais populações indígenas⁵⁰⁴.

Por certo, o tema das reconfigurações étnicas envolvendo povos indígenas e afro-americanos em ambientes de exploração colonial tem merecido bastante atenção; contudo poucas informações se têm a respeito dos povos indígenas que viviam nos limites territoriais do Estado do Maranhão. A diversidade de etnônimos indígenas relatados por missionários e a circulação migratória de grupos indígenas antes mesmo da presença do colonizador revelam as possibilidades de misturas étnicas anteriores às primeiras sesmarias e aldeamentos indígenas.

Antigos espaços de circulação e de fixação de populações indígenas se transformarão em locais de distribuições de sesmarias; sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII quando a elevação de Oeiras a cidade do império português reforçar o ímpeto expansionista colonial para terras não conquistadas. Durante a política de concessão de terras aos futuros e antigos colonos, alguns grupos indígenas se alternariam entre a condição de aliado ou de inimigo dos sesmeiros.

⁵⁰³ ALENCASTRE, J. M. P. de. *Op.cit.* p. 54.

⁵⁰⁴ MONTEIRO, M. Monteiro. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. IFCH – Unicamp. Tese de livre docência. 2001.

“Desinfestação do gentio bárbaro das terras de fronteiras”: Conflitos e alianças na parte sul da capitania de São José do Piauí

Após iniciar os meses das chuvas do ano de 1771, o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco resolve suspender as suas três entradas em busca da tão propalada “desinfestação do gentio bárbaro das terras de fronteiras”. Antes das chuvas, a guerra lhe rendera “122 presos da nação Timbiras, 74 da dita nação dos Acoroás e, ultimamente perto de 100 índios da mesma nação”. Suspensa a guerra, restava-lhe apenas traçar as estratégias de combate que se definiria a partir de uma rápida descida com as tropas a “buscar o resto da grande aldeia que se entrincheirou nos matos e lá se fixou em pequenos grupos, denominados de malocas”. De acordo com seu plano, aos derrotados caberia o degredo à capitania do Maranhão, “por ser mais segura a sua existência apartados dessa capitania e das terras de onde saíram” e para as crianças, o malogro de serem distribuídas entre os moradores de Oeiras, “que melhor as possam criar e educar”⁵⁰⁵.

A distribuição de crianças indígenas, capturadas logo após os conflitos com as tropas luso-brasileiros, parece ter sido prática comum no Piauí. Embora a carta do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco nos releve a prática e os motivos dessas doações, pouco nos diz a respeito dos seus receptadores, o total de crianças capturadas e das reações dos índios, que diante da derrota tiveram ainda que presenciar o infortúnio de viver distante dos seus.

No *diário dos acontecimentos que tem sucedido em mês de julho [de 1800] na vila de Jerumenha*, uma espécie de livro de queixas dos populares da cidade, escrito pelo Comandante de tropa e coronel Francisco Dias Carneiro, o proprietário da fazenda do Pilar, Alexandre Cardoso de Brito - um colono de mais de 70 anos de idade - teve que informar ao capitão João da Costa de Araújo sobre as razões do desaparecimento do seu próprio único filho, de nome João. Em resposta ao capitão João da Costa de Araújo, Alexandre Cardoso expusera às autoridades coloniais que por ter sido um dos primeiros colonos a constituir fazendas de gado vacum e cavalar em terras da região de Jerumenha e Parnaguá criara muitas inimizades com os índios da região e, talvez, por vingança os referidos índios o mataram.

De acordo com o suplicante Alexandre Cardoso, sem a presença do seu filho, assim como de mais um escravo da sua propriedade, seria praticamente impossível conter o avanço dos índios Timbira e Acoroá em suas terras, uma vez que estes utilizavam estratégias de

⁵⁰⁵ APEPI. Capitania do Piauí. Registro de Cartas - 1769-1771.SPE.Cod.009. Estn.01 Prat.01.pp. 37-37.

emboscadas noturnas e rapto de crianças nas propriedades próximas ao rio Parnaíba, razão pela qual os ditos índios estivessem na condição de principal suspeitos pelo desaparecimento do seu filho. Assim, temendo sair da condição de vigilante e protetor das terras de fronteiras para de vítima do gentio Timbira, o colono assim expressava sua situação diante do duplo problema: o desaparecimento do filho e o perigo da presença indígena:

se atrevem [os índios] a fazerem caçadas nos pastos da Fazenda do suplicante tanto assim que [...] teve o dito gentio a ousadia de virem a morada do suplicante e abrirem as porteiras do curral e soltarem uma vaquejada pelas cinco horas da madrugada na mente de que o suplicante com o rumor que fizeram aludir-se a eles a seu serviço retirarem a vida e a de toda a sua família e pôr tudo por terra e o seu curtume; na mesma forma do citado ano [1800] retornaram e pegaram uma criança quase a se vão furtada, conseqüentemente andam pelo pasto matando os gados que podem e por todos os meios cometem coerção ao suplicante⁵⁰⁶.

Para fazer valer suas palavras, Alexandre Cardoso de Brito, anexa junto à carta outro documento contendo assinatura do vigário de Jerumenha, o pároco Padre Fernando da Costa Veloso, com intenção de confirmar a autenticidade das suas informações e atestando que a “fazenda do Pilar desta freguesia e as circunstâncias a ela são as mais frequentadas do Tapuia bárbaro Timbira, e por vezes tem dado nas fazendas vizinhas distância de três léguas no sítio e beirada chamada Cana Braba, onde mataram duas pessoas e roubaram, e na dita fazenda do Pilar serve continuamente rastos, vestígios de rés e alguns gados mortos por eles, que sei por ter sido pároco nesta freguesia e nela morava perto de vinte e cinco anos que afirmo”⁵⁰⁷.

De acordo com Pereira da Costa, era prática comum os colonos brancos cometerem crimes e ilicitudes e os associarem aos índios da região. Quando recebeu a denúncia do desaparecimento do filho de Alexandre Cardoso de Brito, o capitão João da Costa de Araújo supunha que o praticante do ato criminoso estivesse no próprio sesmeiro. Foi tentando solucionar essas demandas que João do Rego Castelo Branco e seu filho, Felix do Rego Castelo Branco, faziam carreira na administração portuguesa, como demonstra o documento abaixo:

Nesta última expedição se empregou também um filho do mesmo oficial chamado Felix do Rego Castelo Branco atualmente cabo de esquadra da

⁵⁰⁶ *Diário dos acontecimentos que tem sucedido em mês de julho nesta vila de Jerumenha que vai enviado pelo comandante da mesma a presença do Ilm.º Sr. Governador do Capitania.* APEPI. MUNICIPIOS – SUBSÉRIE: JERUMENHA. ANOS. 1786-1902. CAIXA. 72.

⁵⁰⁷ APEPI. *Diário dos acontecimentos que tem sucedido em o mês de julho nesta Villa de Jerumenha que vai enviado pelo comandante da mesma a presença do I.º Sr.º Governador da Capitania.* Série: Município/ Subsérie: Jerumenha. Anos: 1786-1799/ 1801-1881-1902. Caixa: 72.

Companhia de Dragões da Guarnição desta cidade, o qual imitando com muita propriedade o préstimo e atividade do pai, se distinguiu em todas as empresas pelo valor e merecimento que qualquer mercê, facilitar-se-ão outros muitos e empregar-se nesta qualidade e serviço, que é o mais útil à capitania.⁵⁰⁸

Para ocupar as terras, abrir caminhos e fundar vilas haveria, portanto, o choque com os gentílicos da região. É nesse momento que a figura de João do Rego Castelo Branco ganharia destaque e com ela a guerra contra os índios Acoroá [*Acroa, Acaroa*], Guegue [*goguê, gege*], Jaicó, Timbira e Pimenteira sofreria um expansivo aumento. Como vimos acima, um dos destinos dos gentílicos capturados seria exatamente o Maranhão; contudo a empreitada demandava custos e contrariava colonos locais, sempre desejosos da utilização da mão de obra indígena.

Na mesma carta que escrevera à Coroa relatando a guerra contra os índios, João do Rego Castelo Branco não só aduzia seus feitos, mas, sobretudo, apontava para a necessidade de futuras investidas contra os gentílicos da região, em especial, aos Timbira, que na sua visão eram os mais consideráveis “deste sertão, [...] e que existem desde as cabeceiras do famoso rio dos Tocantins para esta capitania”. A ambição dos colonos em ocupar as terras dos Timbira tinha sua justificativa na suposição de serem prósperas em minérios, sobretudo, ouro, salitre e demais pedras preciosas⁵⁰⁹. Por estarem próximas das minas de São Feliz e de Natividade, situadas do lado do Maranhão, os colonos da parte do Piauí presumiam a existência de novas minas de ouro nas serras e, sobretudo, no entorno da grande lagoa de Parnaguá, local infestado por outros grupos indígenas.

Esse movimento das conquistas em direção ao extremo sul das capitanias do Maranhão e do Piauí provocaria o contato com os índios Acoroá, presentes, desde tempos remotos, nessa faixa de terras que iniciava nas minas dos Goias e se estendia até o Maranhão, Piauí e Ceará. Em 1763, João Pereira Caldas, encaminhou um ofício aos agentes de milícias informando-os que as nações dos índios Acoroá, Gueguê e dos Timbira eram as grandes inimigas e por “todas elas manda Sua Majestade castigar a ferro e fogo, [...] atacando todas as povoações que encontrar das ditas nações e reduzindo-as a cinzas, depois de conquistadas”.⁵¹⁰

⁵⁰⁸ APEPI. *Carta pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha*. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de Cartas: 1769-1771. SPE. COD. 009 ESTN. 01 PRAT. 01.

⁵⁰⁹ Ver COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed./v.1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015; ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005. pp.91-92.

⁵¹⁰ Conforme documento transcrito em COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed./v.1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.p. 157.

É nesse momento que a figura de João do Rego Castelo Branco e de seu séquito familiar ganhariam notoriedade na administração colonial. Sujeito de pulso firme, João do Rego Castelo Branco subjugava índios e inimigos políticos pela força. Sabia como funcionava seu mundo, que tipos de caminhos seguir e quais inimigos conquistar. Mestiço, nascido em Parnaíba, em 1719, João do Rego Castelo Branco dosavatruculência e complacência com habilidade. Desde quando entrara para a tropa do capitão-mor, Antônio Gomes de Leite, na primeira metade de setecentos, compreendeu que para se dar bem teria que enveredar pela carreira militar. Com a presença de João Pereira Caldas na administração da capitania do Piauí, a política de ocupação das terras através da concessão de sesmarias se consolidaria mediante seu apoio.

Aldear a gentilidade na própria capitania constituiria, assim, uma das principais estratégias de controle no período posterior à expulsão dos jesuítas. Entre os principais aldeamentos presentes na capitania de São José do Piauí, estavam os de Nossa Senhora das Mercês, dos índios Jaicó, São José de Sende dos índios Acoroá e o de São Gonçalo do Amarante dos índios Guegue e Acoroá.

A percepção dos colonos acerca dos índios Jaicó, Acoroá e Gueguê era assim definida:

Os primeiros [Jaicó] não tem vigor a muito, por que se retirou o que tinham para os Guegue. Da mesma forma não tem aumento, por que a sua vida o não permite sendo como são unicamente vadios, preguiçosos e ébrios, sustentando-se do que furtam, como sempre fizeram. Os segundos [Acoroá] se acham totalmente impossibilitados a persistir no lugar de São João de Sende, por que a infecundidade do mesmo faz baldada toda a diligência para recolherem os frutos de que nos fez o ajudante Antônio do Rego Castelo Branco, Diretor dos mesmos índios. [...] Os terceiros [Guegue] que há quase três anos desceram do mato e se estabeleceram em boas terras prometem duração e aumento é seu diretor o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, escoltado de um destacamento de tropa paga, mas nas necessárias obras, que se lhes estavam fazendo de oficinas públicas, se não continua sem expressa ordem de V. Ex.^a porque o Ilm.^o governador preterido que as principiou e quase concluído, as fez suspender por uma portaria que expediu pouco antes da sua retirada para o Reino.⁵¹¹

Um dos aldeamentos mais longevos da capitania foi o dos índios Jaicó. Situado na localidade cajueiro, próximo a ribeira do rio Itaim, o aldeamento fora fundado lá para o ano de 1730. Durante todo o século XVIII, os Jaicó foram se incorporando à cultura do

⁵¹¹ APEPI. Capitania do Piauí. Registo de cartas ao general do Estado. 4 de março de 1775. Caixa: 149.

colonizador a ponto de serem conhecidos como já “práticos e civilizados na língua e nos costumes dos portugueses”⁵¹².

Segundo emissários da Coroa, os Jaicó mesmo aldeados, sempre viviam no “mato roubando e matando muitos gados de várias fazendas da mesma capitania, sem contudo haver já modo de evitar neles esta prejudicial liberdade”. Mais adiante, explicam a única saída para o fim de tamanha liberdade dos Jaicó:

E com semelhante desordem poderia bem remediar-se com o extermínio dos ditos índios para o Pará, onde pelo muito e continuado serviço com que se empregam outros vadios de semelhante qualidade, não podem desertar, parecendo conveniente, será meio de abreviar a desobediência e nociva liberdade em que vivem com a útil aplicação que nesta capitania o não podem ter, por falta daquele serviço público, nem tão pouco os moradores dela procuraram já servir-se de tais índios, pela inconstância e deserções que conhecidamente costumam praticar.⁵¹³

Percebe-se aqui que aldear não significava a anulação dos direitos costumeiros da gentilidade; sobretudo quando a política dizia respeito aos índios Jaicó. A solução seria, portanto, “*o extermínio dos ditos índios para o Pará*”. Como havia dito páginas atrás, ao término de uma guerra contra os índios, existiam três situações a seguir: a primeira seria o degredo dos índios mais revoltosos para o Maranhão; a distribuição dos filhos destes aos colonos da região e, por fim, o envio de mulheres e de jovens índios aos aldeamentos da capitania.

O documento acima sinaliza uma nova política baseada agora na expulsão dos gentílicos da terra para áreas mais distantes da capitania do Piauí. Aos que permaneciam, restava os “ajustes de paz” a ser construindo entre lideranças indígenas e comandantes de expedições armadas. Em novembro de 1771, o agora tenente coronel João do Rego Castelo Branco avança em direção aos sertões em procura dos índios Acoroá e “outras nações de bárbaros [...] para extrair do mato a ajustada gentilidade, finalmente tem descido e se acham nos subúrbios desta cidade [Oeiras] até 876 índios entre homens e mulheres, grandes e pequenos, todos com o intento de se aldearem com os mais, que por dispersos ainda ficaram no mato, e os anda procurando para se recolher com eles o sobredito comandante”⁵¹⁴.

De acordo com João do Rego Castelo Branco, o aprisionamento dos índios Acoroá e sua condução para aldeamentos próximos à cidade de Oeiras os forçariam a ser submissos aos

⁵¹² APEPI. Capitania do Piauí. Registo de Cartas, 1769-1771. SPE/COD. 009. ESTN. 01. PRAT. 01.pp.26,27.

⁵¹³ APEPI. *Carta da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha de 11 de julho de 1771*. Capitania do Piauí. Registo de cartas 1769-1771. SPE/COD. 009/ESTN. 01.PRAT.01.

⁵¹⁴ APEPI. Capitania do Piauí. Registo de Cartas: 1769-1771. SPE/ COD. 009/ ESTN. 01 PRAT. 01.

administradores coloniais, ao tempo que os estimulariam a “exercitarem as suas lavouras e perceberem a utilidade dos seus feitos”⁵¹⁵. O aldeamento receberia o nome de São Gonçalo de Amarante e estaria situado a 28 léguas de distância da cidade de Oeiras, “em exultantes terras para a cultura e conservação em índios que por agora existem nela [mais de trezentos índios] com algumas crianças, que dei aos moradores para se curarem e educarem”⁵¹⁶.

A organização do aldeamento de São Gonçalo do Amarante ficava a cargo de um corpo de clérigos e um clã familiar escolhido pelos próprios índios, que, além da função de liderança em relação aos demais índios do aldeamento, funcionava como mediador entre índios, clérigos e diretor da missão. Segundo João do Rego Castelo Branco, primeiro diretor do aldeamento, mesmo contando com habitações e roças para os aldeados, as fugas e a inconstância dos Acoroá estimulava outros grupos indígenas aldeados a sublevar-se e, quando não, a fugir para as matas⁵¹⁷.

Algumas dessas fugas contavam inclusive com ajuda de escravos fugidos ou pertencentes aos aldeamentos. Em julho de 1778, o governador da capitania tomou conhecimento do plano de fuga de um grupo de índios aldeados cujo mentor da ação seria um “negro cativo fugido” que circulava entre os aldeamentos roubando e insuflando os índios a fugirem para as matas. No documento, os colonos pedem que o negro tenha como “pena capital” a decapitação e a imediata exposição da sua cabeça na “mesma aldeia ou ao menos exposta a cabeça para firmeza e exemplo dos mesmos índios”⁵¹⁸.

Para o autor da carta, tal atitude era necessária para se manter “a perseverança dos referidos índios e do grande exemplo para os demais negros da capitania cuja consequências se farão utilíssimos”. Aos índios envolvidos, o documento expunha ainda que o histórico de desordens os acompanhavam desde a capitania do Pará, quando foram condenados à pena capital por repetidas rebeliões que planejaram naquela capitania⁵¹⁹. Para além do caráter punitivo aos índios, o documento evidencia também as longas jornadas pelos sertões que essas populações indígenas estavam sujeitas, seja para fugir dos colonos e dos aldeamentos ou em busca de melhores espaços de negociações.

Quando a desordem e o medo davam sinais de existência no interior dos aldeamentos, quase sempre, a correlação índios insatisfeitos e negros insubmissos tornava-se evidente; mostrando, com isso, que em muitas situações esses sujeitos compartilhavam os mesmos

⁵¹⁵ Id. Ibidem.

⁵¹⁶ Id. Ibidem.

⁵¹⁷ APEPI. *Carta pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha*. Capitania do Piauí. Registo de Cartas: 1769-1771.SPE/COD. 009/ESTN. 01.PRAT. 01

⁵¹⁸ APEPI. Capitania do Piauí. Registo de Cartas ao general do Estado: 1770-1781. Livro 149. p. 67.

⁵¹⁹ APEPI. Capitania do Piauí. Registo de cartas ao General do Estado. 1770-1781. Caixa. 149. p. 67-68.

desagrados. Em algumas situações, os índios fugidos poderiam contar até com o apoio de eclesiásticos. Em 30 de Novembro de 1769, o P. Francisco Tavares, vigário dos índios aldeados Jaicó escreve uma carta ao governador da capitania, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro pedindo para que o mesmo interceda nos castigos aplicados aos índios fugidos/desertores dos aldeamentos. Sobre o assunto, o padre assim expressava:

Posto que seja *antigo o costume entre eles [índios] retirarem-se para o mato e tornarem para a missão quando querem*[grifo meu], fazendo-se Ex^o esta desobediência pouco útil à adição de mais povos desta capitania, contudo reconhecendo com muito bem, que senão devem conciliar e reconduzir para a sua missão com o rigor e aspereza que imprudentemente muito se consigna, não pretendendo estabelecer por hora nova forma de governo entre eles, digo a V. Ex^a que não os apertando nem estimulando com castigos, que suscitem a deserção que costumam fazer será o melhor modo de introduzir nos ditos índios a lei da civilidade que não ignoram a útil aplicação aos dogmas da fé, a igreja e a cultura das roças, para deste benefício se utilizarem os mais habitantes como vizinhos fazendo-se persuadir disto mesmo pelo seu principal ou ainda outros índios que entre eles conservem autoridade e respeito⁵²⁰.

Para o vigário, atuar com “prudência e paciência” resultaria na diminuição dos crimes que os “índios costumam praticar, como mortes [e] feitiçarias”. Para aplicar as leis da civilidade, os dogmas da fé e a cultura do trabalho entre os índios, os jesuítas tiveram que estabelecer acordos e com isso sujeitar-se dentro dos próprios aldeamentos aos costumes dos índios, como aqueles de sair e retornarem às missões de acordo com suas vontades.

Anos depois, o próprio governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro justifica a manutenção da missão de São Gonçalo de Amarante levantando algumas das prerrogativas sustentadas pelopadre Francisco Tavares.

Para esta necessária determinação convocamos ao Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco com mais inteligente e experimentado nesta qualidade de serviço para se tomar o mais proporcionado expediente a segurança deste gentio; sorte a que acordamos que o meio mais eficaz e que prometia melhor êxito que era a de mudá-los para a aldeia de S. Gonçalo dos Acoroás de cuja mudança se conseguiam os seguintes efeitos: Primeiramente, a melhoria das terras de planta que a tem que ele estava produziam mal e por isso já haverão oito ou doze anos que se requeria a sua mudança em que Segundo lugar seria permanente o dado gentio a vista do outro Acoroá de que seria imediatamente seguido no caso de pertencer e seguir para o mato como havia grandes suspeitas. Em terceiro lugar se evitava a dependência de um pároco cuja falta tem gravíssimo em prejuízo do espiritual e temporal como

⁵²⁰ APEPI. *Carta de Francisco Tavares, Vigário dos índios Jaicós*. Capitania do Piauí. Livro II. 1764-1770. SPE. COD. 147. ESTN. 02.PRAT.01.

requisito essencial para a sociedade Cristão Civil o que por vezes foi representado ao Ih^mº sábio dessa decisão em quarto e último lugar escusasse com a dada passagem deste gentio levando do espírito de ociosidade em que estava na sua aldeia ou pelo de se internarem ao mato como dado fica formarão bando confusamente espalhado que este Governo os havia tornado mandar para a aldeia donde saíram e sem a obediência nem ordem se foram encaminhado para ela cuja deliberação formou as diligências que se observam nos documentos juntos⁵²¹.

Nessa re/fundação do aldeamento, o governador da capitania do Piauí reservava ainda ao ajudante, Feliz do Rego Castelo Branco, o direito em formar tropa, “naquele seu próprio domicílio e depois meter mandado” de captura de índios que, porventura, encontrassem nas matas. Nessa época, por certo, antes da guerra contra os índios haveria a necessidade da sua justificativa junto à Coroa. Concedida a permissão, caberia ao chefe da expedição empreender a guerra e, na eventualidade da vitória, - em muitos casos apenas parcial, uma vez que muitos se embrenhavam nas matas - conduzir os índios capturados aos aldeamentos. Essa prática seria corrente nos governos de João Pereira Caldas e no de Gonçalo Lourenço Botelho de Castrocuja estratégia seria de facultar plenos poderes aos agentes coloniais ordenados a exercerem a função de disciplinamento dos povos indígenas situados nas capitanias do Piauí e na parte sul da capitania do Maranhão, próximo às cabeceiras dos Mearim e Itapecuru.

Em relação ao Maranhão, as notícias sobre as invasões de índios em propriedades próximas aos rios Mearim e Itapecuru chegavam à cidade de São Luis por meio de requerimentos produzidos pelos moradores. Em posse do requerimento, o governador do Maranhão convocava os deputados da Junta das Missões com o propósito de informá-los acerca dos acontecimentos e decidirem a respeito das ações futuras, como a prerrogativa em formar bandeiras para expulsar os gentios, estabelecer nos locais aldeamentos e/ou nomear autoridades militares para chefiar expedições punitivas em caráter de guerra defensiva⁵²².

Em 1750, o governo do Maranhão recebeu dos moradores das ribeiras dos rios Itapecuru e Parnaíba uma solicitação de ajuda em razão das sucessivas invasões, saques e matanças conduzidas “pelos gentios bárbaros das nações Gueguê, Timbira e Coroá [que] tem destruído a dita ribeira de que se tem seguido despovoarem-se fazendas com notáveis prejuízos de seus donos e dos dízimos de S. Majestade”⁵²³. Com intenção de solucionar o problema, o governador do Maranhão e os deputados da Junta de Missões convocam o

⁵²¹ APEPI. Capitania do Piauí. Registro de cartas ao General do Estado. 1770-1781. Caixa. 149. pp. 80-82.

⁵²² APEMA. Registro dos assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada Junta de Missões na cidade de São Luís, 1738-1777. Livro n. 01, p. 21.

⁵²³ Id. Ibidem.

sargento mor João do Rego Castelo Branco para defesa dos interesses dos colonos, entregando-o a um corpo militar e mais munições em “pólvora, chumbo e armas para fazer a guerra defensiva”. Nesse momento, caberia ao militar, portanto, empreender as guerras contra os bárbaros, fundar aldeamentos, erguer igrejas e requisitar à Coroa, através da política de graças e mercês, a distribuição de cargos dentro do corpo militar⁵²⁴.

Dois anos depois, em 11 de março de 1752, João do Rego Castelo Branco informa ao governo do Maranhão a rendição dos índios Gueguê que “apanhados na presente guerra que se a fazer proximamente por ordem de sua Majestade e se determinou que se lhe deviam entregar a quem forem seus senhores por lhe concorrerem para as despesas da dita guerra”⁵²⁵. Ainda que a batalha contra os índios Guêgue estivesse encerrada, a guerra defensiva contra os Acoroá e Timbira continuaria. Para fazer valer a ofensiva portuguesa, os membros da Junta de Missões e o governador do Maranhão convocam para auxiliar a tropa do cabo João do Rego Castelo Branco, o também cabo e assistente de tropa, Jacinto da Silva Payo, para empregá-lo na “guerra contra os mesmos gentios Acoroás, e Timbira fazendo-lhes uma digressão pela parte do Miarim na esperança que com o bom sucesso desta expedição fiava não só seguros os moradores da dita ribeira, mas também de que o gentio Gamela atemorizado das novas armas, com que vierem na cabeça”⁵²⁶.

De acordo com as correspondências trocadas entre os agentes militares e os deputados da Junta de Missões, parecia haver um consenso a respeito da importância dos trezentos índios Gamelana construção da guerra contra os índios bárbaros que povoavam as ribeiras do rio Mearim.

E dar gosto a sua Magestade em benefício do Estado não tinha dúvida tomar pela parte do Miarim à sua conta a guerra contra o dito gentio dando neles por auxiliares trezentos Gamelas com seus arcos quarenta pendas(sic), alguma gente que voluntariamente se quisesse agregar o mais que propunha e pedia no rol, que adiante será transladado cuja resposta sendo que tida pelo dito Exmo. Sr. Governador e mais adjuntos, parece justa, e que estava nos termos de se atender ao que se lhe requeria dando-lhe S. Ex. requerimento em que lhe prescreve a forma que havia e ficando tudo o mais respectivo a dita expedição⁵²⁷.

⁵²⁴ A dinâmica em torno da política das graças e das mercês vem merecendo um elevado destaque na historiografia atual. Para o assunto ver, HESPANHA. António M. *Às vésperas do leviathan: instituições e poder político*, Portugal século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

⁵²⁵ APEMA. Registro dos assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada Junta de Missões na cidade de São Luís, 1738-1777. Livro n. 01, p. 21.

⁵²⁶ Id. Ibidem.

⁵²⁷ Id. Ibidem.

Provavelmente, os índios Timbira e Acaroa não foram derrotados, apenas abandonaram suas moradas e roças próximas ao rio Mearim e se deslocaram em direção aos rios Itapecuru e Parnaíba; isso é o que demonstra a correspondência dos proprietários de sesmarias encaminhadas aos membros da Junta de Missões da cidade de São Luís e que davam conta da existência de populações indígenas que viviam nas imediações desses dois grandes rios.

Nessas áreas, a guerra contra os índios se constituiria como uma das maneiras possíveis de inserir os mais próximos no espaço da administração; contudo diante de um número tão elevado de desertores, o recrutamento de membros familiares serviria também como uma espécie de fortalecimento da lealdade em torno do chefe da tropa. Isso é comprovado nas “*Memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão*”, escrita no ano de 1819, pelo major Francisco de Paula Ribeiro que, ao narrar suas experiências de quase vinte anos no comando das tropas nos sertões da capitania contra os Timbira, afirmava que um dos principais empecilhos para reduzir pelas armas as povoações gentílicas se dava exatamente pela quantidade elevada de “gente bisonha, sem nome, e sem disciplina ou subordinação” que compunha as tropas⁵²⁸.

Para Francisco de Paula Ribeiro, os rios Itapecuru e Parnaíba tornaram-se uma “segura guarida” aos índios fugidos e aos desertores das tropas do Maranhão e do Piauí. Quanto aos índios, em 1794, o ajudante Feliz do Rego Castelo Branco tomaria conhecimento da presença dos índios Gamela circulando entre as fazendas de gado vacum e cavalar próximas às margens do rio Parnaíba, tanto do lado do Maranhão quanto da capitania do Piauí. Interessado na captura dos índios, Feliz do Rego segue com “índios Gueguê, e Acoroas e Jaícos como o número de tropa” em direção às fazendas localizadas em Pastos bons, do lado Maranhão a fim de conter o avanço dos Gamela nas fazendas da Nação localizadas próximas ao rio Parnaíba. No percurso, o ajudante passaria em diligência pelo “lugar de São Gonçalo de Amarante no dia quinze de maio próximo futuro ser entregue ao Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, e [...] com os ditos índios, e tropas por sua vontade a incorporar-se no lugar de Aldeias Altas ou outro mais cômodo para a dada entrada a que pela obrigação de súbditos participamos a V. Ex^a a quem sacrificamos nossas vontades com a maior remissão e respeito”⁵²⁹.

⁵²⁸ FLANKLIN, Alberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007. p.235.

⁵²⁹ APEPI. Capitania do Piauí. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão -1788 a 1798. SPE//COD.395//ESTN.04. PRAT.01.

Inseridos à força no projeto expansionista português, os índios do Estado do Maranhão e Piauí oscilavam entre agentes ligados à Coroa, ajudando a capturar índios insurgentes e negros aquilombados e, noutro extremo, sujeitos com autonomia, vendo nos aldeamentos uma via de sobrevivência e de reconfiguração das suas identidades; operando uma verdadeira transformação no modo como as populações indígenas se relacionavam entre si e com os demais agentes coloniais. A utilização do ferro na vida cotidiana, o incremento de uma alimentação a base de carnese a proteção dos padres frente ao avanço dos bandeirantes, escravistas e colonos interessados em instalar fazendas de gado vacum e cavalar produziram um efeito indiscutível nos costumes dos índios do sertão do Maranhão e Piauí⁵³⁰.

Luís Mott foi o primeiro historiador a sistematizar as informações acerca dos índios contidas nos escritos do Pe. Miguel de Carvalho e, ao mesmo tempo, cruzá-las com outros documentos produzidos ao longo do século XVIII⁵³¹. Na contramão dos argumentos produzidos pela historiografia, durante a segunda metade do século XX, Mott desmonta as ideias segundo as quais a expulsão dos índios no Piauí se constituiu de maneira rápida e efetiva⁵³². Para Mott, o caráter violento dos colonizadores e, por outro lado, a resistência dos indígenas a tal empreitada constituiu-se como uma marca latente em todo o processo de conquista e povoamento nessa parte da América portuguesa. A tenacidade do português e dos luso-brasileiros contrasta, segundo o próprio historiador, com os argumentos baseados numa suposta benignidade entre colonizadores e índios locais⁵³³. Celso Furtado e Caio Prado também foram alvo de um revisionismo em torno do assunto e para respondê-los, Mott utiliza dados estatísticos acerca da população escrava negra e indígena nos domínios das fazendas⁵³⁴. O número de índios exercendo atividades nas fazendas de gado vacum e cavalar era bastante reduzido em comparação ao total de escravos africanos e sem descendentes. Segundo dados levantados por Mott, até 1762, 55% dos moradores das fazendas viviam em regime de escravidão; desbancando assim a tese da inexistência do trabalho livre em detrimento do escravo nas fazendas produtoras de gado⁵³⁵.

⁵³⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

⁵³¹ MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

⁵³² AIRES DE CASAL. *Corografia brasílica*. São Paulo: USP/Livraria Itatiaia, 1976.

⁵³³ Mott dirigia sua crítica especificamente aos trabalhos de Simonsen. Sobre a obra do autor, ver SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

⁵³⁴ Ver FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003; PRADO, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

⁵³⁵ MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*. Op. Cit. Ver, sobretudo, os capítulos 6 e 7.

Na mesma linha do revisionismo historiográfico, Ana Stela Negreiros situa a importância dos índios pimenteiras na reconfiguração desse espaço colonial situado, portanto, para além dos limites do rio São Francisco e uma porta de entrada para as conquistas do Norte⁵³⁶. Assim, tentando preencher o “vazio”, segundo o qual gravitava a historiografia acerca do papel desempenhado pelos índios do Sudeste do Piauí nas conquistas e ocupação do Norte, a historiadora utiliza-se do conceito de etnogênese para afirmar que os grupos indígenas presentes no rio Piauí, bem como aqueles que viviam no entorno das lagoas da região de Parnaguá, uniram-se a grupos gentílicos vindos da Capitania de Pernambuco, afugentados pelo avanço da pecuária na região do rio São Francisco, acabando por formar um grupo historicamente novo, denominado na documentação do colonizador de índios Pimenteiras.

Caberia aos índios Pimenteira o lugar de rebeldes e “bárbaros incivilizados”, diferente do caráter oscilante empregado aos índios Jaicó, Gueguê, Acoroá e Timbira que eram classificados, a depender dos contextos e das conveniências dos interesses em jogo, como cristãos e súditos e/ou revoltosos e insurgentes. O apoio das autoridades portuguesas aos pedidos de guerra justa contra as nações consideradas hostis levará a uma espontânea atenuação dos conflitos. Por todo o século XVIII, índios continuarão a se rebelar, a invadir fazendas e saquear vilas, contudo em menor escala daquelas corridas na primeira metade do século XVIII⁵³⁷.

A reação ao contato com o colonizador terminaria por gerar uma rearticulação étnica, potencializando, assim, as reinvenções culturais dos grupos indígenas locais e não a sua completa dizimação. Muito embora não se tenha uma ideia muito clara de como grupos indígenas distintos terminariam por constituir-se em um topônimo étnico comum, a pesquisa nos chama atenção para dois processos históricos importantes, a saber: o papel das migrações e o caráter das mestiçagens da gentilidade.

Mesmo assim, o mato estava ao lado, tanto para negros escravizados como para índios aldeados. No entanto, para aqueles a fuga poderia representar o fim dos laços de solidariedade construídos no interior das fazendas; para estes a deserção dos aldeamentos trazia consigo o perigo da re/captura, da prisão e do consequente envio ao Maranhão.

⁵³⁶ OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2007.

⁵³⁷ Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao rei D. João V, em resposta à provisão sobre a continuação das hostilidades perpetuadas pelos índios, e da licença que concedeu aos moradores de Parnaguá para que constituam uma tropa de combate a esses ataques. AHU-CU-016, Cx. 1. D. 48.

É provável que, mesmo após a expulsão dos jesuítas, índios aldeados tiveram seus direitos costumeiros assegurados e, em alguns casos, conseguiram até ampliar à medida que decidiam acerca do perfil daqueles que eram indicados para administrarem os aldeamentos. Foi assim em 1793, quando após uma série de acontecimentos envolvendo maus tratos e rigor na execução das penas de desordens, os índios enviaram uma carta à junta trina do Piauí denunciando Antônio Alves Brandão, diretor dos dois aldeamentos, e pedindo a sua imediata expulsão do cargo. Na alegação, índios aldeados exigiam “serem tratados na forma das ordens de sua Majestade e de V. Ex^a.” A luta pela posse da terra se dava agora com as armas do colonizador. Índios aldeados exigiam o cumprimento das leis fixadas no Diretório dos índios. Em menos de 40 anos da lei, índios utilizavam-na para barganhar vantagens, conquistar terras e estabelecer relações com luso-brasileiros a partir das leis da coroa.

CONCLUSÃO

Conta-nos Sérgio Buarque de Holanda que das 38 ou 39 bandeiras que seguiram em direção ao norte, enfrentando distâncias - quase sempre vencidas a pé, a cavalos ou em canoas -, escassez de mantimentos e sem o planejamento necessário lograram êxito apenas cinco, “perecendo as demais ou perdendo-se na viagem”⁵³⁸. Diante desses insucessos em terras hispano-portuguesas, essa parte da América passaria boa parte do século XVII desconhecida do agente colonizador⁵³⁹.

Contudo, a partir do fim do século XVII e inícios do século XVIII, o cenário muda: viagens são empreendidas com frequências pelo rio Amazonas e o rio Trombetas torna-se ponto de contato com as Guyana Holandesa. A busca pelo ouro já havia esgotado todas as regiões possíveis de exploração (Minas Gerais, Goiás, Cuiabá e Mato Grosso) e as instituições portuguesas fixar-se-iam nos sertões do Piauí com a fundação da cidade de Oeiras. Da faixa litorânea do Grão-Pará, passando pelo Estado do Maranhão e Piauí até a capitania do Ceará, o circuito comercial de exploração das terras do Atlântico Equatorial cada vez mais se inseria à dinâmica mercantilista do Antigo do Regime.

O aparente isolamento daria margem agora à completa inserção no mundo português do Atlântico Equatorial. Como afirmado na introdução, a melhor representação desse projeto colonial português voltado para o Norte das conquistas, portanto, do Piauí em direção ao Maranhão, Pará e Rio Negro, estará presente no *Mapa da região setentrional do Brasil, compreendendo as capitanias de São José do Rio Negro (Amazonas), Grão-Pará, Maranhão e Piauí e a parte meridional das três Guianas*, produziu no ano de 1778 (Ver Mapa 1). Assim, por todo o período colonial, estratégias e situações que buscavam conectar esse imenso território serão evidenciadas no mundo do papel, algumas com caráter denunciante, como as feitas por Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres em seu manuscrito “*Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão...*” que ao narrar as atrocidades em torno do cativeiro dos índios afirmava que os nativos do Norte, “juntamente com as suas terras tinham perdido a própria liberdade” e que seus gritos se “fizeram tão repetidos ecos desde as margens do Parnaíba até as do Amazonas”.

⁵³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org) Laura de Melo e Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁵³⁹CORRÊA, Dora Shellard. “Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.26. nº 51. PP. 63-87. 2006.

No plano econômico, João Pereira Caldas planejou desde os anos de 1775, quando era governador do Pará e Rio Negro, um caminho por terra que facilitassem a comunicação entre a cidade de Belém do Pará com a capitania do Piauí no intuito de propagar a criação de gado vacum e cavalar no território do Pará e Rio Negro e dinamizar um comércio único de carnes e couros de grande extensão ⁵⁴⁰. Nesse mundo a que se desejava conectado, os caminhos por terra e as entradas/investidas pelos rios assumiriam função primordial. Assim, e seguindo os passos de João Pereira Caldas, D. Francisco de Sousa Coutinho, seu sucessor no governo do Pará assumiria, no ano de 1799, a função de “explorar os rios que correm pelos distritos desta capitania [São José do Piauí] e que vão levar as suas águas ao Amazonas”⁵⁴¹.

Pouco tempo antes da solicitação de Francisco de Sousa Coutinho em conhecer os rios da capitania do Piauí, em 1777, a cidade de Belém do Pará vivenciara uma das mais terríveis epidemias de bexiga do século XVIII. À procura de uma solução, o governador da época, João Pereira Caldas (1772-1780) encaminha aos senadores da Câmara uma resolução exigindo que se construa na cidade de Belém cemitérios para que possa enterrar “os mortos, principalmente índios, escravos, porque já não havia nas Igrejas sepulturas, que estivessem cheias”.

Na resolução, João Pereira Caldas informava aos senadores, ao Juiz de Fora, ao intendente Geral e à Junta de justiça da cidade de Belém que durante o período em que passara como governador da capitania do Piauí não teve conhecimento da proliferação de epidemias, algo curioso uma vez que seus cemitérios estavam organizados de modo a não possuírem muros ou quaisquer outras barreiras, fato que o levou a concluir que não havia correlação entre ciclo epidêmico e isolamento das sepulturas.

Ao ser notificado da decisão e que deveria apenas “benzer o cemitério na forma do ritual Romano”, o Bispo do Pará, fr. João Evangelista Pereira da Silva, escreve ao Conselho do Ultramar relatando a vexatória situação aos membros da Corte portuguesa e afirmando que

Respondi eu ao dito Procurador do Concelho que eu não mandava benzer o tal Cemiterio, sem ao menos o cercarem de paus à roda, porque de outra sorte irião os cães, e as feras desenterrar os Corpos para os comerem,

⁵⁴⁰ Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia do contrato de arrematação da abertura de uma estrada entre a cidade de Belém do Pará e a vila de Ourém, facilitando a comunicação por terra com as capitanias do Maranhão e Piauí, sobretudo na introdução de gado vacum naqueles sertões e na prestação de socorros às populações. AHU_CU_01,Cx. 73, D. 61186.

⁵⁴¹ Carta do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira à rainha [D. Maria I], sobre ordem para cumprir as ordens do governador do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, acerca da exploração dos rios navegáveis que vão do Piauí ao Pará e que deságuam no rio Amazonas. AHU-Paui-, cx. 17, doc. 16/AHU_ACL_CU_016,CX. 22, D1136.

entrariam os gados a pastar em cima, e outras indecências indignas da piedade cristã, que se deve usar com os que morrem no gremio da Igreja Católica. Contatou ao Governador esta resposta, e veio na mesma tarde ter vomigo, dizendo-me, que mandasse benzer o Cemiterio, porque no Piauí vira muitos, sem estarem cercados nem de parede, nem de madeira. Respondi com muita mansidão, que o Piauí era um paiz, ainda quase todo bárbaro, e pouco cristianizado, que não podia servir de exemplo para se praticar o mesmo em uma Cidade Episcopal, e Cabeça de um governo, como é esta de Belém do Pará⁵⁴².

Se no plano cartográfico essa conexão parecia evidente, no cotidiano das relações coloniais esse aspecto dava sinais de conflitos, mostrando que as tentativas em unir esse território em torno de uma única bandeira, a da Coroa portuguesa, não seriam tão fáceis. Ainda assim, a busca pelos caminhos que, porventura, pudessem levar autoridades do Pará e do Maranhão às terras da capitania de São José do Piauí e, um pouco além, à capitania das Minas dos Goias não significou necessariamente uma quebra das hierarquias entre as capitanias do Norte⁵⁴³. Ao sustentar pretensas ambições coloniais, agentes administrativos residentes no Grão-Pará e Maranhão adicionavam a esses projetos suas vontades, potencializando com isso benefícios próprios ao tempo que mantinham, e sempre lutaram por isso, em estabelecer o poder decisório da administração colonial nessas duas importantes capitanias do Norte.

Até a primeira década do século XIX não há nenhum tipo de crítica das autoridades coloniais da capitania do Piauí em relação a essa concentração das decisões do poder nas instâncias administrativas do Maranhão e Pará. Ao contrário disso, o que se pretendia era extamente transferir a capital de Oeiras para Parnaíba com a razão primeira de estreitar o comércio com as casas mercantis de São Luís e Belém do Pará e, com isso, aproximar mais ainda o Piauí e do Maranhão.

Entretanto, o cenário mudaria completamente a partir de 1820, quando ações locais exigirão a ruptura das relações administrativas com o Maranhão e, de quebra, com o Império português e a consequente adesão ao processo de independência do Brasil. Sem o suporte do

⁵⁴² Ofício do bispo do Pará, D. fr. João Evangelista Pereira da Silva, para o secretário de Estado dos Negócios do Reino, visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles d Silva, sobre a necessidade de se construir um cemitério na vizinhança da cidade de Belém do Pará, em virtude do elevado número de pessoas falecidas devido a uma epidemia de bexigas, informando que apenas benzeria o novo cemitério depois de ele se encontrar cercado por um muro. 15 de setembro de 1777. AHU-Pará -ACL-CU_013,Cx.77, D. 6449.

⁵⁴³ Carta do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira à rainha [D. Maria I], sobre a comunicação do governador do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, acerca da navegação do rio Tocantins ser muito proveitosa para Goiás e capitanias circunvizinhas, mandando promover a navegação dos rios do Piauí para se assegurar uma comunicação regular e não arriscada entre as capitanias limítrofes. AHU-Piauí, cx. 17, doc. 10. 11/AHU_ACL_016, Cx. 22, D. 1137.

Maranhão, as autoridades administrativas do Piauí não só declaram apoio ao movimento da independência como exigem dos administradores coloniais do Maranhão a sua igual adesão ou neutralidade diante da situação política, sob pena de sofrerem retaliações, sobretudo, com a interrupção do comércio de carnes com a cidade de São Luís do Maranhão.

Com o documento intitulado “Proclamação”, a Junta do Governo Temporário escrevia aos habitantes do Piauí nos seguintes termos:

Habitantes da Província do Piauí esta Capital do dia vinte e quatro de corrente proclamou a Independência do Brasil e reconheceu o governo do Imperador Constitucional, e perpétuo defensor deste Reino o senhor Dom Pedro I e as Cortes Brasileiras. Este é o passo que tem dado quase todas as Províncias do vasto continente Brasileiro o que vós não podeis escusarmos. E como a Província do Maranhão não adota por agora o sistema da Independência, nem ao certo se pode saber se fica ou não neutral a respeito desta segundo o procedimento que teve com a Vila da Parnaíba quando em dezenove de outubro do ano passado se antecipou a declarar a sair aderência: este Governo já se dirigiu às duas primeiras autoridades daquela Província exigindo e vogando a dita neutralidade, porém como pode ser que se neguem a tão justa requisição, tem este mesmo Governo resolvido e ordenado que, no entanto, se recebe resposta do Governo do Maranhão não saia para ali gado vacuum de qualidade alguma, pois não é justo que sustentemos aqueles mesmos que ajudam e concorrem para se derramar o nosso sangue e sofremos outros mil incômodos de que, aliás, ficariámos livres se o Maranhão se conservasse neutral. Todavia, a dita proibição se limita só unicamente ao gado, pois que, todo o mais comércio e comunicação é livre com aquela província. E mesmo a proibição do gado se cessará logo que o Governo do Maranhão declarar que nos não incomodar a opor nosso sistema político. Portanto, habitantes do Piauí não se porteis por hora para o Maranhão os vossos gados, não leveis o alimento para donde vos não sabeis se vos virá o mal e a opressão. E alguém de vos que assim o fizer então é por que não ama a sua pátria e com horror deve ser olhado pelos seus patrícios. Este Governo a todos vos recomenda a religiosa observância do quando se vos determina e assim o espera do vosso patriotismo. Palácio do Governo em Oeiras aos trinta de janeiro de 1823. Manoel de Souza Martins, Presidente: Manoel Pinheiro de Miranda Ozorio, Secretario: Ignacio Francisco de Araujo Costa: Miguel Jose Ferreira: Honorato José de Moraes Rego⁵⁴⁴.

⁵⁴⁴ APEPI. Palácio do Governo. Fazendas Nacionais. *Livro de registro dos ofícios e mais ordens expedidas pelo Governo Temporário. Vai rubricado por mim e depois de numerado, como presidente do mesmo Governo. Oeira, 25 de janeiro de 1823.* Caixa: 147.

Os agentes administrativos do Maranhão não veriam a atitude do Governo e dos habitantes do Piauí com bons olhos, e não demoraria muito para tropas de Caxias e de Pastos Bons se unirem às tropas do Major português João José da Cunha Fidié para impedir os planos separatistas dos habitantes do Piauí.

Esses episódios em torno da independência extrapolam os limites de compreensão que a presente pesquisa busca responder. Contudo, tal acontecimento demarca para colonos e agentes administrativos do Piauí o esgotamento do projeto português das conquistas do Norte. Por certo, outros eventos concorrem para isso, sobretudo, aqueles conduzidos por viajantes que, ao longo das duas primeiras décadas do século XIX, circulam pelo Piauí e produzem um modelo de paisagem que atendam aos interesses da nova “nação brasílica”. A cena do descortinamento do Piauí e Maranhão para o Estado do Brasil ficaria sintetizada em uma das muitas gravuras produzidas durante a Expedição Científica pelo Brasil realizada pelos naturalistas bávaros, Jonhann Baptist Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius, nos anos de 1817-1820.

A gravura, com o título *Landschaft in Piauhy* [Paisagem do Piauí], produzida Franz X. Nachtmann e utilizada na obra *Viagem pelo Brasil* representa o momento exato do contato com a *Serra dos Dois Irmãos*, lugar enunciador dos caminhos que levam ao Piauí e ao Maranhão. Na representação litográfica, o brilho intenso situado no horizonte, na parte posterior da serra, aliado à perspectiva sobre a qual a imagem é produzida, no alto de um grande vale, adquire um aspecto de santuário de uma natureza intocada para quem visualiza a cena⁵⁴⁵.

Nos extremos da imagem, têm-se a palma e o buriti, uma com potencial poder de exploração, inclusive como concorrente direta no comércio de tinturaria com os espanhóis, e a outra abundante, a tal ponto de caracterizar todo aquele ambiente natural do Piauí e Maranhão.

⁵⁴⁵ CHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

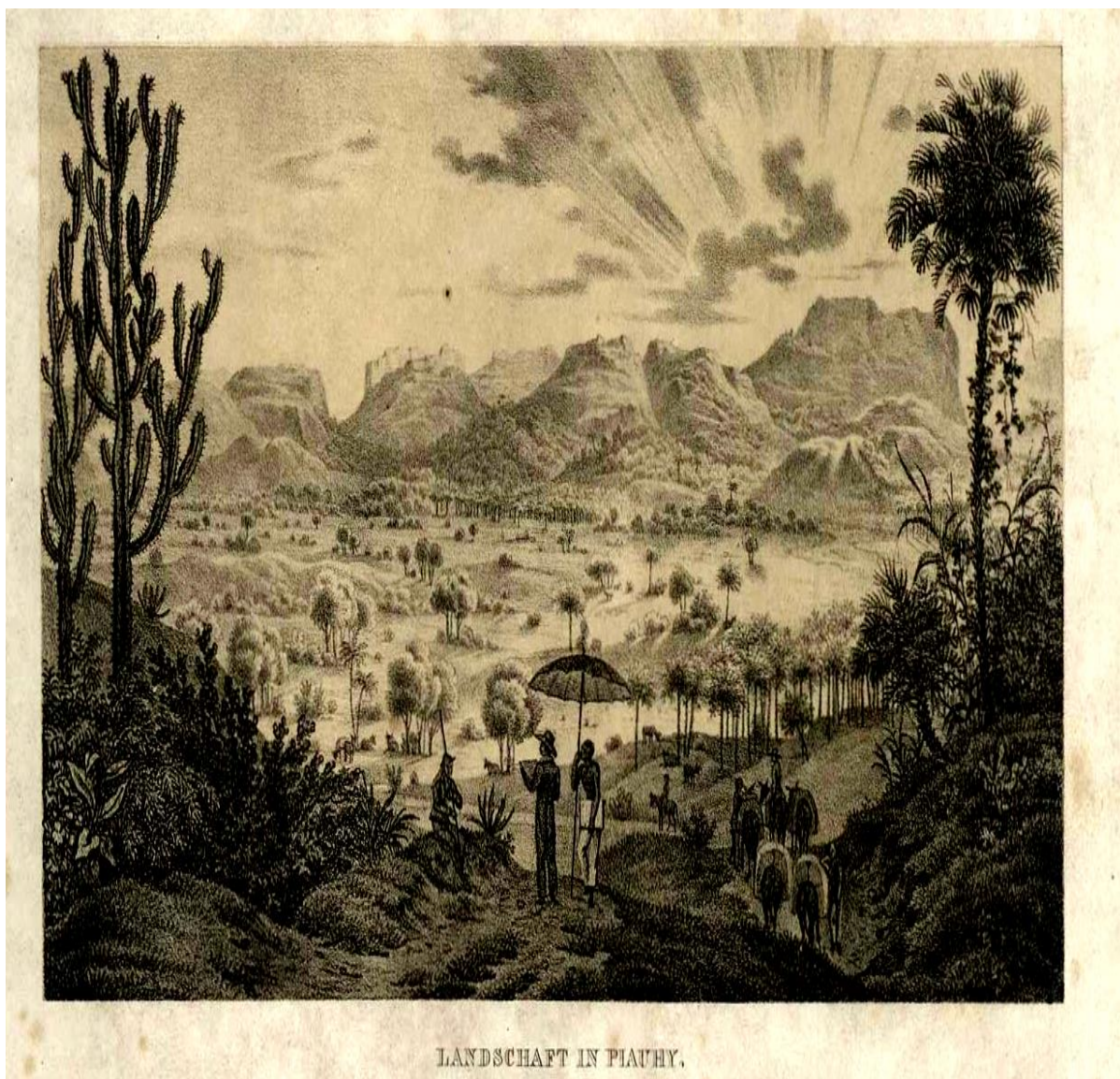


Ilustração 4: NACHTMANN, Franz Xaver. Am Corcovado, bei Rio de Janeiro. Muenchen [Alemanha]: Gedruckt bei M. Lindauer, 1823/1831. 1 grav., litografia, pb, 46x59. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_26.jpg>. Acesso em: 7 abr. 2015. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_26.htm>. Acesso em: 7 abr. 2015.

Martius não entendia a razão dos primeiros colonos em denominar aquela formação rochosa como *Serra dos dois irmãos*. Para ele, "ingenuidade dos sertanejos" havia assim a definida e apenas isso poderia explicar uma associação em nada "pitoresco". O que era uma aparente incompreensão aos dois naturalistas, para o historiador José Martins de Alencastre haveria uma explicação para o nome. Segundo Alencastre, os primeiros colonos a denominava como Serra dos dois Irmãos em associação aos irmãos Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra. No imaginário coletivo dos primeiros colonizadores, a transposição da serra simbolizava o momento histórico das conquistas portuguesas⁵⁴⁶.

⁵⁴⁶ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.

No final do século XVII, o padre Miguel de Carvalho definia a transposição da serra como o caminhar rumo às índias espanholas; um passo à tão desejada conquistas do rio Amazonas e, com isso, a perspectiva de um possível caminho para as minas de ouro do Peru⁵⁴⁷. A ambição do Bispado de Pernambuco em ocupar os sertões de Piauí de nada diferia do pensamento do Padre António Vieira quando este se aventurava nas florestas e rios da Amazônia pouco tempo antes das primeiras incursões dos religiosos de Pernambuco. O que muda, na verdade, são exatamente os caminhos a seguir nessa aventura em torno do aumento do poder temporal e espiritual.

Na mesma época em que Spix e Martius percorrem a capitania do Piauí, Manoel José d'Oliveira Bastos o faz, porém em sentido contrário, saindo das capitanias do Pará e Maranhão em sentido ao Piauí, Pernambuco e Bahia⁵⁴⁸. No seu *Roteiro das capitanias do Pará e Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, pelos seus caminhos e rios centrais*, produzido em 1819, o autor sugere uma explicação bem próxima àquela levantada por José Martins Pereira de Alencastre, segundo havia o costume de nomear a Serra como sendo dos Dois Irmãos em razão dos colonos vindos da Bahia.

Interessado nos caminhos que conduzem aos sertões, Oliveira Bastos traça um *Itinerário da capitania do Piauí, que começa no rio Parnaíba*, próximo à vila de São Antônio da Parnaíba, última vila do lado do Maranhão e situada a três léguas da foz do rio Parnaíba. Para fazer a travessia do rio Parnaíba, contava-se com a ajuda de uma pequena embarcação que, com dificuldades, transportava até seis soldados. Após a travessia todo o percurso se dava por terra, avançando fazenda por fazenda até chegar à cidade de Oeiras e de lá até a fazenda Ingá, limite com a serra dos Dois Irmãos. Avançando rumo a serra, do lado da capitania de Pernambuco, a seis léguas de distância, encontrava-se a fazenda Barreiros, de propriedade do senhor Roque Gomes Ferreira.

Enquanto Vieira desenvolvia sua experiência de catequese a partir do Norte, em São Luis e Belém, os religiosos de Pernambuco, por sua vez, operavam a partir do sul do Piauí, pelos caminhos e veredas construídos pela força do gado que ao avançar por aquelas terras re/configurava a paisagem, devastando matas, abrindo campos e estabelecendo contatos entre colonizadores e grupos indígenas locais⁵⁴⁹. Entre expectativas e frustrações, ambos, em pólos

⁵⁴⁷ CARVALHO, Padre Miguel. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao IHm^o. e Rm^o Senhor Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco". IN_ENNES. Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

⁵⁴⁸ BASTOS, Manoel José d'Oliveira. *Roteiro das capitanias do Pará e Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, pelos seus caminhos e rios centrais*. RIHGB. 2^a ed. Tomo VIII, 1867, PP. 527-539.

⁵⁴⁹ ABREU, Capistrano. *Capítulos de história Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 130.

distintos, dariam sentido comum a seus lugares/espços de ações, mesmo que para isso forjassem sentimentos de uma terra repleta de almas prontas para a evangelização.

Na concretização desse feito missionário, muitos conflitos se estabeleceriam tanto ao norte, quanto ao sul da capitania de São José do Piauí. Em Abril de 1679, portanto na mesma época das entradas dos bandeirantes paulistas na parte sul do Piauí, uma tropa de guerra capitaneada por Vidal Maciel Parente parte da cidade de São Luís do Maranhão com cento e quarenta soldados, quatrocentos e setenta índios aliados em trinta canoas e em um barco de grande porte com destino à voz do rio Paraguaçu [Parnaíba]⁵⁵⁰. Sua missão era conquistar almas e ampliar os domínios territoriais da Coroa portuguesa na região. Conta Serafim Leite, que, no conflito, 300 Teremembés [Tremembés] foram mortos e mais uma dezena de índios que viviam às margens do Paranaíba, como os Anapurus, Caicaças, Aindoduções, Guaçiduces e Critices⁵⁵¹ tiveram ou de se deslocar para outras áreas ou viverem como vassalos do Reino. A expedição, embora com bastante reforço de homens e armas, não conseguiu avançar rio acima. Não precisavam! Na parte sul, bandeirantes, posseiros e tropeiros transporiam a Serra das Ibiapaba/Dois Irmãos/Borborema e avançariam rumo às cabeceiras dos rios Parnaíba, Canindé e Piauí.

Um século depois, nas primeiras décadas do século XIX, Spix e Martius identificariam a *Serra dos dois Irmãos* como uma das poucas vias de acesso ao Piauí, vindo das capitanias da Bahia e de Pernambuco. Um lugar cercado de significados, permeado de informações duvidosas e, ao mesmo tempo, indeterminadas; sobretudo pela “diversidade dos nomes com que algumas partes dela são designadas”⁵⁵². Para os colonos do Ceará, Serra das Ibiapaba, para os de Pernambuco, serra da Borborema e para os do Piauí, serra dos dois Irmãos. Diante dessas incertezas, o naturalista decide explicá-la pelos atributos da ciência, caracterizando-a como uma serra de “granito sem estratificação, de granulação grossa, esbranquiçada, cuja mica aparece geralmente em grandes palhetas prateadas”⁵⁵³.

A paisagem dos sertões do Piauí simbolizaria, portanto, um construto cultural; algo próximo daquilo que Michel De Certeau definiria como *práticas dos lugares*, construído ao longo do tempo e reforçado nas crônicas, memórias e relatos descricionistas de padres,

⁵⁵⁰ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943. p. 164.

⁵⁵¹ LEITE. *Op. Cit.*, p. 164.

⁵⁵² SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 3ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, Volume II, 1976. pp.210-11

⁵⁵³ SPIX E MARTIUS. *Op. Cit.*, p.212.

colonos e viajantes⁵⁵⁴. Uma porta segundo a qual possibilitaria a colonizadores e missionários unir impérios coloniais distintos, o Português e o Espanhol, a partir da interligação do Brasil do sul com o Brasil do Grão-Pará e Maranhão.

Spix e Martius construíram uma paisagem marcadamente nova, transmitindo assim um sentimento de posse, com o gado completamente adaptado ao ambiente, as cactáceas marcando o triunfo da exploração e os buritizais a distinguir o lugar dos demais espaços construídos pelos naturalistas ao longo da sua *Viagem pelo Brasil*⁵⁵⁵. Um espaço de fronteira visto pelos colonizadores, indígenas e primeiros posseiros como um lugar de práticas, ordenado segundo os instrumentos simbólicos e materiais dos sujeitos que lá passaram, dando sentido e forjando significados àquela paisagem.

Um ponto importante da produção da imagem é que sustenta a hipótese de uma paisagem inventada a partir de novos interesses, encontra-se nas imagens feitas por Lejeune e Denin e que enfocam o processo de construção da litogravura. Em ambas, o caráter inóspito e bravio impera em relação à imagem que irá compor o livro de Spix e Martius. Com o cuidado em transformar lugares inóspitos em paisagens de ocupação, os naturalistas do século XIX dariam sentido à presença do homem, utilizando, para isso, imagens e relatos descritivistas de cunho eminentemente cientificista para, com isso, respaldar suas conclusões.

⁵⁵⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 19ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 182. Ver também, CHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵⁵⁵ SPIX E MARTIUS. Op. Cit. p. 237.

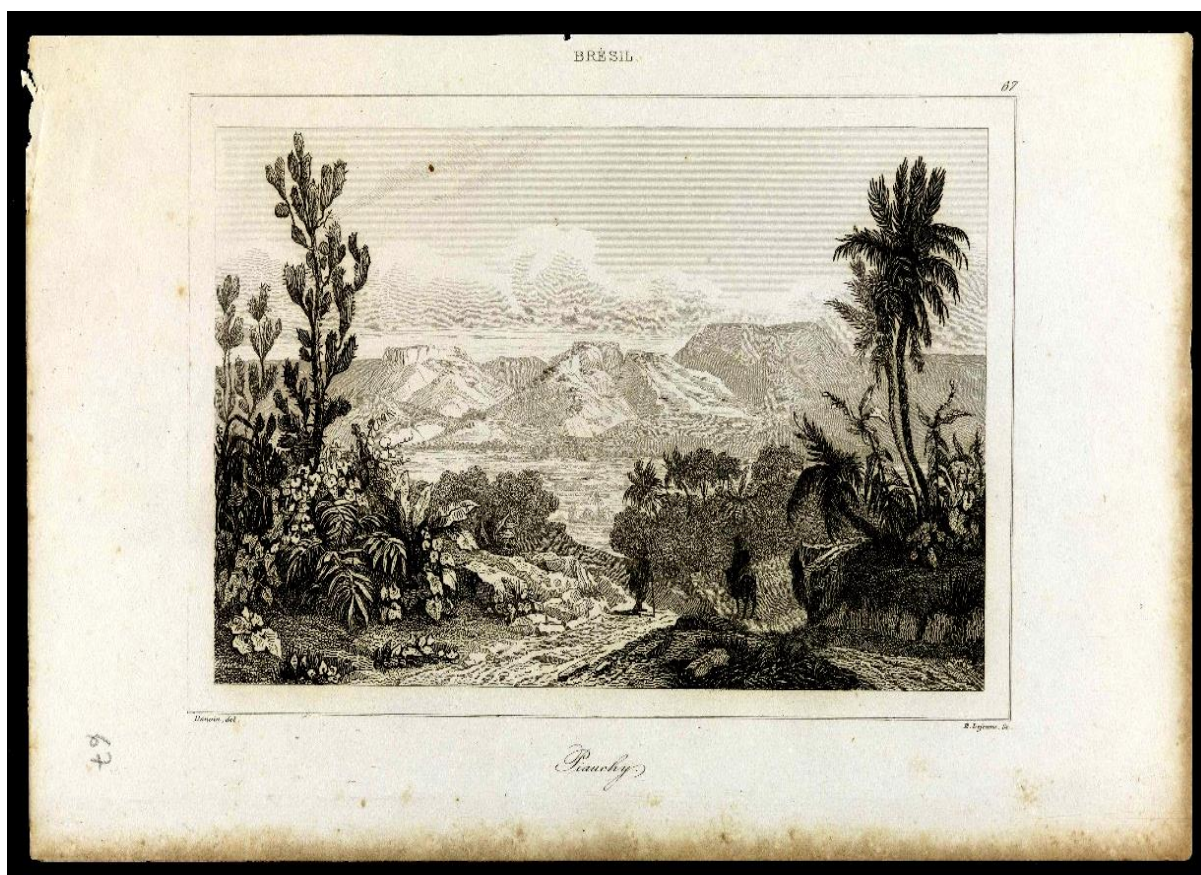


Ilustração 5: LEJEUNE, E. Piauchy. Paris: Firmin Didot frères et Cie, 1846. 1 grav, pb, 21 x 12,8. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon395098/icon395098_278.jpg>. Acesso em: 7 abr. 2015. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon395098/icon395098_278.htm>. Acesso em: 7 abr. 2015.



Ilustração 6: DENIS, Ferdinand. Piauhy. Paris: Firmin Didot frèreset Cie, 1846. 1 desenho, pb, 13,2 x 21,3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon96649/icon96649_69.jpg>. Acesso em: 7 abr. 2015. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon96649/icon96649_69.htm>. Acesso em: 7 abr. 2015.

Havia, portanto, antes mesmo de alcançarem às terras do Piauí e do Maranhão, um sentimento - cada vez mais excitado pelo perfume dos arbustos de uma natureza primaveril - de sucesso e de esperança.

Depois de deixarmos Registro do Juazeiro e seus hospitaleiros habitantes, tomamos por um caminho, fora da estrada das boiadas, para Melancias, pois aqui já havia chovido desde mais tempo, e os extensos campos estavam revestidos de relvedos [gramas] tenro. Pernoitamos ao relento; a mata de catinga, onde penduramos as nossas redes, estava com sua rica vestimenta de flores, muito mais agradável do que teríamos imaginado. Arbustos diversos exalavam um perfume incomparável, e o sopro da primavera animava-nos com as mais fagueiras esperanças quanto ao bom sucesso da viagem pelo Piauí para o almejado Maranhão⁵⁵⁶.

⁵⁵⁶ SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 3ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, Volume II, 1976, pp. 208-9.

Contudo, nada disso haveria de se concretizar ao transporem aquelas serras. A esperança daria vazão à frustração. Perigos e tristes ocorrências sucederiam a cada momento. Logo se dão conta de que alguns de seus cargueiros haviam sido roubados. Ao encontrarem pela primeira vez uma zona produtora de gado, são tomados por um sentimento de surpresa. Ali mais parecia com a Europa, a Suíça do Brasil.

A qualidade dos campos, a que chamam de campos mimosos, o perfil do gado, o sabor do leite e a quantidade de produtos que porventura possam ser dali extraídos, como queijos, manteigas e requeijão os deixam com a boa impressão daquelas fazendas. Logo constataam que o gênio alegre, amável e folgazão daquela gente - objetivos esses representados na feição arredonda - guarda estreita relação com o ambiente natural. Contudo, a mais completa bonança produziu naquele sertanejo uma escassez de talentos; vago, portanto, de um espírito engenhoso e com uma singular ingenuidade. Determinismo geográfico sendo costurado na literatura do viajante a serviço da colonização⁵⁵⁷.

Mais uma vez, a conclusão produzida pelo viajante acerca da personalidade daquela gente do sertão deixa transparecer numa outra imagem, chamada *Sertanejo in Piauhyauf der reise* [Sertanejos do Piauí viajando] cujas disposições dos afetos, dos subalternos estão representadas na deferência feita pelo capitão do mato/vaqueiro a seu senhor, na atitude complacente do crioulo ao servi-lo com um copo d'água e, por final, na difícil tarefa de carregar, por longas distâncias, a esposa do senhor.

⁵⁵⁷ TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.



Ilustração 7: icon1250074_36:NACHTMANN, Franz Xaver. Bilderausdemmenschenleben. Muenchen [Alemanha]: Gedrucktbei M. Lindauer, 1823-1831. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_36.jpg>. Acesso em: 11 dez. 2014. Disponível em:http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_36.htm>. Acesso em: 11 dez. 2014.

Na imagem acima não há nenhuma vinculação com o passado indígena. Apenas negros e seus descendentes executam o trabalho de servir seus senhores. Para o autor da imagem, a escravidão chegara naquelas terras na mesma constância de outras áreas escravistas do Brasil. O que existia de diversidade indígena no século XVII e XVIII, portanto no período colonial, transforma-se a partir das descrições de viajantes e de cartógrafos do século XIX em unidades gentílicas em vias de extinção.

Spix e Martius concluiriam suas percepções sobre os habitantes do Piauí com dados e, mais uma vez, revelando a partir das suas experiências queixas, incompreensões e inconveniências por onde andara. Com isso, demonstrava que a população do Piauí, à época, girava em torno de 71.370 almas; sua guarda militar era composta de três regimentos armados de cavalaria e dois de infantaria; contava com uma capital, a cidade de Oeiras, distante de Recife a 200 léguas e de São Luís a 100 léguas, que nada oferecia, não sendo para “admirar

que aqui se encontre ainda menos cultura, porém, mais aquela simplicidade, bondade e hospitalidade, que se conservam tão bem nas localidades isoladas”⁵⁵⁸.

Debilitados em razão das constantes febres, Spix e Martius seguem rumo ao Maranhão cientes das dificuldades encontradas. As riquezas minerais e a escassez civilizacional da capitania do Piauí são deixadas para trás na certeza de um conselho popular da época que dizia: “que se deve sair tanto mais depressa de um lugar, quanto menos bem nos sentimos dele”⁵⁵⁹.

⁵⁵⁸SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 3ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, Volume II, 1976.p. 219.

⁵⁵⁹ Id, *Ibidem*.

ANEXO

Documento 1.

Memória de Domingos Gomes sobre as fazendas existentes no Piauí, 1722.

Notícias do Piauí (Folha 1)

Falecido Domingos Afonso no ano de 711, partiu para o Piauí o Senhor Mathias Francisco com o Padre Manoel da Costa a tomar posse das Fazendas, e acharão que já os chamados filhos de Domingos Afonso a estavam tomando, e o Juiz da terra lhe dava com seu Escrivão; de onde os sobreditos religiosos por suspeita esta justiça, é apenas queira admitir a disposição do Testamento do defunto Domingos Afonso, recorreram ao Governador do Maranhão, indo pessoalmente o sobredito Padre Manoel da Costa, donde trouxe provisão para o Escrivão da Igreja nos dar a dita posse, e fazer Inventário com duas louvadas independente de maior Justiça, a que tudo assim se fez dentro em cinco anos, começando-se a diligencia pelos sobreditos dois Religiosos no sobredito ano da morte de Domingos Afonso de 711, e declarando-se no ano de 717, os quais cinco anos se tomarão para segregarem também todos os gados; E no de 717 sendo esta chegado a seu desterro, assim que se acabou o verde, chamei o Escrivão que era Antônio Neiva, e com dois louvados e Capitão, Manoel Duarte de Faria. Antônio Gomes Pereira, corremos todas as Fazendas em 60 dias, avaliando os que nelas havia e fazendo o Escrivão assento de tudo o que se achavam, e os vaqueiros apresentavam debaixo de juramento de que não haviam de ocultar coisa alguma, a qual juramento também em louvados tomaram para avaliarem cada coisa pelo que valesse segundo o Regimento que levei dado por Letrado. Sendo nos corrido desta sorte quatro Fazendas, nessa ei ao encontro [...] da terra, que nos não deu pequeno trabalho. Queria o Juiz prende o Neiva por tomar juramento e fazer o mais que fazia em seu território sem sua autoridade, de que me defendi primeiro com o Regimento do Letrado, que em se peder tal autoridade não falara. Atendendo porventura o que este alto se faria.

FOLHA 2

Com autoridade maior, qual era a do Governador, cuja Provisão apresentamos-lhas como esta declarava ser só por espaço de um ano, nos apertou a justiça, mostrando que este ano há muito se havia acabado, ao qual tornei Eu o troco com aquele texto = Legitima incepta Legitimofiniuntur, explicando com exemplo do que tendo começado a competição no tempo

do jubileu e não podendo ter acabado, acabava depois quando podia; e que assim não fora possível gizar-se (riscar, assinalar com giz) tanto gado em um ano, e que prestei com ainda aparecer gados por gizar; E assim nos livramos deles, e demos fim ao inventário na forma que íamos, o qual remeto para o Colégio da Bahia, e dele constará que achamos, assim de gados, como de tudo mais, segundo minha lembrança importou tudo, coisa de duzentos e trinta mil cruzados, não falando nas quatro fazendas do Rio S. Francisco, porque inventario dessas não fui Eu que o fiz, como nem também das coisas da Bahia, mas só daquilo que achei no Piauí.

O que renderam as vinte e quatro Fazendas da Administração, que achei povoadas, e de que fiz o sobredito inventario, consta do livro em que fiz assento dos gados que botei; e dos que despendi. Cresceram seis Fazendas a administração lá no Piauí sobre as 24 que achei, porque adquiri três que achei ocupadas por intrusos, a saber = os Espinhos ocupada pelo Balegão, o qual entrou nelas achando-as despovoadas pelos morcegos, dizem que com Licença do Padre Manoel da Costa, e que a dera só para se fazerem os gados dos seus Dízimos, porem se fez casas de pedra grandiosas, e as logrou até quando a justiça as fez largar, que foi no ano de 728. Então entrei Eu pagando tudo o que achei pelo que julguei valor = e Fazenda Grande que os mamelucos Agostinho e Vidal, vendeu que aos primeiros padres lhe não deixaram tomar posse de todas como entenderam, e tinham já dar o principio com a justiça da terra quando os primeiros Religiosas lá chegaram vendo-se excluídos meteram na Fazenda Grande, a qual também estava despovoadas pelos morcegos, os seus gadinhos [caudilhos], que tinham; e dizem que também alguns do defunto Domingos Afonso, a quem chamavam e ainda chama Seu Pai; e nela estiveram ou tiveram esses gados até que finalmente no ano de 730 atemorizados de que Eu os queria despejar por justiça, voluntariamente foram despejando para sítios que –

FOLHA 3

Achavam nessas catingas, e está hoje a dita Fazenda só com gado da administração = Os tabuleiro alto, que tendo também sido despovoadas pelo morcego nos mesmos anos, que as assim ditam de 708 até 710, e havendo-se metido nela João Coelho de S. Pedro do mesmo modo que os mamelucos seus cunhados, acima ditos, se meteram na Fazenda Grande no tempo da morte do testador, e havendo largado no ano de 717, e havendo entrado outro intruso um capitão mor Manoel de Souza fugido das minas por Eu não poder ter acudido a povoar a falta de Escravos no ano de 727, comprei e paguei ao sobredito Capitão Mor Manoel [G/Z] de Souza tudo o que aí tinha.

As outras três Fazendas ou entregam, que crescerão no Piauí são em lugar de outras três, que se venderam no Rio de S. Francisco, porque só assim me resta a obrigação de exigir estas, se

deu autorização para se vender aquelas: E vem a ser as de novo erigida o Castelo no Canindé que era retiro antigo do Campo Largo mal aproveitada pelas muitas larguezas, e agora é das melhores Fazendas, a qual inclui em se um grandioso Casarão, que deixei mais de meio feito, pela maior parte de pedra, que passa de uma légua em quarto no qual com mais de mil cabeças de gado do melhor daquele Sertão, se refazem os poldros que se terão das éguas, e engordam as cavalarias das boiadas com convivência de não fugirem, nem cavalhareem (cavalgarem) com as cavalgaduras alheias, que andam nos Pastos de fora por onde vai a Estrada, dentro daquele cercado há há três sítios d'Água, em um as águas pequena, porém mais necessário por estar no meio do campo aonde maior peso de gado; para aumentar deixei principiada um serviço, a saber um tanque, que é bem se acabe.

A outra que se erigiu é o Hinxú [Exu] entre as duas tranqueiras, onde os gados por longe se perdiam= e terceira é o Riacho Fundo no Piauí entre as Fazendas Salinas e Cachoeira, onde também por longe aquele povo se não aproveitava: Cresce naus a Fazenda chamada o Pobre, que compramos para a administração, mas como largamos o Colégio e Sitio do Tatu ficou o Pobre em seu lugar, com advertência que o sitio do pobre é melhor,

FOLHA 4

Mais por estar o Tatú pegado as Salinas ficou mais bem arrumado assim: Advirto mais, que para inteirar as dadas Fazendas que possuía o testador falta uma em lugar daquela que no Rio de S. Francisco se largou em 718 ao Capitão Domingos Jorge Afonso por conserto da demanda para que se pode comprar quando se oferecer boa maré de estarem com poucosgados alguma, que tenha conta, principalmente a do Alegre, na qual costumam cair muitos gados nossos, ou ainda melhor os Guaribas do Neiva que bota para muitas nossas o seu gado, ou quando não queiram comprar, podem fazer Águas Segurar onde as não há, sendo que não faltam Campos e larguezas primeiramente Mocambo das Possões, que se tivesse as águas daria em reste ao Cercado do Castelo acima dito: Segundo nas Marrecas do Saco: 3º no Peres, ou Riacho de Bois da Tranqueira do meio = 4º na Enseada dos Algodões.

As três Fazendas que o colégio comprou a André Leitão, uma no meio das de Domingos Afonso chamada as Salinas, e duas da outra banda do Parnaíba chamada S. Antônio e Cachoeira distantes das Salinas por cima de 20 léguas foram logo assoladas de gentio levantado em 712 chamado Mandu Ladino com várias invasões até o ano de 718: Sabemos que matou a metade das éguas; dos gados não se averiguou a conta, e sendo morto o gentio nesse ano, se tratou delas com mais sossego até o de 722, no qual subrevindo outros gentiose matando um crioulo, e tendo o Padre Matheus de Moura ordenado se vendessem só essas duas da Parnaíba, que a das Salinas não tinham conta vender-se, por estar cá no meio das da

administração, como não achei comprador a elas seguro, retirei os gados baralhando-os cá por fora com os da administração, mas sempre com o ferro do Colégio, onde foram fortificando, e agora ficam já em suas entregas juntos pegados as Salinas, uma chamada do Tatú, a outra Sítio da Penela: a que adverto, que a renda desses dois sítios: Tatú e Canela, deve se sento e cinco mil reis cada um por ano por serviço de cada um deles, uma a metade de Sítio inteiro como bem sabem os que por lá moram: Aqui também advirto não haver que admirar no pouco rendimento.

FOLHA 5

Destas Fazendas menos de três mil cabeças de gado de açougue em quase trinta anos com tantas cajadadas de gentio, e também as Salinas levou a sua pelo Gentio Pracati, que queimou todas as casas no ano de 720 matando três pessoas, a saber um branco, e dois negros, um dos quais era da Fazenda, e outro do vaqueiro, e matando os bezerros no chiqueiro, no qual ano vim Eu a este Colégio solicitar para lá a Aldeia do Saco dos Morcegos a qual não quis ir, e foi bom, que sem ela nos remediamos.

Também as fazendas da Administração padecerão suas hostilidades maiores do gentio Pracati, que nelas matou doze pessoas nos meus anos outras estarias meias bravas ou bravas de tudo, que foi necessário a limpa-las a chumbo, e comprar Esta a troco de bois e armas de fogo para armar os Negrose por cima de dezesseis negros, que comprei a Bois, por não dar a necessidade lugar a esperá-los de cá. Achei muito menos de cem escravos, como se pudera ver no Inventário, e raros deles casados, a saber dois com índias velhas, e três com negras, um com mestiça, e era pela maior parte os que tinham as éguas de entrega no tempo de Domingos Afonso sem branco; por morte do qual Domingos Afonso e entrada nossa, a nossa primeiro procurador Secular Lourenço da Costa perito nesta matéria; vendo que assim estavam as Éguas perdidas, fazendo-se bravas, e não dando lucro, e sendo necessário comprarem-se cavalos para benefícios dos gados, já em tempo do Padre Antônio de Barros lhes tinha posto branco, e algumas a dois, uma só achei sem ele, porém a tinha por escrito do sobredito Padre com obrigação de lidar com as juntas das Boiadas, deixando o Negro das éguas por não ser se bulhascom ele, se com ele assistir e gastando assim os quartos, os quais [...] paguei por esta demanda com o testamenteiro do tal homem por nome Antônio Moreira Meireles, que morrendo nesse meio tempo, deixou no testamento declarado deverem-se dois anos estes quartos, e que com o escrito dos Padres se provava: Vendo mais este meu antecessor na Procuração do Secular Lourenço da Costa que estes Negros pela graduação de terem estado sem [amo] por.

FOLHA 6

Por casados e caciques velhos, não tinham sujeição aos amos; e outro senhoram suas senzalas Casas de alcova, e esconderijo dos mais parceiros, que vinham trazer mel, e outras comidas atrás das Índias e pretas que estes casais tinham suas Cativas= Serve serverum dominiu = que ganhavam para seus donos essas [...], e para o Inferno almas perdendo também as suas, já com autoridade dos Padres tinha dado princípio a se forrarem esses casais das Éguas, dando a cada um por si um Moleque, e em meu tempo se continuou forrando-se também dois dos do gado, um dos quais ganhou para se forrar com o fumo que plantaria nas vazantes do serviço da Fazenda; porém outro parece, que com dinheiro que fazia em carnes que vendia criados com a carne das vacas de uma Fazenda em que estava sem amo.

Assim pus juntamente um resto das mestiças, que ocasionaram a morte do sobrinho do Afonso, em que ele queria fazer casas e por conseguinte, cair-nos esse trabalho as costas: Como também com as mancebas dos vaqueiros, e os que as não quiseram lançar fora, foram com elas, e logo Deus foi leva tanto a praga dos Morcegos: Aos pretos explicava como em nosso poder trabalham para coisas de Deus, a fortuna de terra nessa de Casa, que muitos brancos a não tinham no Sertão; E assim foram saindo dos Matos para de [18] que andavam fugidos, cinco dos quais foram lá mortos no Mocambo pelos brancos que com autoridade do reino [...] lhe foram dar no ano de 718 tres ou quatro léguas distantes da melhor Fazenda na qualidade dos pastos da Administração chamada Campo Grande na ribeira do Canindé, que em um só ano, em que esta estava sem branco pelo não haver Capaz, entregue a um Negro da maior fama de Vaqueiro, e que enquanto foi vivo fez sempre o papel de Rei nas suas festas, se foi para lá esta vizinhança de seus Parentes para uma Serra, que se chama a Cumba, que por comumente seve de muitas pares do Sertão, e daí saiam já as Estradas e fazendas a matar os brancos. Daqui se firma uma razão; pela qual não convém negro sem amo; ficou porém ainda fugido um Jozé Negro da Administração, que amancebado com uma negra alheia inteirou dez anos nesses matos, do que tendo Eu noticiado botei fama compraria a Negra e os deixaria casar para se salvarem ao que.

FOLHA 7

Saíram logo eles cumprir a promessa, no que me botei apertar, porque diziam os mais haviam de fugir com Negras para terem semelhante fortuna acudi Eu não ser isso necessário, mas os mandaria a esta Bahia a casar: não quiseram saber mais e puseram as petições de querer servir a Deus; já te entendo, eras este ano para baixo com boiada, e escreverei que te deem mulher.

Porém advertindo os males temporais, e também eternos que costumam provir de multiplicar casamentos de Negros no Sertão, quais costumam se ficarem os maridos embaraçados para o serviço dos longos com ausências as vezes de ano, esvaírem-se pelo abuso, e durarem pouco, ficarem soberbos com os amos, que não querem mais ter, acender-se nesses o fogo junto as palhas, haverem ditos contrapõem qualquer líder com a eles, andarem em viagens, a buscar parteiras, e curandeiras, por-lhas de olho para acudir aquele gado mole; escrevi ao Padre Manoel Alvarenga não pusesse dúvida dar mulher aos que a viessem pedir, mas as deixasse por cá ficar com elas, mandou-me um moleque solteiro por cada casado, avista de que ninguém quis mais casar por não perder o Sertão. Gozei desta sorte nele a que e Adão no Paraíso terreal enquanto nele não houver Eva. Depois que contra a minha opinião entraram estas com abundância a título de meter os Negros no Céu [quid quid lit] que metam os brancos, e Padres em Purgatório de moléstias, e perigos do inferno, e a título de termos Negros de lavra, como se um crioulo para ir a dar serviço não gastasse mais que as vinte, ou trinta vezes, como cujo dinheiro se compra um Angola, como talvez cuidou bem o Afonso, e por isso e pelo mais não quis tal criação, nem alguma Casa, por ela se levanta, antes vemos muitas por aí caídas. Depois digo, que começaram a crescer os casais, e filhas, que vão havendo, já não faltam ditos: Um negro de préstimo se achou morto ao pé de uma árvore, e fugiam os parceiros, que um branco o segurara por não descobrir e achá-lo em atos maus com a mulher de um deles, o que não pude averiguar para cobrar o valor do Negro: A vista de tudo, e do mais que se pode dizer, e o tem por lá de mostrar, buscava que aquele meio para satisfazer aos tentados de casar.

FOLHA 8

Cá, onde cada um possa ter a sua, e essa bem ocupada em serviço, o que lá naquelas alturas senão pode fazer, mas passam elas a vida ociosas comendo [...] do paladar. O pensamento dos Crioulos virem a ser homens das Fazendas e de quem não adverte os espíritos, que infundem nos Negros as larguezas do Sertão: Um homem de conta, me contou se levantaram no Piauí debaixo os Negros vendo-se assim sem Amos, e foi necessário aos Reverendos Padres do Carmo valerem-se do braço Secular para os tornar a sujeitar.

Quanto a sermos Párocos destes Escravos, como isso está em pleito, que lá salvo contra nós, e veio apelação para esta Bahia será e que sair: Nos vimos paroquiando, como de lá se nos tem ordenado, e os vigários fazem o mesmo por não perderam a sua posse. O certo é que a mim me ia melhor de alívio antes dessa contenda, porque me não ficava essa obrigação de Pároco. Vamos ao que está em maior perigo de se perder. As lendas das terras, que estão quase todos em não pagar, e já desde minha entrada começou esta repugnância alegando a opressão dos

Gentis de que nós os não libertavam: Apenas cobreí alguma coisa com importunações enquanto os não obriguei por justiça; o que se começou a fazer no ano de 730: Só há a primeira demanda contra nós, apoliciei (apólice) para Cá, saiu por nós, mas tornou par cá relançado com pontos de nulidade. Pus também demanda a uns que não queriam passar arrendamento, nem reconhecer Senhorio: Saiu também contra nós, e se ficou apelando. Cada foreiro adquire sua sesmaria pelo Maranhão de Sítio ou Sítios que ocupa, não se fazendo caso das nossas nem dos arrendamentos; os que hão passado, dizendo os passarão por medo: se o dia isto apresentando os nossos títulos mais antigos aos Ouvidores, para anular estes novos; respondem a isso muitas coisas, que as nossas Datas são demasiadas fora da Lei, que não estão confirmadas por El Rey, e que se não tem feito medição: Quanto a esta dizia eu a um Ministro, que como acuada por corda é impossível, ou custará mais do que as terras valem por haverem Serras e Caatingas inacessíveis, podiam informar a S. Magestade, mandasse se fizesse arbitriarem-se por honrados ajuizando e boamente, mas em consciência de.

FOLHA 9

Debaixo de juramento até onde poderiam chegar, se consignasse ao termo; se viu disso dizendo que Eu chorava os Bois, e vacas, porque estes amigos e que querem são os seus ganhos. E esta minha medição arbitraria seria só para aquelas Datas que determinam número de léguas, e não para aquela grande em que se pede, e se dá o Sertão que houver entre a Serra do Araripe, e as Aldeias dos Naipiras; porque posto se saiba aonde é se Araripe das Naipiras, há muita incerteza dizendo uns que é lá sobre o Maranhão, outros que pelo rio de São Francisco acima

Sai [...] não há Letrado que faça facilmente nossas partes; logo os Colonos supõem da sua: Os juízes testemunhas, e tudo a mais são interessados: assim que demanda lá é gastar dinheiro de balde, e muito, porque tudo lá custa dobrado, outro [...]; bom para acudir a isto do modo possível, e não expor ao que abertamente diz um Ouvidor. Daremos graças a Deus se nos deixarem livres os Sítios, que ocupamos com nossos gados, e que nossos sinos compensa os gastos feitos com conquistas. Parece-me que o não nos assistir a justiça para cobrar os caídos, que passam de vinte, ou trinta mil cruzados, e fazer bom opor cair era motivo de requerer diminuição nos legados.

Para [...] dos gados, que vem para esta Bahia, que é com que é o com que nos achamos, e havíamos de achar ficam feitos aos Currais da travessia do rio para lá, e para fazer a toada a menos na testa branca, para poderem vir as boiadas mais tarde: Faziam também mais quatro ou cinco currais na travessia do rio para cá, porque os [...] da serra e daquela terra impedirem as ditas boiadas pelas suas Fazendas dos [...]. Obrigando que] venham partiam no caminho que

mandou abrir de novo que na verdade é bem atalho de um dia de viagem, mas não tem currais, sendo que não falta pedra de que se faça, como observei, ainda que seja a nossa custa, porque concorrerá do da Serra do Piauí como há concorrido para os da outra banda, fazendo-se autores desta obra do bem comum que.

FOLHA 10

Toleria criar os gados, trazê-los até ali com tanto trabalho, pagar direitos ou [tortos] de barcos, e perdê-los da banda de cá. Também nesse caminho como se caresse de alguma aguada.

Parece-me fora útil ter essa administração um sítio da Jacobina para cá pelo Tapicuru ou Possões, para nele ficarem os Bois mansos, e os magros a refazer para depois em bom tempo virem a feira. De [718] para cá com a criação da Vila da Moucha, cresceram os males contra estas Fazendas, Cavalos dos mercadores e das justiças que pastam nelas nas dos outros vizinhos de necessidade; Cavalarias de Negócio para as Minas aos centros. Procurarei que estas de Negócio pagassem um tanto da refeição de cada cavalo para compensar o dano que causam não deixando criar os gados, nem ajuntá-los para mandar as feiras; quiseram correr libelo, atalhei remetendo-lhe Éguas onde eles refaziam os Cavalos, e com cem Éguas o pusessem mais de mil cavalos, que logo seus donos os tiraram praguejando; porém isto também fazermo-nosmatar-nos, inquietando as nossas cavalarias da Fazenda; irmos a fazer experiência de qual o menor mal para escolher. Os de má consciência levasse gados para a Moucha, assim os que passam com suas Reses por estas Fazendas com os vaqueiros aqueles que lá na Vila tem seus descaminhos com más mulheres: Eu punha olheiros, mas sabe Deus se eles ajudaram a furtar: parece-me por o melhor preço fazer outra casa de nossos nos agrestes, e junto, ou principalmente para acudir mais prestes com a Espiritual, e temporal os Escravos, que é raro e que não morre a menos sem confissão pelo regra de uma, ou duas dos mimosos, e se esta passar para os agrestes ficarão aqueles dois tantos mais [...] prestarem mais longe da Vila que nos agreste está.

Não havendo a ser isto necessário entregar as vacas porque com obrigação desterrar, porque obriga o Vaqueiro a matar como quem come dos seus. Porém a execução desta regra geral é que nas Fazendas infestadas de Gentio partam tudo o que criarem, sem fazer caso das mortas. Em outras (FOLHA 11) por estarem mal acondicionadas, não querem entrar homens conta sem este seguro de haverem de partir sendo a que chamam perdão geral, como sucedeu nas de uma Dona Elena desta cidade, em que o Procurador deu o dito perdão necessário - Rem Domine Utileter atendo - motivaram da sua bolsa com multiplicações extraordinárias, se bem, ou mal - quid Adme- outros então com perdão dos mortos do Campo, obrigando-se se as de face e exposto fazem destas assento, para botarem de suas crias outras tantas. E a um

famoso vaqueiro e mameluco chamado Antônio Gomes de Oliveira fiz eu um mais extravagância parecido para me por a caminho aquela fazenda do Campo Grande de que acima falei esteve em 717 entregue a um escravo; primeiramente que do gado tava também bravo sem fogo, nem sinal e devia a metade, e já matando e que já outros criadores haviam tirado o quarto, e tomaria a outra quarta a ele sem o metesse no curral, e além disso partiria tudo quanto na dita fazenda criasse e amansasse ao quarto sem fazer menção alguma de mortais, nem de faca, nem do campo, e que socorreu foi apontar ele coisa de quarenta crias bravas de que restou a metade, e pouco mais ou menos outras juntas reses de ferro, de que restou quarto, e com sem o das crias nascidas de noventa e tantas vacas, que só se acharam, e as tomou por giz em 719 quando entrou na fazenda, não que não tivessem muitas mas de 500, ou 600 mas só as sobreditas[...]: resta sobre as quarenta reses, que acima disse que apanhou, matou tudo a chumbo no decurso de nívea os e donde a fazenda quando ele entrou dez ou dose bizarros, hoje da coisa de 400 e resta imitação pus boas outras que tinham seus filhotes vivo, assim que só pode haver regra geral nestas coisas. Bom é não dar isentos de perdão, nem ainda palavra, quando não houver cousa que obrigue, mas fazê-los entender que hão de inteirar. Todavia sucedendo, o que a cada passo sucede haver uma grande seca ou qualquer outra mortandade casual em alguma fazenda, que nunca sucede redondo em todas, e bem tinham os procuradores autoridade para

FOLHA 12

Terem alguma comisseração e perdoar o que entenderem ser bom, que a não ser assim é uma desesperação para um homem estar mourejando com os riscos que se sabem cinco anos a perigo de sair sem uma sorte de vacas, no caso que todas seja necessárias para inteirar. Inteirados os vaqueiros, que em mim havia está compaixão trabalhavam com gosto ainda no que não era de sua obrigação, como tombar pedras, carregar terra em aguadas e semelhantes: nem por aqui é que se diminuem as fazendas cousa notável; pois no caso em que hajam diz estas crias fêmeas. E sejam todas necessárias para inteirar as mortas, fica o vaqueiro sem alguma, com perdão geral e trocam destas vinte cinco, ficando 176 para a fazenda e com meio perdão trocam só doze, com que fica consolado, a a fazenda pouco diminuta, e seu dono bem avaliado para achar se ore homens na opinião de que não costuma ir contudo ao cabo: senhores há se fazendas, que posto dissimulem, hão de fazer inteirar, para que hajam governo, quando não a dar partilha não falam em mortos.

Alguns governam, sabendo ser o trato de vaqueiros tal por sentença que nem tira nobreza, nem a dá, mas é um contrato que fazem os danos das fazendas com eles sem salário certo, e querem tratar pelas regras de feitores e criados, donde surgem razões e mandos de cessar que

onde e quem mal, mal ouve. Chega um a uma fazenda e sem fazer caso do homem dela, mandam hum negro da entregada ou dessem homem, fazer isto ou aquilo, v.g. buscar um cavalo, se há o vaqueiro ao encontro, que lá tem ordenado outro serviço, a gastasse o padre [...] aí brigando: o direito é: quero alguma coisa de alguma fazenda dou parte ao homem dela, o vaqueiro dá sua razão, e escuta racional, e às vezes vai pelo mesmo fazer e que se pede, por não tirar o negro do serviço. Suporemos vaqueiro é despropositado se castigue, mas não bastando logo fora por qualquer cousa, por se perdem as fazendas a cada passo meter, e tirar homens; assim levavam também o todo se a cada passo meterem padres achando-os os que façam isso bem, incluindo procedam deixá-los lá estarem enquanto poderem.

O padre Leonardo me pediu muito fizesse haver consulta sobre estas cousas do Piauí, e como vejo muitas ocupações, deixo esta informação verdadeira, em que me assino.

Domingos Gomes

Documento 2.

Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos, e fazendas da cidade, vilas e sertões da capitania de São José do Piauí.

Cidade de Oeiras Capital da dita capitania e seus subúrbios, por averiguação exata feita no ano de 1762.

Fogos - 270

Pessoas livres - 655

Ditas cativas - 465

O corpo militar pago, que guarnece esta cidade consistindo em huma campanha de dragoens de sessenta praças, importa em homens = 60. Freguesia e termo da mesma cidade pelo rol de desobriga do dito anno de 1762, que entregou o vigário della Dionísio Jozé de Aguiar =

Fogos - 324

Fazendas - 169

Pessoas livres - 1411

Ditas cativas - 1084

No distrito da referida cidade se compreende o lugar cajueiro, dos índios da nação Jaicó, por huma relação dada pelo seu director no anno de 1767 =

Fogos - 28

Pessoas livres -> 354

No distrito da mesma freguesia, há tão bem mais o novo lugar de S. João de Sende, do índios da nação Gueguê, por huá relação do seu director, dada no anno de 1766 =

Fogos -> 30

Pessoas livres -> 337

Villa de Valença do Piahy, pelo rol de desobriga do anno de 1761, entregue no de 1762, pelo vigário della Manoel Nunez Texeira.

Fogos - 39

Pessoas livres - 121

Ditas captiva - 00

Freguesia, e termo de dita villa, pelo mesmo rol de desobriga.

Fogos - 266

Fazendas - 52

Pessoas livres - 751

Ditas Captivas - 578

Villa de Marvão do Piahy, pelo rol de desobriga do anno de 1761 entregue no de 1762, pelo vigário della Antonio Tavares da Silva..

Fogos - 29

Pessoas livres - 56

Ditas cativas - 9

Freguesia, e termo da mesma villa, pelo referido rol de desobriga.

Fogos - 176

Fazendas - 39

Pessoas livres - 715

Ditas captivas - 279

Villa de Campo Maior pelo rol de desobriga, entregue no anno de 1762, pelo vigário Sebastião Vieiras Sobral.

Fogos - 31

Pessoas livres - 128

Ditas captivas - 34

Freguesia, e termo da mesma vila pelo mencionado rol de desobriga.

Fogos - 276

Fazendas - 86

Pessoas livres - 1.112

Ditas cativas - 585

Vila de S. João da Parnaíba, pelo rol de desabriga, entregue no anno de 1762, pelo vigário dela José Lopes Pereyra.

Fogos - 4

Pessoas livres - 8

Ditas escravas – nada consta

Freguesia da Piracuruca que hé o termo da sobredita vila, pelo mesmo rolde desobriga.

Fogos - 330

Fazendas - 84

Pessoas livres - 4.147

Ditas captivas - 602

Villa de Jerumenha do Piauí, pelo rol de desobriga, que no anno de 1762, entregou o vigário della Alexandre de Sousa Ventura.

Fogos - 16

Pessoas livres - 71

Ditas captivas - 28

Freguesia, e termo da dita vila, pelo referido rol de desobriga.

Fogos - 77

Fazendas - 51

Pessoas livres - 300

Ditas captivas - 298

Vila de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá, pelo rol de desobriga do anno de 1760, entregue no de 1762, pelo vigário della Francisco da Costa Sylva.

Fogos - 34

Pessoas livres - 37

Ditas cativas - 60

Freguesia e termo da sobredita vila, pelo mesmo rol de desobriga.

Fogo - 130

Fazendas - 55

Pessoas livres - 222

Ditas captivas - 576

Total

Fogos - 2.050

Fazendas - 536

Pessoas livres - 8.102

Ditas cativas - 4. 644

Joaquim Antones

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

A) Documentos manuscritos

Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU-PIAUI – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

Memórias ou adendo à continuação do Diário em crédito da Quinaquina do Piauí AHU-ACL-CU-009, Caixa 127, Doc.: 09555.

Diário dos acontecimentos que tem sucedido em mês de julho nesta vila de Jerumenha que vai enviado pelo comandante da mesma a presença do Ilm.º Sr. Governador do Capitania. APEPI. MUNICIPIOS – SUBSERIE: JERUMENHA. ANOS. 1786-1902. CAIXA. 72.

Decreto sobre a liberdade dos índios da capitania do Maranhão e os direitos que lhes foram oferecidos. AHU-ACL-CU-09. Caixa: 04 Doc. 00379.

Ofício do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUI, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,Cx.12, D. 864.

Ofício do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUI, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,Cx.12, D. 864.p. 44.

Extrato de uma carta do Padre João de Azpilcueta Navarro da Índia do Brasil, a 28 de março de 1550. Cartas Jesuíticas III-IV: cartas Avulsas: 1550-1568. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. pp.52-53.

Livro em que se mostra a descripção de toda a costa do estado do Brasil e seus portos, barras e sondas d'elas, feito por Joaõ Teixeira Albernás, moço da camara de Sua Magestade

e seu cosmographo. Em Lixboa, anno de 1627.". Année 1627. www.gallicalabs.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France.

Ofício do cap-mor do Maranhão, Alexandre de Moura, ao rei D. Felipe II, sobre a tomada da fortaleza francesa de São Luís do Maranhão. AHU-ACL-CU-009-CAIXA 01 DOC. 00008.

Requerimento do sargento-mor João Pereira da Costa Veloso ao rei D. João V, pedindo que lhe seja concedida licença para ir fazer resgate de cacau, cravo e salsa do sertão, e para que se ordene que os padres missionários não lhe neguem os índios de que necessita. Maranhão. AHU – ACL- CU- 009. Caixa: 21 Doc. 02160.

Carta Régia do rei D. Felipe II, para o Conde de Faro, D. Estevão de Faro. AHU-ACL-009 CAIXA 1 DOC: 00027.

AHU-ACL-009, CAIXA. 05, D 576.

AHU-ACL-009, CAIXA. 06, D 649.

AHU-ACL-009, CAIXA. 06, D 649.

Consulta do Conselho Ultramarino ao re D. Pedro II, sobre a opinião de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho acerca das casas fortes que os castelhanos andam a construir no Maranhão. AHU-ACL-CU-009, Caixa, 8, D. 901.

Do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o pedido de socorro do gov. do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, através de apoio humano, armas e munições e sobre o envio de hábitos para repartir pelos índios principais. AHU-ACL-CU-009, Caixa: 03, DOC: 00236.

AHU-ACL-CU-009. Caixa. 4 Doc. 00376.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 9, D. 906.

Carta do capitão-general Gomes Freire de Andrade para o secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes do Lavre, sobre a descoberta e minas no Maranhão e das medidas a toar quanto a este assunto. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 9, D. 905

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão para a Bahia. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 9, D. 906.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a carta do Bispo de Pernambuco, frei Francisco de Lima, acerca da fundação da paróquia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí. AHU. Piauí -CU-016, Cx. 1, D. 2.

Ofício do bispo do Pará, D. fr. João Evangelista Pereira da Silva, para o secretário de Estado dos Negócios do Reino, visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles d Silva, sobre a necessidade de se construir um cemitério na vizinhança da cidade de Belém do Pará, em virtude do elevado número de pessoas falecidas devido a uma epidemia de bexigas, informando que apenas benzeria o novo cemitério depois de ele se encontrar cercado por um muro. 15 de setembro de 1777. AHU-Pará -ACL-CU_013,Cx.77, D. 6449.

Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97.

APEPI. Correspondência / 1798. SPE. COD.156. ESTN.2 PRAT. 01.

APEM. *Registros Gerais do Governo Central*. Livro 3.

Consta a sua Majestade pela Secretaria de Estado de repartição se as encontrar de várias madeiras que há neste Continente. Maranhão, 8 de Setembro de 1786. APEM. Livro 13, 1784-1787.

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o ofício n. 52, com data de 9 de Junho de 1802, acerca do corte de madeiras nas matas dos sertões da capitania do Maranhão. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378.

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o ofício n. 52, com data de 9 de Junho de 1802, acerca do corte de madeiras nas matas dos sertões da capitania do Maranhão. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378

Resumo do Diário, demonstração dos lugares mais próximos a cômodos para se tirarem as madeiras e algumas reflexões sobre a mesma matéria. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378. Requerimento de Valério Xavier Campelo ao rei D. José, solicitando confirmação da carta de data de sesmaria relativa a um terreno situado na zona do rio Pindaré. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 34, D. 3393.

Resumo do Diário, demonstração dos lugares mais próximos a cômodos para se tirarem as madeiras e algumas reflexões sobre a mesma matéria. AHU-ACL-CU-009, Cx. 124, D. 9.378.

APEM. Conta a Sua Magestade pela Secretaria de Estado sobre a remessa dos mappas da carga. Livro 34.

Carta do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão], João da Maia Gama, ao rei [D. João V], sobre a doação de terras no Piauí e solicitando informações acerca das mesmas para saber se estão devolutas ou se pode aplicar-lhes foro. AHU-Pará, Cx, nv. 730. AHU_CU_016, Cx. 1, D. 30.

APEM. Registros de Cartas de Data e Sesmarias. Livro 34.

APEM. Registro de Patentes e de provisões de ofícios, 1754-1776. Livro 02. p.83.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a ordem dada ao governador do Maranhão, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se aldear na ilha de Joannes os índios aprisionados nas guerras do Itapecuru. AHU-Maranhão-ACL-CU-009 Caixa: 09 Doc. 00945

APEPI. Resposta ao Ofício N° 20 // Contemplado na Capa Supra. SPE: COD: 012// ENTN. 01// PRAT. 01. Livro, Tomo III – 1793 a 1805.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a informação dada pelo governador do Maranhão, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, e pelo ouvidor-geral, Manuel Nunes de Colares, acerca da guerra que se fez aos tapuias de corso que se encontravam nos rios Mearim e Itapecuru. AHU_CU_009, Cx. 8, D. 862.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, Cristovão da Costa Freire, a informar dos grandes danos e hostilidades que os índios têm causado aos moradores dos rios Mearim, Munim e Itapecuru. AHU- Maranhão-ACL-CU-009, Caixa: 11 DOC. 01091.

APEM. Registro de Patentes e de provisões de ofícios, 1754-1776. Livro 02. p.107-8.

APEPI. *Cartas Avulsas*. Capitania do Piauí. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão-1788-1798. SPE. COD. 395. EST. 04. PRAT. 01.

APEPI. Ofícios e respostas à S. M. Capitania do Piauí. Tomo III – 1793-1805. SPE. COD. 012. ESTN. 01. PRAT. 01.

APEM. Carta de Sua majestade pela secretaria de Estado desta repartição de comércio da vila da Parnaíba. Livro nº 13. 1784-1787. .

APEPI. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão. 1788-1796. SPE. COD. 395. ESTN. 04. PRAT. 01.

APEPI. Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão. 1788-1796. SPE. COD. 395. ESTN. 04. PRAT. 01.

Collecção das Observações dos Produtos naturais do Piauí. Tomo. 1º Oferecido ao IHmº e Ex.º Sr. D. Diogo de Souza do Cons. Do Pr. N. Governador e Capitão General do Maranhão. Por Vicente Jorge Dias Cabral, Bacharel em Filosofia e Direito Civil por aos lures das Letras. Ano de 1800-1801. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ANRJ.

Ofício do Gov. e cap-gen. do Maranhão e Piauí D. Diogo de Sousa, para o Secretario de Estado Marinha e Ultramar [...] remetendo copia de uma carta do Bel. Vicente Jorge Dias

Cabral informando a existência, achamento e classificação de plantas medicinais, na capitania do Piauí. AHU-ACL-CU-009- Caixa. 128. DOC. 09595.

Ofício do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, Antônio Correia Furtado de Mendonça, para Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as suas descobertas de cochonilha, cânhamo Silvestre e, recentemente, de salitre. AHU-ACL-CU-009, Caixa. 92, D. 7597.

Avizo da Secretaria de Estado sobre o remeterse no fim da cada anno a mesma Secretaria hum mapa dos generos que se exportão desta Capitania etc. Maranhão, 10 de maio de 1771. APEM. LRC, Nº 11, SGM.

Conta a Sua Magestade pela Secretaria de Estado sobre as amostras que remette Agostinho Joze Pereira da Silva Rombo. Maranhão, 12 de julho de 1771. APEM. LRC, Nº 11, SGM.

Ofício para não deixar queimar ou destruir as matas ou verem árvore de Quina. APEM. Registro de Correspondência do Governador e capitão-general do maranhão com o Governador e capitão-general do Maranhão/Piauí. Livro 49.

Ofício da remessa de um canudo de lata com os desenhos, ramos desejados e descrições botânicas. APEM. Correspondência do Governador e capitão-general com o Secretario dos Negócios Ultramarinos e diversas autoridades da Metrópole. Livro 285.

Consta a S. majestade pala secretaria de Estado para a recomendação de remessa de pássaros para os viveiros das quintas de Sua Majestade. APEM. Livro. 13, 1784-1787.

Ofício da remessa de uma erva Linhosa e outra de Óleo Merim. APEM. Correspondência do Governador e capitão-general com o Secretario dos Negócios Ultramarinos e diversas autoridades da Metrópole. Livro 285.

O PATRIOTA, nº 4, Outubro, Rio de Janeiro, 1813.p.17.

Requerimento do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral ao príncipe regente D. João, pedindo licença de um ano para vir ao Reino publicar os seus “Opúsculos das Excursões Filosófico-naturais”. AHU-ACL-CU-009. Caixa: 127, Doc.: 09557.

APEM. *Correspondência do governador e capitão general com o Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos e diversas autoridades da metrópole*. Livro 285.

Memórias ou adendo à continuação do Diário em crédito da Quinaquina do Piauí AHU-ACL-CU-009, Caixa 127, Doc.: 09555.

APEPI. Série: Correspondência, ano 1798. SPE COD. 156 ESTN. 02 PRAT. 01.

APEMA. Registro dos assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada Junta de Missões na cidade de São Luís, 1738-1777. Livro n. 01.

OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a sua tomada de posse e o estado em que encontrou a capitania, a expulsão dos padres da Companhia de Jesus e o seqüestro de seus bens; AHU_ACL_CU_016,CX. 7, D.407.

APEPI. Capitania do Piauí. Registo de Cartas ao general do Estado: 1770-1781. Livro 149.

APEPI. Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

Ofício do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,Cx.12, D. 864.

APEPI. Capitania do Piauí, cartas avulsas. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01. Livro II – 1764-1770.

APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de Cartas. 1769-1771. SPE.COD. 009. ESTN. 01. PRAT. 01. pp. 32-33.

APEPI. MUNICÍPIO: Oeiras, Anos 1752-1869. Caixa 98.

AHU-ACL-CU-009 Caixa: 4 Doc. 00418.

AHU-ACL-CU-009, Caixa. 4. DOC. 451

CARTA do [governador e capitão-general do Estado do maranhão], Alexandre de Sousa Freire, ao rei [D. João V] sobre a invasão dos índios Timbira à vila da Moucha e da ajuda que receberam dos gentios da Serra das Ibiapada. AHU-Pará, cx. Nv. 730/ AHU-CU-016-Cx. 01, D.40.

Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU-PIAUI – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

Requerimento do mestre-de-campo do Piauí, Bernardo de Carvalho Aguiar, ao rei [D. João V], solicitando anulação da nota inscrita no seu assento, que lhe dá baixa do soldo, correspondente à guerra contra o gentio em Parnaguá. AHU-Piauí-ACL-CU-018, Cx.1.D.41.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre o gentio de corso da nação barbado. AHU-Maranhão-CU-009,Cx. 11, D. 1174.

Portaria do secretário do governo José Duarte Cardoso para o capitã António Teixeira de melo, sobre a expedição militar ao rio Grajaú para descobrimento de ouro. AHU-Maranhão-ACL-CU-009,Cx, 12, D. 1279.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramembés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário. AHU-Maranhão-CU-009, Cx. 13, D. 1350.

Capítulo de Regimento (cópia) sobre o descimento dos índios e a organização das novas aldeias. AHU-Maranhão-CU-009,Cx. 14, D. 1423.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação Taramembés para o governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que

solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário. AHU-Maranhão-CU-009, Cx. 13, D. 1350.

APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registro de Cartas - 1769-1771.SPE.COD.009. ESTN.01 PRAT.01.pp. 37-37.

Diário dos acontecimentos que tem sucedido em mês de julho nesta vila de Jerumenha que vai enviado pelo comandante da mesma a presença do Ilm.º Sr. Governador do Capitania. APEPI. MUNICIPIOS – SUBSERIE: JERUMENHA. ANOS. 1786-1902. CAIXA. 72.

APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. REGISTO DE CARTAS AO GENERAL DO ESTADO. 4 de março de 1775. Caixa: 149.

APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de Cartas, 1769-1771. SPE/COD. 009. ESTN. 01. PRAT. 01.pp.26,27.

APEPI. *Carta da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha de 11 de julho de 1771.* CAPITANIA DO PIAUÍ. Registro de cartas 1769-1771. SPE/COD. 009/ESTN.01.PRAT.01.

APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ, REGISTO DE CARTAS AO GENERAL DO ESTADO. 1770-1781.Caixa. 149. P. 67-68.

APEPI. *Carta de Francisco Tavares, Vigário dos índios Jaicós.* CAPITANIA DO PIAUÍ. Livro II. 1764-1770. SPE.COD. 147. ESTN.02.PRAT.01.

Carta pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registro de Cartas: 1769-1771. SPE. COD. 009 ESTN. 01 PRAT. 01.

Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao rei D. João V, em resposta à provisão sobre a continuação das hostilidades perpetuadas pelos índios, e da licença que concedeu aos moradores de Parnaguá para que constituam uma tropa de combate a esses ataques. AHU-CU-016, Cx. 1. D. 48.

B) Documentos transcritos e impressos

“Jornada do Maranhão por Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brasil por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614”. IN_ MENDES, Cândido. *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro. Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874.

“Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHmº e Rmº Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”. IN_ ENNES, Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 368-389.

“Termo da Eleição que fizeram os moradores o sertão do Piauí; do lugar, para se fazer a Igreja de Nossa Senhora da Vitória”. In_ ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Subsídios para a sua história.

“Testamento de Domingos Afonso Sertão, descobridor do Piauí”. IN_ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: SEDUC, 2005.

Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. IN_ . *IHGB*, tomo 62, parte I, 1900.

BASTOS, Manoel José d’Oliveira. *Roteiro das capitanias do Pará e Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, pelos seus caminhos e rios centrais*. RIHGB. 2ª ed. Tomo VIII, 1867, pp. 527-539.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Relatório apresentado pelo ministro Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque à Assembléia Geral Constituinte*. Rio de Janeiro: Typ. Universal, 1870.

Breve noticias que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas de Cuiabá e seu recôncavo, em 20 de maio de 1723. RIHGB. Tomo XXV, 1862.

COSTA, Miguel Pereira da. Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes César, pelo mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da co-missão em que fora ao districto das minas do Rio das Contas. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 37-59, abr. 1843.

DELGADO, Joaquim Quaresma. Roteiro de Quaresma. In: FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto

Geográfico e Histórico da Bahia, 1998; In: VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Nacional, 1935. (IGHB. Índex de Varias Notícias. Ma-nuscrito n. 346).

PEREIRA, Joaquim José “Sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apodi da Capitania do Rio Grande do Norte, da Comarca da Parnaíba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de socorrer a estes males futuros, etc,etec;”. *RIHGB*, v. 20, pp. 175-185, 1857.

PEREIRA, Joaquim José. “Memória que contém a descrição da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número das freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma Capitania”. *RIHGB*, v. 20, pp. 165-168, 1857.

Portugal. Leis, decretos, etc. *Regimento e Leys sobre as Missoens do Estado do Maranhão, &Parà, & sobre a liberdade dos Índios*. - Impresso por ordem de El-Rey nosso Senhor. - Lisboa Occidental : na Officina de Antonio Manescal, impressor do Santo Officio, & livreiro de Sua Majestade, 1724. - [4], 82 p.; 2º (28 cm).

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. “Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão em que se dá notícias dos sucessos mais celebres que nela têm acontecido desde o seu descobrimento até o ano de 1820, como também das suas principais produções naturais etc”. *IHGB*. Rio de Janeiro: Tomo LIV, Parte I. Typ. Laemmert & Cia, 1891.pp.10-184.

RIBEIRO, Francisco de Paula. “Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão, propriedade de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos”. *Revista trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. XII (1849), segunda edição, Rio de Janeiro 1874, pp.41-86.

VELOSO, Fre. José Mariano da C. Memória sobre a cultura da Urumbeba, e sobre a criação da cochonilha extraída por M. *Berthollet das observações feitas em Guaxaca por M. Thierry de Menonville, e copiada do V tomo dos Annaes de Chymica*. Lisboa, Oficina Tipográfica Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*, cultivador melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto. Rio de Janeiro: Tomo II, Parte III. 1800.

C) *Dicionários, Corografias, crônicas e relatos de viagem*

BARROS, João de. *Grammatica da Língua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.<http://purl.pt/12148>

BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 1ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.p. 45.

BLAKE, Augusto V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (Volume 6: letras M-Pe). Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8 vols.

COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v.2. Teresina: Artenova, 1974;

Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU-PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

MENDES, Cândido. *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de janeiro. Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrandt, 1874.p. 173.

MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860.

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita o ano de 1614*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

Padre António Vieira. *Relação da Missão da Serra das Ibiapaba*. IN_ *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio de Brito & Braga, 1860.

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. “Paranduba Maranhense ou Relação Histórica da província do Maranhão em que se dá notícias dos sucessos mais celebres que nela têm acontecido desde o seu descobrimento até o ano de 1820, como também das suas principais produções naturais etc”. *IHGB*. Rio de Janeiro: Tomo LIV, Parte I. Typ. Laemmert & Cia, 1891.pp.10-184.

SILVA, Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua portugueza* – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão, dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Siciliano, 2001.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981. v. 2. 1. ed. 1823.

STUDART FILHO, Carlos. “Sobre um memorial que fez Luís Figueira, Religioso da Companhia de Jesus sobre as coisas tocantes a conquista do Maranhão”. *RIC*, tomo XX. Ano XX, 1906, pp. 326-7.

STUDART FILHO, Carlos. “Sobre um memorial que fez Luís Figueira, Religioso da Companhia de Jesus sobre as coisas tocantes a conquista do Maranhão”. *RIC*, tomo XX. Ano XX, 1906, pp. 326-7.

WIED, Maximilian, Prinz von. (Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied). *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. 1. ed. Frankfurt, 1820.

BIBLIOGRAFIA

A) Obras Raras

ALMEIDA, Cândido Mendes. *A Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as províncias do Maranhão e Goiás*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia, 1852.

ANTONIL, André João (Giovanni Antonio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982. 1. ed. 1711.

AZEVEDO, Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. Lisboa, Livraria e Ed. Tavares Cardoso e Irmão, 1901.

BAPTSTA, João Gabriel. *Etno-história indígena piauiense*. 2ª Ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009.

BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Volume II: documentos (O comércio Intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII). São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: Subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 3ª ed. Imperatriz, MA: Ética, 2006.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p.154.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GOULART, Alípio José. *Brasil do boi e do gado*. vol. 1. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.

_____. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Coleção Temas Brasileiros, Ed. Conquista, 1961.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: Tomo III e IV, 1943.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte de um bandeirante*. São Paulo: Itatiaia, 1943.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3ª Ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MEIRELES, Mário Martins. *História da Arquidiocese de São Luís*. São Luís/MA: Sioge, 1977;

MENDONÇA, Marcos Carneiro. (ed.). *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Tomo I, 2005.

MIRANDA, Agenor Augusto de. *Estudos Piauienses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

RAU, Virgínia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (Orgs). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Coimbra, v. 1. 1948.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Weiszflog Irmãos, 1918.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1879.

STUDART, Barão de. *Datas e Fatos para a história do Ceará*. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1896.

YVES, D'Evreux. *História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Rio de Janeiro: Batel:Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

YVES, D'Evreux. *História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

B) *Teses, Dissertações, artigos e monografias*

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. “Maranhão, terra de mandinga”. IN *Comissão Maranhense de Folclore*. Boletim on-line nº 20, 2001.

BARANYOVITS, F. L. C. “Cochineal Carmine: an ancient dye with a modern role”. *Endeavour*, Nem Series. Volume 2, nº 2, 1978.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo. *Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2009.

BLACKBURN, Robin. *The overthrow colonial slavery, 1776-1848*. London-New York: Verso, 1988. p. 169.

BLAJ, Ilana. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”. *Revista de História*. 142-143, 2000. p. 239-259.

BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

BORGES, Joína Freitas. *Os senhores das Dunas e os Adventícios D’Além-Mar: primeiros contatos, tentativa de colonização e autonomia Tremembé na costa Leste-Oeste (século XVI-XVII)*. Tese de Doutorado: Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, Alírio. *O Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbio guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Universidad D Salamanca. Tese de Doutorado, 2012.

_____. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. *Revista Brasileira de História*, v. 31, nº 61, 2011, PP. 317-338.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Marcos J. M. “O desembarque nas prais. O funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831”. *Revista de História São Paulo*, nº 167, p. 223-260, julho/dezembro, 2012.

CARVALHO, Roberta Lobão. *Crônica e História: a Companhia de Jesus e a construção da história do Maranhão (1698-1759)*. Dissertação de mestrado UFF, 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael e MELO, Vanice Siqueira de Melo. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*. São Paulo, nº 168, p. 167-200. Janeiro/Junho, 2013.

_____. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. IN_ *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.52, p.79-114. 2006.

_____. “Muita terra sem comércio. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII”. IN_ *Revista Outros Tempos*. São Luís, v.8, nº 12, p. 91-107. 2011.

CORREIA, Helidacy Maria Muniz. “*Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*”: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2011. p.41.

COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências Saúde- Manguinhos*, v. 8. (suplemento), 2001.p.993-1014.

FALCI, M. B. K. ; MARCONDES, R. L. “Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 430, p. 53-68, 2006.

FERRAZ, Márcia H. M. “A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: caminhos desencontrados”. *Quim. Nova*. Vol. 30. Nº 4, 1032-1037, 2007.

GALVEZ, MARCELO C. “Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos”. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014.

GNERRE, Maria Lucia Abaurre. *A forma e a nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo*. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 2001.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: uma viagem as engrenagens da máquina mercante*. Campinas, SP: [s.n] Tese de Doutorado em História Social, Unicamp, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. “Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808)”. *História Social*. Campinas-SP. Nº 2. 1995.

HERMANN, Jacqueline. “O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 124-158.

HESPANHA. A. “Depois do Leviathan”. *Almanacke Braziliense*, nº 5, 2007.

_____. António M. *Às vésperas do leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

LONDONÕ, Fernando Torres. “Escrevendo cartas. Jesuítas, escritas e missão no século XVI”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43,2000. pp. 11-32.

LOSADA, Janaína Zito. “Entre mamutes e acácias: viagem e natureza em Hipólito José da Costa Pereira (sec. XVII/XIX)”. *Fênix - Revista de história e estudos culturais*, n.3, 2005.

LUNA, Fernando J. “Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas”. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, n.1. p. 151.

MEIRELES, Marinelma Costa. *Tráfico Transatlântico e procedências Africanas no maranhão setecentista*. Brasília: Dissertação de Mestrado UNB, 2006.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Sacrílegas Famílias: Conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2007.

MIGUEL, Antonieta. “Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia”. *Politéia: História e Sociedade*. v.7. n. 1, 2007.pp. 263-272.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas, Tese apresentada para o concurso de Livre Docência na UNICAMP, 2001.

NEVES, Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese de Doutorado. Recife: [s.n],2003.

OLIVAL, Fernanda.”Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 4, 2004, pp.151-182.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *Opovoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2007.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando Mundos: Navegação Fluvial no Vale do rio Grajaú*. Tese de Doutorado-UFF, 2011.

PAREDES, Rogelio C. “Relatos imperiais: a literatura de viagem entre a política e a ciência na Espanha, França e Inglaterra (1680-1780)”. *Almanack*. Guarulhos, nº 06. P. 95-109, 2º Semestre, 2013.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. “Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro”. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.3, p. 58-79, jan./jun.2015.

PEREIRA, Magnus Robert de M. D. “Rodrigo e Frei Mariano. A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15 n. 29, 2014. p. 498-526.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Alegres trópicos: Gonneville, Trevet e Léry”. *Revista USP*, São Paulo (30): 1996. pp. 84-93;

_____. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. IN_ CARNEIRO DA CUNHA. Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAMINELLI, Ronald. “Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 8. (suplemento), 2001.p.969-992.

_____. SIVA, Bruno da. “Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, n.2, p. 323-342, maio-ago. 2014.

RÊGO, João de Figueirôa e OLIVAL, Fernanda. “Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVII a XVIII)”. *Tempo. Dossiê*, n.30. v. 15. Junho/2011, pp. 115- 145.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros dos bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: USP, tese de doutorado em História Social, 2008.

RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800”. *Revista brasileira de História*. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.

RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a ‘Atlantic History’”. *História*, São Paulo, 28 (1): 2009.

SHWARTZ, Stuart. “Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e conflitos entre negros e indígenas”. *Afro - Ásia*, 29/30, 2003. pp. 13-40;

SLENES, ROBERT W. ““Malungu, Ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil”. *REVISTA USP*, número 12 (dez./jan./fev., 1991-1992).

SOARES, Mariza de Carvalho. “Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”. *Revista Tempo*, Vol. 3.- nº 6, Dezembro de 1998.

Souza, Cândido Eugênio Domingues de. “*Perseguidores da espécie humana*”: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. Salvador/BA. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2011.

STUDART FILHO, Carlos. “Sobre um memorial que fez Luís Figueira, Religioso da Companhia de Jesus sobre as coisas tocantes a conquista do Maranhão”. *RIC*, tomo XX. Ano XX, 1906, pp. 326-7.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, jul. 1997, p. 760.

TOMICH, Dale. “Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História”. IN_ *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.52-65, 2º semestre de 2011.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade: uma historia da mudança da capital do Piauí (1800-1852)*. Recife, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2016.

VIRUEL, Luis Alberto Arriola Días. “La producción de grana Cochonilha em Oaxaca a principios del siglo XIX”. IN_ *Archivo General de La Nación*. Boleín 5. 6ª época. Julio-setembro, 2004. pp.35-66.

WATTS, David. “NorthwestEuropean sugar Estates: The formativePeriod, 1645 to1665.”. IN_ *The West Indies: PatternsofDevelopment, Culture, and Environmental Changesince 1492*. Cambridge, Cambridge U.P, 1987. Pp. 128-175.

C) *Livros e capítulos de livros*

ABREU, Capistrano. *Capítulos de história Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes*. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMANTINO, Márcia. “A fazenda Jesuítica de São Cristovão: espaços de sociabilidades cativas e mestiças – Rio de Janeiro, século XVIII”. IN_ PAIVA, Eduardo França, Org; AMANTINO, Márcia, Org; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011. PP. 139-164.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos*. O cotidiano da Administração dos Bens Divinos. 1ªed. 1ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2009;

ASSUNÇÃO, Paulo. *A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000.

BANDEIRA, Moniz. *O feudo: a casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo baiano, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.25.

BICALHO, Maria Fernando e LUCIA, Vera. *Modos de Governar*. Idéias práticas do Império Português. São Paulo: Alameda, 2005.

- BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.
- BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português, 1415 - 1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- BRANDÃO, Tanya M. P. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2 Ed. São Paulo: EDUFMA, 2008.
- CAETANO, Antônio Filipe Pereira. *Entre drogas e cachaça: a política colonial e as tensões na América Portuguesa*. Maceió: Ed. UFAL, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO DA CUNHA. Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 19ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CERTEAU, Michel de. "A oralidade ou o espaço do outro: Léry". IN_ *A escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. pp. 221-260.

- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811*. 2ªed. Ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.
- CHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia colonial*. Belém: Ed. Açaí/UFGA, 2010.
- CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- COSTA, Francisco A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 3ª Ed./v.1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DAHER, Andrea. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DAIMOND, Jared M. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 16edª. Rio de Janeiro, Record, 2014.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEAN, Warren. *O ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 317.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: EDUSP, 2002.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.p. 171.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João e BICALHO, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'aville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GANDARA, Gecinair Silvério. *Rio Parnaíba - cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI,2010.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de janeiro: Ed Jorge Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma Liberal* (Salvador, 1780-1860). 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRUZINKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner* (1492-2019). Trad. Rosa F. d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2014.

_____. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HEMMING, Jonh. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: A época Colonial*. 7ª Ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, Tomo I, volume 2, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org) Laura de Melo e Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos nos descobrimentos e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: companhia das Letras, 1994.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. “Sedas, Panos e Balangandãs: O traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)”. _IN. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LEITE, Edgard. “*Notórios rebeldes*”: A Expulsão da Companhia de Jesus da América Portuguesa. Tese de Doutorado: UERJ, 2000.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MCNEILL, J. R. *Mosquito Empire: ecology and war in the greater caribbean*. New York/NY: Cambridge Uniserty Press, 2010.

MELLO, J. A. G. de (Org). *Manuel de Arruda Câmara: obras reunidas*. Recife: Fundação e Cultura da cidade do Recife, 1972.

MELO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3 Ed. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MIRANDA, Reginaldo. *A ferro e fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí*. Teresina: 2005.

MOTA, Antônia da Silva. *As famílias principais: redes de poder no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2012.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2ªEd. São Paulo. Ed, Hucitec, 1983.
- NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo*. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Íbero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas- São Paulo: Ed. Unicamp, 20006.
- PINTO, Estevão. *Os Indígenas do Nordeste*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1935.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial*. Bauru, Sp: EDUSC, 2003.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- PRATT, Mary L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Doris. *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PRESTES, M. E. B. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume, 2000.
- PRICE, Richard & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa: Difel, 1998.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SÁ, Eliane Garcindo de. *Mestiço: entre o mito, a utopia e a história. Reflexões sobre a mestiçagem*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.p.196.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 -1757*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUSA, Marina de Melo e. *Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de Rei Congo*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: Ed. EDUFPA, 2012.p.150.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SPURR, David. *La Retórica del Imperio: El discurso colonial en periodismo, escritura de viajes y administración imperial*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2013.

STUDART, Barão de. *Datas e Fatos para a história do Ceará*. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1896.

SWEET, James H. *Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa, Portugal: EDIÇÕES 70, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Organizadores: NEGRO, A. L e SILVA, S. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2007.
- VIEGAS, João (Posfácio). “O padre Vieira e o Direito dos índios”. IN_VIEIRA, Antônio. *A missão de Ibiapaba*. Coimbra: Almedina, 2006, pp.170-171.
- VIEIRA, Maria Alveni Barros. *A educação escolar das crianças no Piauí (1730-1859)*. Teresina: ADUFPI, 2013.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ª Ed. São Paulo: Cosac Naify. 2013.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX)”. In: MELLO SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos. Relações de poder no mundo ibérico na época moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.